Revista da Academia Paraibana de Letras

Ano LXVII • Junho de 2014 • Nº 25

ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS
Rua Duque de Caxias, 25/37 - Centro
CEP 58010-820 - João Pessoa - PB
Fone (83) 3221-8741 - www.aplpb.com.br
e-mail academiadeletraspb@gmail.com

Conselho Diretor

Presidente
Damião Ramos Cavalcanti
Vice-Presidente
Ângela Bezerra de Castro
Diretor Administrativo
Maria das Graças Madruga Paiva Santiago
Diretor Financeiro e Patrimonial
Astenio Cesar Fernandes
Diretor de Documentação e Comunicação
Carlos Antônio Aranha de Macêdo

Conselho Fiscal
Evaldo Gonçalves de Queiroz
Flávio Sátiro Fernandes
Wills Leal

REVISTA DA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS

Editor
Luiz Gonzaga Rodrigues
Capa
Milton Nóbrega
Editoração
Tânia Maria da Silva e **Naudimilson Ricarte**

Revista da Academia Paraibana de Letras
Ano 1, n.1 (1949) - ano 67, n. 25, jun. 2014
João Pessoa: APL, 1949

ISSN
1.Discursos 2.Literatura 3.História 4.Ensaios

APRESENTAÇÃO

A REVISTA

O poeta Paulo Leminski, talvez desejando uma íntima relação com o livro acariciado pelas suas mãos, parecia segredar o que estava lendo. Certa vez, ao se perguntar o que estaria a ler, respondeu: "No momento, estou lendo dicionário"... Assim replicou a curiosidade indesejada, mas, com simplicidade, confessou o que habitualmente fazemos à busca da primeira definição da palavra e o que também fazíamos, com os primeiros livros escolares, quando depois de algum texto, apresentava-se uma relação de termos, intitulada de "Vocabulário".

Revelo também esse hábito e disso não fujo, ao ressaltar o que seja a revista: publicação periódica de formato variado, em que se divulgam artigos originais, reportagens, textos literários, *et cetera*, sobre vários temas ou, ainda, trabalhos condensados sobre assuntos variados, às vezes, já aparecidos em livros ou noutras publicações. De todo esse *definiens*, destaca-se no *definiendum*, característica também comum a todas as revistas, a periodicidade, do que trata, com muita propriedade, o editor.

Há uma variada tipologia de revistas; científica, filosófica, de cinema, eletrônica, de História, de informática, sendo a nossa literária,

adjetivada pelo título: Revista da Academia Paraibana de Letras. Como em qualquer publicação, a qualidade da revista depende de um bom plano editorial, o que temos sobejamente nesta publicação; e também daqueles que nela escrevem. É o que exprimem os textos desse número: discursos de posse, de recepção a novos acadêmicos, homenagens aos nossos imortais, e como não poderiam faltar: ensaios e textos literários. Este cuidadoso e seleto trabalho representa a nossa Academia, aqui e fora das nossas fronteiras, e, no tempo e à memória, secunda-me a expressão: *verba volant, scripta manent.* Diferentemente não poderia ser a Revista que, no nosso Estado, onde e quando, após a do IHGP, mostra-se a mais antiga em circulação e, sem desmérito às outras, histórica e magistralmente de estimável valor.

Damião Ramos Cavalcanti

PRESIDENTE DA APL

A REVISTA E SUA REGULARIDADE

A *Revista da Academia Paraibana de Letras* tem sido a expressão de sua memória imortal, consubstanciada, essencialmente, nos discursos de posse e de recepção do seu corpo de sócios. Acolhe outros gêneros da escrita literária, do ensaio historiográfico ou ainda de outras ciências sociais e das artes, mas é no discurso que se configuram o valor e a razão da eleição acadêmica. É através dele, numa ritualística redentora, que a cada novo acadêmico renascem os seus antecessores. Daí o peso do discurso em nossas páginas.

Conquanto expresse esta significação, a *Revista* não conseguiu cumprir, ainda, uma periodicidade regular. O número 1, de março de 1947, já nasce confessando esta falha, vindo a público cinco anos depois de fundada a Academia. Silêncio forçado pelas circunstâncias sempre precárias em que se move, financeiramente, a instituição, sem uma estrutura que lhe garanta autonomia de sustentação material.

O presente número, o 25, reúne acervo de quase três anos, período de vagas e sucessões frequentes que ocupam

prioritariamente as principais linhas do índice. O último foi de setembro de 2011, comemorativo dos 70 anos da APL.

Neste momento, ao lado de iniciativas e melhorias que franqueiam o espaço à atividade cultural e ao acolhimento e visitação externos, anima-nos o propósito da atual Diretoria de regularizar, com edições quadrimestrais, a periodicidade tão sonhada da Revista, até como exigência estatutária, assim concorde a vontade plenária da Casa.

Luiz Gonzaga Rodrigues

EDITOR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 003

EDITORIAL 005

DISCURSOS ACADÊMICOS

DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS DO ACADÊMICO EILZO MATOS NA CADEIRA 3 EM 14 DE NOVEMBRO DE 2009 013

DISCURSO DE RECEPÇÃO DO ACADÊMICO JOSÉ OCTÁVIO DE ARRUDA MELO EM SAUDAÇÃO AO ACADÊMICO EILZO MATOS 029

DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS DO ACADÊMICO PAULO GADELHA NA CADEIRA 23 EM 27 DE FEVEREIRO DE 2011 041

DISCURSO DE RECEPÇÃO DO ACADÊMICO DAMIÃO RAMOS CAVALCANTI EM SAUDAÇÃO AO NOVO ACADÊMICO DA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS, PAULO GADELHA 049

DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS DA ACADÊMICA MARIA MERCEDES RIBEIRO PESSOA CAVALCANTI NA CADEIRA 8 EM 13 DE MAIO DE 2011 071

Discurso de Posse na Academia Paraibana de Letras da acadêmica Maria das Graças Madruga Paiva Santiago na cadeira 13 em 03 de junho de 2011 083

Discurso de recepção da acadêmica Ângela Bezerra de Castro em Saudação a Maria das Graças Santiago 095

Discurso de Posse na Academia Paraibana de Letras do acadêmico Marcos Cavalcanti de Albuquerque na cadeira 17 em 28 de fevereiro de 2013 101

Discurso de recepção do acadêmico Astenio Cesar Fernandes em Saudação a Marcos Cavalcanti de Albuquerque 117

Discurso de posse na Academia Paraibana de Letras do acadêmico Flávio Tavares na cadeira 14 em 5 de julho de 2013 123

Discurso de recepção da acadêmica Ângela Bezerra de Castro a Flávio Tavares 131

Discurso de posse na Academia Paraibana de Letras da acadêmica Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti nacadeira 23 em 27 de setembro de 2013 135

Discurso de recepção do acadêmico José Neumanne Pinto em saudação a Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti 159

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Homenagem póstuma a acadêmica Mariana Cantalice Soares pelo acadêmico Joacil de Britto Pereira realizada em 15 de abril de 2010 167

Homenagem póstuma ao Acadêmico Joacil de Britto Pereira, pelos acadêmicos Flávio Sátiro Fernandes, Ângela Bezerra de Castro e Maria das Graças Madruga Paiva Santiago em 29 de outubro de 2012 171

Um Esgrimista do Direito - Flávio Sátiro Fernandes..... 171

O Acadêmico Joacil - Ângela Bezerra de Castro..... 179

Joacil, o político - Maria das Graças Santiago..... 183

Discurso de agradecimento à homenagem prestada pela Academia Paraibana de Letras, ao acadêmico Joacil de Britto Pereira em discurso proferido pelo seu filho Eitel Santiago..... 187

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico José Octávio de Arruda Mello realizada em 14 de março de 2014..... 191

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico Manuel Batista de Medeiros realizada em 23 de agosto de 2013..... 195

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico Marcos Cavalcanti de Albuquerque realizada em 23 de agosto de 2013..... 197

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico Mons. Ednaldo Araújo dos Santos realizada em 14 de março de 2014..... 203

ENSAIOS E TEXTOS LITERÁRIOS

Leminskiando... - Elizabeth Figueiredo A. Marinheiro..... 207

Rotatividade parlamentar & longevidade -Política Alternativas e Constatações - Evaldo Gonçalves de Queiroz..... 211

De Gonzaga Rodrigues a José Maria dos Santos: Uma análise historiográfica - José Octávio de Arruda Mello..... 251

AUGUSTO NA LEITURA DE MASSAUD MOISÉS - HILDEBERTO BARBOSA FILHO..... 257

ENDEREÇOS ACADÊMICOS..... 263

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS..... 267

Discurso de posse na Academia Paraibana de Letras do acadêmico Eilzo Matos na Cadeira 3 em 14 de novembro de 2009

Digníssimas autoridades,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Presto nesta ocasião muito significativa para mim, homenagem especial ao médico e poeta Firmino Ayres Leite, e a José Rufino de Almeida um realizador no campo da cultura, do trabalho, pela alma rural que encantava e animava as suas vidas, pela projeção intelectual que enfeitava o seu amor à terra natal. E a Virginius Figueiredo da Gama e Melo, espírito universal na sua formação de pensador e mestre da literatura imaginativa e de sua teoria. Eles, no indormida e exemplar dedicação, estimularam o meu gosto pelas coisas da cultura, pelo mundo das letras.

*

Enfim realiza-se a solenidade, concretiza-se a investidura.

Passaremos a partir de agora, a cumprir formalidades cerimoniais, regimentais. Tenho na minha estante, exemplares da revista desta academia, e li nas suas páginas textos de alguns dos seus fundadores, de patronos das respectivas cadeiras, e discursos de posse de acadêmicos, levado pelo prazer da leitura e para moldar este discurso. Por entender oportuno, cito o erudito Otto Maria Carpeaux que afirmou na monumental "História da Literatura Ocidental", em muitos volumes de muitas páginas, que o tratado continha, honestamente, de segunda mão, determinadas apreciações e comentários sobre obras, autores e escolas literárias. Copiava opiniões reconhecidamente confiáveis, pois seria impossível ter lido toda a literatura do ocidente, toda sua teoria, toda sua história. Assim, ajusto as minhas

referências e conceitos sobre a vida cultural da sociedade e particularmente desta Casa a essa diretriz.

Para não fugir à regra, e não ser apontado simplesmente como indivíduo novidadeiro, faço o que outros fizeram com o mesmo enfoque indicativo, mas com palavras diferentes, apoi-ando-me como exemplifiquei, na sinceridade do fugitivo do nazismo alemão, que prestou, diga-se de passagem, importante contribuição para o conhecimento e interpretação da literatura brasileira, para exegese de alguns dos autores e dos seus momentos mais representativos. Nazismo este, digo de passagem, que sobrevive infelizmente nos dias que vivemos, e desponta ameaçador para o destino da democracia e paz do povo paraibano na Capital das Acácias.

Recorro, por esta razão à máxima latina: ***Non Nova, Sed Nove.***

*

Eis-me, portanto, entre vós, partícipe de um acontecimento imaginado, mas nunca buscado ansiosamente, ambicionado vaidosamente. Sou parcimonioso quando a situação exige. Corresponde e coroa efetivamente, esta reunião, a expressão do meu comportamento social, um fato presumido, que poderia acontecer e aconteceu, permitindo-me a honra de desfrutá-lo, o orgulho de tê-lo merecido. Não cedo à tentativa de embair simplesmente. A minha longa e aventurosa história na vida literária, vejo consumada no recebimento deste galardão – pertencer a esta Academia. Falarei da minha caminhada.

*

Ofereci pela primeira vez, para apreciação, proposta para suceder nesta Casa o acadêmico Tarcísio Buriti, meu conhecido e colega de secretariado no honrado governo Ivan Bichara, depois, eu deputado ele governador, porque algo nos relacionava na viagem bacharelesca de nossas vidas – abraçar a política, naqueles momentos, como atividade mais importante para nós. O processo de escolha foi radicalizado extramuros, refletiu aqui dentro, o que uns inutilmente fingem ignorar e muitos negam ou escondem, num narcisismo desmemoriado, olhando para o próprio umbigo.

Preferi a sombra discreta, sem procurar embaraçar os en-volvidos e festejados. Desfrutamos, eu e o falecido Tarcísio Buriti, períodos de afinidade e também de contraposição na militância, fomos amigos e quase

Habituado à companhia dos livros desde a meninice, sabia sobre a estética como ciência e categoria do pensamento, e da dedicação e ocupação de alguns homens a esta atividade animadora e espezinhadora da condição humana: a mimese, a busca e conquista do conhecimento através da capacidade inquiridora da inteligência. Trilhei esta estrada. Deixava de lado o estudo aprofundado das ciências ditas exatas.

Sabia igualmente, das instituições sociais – quer de natureza filosófica, religiosa, estética ou simplesmente moral –, que cul-tivam e reverenciam todas as ações individuais e grupais. Desde os sindicatos defendendo direitos, à experiência científica em laboratórios descobrindo leis, elaborando métodos investigativos, expositivos, declarativos sobre a natureza, a sua organização, funcionamento e desenvolvimento. (Não falo exclusivamente de sindicato de operários, pois existem os dos patrões, e até o apelidado sindicato de ladrões, que serviu de título para o filme famoso de Orson Welles).

Desde Heráclito de Éfeso a Ivan Petrovitch Pavlov e Burrhus Frederic Skinner,[1] a observação de suas proposições, leva a conclusões que definem o rumo das pesquisas, possibilita clarificar equações, descobrir incógnitas. Eles disseram: ninguém se banha duas vezes no mesmo rio; o homem realiza toda uma série de funções que são manifestação de certas forças, difícil de ser ultrapassadas espontaneamente ou por livre arbítrio; a conduta é um processo da mente, não se revela a partir de conceitos, mas de situações concretas, cuja determinação e abstração descobrem os distúrbios do comportamento.

Esta é a minha mundividência, construída no universo das ciências, alimentada com o brilho de estrelas, e também de minúsculas centelhas que despertam a atenção do observador cuidadoso que as reconhece, mas não se detém, atraído por fagulhas. Subsiste no final o universo mesmo, na sua totalidade, e nele vivemos segundo as regras que explicam o devenir.

Trilhando estes caminhos da vida, aqui cheguei. Com tais fragmentos foi que escorei as minhas ruínas, pois então vos conforto. Assim lamentou-se o poeta Elliot, e eu fugindo da história, incenso estoicamente esta jornada.

*

Tratando sobre a Cadeira 3 que passo a ocupar, asseguro que uma circunstância significativa nos reúne, os quatro a ela ligados: eu, Luiz

[1] OS PENSADORES - Editora Abril Cultural, 2ª. Edição 1981

chegamos à inimizade pessoal, estimulada e desejada por anônimos que nos invejavam. Cumpríamos o nosso papel. Faço este registro.

Em seguida, ocorreu a sucessão nesta Casa do meu estimadíssimo amigo Valdemar Duarte, companheiro de projetos com o Menestrel Virginius da Gama e Melo. Seria um bom lugar, imaginei, para diminuir minha tristeza, a sensação de perda com o seu passamento. Informado com atraso do inicio do jogo sucessório, em razão do meu isolamento rural, não relutei. Diz o jornalista Nonato Guedes companheiro de boemia com Biu Ramos e Paulinho Soares numa quadra alegre da vida em João Pessoa, que eu vivo como no baião de Luiz Gonzaga: "sem rádio, sem notícias da terra civilizada". Pilhéria. A candidatura do premiado intelectual José Neumanne Pinto, já colocada, também meu conterrâneo do Rio do Peixe, com quem mantinha há muitos anos correspondência e troca de informações e de ideias através da internet, agradava-me. Não cheguei sequer a me inscrever para a sucessão.

Ocorreram outras "viagens" de acadêmicos para as plagas ignotas, que não chegaram ao meu conhecimento. Foram escolhidos os titulares para as cadeiras vagas. Por fim, em conversa ocasional com um acadêmico disse que disputaria a próxima vacância, da qual só fui informado depois que o estimado amigo Carlos Aranha foi anunciado candidato. Desisti da intenção, e através de e-mail, informei-lhe de minha alegria com a sua candidatura, já a melhor para mim, mesmo que outras aparecessem. Impossível superar a sua vivência cultural, sua presença no palco e na platéia todos os dias, a veemência e a clareza de sua visão da vida e da arte, defendidas corajosamente. Por fim, traumatizado e ferido com o desaparecimento de Luiz Augusto Crispim, um homem de letras acima de tudo, e um companheiro de jornada, prefaciador e comentador de minha modesta produção literária, apresentei o requerimento para disputar a cadeira vaga e aqui me encontro, aqui estou.

*

Em sociedade alguns instintos e sentimentos do homem restam reprimidos. Assim acontece comigo. Falo com franqueza. Aqui tratarei de leituras e convicções, adquiridas pelo conhecimento de ideias e de descobertas alheias sobre a natureza e a existência coletiva dos organismos vivos, os homens especificamente, as leis que regem as transformações de suas relações.

Augusto Crispim, Clovis dos Santos Lima e Albino Meira de Vasconcelos, como *patrono* e titulares. Somos bacharéis em direito. Quanto a *Clovis* Lima e Albino Meira, nos identifica ainda mais o fenômeno da migração do paraibano provinciano, em busca de cultura intelectual de nível superior, em terras distantes, encontrada em Pernambuco. Somos os três, bacharéis pela Faculdade de Direito do Recife.

Assevera o confrade José Rafael de Menezes no seu "A Geração de 45", que "Na Faculdade de Direito do Recife, sedia-se o ambiente cívico de dupla missão", evidenciando o acadêmico Joacil de Brito Pereira, seu prefaciador, "reminiscências de uma época e de vultos que nela se destacaram, em plena mocidade, para as lutas da redemocratização". Gláucio Veiga na sua monumental "História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife" (UFPE, Editora Universitária 1980) no sétimo volume, nas suas palavras: "alcança a redemocratização de 1945, redemocratização comandada pela Faculdade de Direito do Recife..." Por seu turno o escritor Gemy Cândido, corrobora tal visão histórica da época no valioso ensaio biográfico intitulado "Clóvis dos Santos, Um Homem Predestinado – Edição Comemorativa", onde registra o papel de "ideólogos" aos "bacharéis da década dos anos 30, recém-saídos da Faculdade de Direito do Recife, 'notáveis' na década dos anos 50".

Foi a leitura deste documento do autor de "Fortuna Crítica da Literatura Paraibana" e do discurso de saudação em 1994, pelo ínclito intelectual Higino Brito, ao novel acadêmico Luiz Augusto Crispim que me fizeram recorrer à máxima latina e adágio cristão: ***non nova, sed nove*** na precisa motivação e sentido da legenda. Nada poderia acrescentar sobre os homens, a instituição que criaram e aos que hoje a integram, senão ungir com palavras novas coisas que não são novas. Fugi da repetição e do plágio, que seria pior.

Mas tudo retrocede, sobre ideias e projetos, eu creio, ao Iluminismo, à Revolução de 1817, à criação e instalação do curso jurídico em 1827 em Olinda. Recuando ainda mais essa tradição cultural, nativista e libertária dos pernambucanos, arregimentando e liderando os nordestinos, ao episódio da guerra holandesa com a expulsão dos invasores. Por que não ao "no princípio era o verbo"? (São João 1.1).

Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Epitácio Pessoa, Castro Alves, Fagundes Varela, Augusto dos Anjos, José Lins do Rego, Franklin Távora, Manoel Bandeira, Clóvis Bevilácqua, Tobias Barreto, Albino Meira, Câmara

Cascudo, José Américo de Almeida são vultos nacionais, são filhos da Faculdade de Direito do Recife. Ali eles cultivaram a vocação para assumir sem descanso, a defesa das questões da pátria. Acho que não é preciso dizer mais.

Crispim formou a sua cultura jurídica e humanística na Faculdade de Direito da Praça João Pessoa, da qual terminou professor, esta, rebento geracional da Faculdade de Direito do Recife, na análise do acima referido sociólogo, romancista e jurista José Rafael de Menezes na obra citada. Diferentemente de Clovis Lima e Albino Meira que vararam fronteiras, Crispim abrumou-se mesmo por aqui, na vetusta, suave e bela Tambiá, onde também se abrumou num sótão, na Revolução de Trinta, o oficial rebelado e vitorioso Juarez Távora na realização do mito inaugurado pela mãe do saudoso Poeta Caixa D'água. Daí o seu amor acendrado à nossa capital das acácias, namorada do poeta Jomar Souto, verde e florida morena hospitaleira, como a cantou em hino imortal o musicista apaixonado Genival Macedo. Uma sucessão de eventos notáveis.

O bacharelado em direito, aconteceu na minha vida como imposição do destino. E para certo desencanto dos meus pais, admito. Tinha parentes médicos, advogados, e na minha casa o irmão Elzir já cursava a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Como outras, a minha família de classe média, fugindo do abismo da decadência, na busca de assegurar prestígio social, certamente desejava diversificar nas profissões liberais: médico ou engenheiro, deveria ser a minha carreira. Ignorei tal desiderato.

Venceu a força da tradição e do destino.

Figuras avoengas como João Leite Ferreira e Manoel de Sousa Rolim, Isidro, Inocêncio e Tiburtino, Salviano e Felizardo Leite, José Matos Rolim e muitos outros, foram bacharéis de Olinda e Recife em 1834, 1839, 1843, 1850, 1866, 1883 1891 e numerosos no Século XX .[2] Convivi com dois contraparentes, Milton Marques de Oliveira e José Marques Mariz, brilhantes bacharéis, pai e tio de Manoel Mariz de Oliveira, casado com Zina, irmã de minha mãe, meu tio-afim. Figura controvertida Manoel foi

---

[2] - Clóvis Beviláqua - História da Faculdade de Direito do Recife, 2ª. Edição, Brasília. INL Conselho Federal de Cultura 1977; Deusdedit Leitão - Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853. A
União Cia. Editora, João Pessoa, s/data; - Nilo Pereira - A Faculdade de Direito do Recife - UFPE, Editora Universitária, Recife 1977; - José Rafael de Menezes - A Geração de 45 - A União Editora, João Pessoa, s/data

candidato a deputado estadual pelo Partido Comunista em 46 do século passado, homiziou tedescos foragidos, na nossa declaração de guerra às potências do Eixo. Iniciou-me (inadver-tidamente, talvez) na literatura dos aficionados da esquerda política, ainda nos meus verdes anos, através de leituras de publicações que tinha na sua casa. Conheci na revista "Problemas" os nomes de Mauricio Grabois, João Amazonas, Luis Carlos Prestes entre os brasileiros, os russos Plekhanov, Stalin, e Malraux entre outros estrangeiros.

A doutrinação representava para mim simples resenha literária e noticiosa, comentando forma de fraternidade proletária erigida em Estado, na sua teoria. Não percebia nem a misturava à versão politiqueira de incendiários, desagregadores da família, assassinos de criancinhas, denunciada pela imprensa e nos púlpitos da igreja católica, fruto da Guerra Fria. Não aprofundava a reflexão. ***Non Nova, Sed Nove.***

A minha saga bacharelesca tinha curso. Alegre, bondosa e simpática vizinha de nossa casa, Célida Gonçalves de Abrantes casara-se com o bacharel José Pereira Gadelha, tido como um dos mais inteligentes filhos de Sousa, lamentavelmente assassinado ainda jovem. Via-o chegar de terno branco engomado, gravata vistosa, o anel "chuveiro" com rubi no dedo, e sorridente abraçar a esposa. Em segundas núpcias Célida casou com o antes referido bacharel do Recife, Milton Marques de Oliveira, também viúvo, um perfeito cavalheiro à antiga, contemporâneo de José Américo, Pontes de Miranda e luminares da literatura e do direito, ele irmão de Zezé proprietário da Usina Catende e do senador Arquimedes de Oliveira, nome de rua nos Aflitos, bairro nobre do Recife. Cumpria Dr. Milton a aventura do "bacharel caça dote" – na busca de herança política ou de bens materiais – comum naquele tempo. Uma época e muitas vidas de notabilidades. A minha mente guardou estas lembranças.

Com grande esforço familiar, rumei para o Recife. Meu tio Salviano arranjou-me emprego público no IPASE, repartição fadada, parece, a pagar naqueles idos, como bolsa de estudo, os salários de inumeráveis estudantes paraibanos país afora; o meu pai e o meu irmão Elzir, cotizavam-se para suprir eventuais despesas ditas educacionais, o que era feito desde o curso no Ginásio de Patos, dirigido pelo padre Vieira, um envolvido na política.

*

Em Sousa onde não existia curso ginasial, eu nascera simplesmente, e amoitava-me em casa. Mas sou orgulhoso desse nascimento. Ao chegar ao Recife, secundarista ainda, passara por Mossoró, terra de minha mãe, matriculado no Ginásio Diocesano Santa Luzia, dirigido por padres, redentoristas holandeses. Campina Grande veio depois, onde conheci mesmo a vida, a poesia revolucionária de Castro Alves e o colégio dirigido pelo famoso Padre Emidio fumando o seu charuto. O amor e a bebida apareceram. Para minha decepção, no Recife, fora matriculado pelo meu primo Felizardo concluinte do curso de direito, no Colégio Arquidiocesano, na Rua do Príncipe, sucessor do Joaquim Nabuco – o famoso "Quinca" que aprovava sem freqüência às aulas, como comentavam. Era obrigatório no novo educandário, o uso de farda pelos alunos, o comparecimento a missas, em domingos e dias santos, e outras reuniões de cunho religioso. Daí a minha carolice padresca, católica, apostólica, romana, que recrudesce, reaparece inopinadamente. Memória também do meu pai devoto de Nossa Senhora das Graças e minha mãe de Nossa Senhora dos Remédios.

Na pensão de propriedade de família sousense, onde passei a morar, no fim da Avenida Conde da Boa Vista, perto da histórica Matriz da Soledade, estavam hospedados piauienses acadêmicos de medicina e odontologia. Um deles, Ludgero Raulino de Barros, pessoa agradável, foi deputado federal pelo Paiuí, o que ouvi anos depois no noticiário da imprensa nacional. O outro usava óculos de aro redondo e era chamado Café, pela semelhança física com o vice presidente da república o norte-riograndense João Café Filho. Uma situação vexatória, para não dizer humilhante, face a minha modesta condição de secundarista que usava farda agaloada.

Inscrevi-me no famosíssimo "Curso Torres", preparatório para o vestibular de Direito, prestei exames, fui aprovado. Matriculado por fim, no primeiro ano do curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Recife, imaginava-me no umbral da história, integrando o exército dos escolhidos para as tarefas mais gloriosas da nacionalidade. Esperava formar na linha de frente de uma brigada, ser convocado para missões importantes. Pisava forte e duro nas filas de ônibus, de cinema, e o paletó e a gravata completava a empáfia da minha postura nas mesas de bares e cafés. Era o tempo no Recife, em que os acadêmicos de direito eram tidos como a elite social e intelectual da resplandecente capital, quiçá do país. Fui colhido pelo nativismo pernambucano, conheci Abelardo da Hora, Gregório Bezerra e Davi Capistrano, combatente da Guerra Espanhola. Foi o tempo de

Pelópidas Silveira, Miguel Arrais, da SUDENE de Celso Furtado com a sua insólita elite de intelectuais perfumados, bem remunerados, bem vestidos se dizendo esquerdistas.

O Recife definiu a minha concepção filosófica da vida, posicionou-me na ativa militância política que passei a desenvolver na universidade. Esse o papel exercido pelo que chamo atrevidamente civilização pernambucana, e o acadêmico José Rafael de Menezes particulriza como influência geracional submetida às ideias em voga na metrópole líder regional do desenvolvimento econômico e cultural. Gilberto Freire criou e tornou-se de uso comum um neologismo para denominar essa agregação, essa adesão: "recifencisação".

Assim aconteceu com o nosso Zé Lins do Rego, Zé Américo, Clóvis Beviláqua e ainda com Ernani Sátiro, Sylvio Porto, Virginius da Gama e Melo que beberam lá, as luzes de sua cultura. E quase me pegou. É que a paraibanidade para mim tem muita força. Mas ao sair de casa para tentar o ensino superior, assinalo, conheci primeiro o Recife e fui torcedor do time Santa Cruz e do bloco carnavalesco Madeiras do Rosarinho, antes de botar os pés na nossa capital. Lá vivi dos dezoito aos trinta anos – para mim a mais bela idade da vida.

Ao chegar à João Pessoa eleito deputado estadual encontrei como Chefe da Casa Civil do governador o contemporâneo de universidade Manoel Gaudêncio, que lá conhecera quando estudava medicina, e aqui identificava pessoas que eu desconhecia, e me apontava caminhos. Paguei caro, tal assessoria? É outra história, que faz parte de minhas memórias agradáveis que um dia contarei.

*

Atolada no charco social em que mergulha os pés, é extre-mamente elitista a sociedade pernambucana. Resiste bravamente. Em todas as camadas sociais, revelam-se os seus impasses e contradições, patenteadas nas elucubrações sociológicas de "Casa Grande e Senzala", "Sobrados e Mocambos", "Geografia e Geopolítica da Fome", nos romances do "Ciclo da Cana de Açúcar" de um "recifencisado", em Mario Sette, na poesia de Manoel Bandeira, de Ascenso Ferreira, de João Cabral de Melo Neto, de Deolindo Tavares, de Carlos Pena Filho, no mundo barroco de Brennand e no traço algo cubista e modernista de Lula Cardoso Aires e Ladjane. Um apelo justo à minha memória de paraibano, que formou com os alguns conterrâneos, sua concepção da vida em sociedade, na vetusta Faculdade de Direito do Recife.

Envolvido na discussão política da organização social, tenho permanecido até o presente, buscando a desejada ética e coerência na realização do desenvolvimento e do progresso, do bem estar coletivo.

*

A notícia do falecimento de Luiz Augusto Crispim, recebi-a na fazenda, em telefonema de minha filha Sandra que mora na capital. Sabia-o doente de mal grave.

Luiz Augusto Crispim, nos anos todos que marcaram minha passagem (faz tempo), no mundo paraibano das "pessoas gradas", como se usava dizer – chegado de Pernambuco, advogado formado no Recife (muito importante para a época), eleito deputado estadual, publicando artigos em revistas e jornais –, identificou-me somente como literato, isto é, escrevinhador de textos. O que me honrou e destacou sobremaneira. Referendou assim, o meu "passaporte" para o mundo das letras, emitido pelo chanceler do Olimpo, naqueles dias, Virginius da Gama e Melo, amigo de muito tempo no Recife.

Pouco ou nenhum era o nosso relacionamento pessoal. Não freqüentávamos as mesmas rodas: redação de jornal, universidade, bares, associações, solenidades, cerimônias. Quando acontecia nos avistarmos, esporadicamente, nos cumprimentávamos alegres e amistosamente. Firmamos amizade verdadeira. A nossa convivência, deveras duradoura, afirmo, era meramente intelectual, nascida na identidade de concepção sobre a estética, no caso, de cunho marxista.

Referência, quase obrigatória nos meus escritos, valia-me o seu pensamento e as suas teses, esclarecedoras, aplicadas na sua literatura. Via com admiração e simpatia o seu trabalho no jornalismo diário. O seu lirismo não o contradizia. Fugia de certa forma, ao imperativo de sua formação de crítico, exposta no livro que lhe deu notoriedade, na linha lukácsiana de uma visão estético-literária, no eixo marxista de Nélson Werneck Sodré, de Caio Prado Junior, Ferreira Gullar, entre outros brasileiros.

Prefaciou o meu primeiro livro publicado – "A Face do Tempo", de versos livres, com ilustrações mais do que primorosas de Regis Cavalcanti, arquiteto e artista de incomparável criatividade. Sem falsa modéstia, valem mais que as composições poéticas. Juntos compuseram o cerimonial de abertura de minha apresentação ao público. Aqui na Paraíba pode-se não

gostar de Gonzaga e Joacil, do meu parente Ascendino, mas não os deixamos de lado nem na conversa nem na leitura. Percebe-se, sente-se muito bem que eles sabem do que estão falando: dos conhecimentos acumulados, dos seus temas preferidos, da verve na criação ou memória do fato, das boas lembranças de lugares e pessoas. Assim também com Crispim. Poucos o conseguiram.

A técnica da escrita e a habilidade da inteligência, experimentadas, testadas na inventividade do espírito, centradas na realidade do cotidiano, venceram a dificuldade de reunir a infinita variedade de situações, numa unidade fática filosoficamente e socialmente coerentes – eis a estética do real que serviu de título ao seu extraordinário ensaio, dado a lume ainda nos verdes anos de sua vida.

Anotei no meu jornal – "Prosa Caótica II 1988/1990, Ca-derno V" que escrevo na fazenda onde me refugio –, um encontro com Crispim na capital, quando ele mostrou-me em plena rua, páginas de um romance que estava escrevendo. Li curioso, premido pelo tempo e pelas circunstâncias, as folhas datilografadas.

Sobre o que li, direi que, se o homem é o estilo, ou se o estilo é o homem, em ambas as ordens deste raciocínio apriorístico, encontrei-o de corpo inteiro na sua narrativa: digno e consciente no fazer artístico; como ele, elegante, declaradamente intelectual, mantendo-o com o peso de sua bagagem literária, uma figura meio enigmática.

Era ele, para mim, um mestre no ofício.

No seu recém-publicado romance, primeiramente vêm o lugar e as pessoas que se contrapõem. Depois os acontecimentos. O mundo, temos de convir, é o resultado de oposições. Todos sabem, desde Heráclito a Marx, que não entramos duas vezes no mesmo rio e que as contradições na sociedade são o motor da história. Crispim mesmo o afirma a certa altura da narrativa.

Tudo começou na luta do homem com a natureza. Era preciso dominá-la para implantar um quisto social e humano no ambiente – porque as bactérias, os bichos e as plantas já viviam em perfeitas e coordenadas associações e colônias, assim eu entendo.

Crispim nos seus escritos, como o judeu luso-holandês, com a perícia de ourives, de quem mexe com coisas valiosas, convence-nos que não adianta recorrer a opções contrárias à racionalidade, que é o fluir natural do indivíduo na história, a "irrupção do infinito no finito". Esta a tese de Huxley e Spinosa.

Paisagem intuída e encontrada por Crispim, enriquecida e embelezada pela "magia" de que fala Fisher, e confere autonomia de escola na teoria do romance, ao barroco latino-americano, com o paraibano André Figueiredo, com Alejo Carpentier, Rômulo Gallegos, Vargas Llosa, Jorge Amado e Garcia Márquez entre tantos, que servem de exemplo.

Li algo sobre Cortazar, onde ele assegurava que o seu mé-todo e a sua técnica de narrador, consistiam em introduzir de imediato, no início do conto, algo inverossímil, que chocaria o leitor, exigiria redobrada atenção no acompanhamento do texto, emprestar-lhe-ia validade. O que equivaleria, no caso, ao espanto e a admiração de Sócrates, dando origem à filosofia, à busca e conquista do conhecimento, em cuja teoria se insere a literatura.

O que caracteriza Crispim escritor é a concisão do estilo, onde reponta o lirismo que embeleza a linguagem, que falta à maioria dos que escrevem. O seu mundo, entretanto, espanta pela linearidade – aparente – de projetos que movem os personagens. O cosmopolitismo da organização urbana, num insólito ambiente social, numa convivência lado a lado das figuras humanas mais díspares, induz à dúvida quanto à sua possibilidade.

Encontrei-o pela última vez, feliz entre os amigos nume-rosos, na festa do seu romance "O Herói Sem Rosto", quando me abalei do interior só para receber de suas mãos o seu livro. Ele foi generoso no oferecimento que, contrafeito, transcrevo com muito orgulho: "Para o meu Mestre Eilzo Mattos, estas linhas esperançosas sob luz de um mundo mais justo e esteticamente real. Um abraço do Luiz Augusto Crispim". Ele se foi.

Completa a praxe desta ocasião, falar sobre o patrono e o ocupante da cadeira que antecederam Luiz Augusto Crispim. E o farei, repito, obediente à máxima latina: *Non Nova Sed Nove*

*

Clóvis Lima, brilhava, impunha-se pela nobreza e compor-tamento social de homem bem nascido, senhor de engenho, padrão moral e exemplar das famílias ricas do brejo e do litoral. E dado ao cultivo das letras, seguindo a tradição de conterrâneos ilustres que servem de referência na vida universitária de Pernambuco: os tão citados José Lins do Rego, Augusto dos Anjos, José Américo, Ladislau Porto, professor substituto de Medicina Legal na FDR, entre tantos.

A sua inegavelmente valiosa bibliografia referida pelo citado intelectual Gemy Cândido, complementando e detalhando o que outros autores recolheram, exige leitura cuidadosa, um aprofundamento na

reflexão, não satisfaz a uma simples referência. Descobre-se nela o trabalho do polígrafo, do estudioso das questões e patrocinador de ações que caracterizaram e empurraram a sociedade paraibana, no sentido do seu destino de disputas e realizações.

Diferem os brejeiros dos sertanejos do semiárido, desde o início da colonização, pelo clima, a topografia da terra que ocuparam, os costumes, o relacionamento entre as pessoas, principalmente no trabalho. Os brejeiros plantaram cana, fabricaram açúcar e rapadura. Os sertanejos criaram gado, plantaram agricultura de subsistência, implantaram também bolandeiras e pequenos engenhos somente para o fabrico de rapadura.

Os litorâneos e brejeiros, adotavam o regime do emprego rural, atendendo os trabalhadores em barracões. Falavam empolados, não os recebiam em casa, não aceitavam intimidade com a maloca. Os sertanejos, por sua vez adotavam, no trabalho, na produção o regime da parceria agrícola e pecuária que objetivamente os associava, aparentemente os irmanava na partilha do produto das roças, na sorte da criação dada aos vaqueiros. Os proprietários tornavam-se compadres, amigos dos agregados que chegavam a freqüentar a Casa Grande. Ensaiavam um insólito modelo de democracia latifundiária.

Clóvis dos Santos Lima figura entre os expoentes, que, na linha de frente ofereceu à capital a criação e mérito institucional de organizações civis no campo da educação, do comercio, des-tacando-se como criador e apoiador de ações que englobam todo o processo de transformação de uma sociedade, com vista à sua existência material e também intelectual, modernizando-a. Padrão de dignidade e respeito. De educador e cidadão. Mestre de várias gerações da Academia de Comércio Epitácio Pessoa, da Faculdade de Ciências Econômicas, de que foi fundador, da Faculdade de Direito que ajudou a instalar, e um dos criadores da Universidade Federal da Paraíba, que agilizou no processo de institucionalização. Humanista, professor do mais alto nível intelectual, escritor brilhante, magistrado seguro e imparcial, correto, sereno e íntegro, promotor público."

Clóvis Lima como um recifencisado, aprimorara suas apti-dões de líder, sua formação intelectual: criou escolas, cultivou as letras, sempre com destaque, fez parte desta Casa, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, cujo edifício sede construíu. Era amado e respeitado pela família e pela sociedade na nobreza dos seus costumes. Ganhou o reconhecimento dos seus con-terrâneos. Crispim assinala que ele era um criterioso pesquisador social, um erudito cultor de leituras refinadas.

Sei de textos de sua lavra, que, de reflexões biográficas e sóciológicas passam para indagações e esclarecimento sobre os petróglifos ainda indecifrados da Pedra do Ingá. Alcança a sua inquietação intelectual o estudo das grandes incógnitas a serem encontradas para ajustamento da agricultura e da população animal que povoa o semiárido, a sua essência florestal.

Dissertou em 1948 com "Episódios do Domínio Holandês na Paraíba, revelando-se já o historiógrafo de peso. Tratando da geografia humana na Faculdade de Ciências Econômicas, debate sobre a locação racional do "polígono das secas", ungido de paraibanidade como ressalta Lopes de Andrade. E algo científico, e ao mesmo tempo poético no ensaio-estudo O joazeiro da caatinga nordestina "elogio fitogeográfico mas também estético, da essência florestal sempre esmeraldina".

"De Clóvis Lima as novas gerações devem registrar não só a influência no magistério. Mais do que isso, deixou entre nós um patrimônio de austeridade e caráter de uma rara solidez, sentenciou Crispim.

Da mesma estirpe, Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos, noutro escalão da sociedade paraibana, nascido na cidade de Pilar, criado nas margens do Rio Paraíba, como imigrante também recifencisado, destacou-se no culto do Direito como mestre e professor, polemizou sem medo com o luzeiro da ocasião, filósofo do direito Tobias Barreto. Impôs-se pelo conhecimento, pela firmeza de convicções e coragem pessoal. Político de raras qualidades, viveu o fim do Império e os dias difíceis da Primeira República. Governou a Paraíba e Pernambuco em tempos ominosos.

Transcrevo por se tornar essencial sempre que se falar em Albino Meira, informação do Ministro João Alfredo dada ao Governo ao premiar-lhe o mérito em concurso:

"É filho do próprio trabalho; tendo-se elevado por si mesmo, e vencendo grandes dificuldades, ainda estudante, obteve, por meio de concurso, a cadeira de Língua Nacional no curso de aulas preparatórias; dotado de grande força de vontade e de inteligência, mais que ordinária, segundo o juízo dos seus mestres, tem continuado a trabalhar, e espera-se que poderá subir ao magistério com bons títulos. É altivo, intolerante e caprichoso, mas tem bons costumes e cumpre os seus deveres de homem particular e de funcionário público. A parte das provas em que se houve melhor foi a argüição; sabe atacar com habilidade, ardil e veemência as opiniões contrárias".

Primoroso, e o mais completo entre os títulos que falam de Albino

Meira, revela-se o do acadêmico Clóvis Lima e constitui apanhado, interpretação e comentários sobre a sua vida, obra e personalidade, como demonstra o seu discurso ao assumir nesta casa a cadeira do seu patrono.

"Talvez fosse o próprio espírito audacioso de Albino Meira, ao assomar as indagações de cunho jurídico, filosófico ou literário daquele gênero que o faziam ainda maior. Foi jornalista de escol, colaborou no Jornal do Comércio, em A Gazeta, A Tribuna Liberal onde publicou conferências e artigos, lamentavelmente não os reunindo em um volume, reclama ainda o valor dessas incursões".

Verberando o silêncio que guarda o paraibano comum sobre o político, intelectual e mestre do direito patrono desta cadeira, que não se justifica, ressalta, entretanto o grande Clóvis Lima: "Albino Meira é um morto que continua a atuar pelo renome da terra que o viu nascer. 'Rivaliza-se com as estrelas fulgurando na treva, com a luz dos astros extintos'. Seus exemplos refletirão sempre a força e a beleza do seu espírito. Sua personalidade e sua obra dispensam maiores elogios. Apenas trago à tona, nesta noite engalanada, a sua memória que não é, no dizer do poeta 'a presença dos ausentes".

Retornado ao problema da migração de nordestinos de outros estados para a capital pernambucana que liderava econômica e culturalmente a região, lembro os nomes dos paraibanos Nicolau Rodrigues de França Leite ainda nos primeiros anos da criação e instalação do curso em 1827 em Olinda, de Joaquim da Silva, e Everardo Luna nas décadas 50/60 do século XX, cujo brilho na defesa de sua tese aplaudida pelos mestres argüidores, no belíssimo Salão Nobre da escola, a que compareci como acadêmico, orgulhoso do seu conterrâneo, e nos momentos mais decisivos e afirmativos dessa Escola do Direito, a presença do brilho da inteligência do nosso Estado. Foram tantos: Martins Junior, Abelardo Jurema, Osvaldo Trigueiro, Otacílio Queiroz, João Bernardo de Albuquerque, Virginius da Gama e Melo, Vital do Rego. Argemiro de Figueiredo. Uma pletora verdadeira de paraibanos, que habitaram o cume da intelectualidade nacional.

Minhas Senhoras. Meus Senhores. Senhores Acadêmicos.

Nada me resta nem tenho para dizer. Apenas desejo agradecer a presença de todos, e espero que as palavras alinhadas e os conceitos emitidos, não produzam neste ilustre auditório, a decepção ou o alívio narrado na célebre da fábula de Esopo: "*Parturiunt montes, nascetur ridiculus*

mus", quando cessaram os rugidos da montanha nas dores do parto.

Non nova, sed nove

.....

BIBLIOGRAFIA

- Beviláqua Clóvis Clóvis, - História da Faculdade de Direito do Recife, 2ª. Edição, Brasília. INL Conselho Federal de Cultura 1977.

- Cândido, Gemy - Clóvis Lima dos Santos Lima, Um Homem Predestinado, Edição Comemorativa - João Pessoa 2008, Edições Linha Dágua.

- Crispim, Luiz Augusto – A Expiação de Orfeu - Discurso de Posse na APL, A União Editora 1979.

- Leitão Deusdedit - Bacharéis Paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853. A União Cia. Editora, João Pessoa, s/data.

- Lima, Clóvis – Discurso de Posse na APL, A União Editora 1964

- Menezes, José Rafael de.. - A Geração de 45 - A União Editora, João Pessoa, s/data.

- Pereira, Nilo - A Faculdade de Direito do Recife - UFPE, Editora Universitária, Recife 1977.

- Veiga, Gláucio - História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife, UFPE, Editora Universitária, Recife 1980/1988.

.....

(Apraz-me antecipar-me e agradecer, finalmente, à saudação que se seguirá, do honoriano e jaguaribeano acadêmico José Octá-vio de Arruda Melo, e consta da plaquete distribuída aos pre-sentes, fruto de vasta e variada leitura que fundamenta e motiva a sua agitada e animada vida no mundo das letras. E o fazem cohecido entre os notáveis. Ele também sabedor do trabalho intelectual de Vamireh Chacon, Nelson Saldanha, Germano Coelho, Antonio Carlos Vilaça, expoentes da nova cultura pernambucana – gente do meu tempo, eles mestres, eu aluno –, nomes que sucederam Gilberto Freire, Josué de Castro, Pinto Ferreira e outros luminares do conhecimento).

João Pessoa, 14 / 10 / 2009

Discurso de recepção do acadêmico José Octávio de Arruda Melo em Saudação ao acadêmico Eilzo Matos

Eilzo Matos: das Letras do Sertão, Madeiras do Rosarinho e Norberto Bobbio à APL

José Octávio de Arruda Mello*

SUMÁRIO: Introdução. 1.1 APL e cultura interiorana. 1.2 O sertanismo de Eilzo Matos. 1.3. Recife e o outro lado da moeda. 1.4. Na política de Sousa. 1.5 Grupo José Honório e resistência democrática. 1.6 Onde entra o intelectual. 1.7 De Virginius da Gama à literatura. 1.8 Na visão crítica de uma produção. 1.9. Demais incursões e o que esperamos de Eilzo.

1. **INTRODUÇÃO** - Uma das características de nossos dias consiste na eliminação das distâncias socioculturais entre litoral e interior.

Com efeito, estradas e eletrificação, multiplicação de escolas superiores e sindicatos rurais, presença de Nova Igreja e derradeiras projeções das obras contra as secas fazem com que o sertão do presente não mais constitua o homizio de que falava Euclides da Cunha.

A referência a *Os Sertões* (1902) não fica mal porque se nos encontramos no centenário de morte do autor – que esta Casa não esqueceu, graças a meu *Terra Revisionismo e Cultura em Euclides da Cunha* (2009), como ponto de partida de palestras, seminários e artigos – seu universo é o da antiga região de jagunços, cangaceiros, beatas, milenarismo messiânico e literatura de cordel.

Esse é um *hinterland* que não nos envergonha, mas ficou para

---

(*)Saudação dirigida ao acadêmico Eilzo Nogueira Matos, em sua posse na Academia Paraibana de Letras, a 14 de outubro de 2009.

(**) Historiador de ofício, com doutorado na USP. Integrante da APL e IHGB, professor concursado da UEPB e editor de *Revista do UNIPÊ*. Autor de *História da Paraíba – Lutas e Resistência* (11ª.ed. 2008), *História do Direito e da Política* (2008) e *Terra, Revisionismo e Cultura em Euclides da Cunha* (2009).

trás. Em seu lugar emergiu o das mais conscientes reivindicações sociais, centros de cultura, integração regional, projetos modernizadores, mulher emancipada, artesãos e escritores ajustados ao mercado, bem como turismo e cultura de massas. A própria democracia, inobstante as contrafações, anima-se, diante do esforço dos que buscam ultrapassar as limitações da primazia dos notáveis e classe média das primeiras fases.

1.1 **APL e cultura interiorana** – Visando a, presentemente, substituir o bovarismo dos chás e reuniões festivas, pelos fóruns do autor e articulação com a sociedade civil, esta Academia de Letras não se aparta dessa realidade.

Data daí a maneira como o interior nela se afirma, por meio de inúmeros integrantes. Joacil Pereira, que provém de Caicó, no Rio Grande do Norte, é hoje um homem de Alagoinha, tanto quanto Evaldo Gonçalves deriva de Puxinanã, José Rafael de Menezes, de Monteiro, Juarez Farias, de Cabaceiras, Carlos Romero, Gonzaga Rodrigues e Wills Leal, de Alagoa Nova – Este o município de mais numerosa delegação – Humberto Mello, de Teixeira, e Antonio de Souza Sobrinho do binômio Cajazeiras/ São José de Piranhas.

Pouco importa que alguns desses não hajam rigorosamente nascido aí, pois é por esses municípios que lutam.

José Loureiro levou o UNIPÊ a celebrar convênios com a Prefeitura de Catingueira. Dorgival modernizou Taperoá, com rodovia asfaltada e hotel. Jackson Carvalho implantou em Caiçara uma das melhores escolas do Estado. Hildeberto Barbosa tem atualizado a biblioteca de Aroeiras, da mesma forma que Wills conduziu a Festa da Galinha a Alagoa Nova, Flávio Sátiro fortalece as instituições culturais de Patos, Sérgio de Castro Pinto tornou-se Secretário de Cultura de Guarabira, terra de mulher, Alda, e Damião Ramos empenha-se pelo patrimônio histórico de Itabaiana e Pilar. Indo mais longe, Luiz Nunes Alves chegou a disputar a Prefeitura Municipal de Água Branca.

Essa dimensão converteu-se em algo tão alviçareiro que eu mesmo, bicho de praia, como a colega Adylla, também me interiorizei. Isso para ajudar Alagoa Grande, por onde iniciei, há quase cinquenta anos atrás, a condição de professor. Sem imaginar que o destino me incorporaria a município dos mais consistentes historiadores paraibanos- Oswaldo Trigueiro de A. Mello, Hélio Zenaide, Elza Regis de Oliveira e José Avelar Freire.

1.2. **O sertanismo de Eilzo Matos** – A presença, hoje, nesta *Academia*, do publicista, novelista, ensaísta, orador, poeta e ex-deputado Eilzo Nogueira Matos situa-se no âmago dessa fermentação criadora. Porque ninguém tão sertanejo quanto o mais novo colega. Nesse particular, seu acento telúrico ultrapassa nossas fronteiras em lição de vida que não custa evocar.

De raízes fincadas no velho Piancó dos Leite e Cajazeiras dos Matos, sem falar em Sousa onde radicou-se, São José de Lagoa Tapada a que representou e Coremas onde ora reside, à beira do açude desse nome, Eilzo ligou-se aos vizinhos Rio Grande do Norte e Pernambuco, ambos inseparáveis da respectiva condição existencial.

Seu pai, tendo concluído curso ginasial em Cajazeiras, migrou para Mossoró, onde frequentou Academia de Comércio e conheceu a futura esposa. De volta a Sousa, já com Elzira e Elzir a tiracolo, aí localizou-se, como representante da poderosa firma F. L. do Monte, a mesma que, em 1932, conseguiria desalojar o segundo Ireneo Joffily da Interventoria do Rio Grande do Norte.

Apesar das origens, paternalmente vinculadas a potentados do comércio de algodão, cereais, cera de carnaúba e material de construção, Eilzo albergou-se do lado oposto, do setor não patrimonial, mas público, da sociedade. Tal como os irmãos, Elzir, modernizando Piancó, e Elzira, professora do Estado, graças a ato assinado pelo Governador e acadêmico Oswaldo Trigueiro.

1.3. **Recife e o outro lado da moeda** – Foi dentro desse quadro de vinculações à nascente classe média sousense, de lideranças sindicais como Gilberto Nabor, estudantes MNozart Gonçalves e Johnson Abrantes, populistas também rábulas como Zu Silva, e ainda intelectuais e serventuários da justiça, que Eilzo, no limiar dos anos sessenta, repartiu-se entre Sousa e a cidade onde despontou para as letras e a boemia.

Refiro-me ao Recife, onde não apenas estudou Direito, na turma do poeta Jomar Souto, mas se associou, como estudante e médio funcionário da Previdência Social, às reivindicações sociais da época.

Vivia-se, no período anterior a abril de 64, a trepidação das reformas de base, impulsionadas, na capital pernambucana, pela Frente do Recife, herdeira das arrancadas sociais dos séculos XIX e XX. Antagonista, dentro da Faculdade, da corrente conciliatória do comedido Marco Maciel, Eilzo não pensou duas vezes. Integrou-se à ala esquerdista, por via da qual

participou de reuniões no Teatro do Parque, juntamente com David Capistrano, Abelardo da Hora, Paulo Cavalcante, Joaquim Ferreira Filho e Hiram Pereira – a fina flor do Partidão, engajado, em sua maioria, no primeiro governo Miguel Arraes.

A ressonância dessa fermentação não tardou a alcançar Sousa onde, se contrapondo aos Gadelhas da UDN e Pires de Sá, do PSD, os Abrantes do velho Manuel Gonçalves avançaram, para acolher o jovem promotor Antônio Mariz, eleito prefeito em agosto de 1963.

Para muitos, entre os quais, a certa altura, equivocadamente me incluí, gerava-se certa ambivalência, com Eilzo, arraista no Recife e gonçalvista, em Sousa.

1.4. **Na política de Sousa** – O aparente paradoxo dissipa-se quando se constata que o PTB dos Abrantes oferecia sustentação à nascente liderança de Antônio Mariz.

Com efeito, assegurando os comícios, em termos de palanques, som, gambiarras, foguetório e banda de música, além de generoso dispêndio financeiro, Manuel Gonçalves tornou-se o protótipo do coronel progressista, sensível às reivindicações sociais. De mais a mais, tratava-se do pai de Augusto Abrantes, suplente de senador pelo trabalhismo, em 1958, e responsável pela entronização da publicização administrativa de Sousa. Tal se verificou quando, prefeito entre 1951 e 55, descarregou, em plena via pública, caminhão da Prefeitura que, desde o Lastro, conduzia madeira pertencente ao pai.

Assim, como já proclamei não existir o quinquênio JK sem o segundo governo Vargas, de quando datam os projetos daquele, não se pode entender a vitoriosa escalada de Antônio Mariz sem os Abrantes e, em especial, a dupla Manuel Gonçalves/Augusto Abrantes.

A essa formação foi-se incorporando Eilzo Matos. Ele provinha do Recife onde testemunhou a derrocada de primeiro de abril, em seguida à qual travou patético diálogo com Joaquim Ferreira, na ponte Duarte Coelho:

"- Ferreira, rapaz, e agora?

- Estou indo para o campo."

Dito isso, Ferreirinha marchou para as bandas da Estação Ferroviária.

Com escritório de advocacia vizinho ao velho Manuel Gonçalves que diariamente lhe perguntava "por esse tal de Sindicato", Eilzo infiltrou-se no gonçalvismo marizista juntamente com outros jovens de

igual orientação. Eram eles o promotor Sabino Ramalho, economista Alcindo Rufino, o Dudu, futuro marido da consagrada Tânia Barcelar, o padre João Cartaxo, o procurador fiscal Aloísio Bonavides – cérebro do grupo – e o futuro Secretário de Educação Francisco Arruda Fontes, de saudosa memória.

Embora não dispusesse de cargos a mandatos, tornava-se ativista tão ousado que, certa feita, em quermesse da festa da padroeira, arrebatou por dez contos de réis uma galinha assada também pretendida pelo usineiro e chefe político José Gadelha.

Ante a reformulação bipartidária de 1965, a política de Sousa acentuou a exaltação. Se pelo lado do PMDB, onde pontificava Marcondes Gadelha, como parlamentar autêntico, no plano federal, o eciano José Gadelha "abria o saco" para denunciar o que considerava "os ladrões de Sousa", do lado oposto, o deputado Romeu Abrantes, também inflamado, "descascava a jurema".

Nesse contexto, o caminho de Eilzo tornou-se mais pessoal que familiar ou grupal. Tanto assim que, aproximando-se do prefeito Clarence Pires, do antigo PSD, habilitou-se a substituir Romeu, quando da cassação deste, em 1969.

Deputado estadual eleito no ano seguinte, mas derrotado em 1974, voltou à Assembleia, em 1979, já conhecido como 'deputado da cultura'. Seus pronunciamentos nunca desmereceram a essa, bastando dizer-se haver sido de sua iniciativa, juntamente com Virginius da Gama e Paulo Melo, a criação do Festival de Arte de Areia, oficializado pelo governador Tarcísio Burity e responsável pela ressurreição da cidade, na década de setenta. A iniciativa valeu-lhe as graças do ministro José Américo de Almeida.

1.5. **Grupo José Honório e resistência democrática** – Foi aí que nos encontramos. Também perseguido em 1964 e 69, eu permanecera aqui com acesso vedado à Universidade onde somente ingressaria, por concurso, em 1976. Juntamente com Otinaldo Lorenço e outros companheiros, convertemos a Rádio Arapuan dos programas *Antena Política* e *Mandando Brasa*, em trincheira da resistência contra o generalismo autoritário.

Artigos de Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Castelo Branco e Hélio Silva, entrevistas com Oscar Passos, Raymundo Faoro e Hélio Jaguaribe, estudos de José Honório, Paulo Cavalcante, Vamireh Chacon e Cândido

Mendes, declarações de Breno da Silveira, Cleanto de Paiva Leite e Manoel Correia de Andrade, bem como acolhimento à Dra. Terezinha de Jesus Zerbini, quando esta aportou à Paraíba, em 1977, para fundar a seção local do Movimento Feminino pela Anistia, depõem a favor dos que verdadeiramente combateram o arbítrio.

Estes não foram os que aderiram ao Governo nas eleições de Campina Grande de 1968, sustentadas contra nosso companheiro Ronaldo Cunha Lima, ou migraram para enriquecer, lá fora, mas os que ficaram entre nós, recorrendo nos instrumentos de que dispunham, na imprensa, na cátedra, no parlamento, mediante a palavra que libertava. Consolidando essa diretriz, o Grupo José Honório Rodrigues foi constituído, por iniciativa nossa e com Eilzo dentro, em 1967.

Eu e Eilzo, em que passei a votar, juntamente com o democrata Aluizio Afonso Campos, amigo/irmão do acadêmico Oswaldo Trigueiro do Vale, estivemos entre os que não se curvaram. Eilzo, partidário, como autêntico político, pronunciou-se em 1973, na Assembleia, sobre os anticandidatos Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, mas observando que "peço a transcrição dos discursos do jornalista Barbosa Lima, sem poder fazer o mesmo, com relação a Ulysses, candidato de partido adversário".

Quanto a mim, declarado adepto da política externa independente, do policentrismo italiano de Togliatti e Berlinguer e da experiência chilena do presidente Salvador Allende, tornei-me um dos que primeiro transportaram para a Historiografia o período brasileiro 1958/64 – tabu da época – e sobre o qual produzi nada menos de cinco livros. Neles, inicialmente, tive de recorrer às iniciais dos entrevistados, não para denunciá-los, como malevolamente propagado por ressentida megera, mas para poupá-los.

Entre mim e o novo acadêmico apenas uma diferença. Enquanto eu, embora simpatizante dos PSB de João Mangabeira e Domingos Velasco, MDB de Pedroso Horta, Ulysses Guimarães e Fernando Coelho, e PSDB de Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, nunca me filiei a partido algum . Eilzo, cem por cento político, não fez outra coisa.

Daí que, redemocratizado o país e encerrado o ciclo de resistência ao autoritarismo, perseverou na política, fosse candidatando-se a deputado federal pelo PT e apoiando a candidatura municipal Célio de Figueiredo, contra o próprio sobrinho – no que reafirmou congênito antifamilismo.

Mais recentemente, coube-lhe fomentar a candidatura a deputado federal Miquika Leitão, mais como amigo de longas datas seu mais recente sogro.

1.6. **Onde entra o intelectual** – Seria natural que tão movimentada trajetória se voltasse para o campo intelectual.

Em Eilzo tal se verificou sob a inspiração de Virginius da Gama e Melo – escritor que esta Academia se encontra na obrigação de reestudar em dois diferentes momentos e cenários.

O primeiro foi o Recife dos anos cinquenta onde Virginius pontificava como apreciado colunista do suplemento literário do *Jornal do Comércio*. O segundo ocorreu na João Pessoa dos anos setenta a que o novo acadêmico chegou como deputado de primeiro mandato, encontrando o autor de *O Alexandrino Olavo Bilac* (2ª. Ed. 1985) na condição de guru da cultura paraibana.

Se no Recife do Savoy e do bar "A Portuguesa", Elizo abriu-se a outras influências como o contraparente Manuel Mariz, graças a quem se afeiçoou ao bairro do Rosarinho com os seus 'Madeiras' de famosa canção carnavalesca "(...) e somos madeira que cumpim não róe"- na capital paraibana sua devoção a Gama e Melo tornou-se exclusiva. Essa confissão encontra-se nas *Memórias Escolhidas*, digitadas mas não sei porque não publicadas. Como nas crônicas de Sindulfo Santiago, o sujeito de parte delas é o Recife.

Verdade que, ao aqui chegar, Eilzo já trazia experiência cultural. Em Sousa, colaborava na revista *Letras do Sertão*, uma das mais longevas de nossa história e cuja trajetória rememoraria em ensaio de 2004, por mim prefaciado. Essas produções trazem a marca do esquerdismo.

Nos jornais acadêmicos e mesmo na grande imprensa recifense publicara esparsos sonetos e contos, um dos quais lhe valeu premiação em concurso do *Correio da Paraíba*, de Afonso Pereira. O dinheiro do prêmio foi todo consumido em cervejas.

1.7. *De Virginius da Gama à Literatura* – Dessa maneira, foi por iniciativa de Virginius da Gama e Melo que as atividades culturais de Eilzo Matos vieram a sistematizar-se. Articulista dos principais jornais pessoenses, levou tão a sério o cometimento que os reuniu na coletânea *Prosa Caótica* (1983 ?).

É esse um dos mais típicos livros de Eilzo pela amplitude e diversidade do conteúdo. Os temas variam entre Augusto dos Anjos, José Américo, Abelardo Jurema, Vargas Llosa e Ascendino Leite. Teatro e Projeto

Araponga, IV Centenário da Paraíba, Getúlio Vargas em Sousa, Ascensão e Decadência de Campina Grande, Desobediência Civil, e crítica de Elizabeth Marinheiro. Nele "Stendhal e o Grupo José Honório" me perfilha tão precisamente que o parente Celso Leite sustentava que eu deveria colocá-lo em um quadro.

Progredindo na burocracia estatal, onde passou de diretor da Rádio Tabajara à Secretaria de Segurança Pública e conselheiro do IPHAEP, a tônica de Eilzo consiste em permanente vinculação às letras. Estas não se lhe tornaram prolongamento da atividade parlamentar ou qualquer outra. Ganharam vida própria, daí porque, rapidamente, abrigaram os poetas, contista, novelista e romancista.

1.8. **Na visão crítica de uma produção** – Apesar da força de algumas passagens de *A face do tempo* (1986) – "Salve palavra!/Que consumiste os meus desejos/ E transformaste os meus pensamentos em eventos,/ Avançando e retrocedendo,/ Escondendo e revelando os meus segredos."/, não falarei do poeta.

É que no ficcionista Eilzo prefiro o prosador. Situado na linha do teórico da literatura José Antonio Urquisa, produziu criações de porte menor, médio e maior, positivando-se então, em rigorosa sequencia, o contista, o novelista e o romancista.

Na área do conto, *As horas trágicas*, subtituladas histórias *do campo e da cidade* (1997) refletem a pós-modernidade para quem a estória curta-densa, concisa e trágica – não conhece enredos mas situações. Tendo no mar, por exemplo, não fonte de devaneios líricos, mas de angústias, aproxima-se mais do uruguaio Onetti e curitibano Dalton Trevisan que do paraibano José Leite Guerra, mestre no ofício.

De segunda edição datada de 1999, a novela *A super quadra* expressa o engajamento político de Eilzo que nele se torna panfletário, daí porque algumas passagens beiram a denúncia. Com ações transcorrentes entre Sousa, Recife e Brasília, o autor investe contra a tecnoburocracia dos militares encastelados na Brasília do Hotel Nacional, dos políticos, e opíparos churrascos de fim de semana. Daí que personagens como Gama e Silva, Delfim Neto e Roberto Campos se fazem nominalmente referidos.

Quando (re) li essa novela, lembrei-me, instintivamente, de *O sobrinho do general* (1964), de Ledo Ivo, mas posteriormente evoluí para *Festa de Setembro* (1974) de nosso Flávio Sátiro. Isso devido ao tom caricatural de ambos: e porventura o deputado Hermano Sales, de Flávio,

não é o mesmo governador da Paraíba que, em Eilzo, "chegava em atropelada marcha com o seu séquito", o qual "ria alto, batia copos, arrastava cadeiras?"

Dos romances a crítica tem realçado *A invasão das cobras* (1996), mas *Viajantes do Purgatório* é o que mais me agrada.

Justo que a feição histórico-social de *A Invasão das cobras* lhe permite, um pouco à Inês Mariz em *A barragem* (2ª.ed, 1994), sendo a técnica estilística de Eilzo, superior -, reconstituir a construção de um grande açude, em todas as implicações. Nesse particular, os sitiantes que se deslocam para a festa e a jogatina do arruado evocam Fabiano e Sinhá Vitória de *Vidas secas* (1938) de Graciliano Ramos, ao tempo em que o novenário da nascente cidade o aproxima de José Lins do Rego, no Pilar.

Ainda assim, fico com *Viajantes do purgatório*, resumido às páginas 117 e 208 da edição de *A União* Editora:

"(...)Assim era a cidade, era a vida, eram suas contingências (...) Assim, uns ganhavam e muitos perdiam. Era uma sociedade sensual, enfim, parecendo regredir a métodos primitivos, como nos primeiros tempos, competindo para a realização do instinto. Apenas, entrevistas a meta, o objetivo ambicionado, seguiam em avanços e recuos, conduzidos, imperceptivelmente, por forças que desconheciam, buscando saídas nos momentos de crise".

De personagens mais amadurecidos, *Viajantes*, dotado de ambiência local mas alcance universal, apresenta como tema a realidade telúrica dos sitiantes, afetada pelo rádio que os aproxima do mundo. A transição urbano-rural da sociedade sertaneja emerge claríssima, tanto quanto a intensa sexualidade dos personagens. Duas são então as fontes eilzeanas: tecnicamente, os novelistas latinoamericanos do realismo mágico e, sociologicamente, os valores distilados por Djacy Menezes em *O outro Nordeste* (3ª, ed. 1995).

1.9. *Demais incursões e o que esperamos de Eilzo* – Escritor essencialmente plural, Eilzo Nogueira Matos também envereda pela oratória, a história, o ensaio, a crítica e a biografia.

Dos discursos ressaltem-se a saudação aos homenageados da VII Noite da Cultura, em dezembro de 1975 e o de paraninfo da turma da Faculdade de Direito de Sousa, em julho de 2007. Os títulos falam por si – "Conhecer e transformar o mundo" e "Nosso Tempo, nossa vida". Para o novo acadêmico, a cultura jamais deve ser diletante, mas posta a serviço das transformações da sociedade.

Foi com essa intenção que se pôs à frente da criação da Faculdade de Direito de Sousa, federalizada por Reitor de inspirações democráticas e interioranas – Linaldo Cavalcante. No caso de Eilzo, o cometimento valeu-lhe dois ensaios históricos – *Faculdade de Direito de Sousa* – da criação de curso ao Campus VI (documentos para sua história), sendo a segunda edição ampliada, em 2001, autêntico novo livro.

Seus estudos críticos, disseminados por publicações da Paraíba e do Nordeste, contam-se às dezenas. Um dos que mais aprecio, inserido em *Correio das Artes*, de maio de 2008, intitulado *Ariano Suassuna, Milan Kundera e Georges Lukács* expressa três vertentes do aparelhamento conceptual do autor – telurismo do teatrólogo, inovação ficcional de Kundera e marxistmo aberto e criativo de Lukács.

Daí para a biografia foi um passo. Eilzo dela se ocupou em *Dr. Firmino Leite – Médico e Humanista* (2002) e ainda abordagens acerca de Elzir Matos e Salviano Leite. Não por acaso, todos agentes da modernização sertaneja. O humanista Firmino, como médico do DNOCS, poeta e sogro de José Urquiza. Elzir modelar prefeito do Piancó. E Salviano, como o piancoense de mais altos voos no século passado, em face da condição de Secretário de Estado, suplente de Senador e presidente da Caixa Econômica Federal.

****

Para encerrar, direi que estas considerações refletem não apenas longa e verdadeira amizade mas identificação cultural, política e ideológica, acentuada nos dias que correm.

Quase tanto quanto Eilzo, provenho do estatismo nacionalista dos anos cinquenta/sessenta, sendo ele militante da Frente do Recife e eu seguidor do modelo bismarquista-napoleonista do professor Hélio Jaguaribe. Há alguns anos, porém mudamos. Foi assim que nos transportamos para o liberalismo social de Hannah Arendt, Ralph Dahrendorf, John Rawls e, no meu caso, Marco Maciel.

Se foi dentro dessa linha que construí *História do Direito e da Política* (2008), saudado por Eilzo em comunicação enviada ao Tribunal de Justiça, tal se consolidou com a morte do pensador italiano Noberto Bobbio, em 2000. Como foi às colocações de Eilzo que recorri, para conceituá-lo expoente da Filosofia do Direito e da Política, saímos os dois, Paraíba afora, pelas Faculdades de Direito de Cajazeiras, Sousa,

Patos, Campina Grande e João Pessoa, para discussão das teses do mestre peninsular.

Este representa acurada síntese, pluralista e democrática, entre o liberalismo dos Direitos Humanos e o socialismo das conquistas sociais. E é em nome deles que aqui nos encontramos.

Esperamos de Eilzo que, como legitimo honoriano, proceda, urgentemente, o que José Américo de Almeida perfez, em 1923, com *A Paraíba e seus problemas*. Ou seja, construção que sistematize a atual problemática paraibana, em todos os níveis e em bases estaduais, regionais, nacionais e internacionais.

Não vejo ninguém tão apetrechado para a empreitada. Eilzo Matos ingressa, assim, nesta Academia, não apenas pelo que fez, mas pelo que fará.

Muito obrigado!

Discurso de Posse na Academia Paraibana de Letras do acadêmico Paulo Gadelha na Cadeira 23 em 10 de fevereiro de 2011

Confesso da forma mais diáfana, transparente, aberta, a minha alegria em aqui ser recebido. Não nego que, embora timidamente, acalentava, de há muito, o sonho de algum dia ser integrante desse cenáculo do pensamento e da cultura da nossa Paraíba. Para tanto, esperei sem atropelar os fatos. Usei da paciência que lapida o verso, aprendendo com José Américo de Almeida, imortal da Academia Brasileira de Letras, quando disse que "aquilo que está para acontecer tem muita força".

Meus senhores, minhas senhoras, diletos acadêmicos,

A primeira vez que visitei a Academia Paraibana de Letras – anotem – foi no dia 3 de novembro de 1962. Era a data da posse do tribuno, poeta, jurista e político Alcides Vieira Carneiro como imortal desta Casa. À época, eu estava concluindo o primeiro ano do curso de direito da velha Faculdade da Praça João Pessoa, e fui representar o meu pai naquela solenidade. Meu pai, todos sabem, durante algum tempo, militou em campo oposto ao doutor Alcides Carneiro, mas nunca a cor partidária diminuiu a amizade e admiração que o velho Zé Gadelha mantinha pelo seu querido amigo Alcides Carneiro.

Assim, cumprindo o ritual, felicitei o filho da guerreira cidade de Princesa Izabel, dizendo que o fazia em nome do meu pai, quando ele, Alcides Carneiro, o mestre da oratória paraibana, mexendo com a minha emoção, pôs a mão no meu ombro e disse solene: "Ouvi, pela Rádio Borborema, dois discursos que você fez, na campanha de Pedro Gondim, para governador, e do seu tio Zabilo Gadelha, para vice-governador. Você tem talento e um dia chegará a essa Academia". Pensei, deve ser a generosidade do homem extremamente educado, mas, de logo, ouvindo, e depois, e lendo, meditativo, o seu fantástico discurso de posse, comecei a ver, em cada poeta, um decifrador de sonhos, um vaticinador do futuro, uma espécie de Sigmund Freud das musas.

É que, senhores e senhoras, prezados confrades, na sua oração à imortalidade paraibana, Alcides Carneiro, que foi deputado federal, presidente do IPASE e ministro do Supremo Tribunal Militar, citando o sergipano Gilberto Amado, na apologia aos céus oníricos dos poetas, repetiu: "Poeta é quem diz palavras eternas, quem pensa pensamentos grandes, quem sente sensações imensas. Pode o objeto do pensamento ser uma flor ou o universo; pode a palavra ser violenta ou suave. A sensação, porém, que gera a palavra e o pensamento, há de ser sempre grande para ser nova".

E continua o tribuno na antológica citação, lembrando que "o olhar do poeta vê o que vê – pela primeira vez. Não traduz, não reflete. Recebe diretamente da natureza a vida, isto é, a sensação realizada". Assim, trocadilho à parte, pelo visto, o poeta anteviu naquela noite de 3 de novembro de 1962, o que nós estamos vendo e vivendo agora.

Meus amigos, minhas amigas, colegas acadêmicos,

Toda liturgia de posse é, simultaneamente, compromisso e desafio; ompromisso com o discurso que busca pragmatizar a sua proposta; e desafio, como instrumento indutor de transformações.

É, pois, este instante, a simbiose perfeita daquilo que o mestre Gilberto Freyre, misturando história, literatura e sensibilidade, chama de o tempo tríbio, a junção do passado, do presente e do futuro. Sem dúvida, este ato tem um olhar vidrado no retrovisor. O passado está aqui presente, vislumbrando o futuro. Aliás, Luiz Gonzaga Rodrigues, imortal deste Sodalício, e um dos cronistas mais amenos do Nordeste, em discurso proferido à memória da Academia Paraibana de Letras, lembra nostálgico: "Note-se que a Academia da Paraíba era uma das que chegavam por último. Talvez por isso mesmo, pela subestima dos contemporâneos". E continua Gonzaga Rodrigues: "No entanto, os que se reuniram no salão da biblioteca da General Osório naquele 14 de setembro de 1941 eram, em sua maioria, expoentes do que pontifica de melhor na militância literária e dos estudos históricos da Paraíba: João Rodrigues Coriolano de Medeiros, Álvaro Pereira de Carvalho, Horácio de Almeida, Celso Mariz, Cônego Mathias Freire, Hortêncio Ribeiro, Luís Pinto e Rocha Barreto".

Hoje, assumo a cadeira 23, que tem como patrono Theodomiro Ferreira Neves Júnior, vocacionado para o mundo da poesia, onde reuniu os seus poemas no livro chamado *Arestas*. Teve ligeira identificação com a pedagogia, onde em 1905 chegou a fundar o Instituto Maciel Pinheiro, de efêmera duração.

É fundador da cadeira Álvaro Pereira de Carvalho, paraibano de Mamanguape, nascido em 19 de fevereiro de 1889, falecendo no dia 5 de outubro de 1952. Múltiplo, polivalente e polêmico, Álvaro de Carvalho, formou-se em direito, na Faculdade do Recife, em 1916, ano em que entrava em vigor o *Código Civil*, obra da engenharia jurídica de Clóvis Beviláqua. No campo das letras, era um cultor dos clássicos, além de jornalista, ensaísta e crítico literário. Assim, com incursão no mundo da crítica e, igualmente estudioso da obra de Augusto dos Anjos, Álvaro de Carvalho escreveu *Ensaios de Crítica Estética*, A *Revolução do Eu*, *Augusto dos Anjos e outros ensaios*. É patrono da biblioteca da Academia Paraibana de Letras. Foi professor de italiano do Lyceu Paraibano e diretor do Jornal *O Comércio*. Na vida pública, exerceu o mandato de deputado federal e secretário de Governo. Em 1928, elegeu-se vice-presidente da Paraíba, como companheiro de chapa do presidente João Pessoa. Com a morte de João Pessoa, assassinado a 26 de julho de 1930, assume o Governo da Paraíba, administrando o nosso Estado por setenta dias, num dos instantes mais turbulentos da vida política brasileira.

A sua experiência administrativa, os conflitos que o poder provoca, tudo isso ele resumiu no livro que escreveu, com o título de *Nas vésperas da Revolução*. Polêmico, nesta obra, que é um mergulho nos primórdios da Revolução de 30, Álvaro de Carvalho diz, da forma mais direta possível, que sancionou a Lei nº 700, mudando o nome da capital de Parahyba para João Pessoa, contrariado, fazendo-o apenas para solenizar a ideia do poeta Américo Falcão, "pela grandeza da homenagem e porque traduzia o desejo da maioria dos concidadãos".

Assim, na mesma linha de pensamento, e contrariando a imensa maioria do povo paraibano, vetou o Projeto de Lei nº 6, que criava a nova bandeira da Paraíba, devolvendo-o à Assembleia Legislativa, para apreciação do veto, aduzindo nas suas razões que "a frase inscrita na bandeira não é histórica nem figura no telegrama em que o presidente João Pessoa negou apoio à candidatura Júlio Prestes, e que NEGO, desacompanhado de qualquer explicação é, por si só, incompreensível e encerra um grito de puro negativismo". A Assembleia derrubou o veto, permanecendo a legenda originária, que ainda hoje orna o pavilhão paraibano. Depois que abandonou a política, fixou-se em Santos, no litoral paulista, como professor de inglês e exercendo a advocacia.

Senhores acadêmicos meus senhores, minhas senhoras,

Antes de Mariana Cantalice Soares, a quem estou sucedendo, a

cadeira 23 desta Casa de Letras, já fora ocupada por dois paraibanos do melhor nível intelectual: Aurélio Moreno de Albuquerque e Abelardo de Araújo Jurema. Tive a alegria de conhecê-los. Com Aurélio de Albuquerque, nascido em Areia, no brejo paraibano, os contatos tinham um viés jurídico e uma admiração literária. Ele era desembargador do Tribunal de Justiça, e, eu acadêmico de direito, acompanhando as sessões daquela Corte, nas suas Câmaras e no Pleno. Foi o tempo suficiente para mensurar a sensibilidade do julgador sereno, estudioso, imparcial.

Uma vez, numa palestra que proferia sobre o futuro do direito, numa promoção di Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa, quando perguntado qual o melhor conceito de direito, rápido, ele responde: "Gosto da definição do ministro do Supremo Tribunal Federal Pedro Lessa, quando lembra que "O direito é a magna obra da pacificação universal. É uma rede de fios materialmente invisíveis que pune, sanciona, proíbe, permite, limita e domina a honra e a ignomínia, a riqueza e a miséria, a vida e a morte, o heroísmo e o crime".

Como cronista e colaborador, dos jornais *A Imprensa, A União*, o *Correio da Paraíba* e O Norte, era o analista percuciente da vida, das letras e dos costumes paraibanos. Escreveu, entre outras obras, *Areia, seu passado, seu presente, Justiça e vida*, e *O areiense Joaquim da Silva*. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico, e foi presidente da Academia Paraibana de Letras.

Com Abelardo Jurema, a convivência foi política e cultural, e mais duradoura. Abelardo, nascido em Itabaiana, foi uma das mais emblemáticas figuras do mundo político da Paraíba e do Brasil. Prefeito interino de João Pessoa em 1937; diretor da Rádio Tabajara, onde se notabilizou pelas crônicas objetivas, serenas, imparciais, com que analisava os fatos e instantes mais dramáticos da 2ª. Guerra Mundial.

Secretário do Interior e justiça, suplente de senador do saudoso e querido Ruy Carneiro, onde assumiu a titularidade do mandato por 102 dias, enfrentando, com coragem, lealdade e espírito público a famosa "banda de música da UDN" no Senado, ganhando o respeito da grande imprensa e a admiração e confiança do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Em 1958, elege-se deputado federal pelo PSD da Paraíba, e em 1959 já é escolhido líder da maioria do presidente JK, na Câmara Federal.

Daí, a sua estrela não mais parou de brilhar, nunca esquecendo a sua Paraíba. Pelo seu empenho e prestígio junto ao governo do mineiro de

Diamantina, conseguiu o que era a maior aspiração do mundo cultural e educacional da nossa terra: a federalização da nossa Universidade.

Em 1962, reelege-se deputado federal e, de logo, é escolhido ministro da Justiça do presidente João Goulart. Cassado, exila-se no Peru, onde enfrentou todas as intempéries com a mesma coragem, afirmação e grandeza de espírito. Enquanto lutava, pela sobrevivência naquele país vizinho, escrevia livros que são indispensáveis a quem acompanha a história do Brasil, dos idos de 1964 até os dias atuais.

Ele nos legou, como textos históricos *Sexta-feira 13*; *Os últimos dias do governo João Goulart*; *Entre os Andes e a revolução*; *Exílio*, sem esquecer obras ligadas à vida política da Paraíba e do Brasil, como *102 dias no Senado*, coleção de discursos pronunciados no antigo Palácio Monroe, o velho Senado do Rio de Janeiro, bem como o ensaio *Juscelino e Jango: PSD/PTB*, analisando as razões da aliança entre os dois partidos.

É eleito para ocupar a cadeira 23, toma posse no dia 14 de janeiro de 1982, sendo saudado pelo cronista e imortal Luís Augusto Crispim. Abelardo Jurema era membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e, com méritos, recebeu o título de professor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba. Um paraibano, pois, que honrou a nossa terra na política, na ação administrativa e nas lides intelectuais. Cultivo a sua memória, pela amizade que me liga aos seus filhos, especialmente, Oswaldo, Nara, e Abelardo Jurema Filho.

Senhoras e senhores,

A última ocupante da cadeira 23 foi a escritora paraibana Mariana Cantalice Soares. Sem dúvida, três valores fizeram o seu universo literário: talento, imaginação e sensibilidade. Conheci Mariana Soares quando a cidade de João Pessoa era bucólica amena, poética. Somos da mesma geração, eu mais velho. Vivíamos numa João Pessoa provinciana e humana, com os seus símbolos e tradições. A Festa das Neves, onde os bilhetes construíam e desfaziam namoros. A Festa da Mocidade fazendo do Parque Solon de Lucena o território da alegria; o jantar dançante do Cabo Branco, onde todos conheciam todos. Depois, nas voltas que o mundo faz, encontrei Mariana ensinando e escrevendo. Aliás, fazendo bem os dois ofícios.

Nas crônicas publicadas, e nos ensaios que escreveu, de logo era visível a vocação literária, com a influência marcante de José Lins do Rego, Albert Camus e Clarice Lispector. De Clarice Lispector, o discurso nostálgico que é flagrante nos textos da autora da monografia – *João Soares: a medicina como sacerdócio*. No livro que escreveu sobre o

seu pai, há vivo um olhar para nunca esquecido: o da lembrança/saudade. Parece que Mariana repetia esta construção sentimental que Clarice Lispector nos legou, quando afirmou: "Minha alma tem o peso da luz. Tem o peso da música. Tem o peso da palavra nunca dita, prestes quem sabe ser dita. Tem o peso de uma lembrança. Tem o peso de uma lembrança. Tem o peso de uma saudade. Tem o peso de um olhar. Pesa como pesa uma ausência. E a lágrima que não se chorou. Tem o imaterial peso da solidão no meio de outros".

Era, esta, de fato, toda carga sentimental desenhando a criação literária de Mariana Soares. Depois, no ensaio que escreveu – *O ontológico na obra de José Lins do Rego* – ela transpõe a prosa pungente do criador de *Menino de engenho*, quando questionava as dores do mundo, no mesmo discurso filosófico de Albert Camus buscando o sentido o sentido da vida.

Assim, diz Mariana Soares: "José Lins do Rego, tomando consciência dos mistérios que nos envolvem, levantou toda a sua obra, onde uma dor pungente atinge suas personagens. O drama humano, que é composto dessa nostalgia de unidade e dessa constatação de que nada está claro nem explicado, pois tudo está mergulhado nas sombras, terá, com certeza, alcançado plenamente o autor. O seu tempo da morte, a percepção que tinha dos limites do humano levaram-no a escrever sobre o lado mais triste da vida". E continua a escritora Mariana Soares, no mesmo texto: "Preocupação semelhante encontramos no pesador Albert Camus, que lembrava a necessidade de se viver mais, acumulando o máximo de experiências, esgotando, com paixão, tudo que existe. José Lins, seguindo essa mesma linha, seria o homem do absurdo como o autor de *O mito de Sísifo*, pois que, além dessa vontade de viver, tinha a certeza de um destino esmagador, mas sem resignação e se achava estranho à sua própria existência".

Era, pois, a temática de toda a literatura de Mariana Soares. Os mistérios da vida, o constante desafio do enigma do amanhã, foram preocupações do seu universo de escritora. Tinha, sem dúvida, muito a produzir em termos de literatura.

A cadeira que ela ocupou será inspiração e desafio. Gostaria de me manter fiel a esses dois valores. Para Mariana, com certeza, Cecília Meirelles compôs esses versos: "Eu canto porque o instante existe e a minha vida está completa. Não sou alegre nem sou triste: sou poeta". Realmente, poeta que escrevia prosa com o sumo da emoção.

Meus senhores, minhas senhoras,

Agora, encerrando digo que estou feliz em pertencer a este Sodalício. A vida já me deu muito, mais do que mereço. Devo, porém, afirmar sem jactância: o que eu realmente gosto é de escrever. Acosto-me, pois, à lição do mestre Adonias Filho quando garante que "o ato de escrever é o mais público de todos os atos".

Na liturgia da gratidão, obrigado ao ilustre acadêmico Damião Ramos Cavalcanti, pelo brilhante discurso com que me recebe nesta Augusta Assembleia Literária. Metáfora à parte, em tudo o que ele faz, e no campo das letras, traz o saber de experiências feito, como filósofo, professor, latinista, gramático, meu companheiro cronista aos domingos, na página de opinião do respeitável jornal *Correio da Paraíba.* Na verdade, culto intelectual, um dos espíritos mais lúcidos da Paraíba.

Por último, obrigado em meu nome, em nome da minha esposa Cecília, e de minha filha Raissa, a ato dos que aqui vieram trazendo a alegria de suas presenças, porque como disse Machado de Assis: "a glória literária é a única que eleva, honra, consola e fica".

Discurso de recepção do acadêmico Damião Ramos Cavalcanti em saudação ao novo acadêmico da Academia Paraibana de Letras, Paulo Gadelha

Cogito palavras que só são entendidas no silêncio.
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O nome do meu discurso é um vocativo: Paulo Gadelha. Ele se encontra à porta da nossa Academia Paraibana de Letras. Não precisamos ouvir o seu sertanejo "ô de casa", todos nós o esperávamos. Não precisa bater, Paulo, a porta está apenas escorada. Sua pessoa foi sempre uma das nossas e está chegando para sê-la mais ainda. Que não esteja semiaberta, abra-se a porta até ao recanto, para que larga e sobeja seja sua entrada.

Com semelhante alegria, você veio ao mundo na academia dos Gadelhas. Engatinhou, por primeiro, pelo corredor da sucessiva convivência fraterna dos seus oito irmãos e única irmã, Maria do Socorro. Como o mais velho filho da família, aconselhou-os, mas, com Marcondes Iran, Francisco de Assis, Raimundo, Renato, Jorge, Dalton e Salomão, Paulo não deixou de ser menino e viver bem todas as fases da vida. Acalentou-se no carinhoso colo dos seus pais José Gadelha e Miriam Benevides, aprendendo a ficar de pé, a andar, a correr, a falar, a aprender as primeiras palavras informes, desarticuladas e, de repente, num milagroso processo, palavras formes, articuladas, adequando-se às pessoas, às coisas e aos fatos. Dona Miriam certamente se limitava às advertências de mãe, quando você ia jogar bola na Praça do Rosário de Sousa.

Confrades Oswaldo Trigueiro, Dorgival Terceiro Neto e o sousense Eilzo Matos, quem, nessa cidade, não apontaria, com respeito, a suntuosa e acolhedora vivenda: Aquela é casa dos Gadelhas! Lar que o acolhia menino, quando corria com seu conhecido medo de cachorro ou temendo as nômades vestes ciganas, desejosas de lerem a sua mão. Também quando, simplesmente, corria, corria, corria, magricelo, na prática da

maratona, então esporte da sua predileção. Logo cedo, longe dessa casa, já em outras cidades, como Patos, João Pessoa e Recife, voltava Paulo a Sousa, atraído pelo que diz numa das suas belas crônicas: "Há, na vida das cidades, espaços que têm o selo das coisas imperecíveis e espelham a vida", porque todas as casas de outras cidades formavam para você a rua que o levava de volta a Sousa, recompondo o sertão mítico dos seus tempos de menino; e, quando voltava Paulo às ruas da infância, não mais se referiam a uma das coisas imperecíveis ou à sua casa, escutava-se das conversas de esquina: aquele é Paulo Gadelha. Já era quando Paulo deixou de morar em Sousa, suas raízes sertanejas passaram a ganhar mundo, mas o sertão continuou a ser sertão, onde habitavam suas paixões.

E este Paulo é quem está, para nosso orgulho, adentrando à Casa Coriolano de Medeiros; já continuando a exemplaridade de Álvaro de Carvalho, de Aurélio de Albuquerque, do Ministro Abelardo Jurema, ilustre paraibano itabaianense, pai do destacado jornalista Abelardo Jurema Filho, e de Mariana Soares Cantalice, que ocuparam a cadeira 23, cujo patrono é Theodomiro Ferreira Neves Júnior. Faça-o com orgulho, Paulo, e humildemente receptivo, pois, ela ainda se encontra quente, do calor literário da nossa saudosa confreira Mariana. Alertam-me os confrades Luiz Nunes e Otávio Sitônio de que todo sertanejo entende o que seja o calor, contudo relembro que o calor do bem literário é transmissível, assim como ferro é calor ao participar do fogo, o orador, o escritor devém mais senhor das palavras e das letras, ao conviver definitivamente com aqueles que lidam com as letras como Hildeberto Barbosa, Ângela Bezerra de Castro, Gonzaga Rodrigues, Elizabeth Marinheiro, Sérgio de Castro Pinto, e o esteticista da nossa linguagem cultural, Ariano Suassuna. Ou com aqueles confrades que já, de há muito tempo, dominam o ritmo das palavras nas sentenças, em passos dançados pelas tessituras do Latim, *lingua mater*: Manuel Batista de Medeiros, Antonio Sobrinho, Marcos Augusto Trindade, Eurivaldo Caldas Tavares e José Loureiro Lopes, amigos de conversa, dos saudosos imortais como Monsenhor Pedro Anísio, Milton Paiva, Tarcísio Burity, Luiz Gonzaga de Oliveira, meu professor de Literatura e emérito latinista, e Francisco Pereira Nóbrega, cuja cadeira 33 me honra ocupá-la.

A imortalidade que a Academia concede decorre, antes de tudo, do compromisso dos empossados invocarem os seus antecessores. É também assim que eles renascem e são imortais. Imortalidade! Qual imortalidade? A você que chega, Paulo, coube-me a sinceridade lhe falar sobre os meandros desta Casa. Não sei se cometo absurdo numa circunstância tão

alegre dizer, mas digo: A imortalidade do acadêmico só tem vida e cresce talvez depois da morte, secundando-se conforme a memória das suas obras e a lembrança dos valores na sua pessoa. Ainda, porém, se assim o é, priva-nos da liberdade, como nos adverte Jean-Paul Sartre na sua obra *Huis Clos* (À Porta Fechada) com estas palavras: *Nous sommes touts vivants et qu'ils sont morts... qui ne cherchent même pas à changer* (Nós somos todos vivos... mas, aqueles que morreram nada procurem mudar"). Daí, distingo que estar morto, mesmo na imortalidade, simbolizaria perder a liberdade de mudar ou de desejar mudar o que nós fomos, o que falamos, o que escrevemos e as consequências das nossas ações. E assim, continuando o raciocínio de Sartre, permaneceremos eternamente vítimas dos julgamentos e juízos que ocorrerão sobre nós e sobre as nossas obras. De modo, caros moradores desta Casa, se desejamos mudar para melhor, obviamente que seja agora, enquanto estamos em vida. Se assim é o tempo da imortalidade, é esta mesma imortalidade que nos priva da liberdade de mudanças, segundo a visão sartreana, no livro *Huis Clos*, emprestado a mim pela confreira Adylla Rabello, seríamos nada mais nada menos que prisioneiros da escuridão sem luz e "limitados num quarto sem porta e sem janela". É mais agradável alegrarmo-nos com Rainer Maria Rilke: "O tempo não é uma medida. Um ano não conta, dez anos não representam nada. Ser artista não significa contar, mas crescer como a árvore que não apressa a sua seiva e resiste, serena, aos grandes ventos da primavera, sem temer que o verão possa não vir. O verão há de vir. Mas só virá para aqueles que sabem esperar, tão sossegados como se tivessem à frente a eternidade."

O acadêmico e poeta Astênio Cézar Fernandes ressaltou ser avaliação consensual desta APL que "a Academia recebe, no momento, dois grandes valores: logo a seguir, Alexandre de Luna Freire e, agora, Paulo Gadelha". Nossa consciência distinguirá paraibanos ilustres da sua estirpe, ao saber que esta casa paraibana de letras não se ilumina com lustres, mas com luzes, luminares, se notáveis em todos os sentidos: cívico, ético, intelectual e literário. Quarenta homens e mulheres, protótipos do melhor à juventude, especialmente à juventude vocacionada às letras, dando-lhe luz tal como, Paulo, em Sousa, depois que terminava o terceiro sinal de que as lâmpadas se apagariam, iluminava a rua, queimando as aparas de pneu do sapateiro João Buega, seu companheiro de peladas. A propósito, Paulo, quanto diferente de você, jogava ruim este sapateiro! Parafraseando o pintor grego Apeles que alertou o sapateiro, ousado opinante sobre suas

pinturas, a não passar além das sandálias, dir-se-ia ao sapateiro Buega, que pouco jogava futebol, não passar além das chuteiras! O atual Presidente da FIEP, seu irmão Francisco, mesmo jogando bem, paramentava-se como o sapateiro para entrar em campo, e, por isso, você o apelidava de Buega. Ele, não se irritando com isto, acatou este epônimo que lhe caiu no agrado para o resto da vida. Este amor ao futebol levou Paulo a se entusiasmar pela vida profissional de jogador, foi o velho Zé Gadelha quem lhe deu cartão vermelho, determinando, com veemência, seu filho a aposentar as chuteiras, quando o jovem jogador já se preparava, enquanto titular do Botafogo de João Pessoa, para viajar com o time a Caruaru: "Vá estudar, seu Cabra! Você pensa que eu gasto tanto com Colégio pra quê? Ou estuda ou vai plantar algodão em Sousa." Como todos percebem Paulo preferiu não plantar algodão, debaixo do sol quente. Mas, esta obsessão esportiva formou em Paulo um imbatível no futebol também quando escreve sobre o assunto. Leiam "História de Todas as Copas" de sua autoria; desfrutem de suas belas crônicas esportivas, dignas de inclusão à obra "Bravo! Literatura & Futebol", que reúne as melhores poesias e crônicas futebolísticas, como Luís Fernando Veríssimo, Ferreira Gullar, Lima Barreto, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Nelson Rodrigues, Rubem Fonseca e Clarice Lispector, entre outros. Sobre isto, na sua obra antológica "Varsóvia Revistada e Outros Ensaios", destaque-se "José Lins do Rego, o cronista esportivo".

Paulo Gadelha é o cronista que se dividiu e se disputou entre Recife e João Pessoa, entre o Diário de Pernambuco e o jornal Correio da Paraíba, que me dá a honra de tê-lo ao meu lado todos os domingos como também, nesse jornal, em companhia, dos cronistas confrades Carlos Aranha e Carlos Romero. Foi falando, discursando, parlamentando, escrevendo que Paulo Gadelha talhou a si próprio em esculturas "michelangelianas", ora resistindo às injustiças, ora relembrando o lirismo da vida, ora lamentando a dor humana, ora trazendo-nos de volta vultos filosóficos, políticos ou literários, ora felicitando o prazer da perfeição.

Paulo, que ilumine de perfeição nossa juventude, acelerando os passos da Academia em direção ao convívio da educação e da cultura, com um facho, se acadêmico, então olímpico, de esplendoroso clarão, ajudando a ofuscar a mediocridade da linguagem, tão usual numa sociedade sofrivelmente letrada, que vem maltratando as palavras, matéria prima da arte literária. Dias trás, em viagem ao interior, calei o rádio que me dizia: "Falar errado é certo". A Casa Coriolano de Medeiros não são simplesmente

quatro paredes que separam o piso do teto, encerrando, em seu recinto, os reconhecidos pelos seus escritos ou pela capacidade de redigi-los. Deve ser, por primeiro, abrigo da finalidade para que tradicionalmente foram criadas as academias, nunca sem função social. E, também, rejeite comodidades, dando vida e dinamismo ao espírito crescente de mudanças, crescendo criativamente nos seus estilos e nas suas ações literárias, sem desprezar os costumes, porém, indo além da tradição.

A palavra é o nosso instrumento de luta, como a ela se refere o renomado poeta Carlos Drummond: "Lutar com palavras/ (Parece ser) a luta mais vã/ Entanto lutamos/ Mal rompe a manhã/ São muitas (as palavras) e eu pouco". Alvitro, para dizer o "quantum" indispensável a este espírito de luta, lembrar Bertold Brecht: "Há homens que lutam um dia e são bons/ Há outros que lutam um ano, e são melhores/ Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons/ Porém há os que lutam toda a vida/ Estes são os imprescindíveis". Imprescindíveis a esta luta que vai além das ações até à imortalidade. Paulo é um desses imprescindíveis, quem vem se juntar a todos nós, nas nossas trincheiras, porém, para caminhar e lutar. Sentimos que o escritor ou escritora, quando escreve as palavras, pensa que elas lhe pertencem e as escreve para si; ao terminar a obra, sente que escreveu para o outro; e, finalmente, os outros sentirão que elas foram escritas para o mundo. É neste sentido que, sendo acadêmicos, não devemos nos enclausurar no intramuros da Academia, omissos à luta que nos espera ou distantes da nossa função social.

Tempos atrás, depois de passar pelas aulas primárias da Professora Isaura Sena, em Sousa, enquanto aluno do Colégio de Patos, caríssimo confrade Flávio Sátiro, Paulo era levado pelo educador Monsenhor Vieira, então Padre Vieira, para fazer discursos nos comícios das noites do sertão patoense. Monsenhor Vieira, assim o gratificava: "Discurse, meu filho. Seu pai vai gostar, ele é também da UDN". Em seguida, foi aluno do Colégio Pio X em João Pessoa e do Colégio Padre Félix em Recife, não sabia ele que nessas andanças na capital pernambucana, encontraria, no futuro, a companheira dos seus sonhos: Maria Cecília Maciel, com quem teve a filha Raissa. Deu-lhe o nome de Raissa, para homenagear, enquanto admirador do humanismo, Jacques Maritain, filósofo humanista casado com a russa, escritora e poetisa, Raissa Maritain. Paulo, após seus estudos médios em Recife, cursou Direito na UFPB, onde pronunciou oração final dos concluintes, tendo disputado esta escolha com Luiza Erundina. Como ganhou este privilégio de Erundina, o então orador udenista, em momentos

tão esquerdizantes do meio universitário? Pois, bem! Em Patos, a eloquência era emprestada a Monsenhor Vieira a serviço da UDN; porém, na Faculdade de Direito, Paulo era Paulo. Aplaudia-se nele a eloquência das causas e dos movimentos sociais, às vezes, muito mais à esquerda do que a própria Erundina. E foi com esta índole, contra as injustiças sociais, que foi, mais tarde, conforme suas pretensões políticas, eleito duas vezes deputado estadual, de desempenho elogiado pelo historiador e confrade José Octávio de Arruda Mello, na sua obra "Da Resistência ao Poder", página 127: "(...) o parlamentar emedebista que, entre 1975 e 1982, melhor refletiu a nova postura – a um só tempo enérgica e respeitosa – do MDB paraibano, foi Paulo Gadelha. Dotado de apurada argumentação, esse parlamentar que, proveniente do lacerdismo anterior a 64, se encontrava, agora, em mudança de lado, pronunciou seguros discursos". Hoje, estes discursos estão reunidos no livro da sua autoria, "Além da Censura – Discursos", editado pela A União. Ao seu exemplo, o irmão Marcondes Gadelha entusiasmou a luta pela democratização do país, quando a nível nacional, foi um dos líderes da ala do seu partido chamada de "MDB autêntico". Também Marcondes se consagrou, enquanto parlamentar, em defesa da transposição das águas do São Francisco para irrigarem as terras nordestinas, onde a água não cai, aonde a água não corre.

Ainda com seu irmão Marcondes Gadelha, adolescentes, motivados pelo gosto à palavra falada e escrita, escreveram o "acta diurna" da vida social e política de Sousa, no iniciante jornal Sousa News, que, pelo nome, parecia ter pretensões, muito além do Sertão. Sua primeira edição incomodaria pessoas da sociedade política sousense, se não fosse Zabilo Gadelha, tio dos jovens editores, que comprasse, da Banca de Geraldo de Flande, todos os duzentos exemplares e os levasse à mãe dos idealistas jornalistas, com a admoestação que eles "escrevessem literatura, poesias bucólicas, menos sobre política". Ainda, ao dono da barraca, que "nenhum tostão daqueles jornais" fosse entregue aos sobrinhos, novos aspirantes empresários do jornalismo em Sousa. Assim, o Sousa News teve suas horas contadas, logo nos seus primeiros passos de vida. A partir de então, Paulo e Marcondes decidiram falar e escrever em outras paragens. As sementes do Sousa News germinaram e criaram raízes em outros terrenos menos hostis ou mais acolhedores. Aonde forem para falar, onde estiverem para escrever sempre recordarão do inesquecível Sousa News. Nada definitivamente falece, quando a alma é boa, tendo a paciência da perseverança diante das coisas quase impossíveis. Sobre as impossíveis

diz Nélson Geraldo, em O Caminho de Gilgamesh: "Um grão de areia pode causar uma pérola, é verdade. Mas nunca, em mariscos". A grande contribuição da família Gadelha à política paraibana pode ser lida em Paulo Gadelha, História Política de Sousa, muito bem prefaciado pelo nosso competente e erudito confrade Evaldo Gonçalves.

Mas, a fama de Paulo como bom orador vinha de muito antes, desde quando o adolescente fez seu primeiro discurso, saudando o eminente Juarez Távora, durante passagem deste político pela cidade de Sousa. Foram então os primeiros encontros com a palavra; a palavra conheceu e continuou reconhecendo a voz de Paulo, engraçou-se dele e dela, e ele começou a namorá-la. Inicialmente, vestindo-a com a voz, para depois desnudá-la com a escrita. Sabia-se que este casamento ocorreria. Seu precoce gosto pela leitura é testemunhado pelo amado irmão, Renato Gadelha, destacado profissional docente da Medicina no nosso Estado, o que é corroborado pelo historiador e confrade Wellington Aguiar, tão criterioso nos elogios que saem da sua boca: "Paulo Gadelha é um dos poucos estudantes de Direito que, depois de concluir o curso, continuou a estudar e, sobretudo a ler, tornando-se entre nós exemplo de estudo do Direito e destacado intelectual". Também assim se referem a Paulo o dileto companheiro Chico Remígio e o seu amigo de festas e de eventuais boemias, no Esporte Clube Cabo Branco, hoje médico no Rio de Janeiro, Marconi Luna. "Gostar de ler, não. Ele tem é mania!" Cismavam que esta excentricidade, num mundo sem leitura, era uma doença porque, desde os tempos de Sousa, confrade Eilzo Matos e Juarez Farias, Paulo já se demonstrava avesso às prolongadas festas do Eden Club ou do Ideal Clube, naquela cidade. Reclamavam a falta da sua companhia: Como pode trocar os reais romances por fictícios; os bilhetes amorosos pela leitura de jornais? Chico Remígio se tornava Chico Bacana quando, cansado de convidá-lo a sair à rua, aproveitava-se dessa paixão para lhe dar jornais e mais jornais em troca da chave do seu fusquinha encarnado; e, Marconi Luna, que se vangloria de ter tirado Paulo da matutice para os costumes da capital, ao ir arrancá-lo do seu refúgio, também sempre lhe censurava a desarrumação do quarto, cujos belos mosaicos não eram vistos, pisavam-se apenas em recortes de revistas e folhas soltas de jornais, tropeçava-se em livros abertos, emborcados sobre as páginas da última leitura.

Paulo quase não saía desse quarto para ambientes festivos, mas, ironicamente, quando alertado pelo saudoso irmão Doca Gadelha: "Meu irmão Paulo, você precisa casar", tinha-lhe, na ponta da língua, a resposta:

"Preciso aproveitar a minha juventude". Certamente você intuiu na excelente obra *Briefe an einen jungen Dichter* de Rainer Maria Rilke que o "amor são duas solidões protegendo-se uma à outra". Então, por que não prolongar a sua solidão sem a companhia de outra solidão? Esta solidão e a juventude a seu modo fizeram de Paulo um exímio homem das letras, *vir litterarius*, hoje, vindo do egrégio Tribunal Regional Federal, onde brilhantemente é Desembargador, *vir juridicus*, para tomar posse do bem que merece, na cadeira 23, uma das famosas quarenta cadeiras da Academia Paraibana de Letras, posse esta, Paulo, que só pelas suas qualidades, reveste-se de rica pompa.

"Amor à Palavra" é uma coletânea de discursos proferidos por Paulo Gadelha; a outra se intitula "Sentimento de Justiça". Estas duas publicações me inspiraram, evitando dualismo platônico, dividir, hoje, Paulo, em dois: *Litterarius Vir et Vir Juridicus* ou Homem das Letras e Homem Jurídico. Para lhe pôr um problema que nos aflige, fácil de ser decifrado, mas que, há décadas, continua a nos incomodar como a peste da Esfinge, nas portas de Tebas: o analfabetismo na terra das letras. Não esqueçamos, senhoras e senhores letrados, que ter acesso ao mundo das letras é direito de todos os cidadãos. Sobretudo para conhecer os seus direitos e não muito menos saber os seus deveres. Quanto a isto, cito, da *Summa Theologiae*, com o consentimento do latinista confrade Manuel Batista, a definição de lei do genial Tomás de Aquino: "*Lex est ordinatio rationis ad bonum commune ab eo, qui curam communitatis habet, promulgata*" ou "Lei é a ordenação da razão que visa ao bem comum, promulgada por aquele que tem a responsabilidade de dirigir a comunidade". Um dos elementos essenciais deste conceito é o da lei ser "promulgada" de *promulgare*, publicada, divulgada pela leitura, dada ao conhecimento público e de todos. Como o analfabeto poderá usufruir plenamente dos seus direitos ou cumprir os seus deveres, sem acesso à lei, impedido de ler esses direitos e esses deveres? São como cristãos impossibilitados de conhecer pelos próprios olhos a Bíblia; budistas, *o Tripitaka*; muçulmanos, o Alcorão. É o primeiro convite que se faz ao novel acadêmico para se engajar nesta luta de dupla bandeira. O segundo comprometimento, Paulo, enquanto homem das letras, é o de socializar para todos os nossos conterrâneos o belo do mundo letrado, acabando a regalia de apenas dos que sabem ler admirarem a beleza da linguagem. E, se a forma é bela, é também porque existe matéria substantiva na mensagem de interesse de todos os concidadãos.

Sabemos da sua admiração por André Malraux, de quem poderá também tomar o exemplo de preocupação e, sobretudo de engajamento a estes tipos de angústia e de motivação à luta. Tal conduta de vida pode ser lida na obra do confrade Jackson Carvalho, ainda no prelo, intitulada "Os personagens fantasiosos de Malraux e Sartre".

Sei como Paulo é destemido para essas coisas. Relembro a impusilvidade que não o continha, quando então Secretário do seu tio Zabilo, Vice-governador, em exercício por estar o Governador Pedro Gondim na Europa, o jovem Paulo censurou, com intransigência, a violência praticada pela polícia contra a imprensa: "Estou com a imprensa e não abro". Em reunião de diplomáticos entendimentos, tomou a palavra e, alto e bom som, exigiu do tio a exoneração do Coronel Belmont, homem de alto prestígio junto a Pedro Gondim. O então Governador Zabilo Gadelha, surpreso, suspendeu a reunião para o café pequeno; chamou o Chefe da Casa Civil, dizendo: "Leve o menino de Zé Gadelha ao mercado, compre uma baladeira para ele caçar lagartixa atrás do palácio e só voltem quando eu tiver resolvido o problema". Paulo não matou lagartixas, nem tampouco seus propósitos e a vontade de cumprir corajosos compromissos, este apenas contrariado pela prudência do irmão do pai, comedido na hora da verdade, quase como previam Eça de Queiroz e, no Sermão do Diabo, Machado de Assis ao sentenciarem que, às vezes, "a verdade nua é indecente", não que seja escondida. Mas, que se mostre como a notícia da morte do filho à mãe ou da do amado à amante, dita no prudente cometimento das palavras. Há casos em que a verdade nua se apresenta, não perdendo veracidade, com o manto diáfano, tecido de descrição pelos fios da sensatez.

Senhoras e senhores, Senhor Presidente Juarez Farias, caros confrades Wills Leal, Ronaldo Cunha Lima, Guilherme D'Ávila Lins, Joacil de Brito, e prezado Paulo Gadelha, talvez perceberam do uso repetido da palavra "palavra". Como dizia antes com Drummond, "elas são muitas e eu, pouco". Poderia até economizá-las, o ideal é não poupá-las, nem desgastá-las, e sim empregá-las adequadamente segundo a necessidade, é este o meu esforço. Justifico-me com as palavras de Paulo Gadelha, quando saudava o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, citando Miguel Torga: "A vida não cabe num discurso, por mais sincero e pensado". Contudo, a palavra é suficiente, insuficiente é o tempo. Mesmo assim, nesse sentido, a palavra é mais necessária ao homem que o próprio tempo. Foi por isto mesmo que necessariamente dois fenômenos iniciaram a cultura humana: a divisão de tarefas ou o trabalho e o surgimento das palavras.

Sem a palavra, ideias não se materializariam, não se cogitariam conceitos, nem haveria discurso. Enfim, a palavra me faz acreditar na dialética e nas suas convergências, por isto, afirmo que é a palavra o ponto de partida do caos da linguagem, evoluindo à ordem e progressivamente à arte literária.

As inúmeras vezes que pronunciei a palavra "palavra" foi como tentasse fazer deste termo o tema, ousando discursar, modéstia à parte, à semelhança das sinfonias, tal como o aparecimento e reaparecimentos do "sol, sol, sol, mi" na Quinta Sinfonia de Beethoven. Que venha a palavra que é Verbo, conotação e denotação de divindade, dissimulação do logos dos profetas, que se estende no seu significado, trazendo para dentro de si uma gravidez abundante de intuições e revelações. Mesmo que no escritor use a arte das entrelinhas, caro confrade Jomar Souto, seria como o poeta na promessa da epifania. Admoesta-nos Clarice Lispector a não sermos perdulários da palavra: "Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas". A arte está na palavra que evita o explícito para suscitar a descoberta do implícito, dos sonhos, da utopia, levando-nos a entender o convite para participar mais e mais ativamente da obra literária; é quando outras ideias surgirão do nada, daquele nada que corresponde à "falta" em Marcel Proust.

E o que lhe falta, Paulo? O que lhe falta? Já que acumulou tanto, catando preciosas pérolas no refúgio do silêncio? Com certeza, encontrou-as porque o silêncio é pródigo em nos proporcionar o "*kalós kai agathós*" dos gregos ou "o belo e o bom" das palavras. O que lhe falta, Paulo? Ser anfitrião ou partícipe dos nossos ágapes acadêmicos? Falta-lhe continuar escrever? Que sempre o seja! Continuar escrevendo para sair de dentro de si e jamais se trancar como a mônada de Heidegger e Leibniz; escrever não tão somente a história, como bem compreende o confrade Humberto Mello, mas para realizar consigo, deste modo, a história segundo o indivíduo histórico de Hegel; escrever para ser livre e quebrar as paredes da casa sem porta e sem janela de Sartre; escrever motivado pela sã vaidade de ser lido e por consequência não ser esquecido na posteridade; escrever para que seja mais bem entendido o homem enquanto humanidade; e finalmente, escrever para transformar o belo e a riqueza de viver em palavras; escrever porque, na Paraíba, esta Casa é o domo da palavra e a "agoridade" deste euclidiano sertanejo Paulo Gadelha se chama Academia Paraibana de Letras. Tenho dito!

Damião Ramos Cavalcanti
Academia Paraibana de Letras Cadeira 33

Discurso de posse na Academia Paraibana de Letras da acadêmica Maria Mercedes Ribeiro Pessoa Cavalcanti na cadeira 8 em 13 de maio de 2011

Exmo. Senhor Presidente da Academia Paraibana de Letras;

Autoridades que compõem a mesa;

Minha mãe Mercedes; meu marido Guilherme e meus filhos – a trindade Rafael, Eduardo e Henrique; meus irmãos Antonio e Carlos Alberto; e minhas irmãs Fátima e Cristina, que comigo formam as Três Marias;

Demais familiares vivos ou ausentes: da estirpe Pessoa, dos ancestrais Epitácio Pessoa, João Pessoa e meu avô Adolpho; Ribeiro Pessoa de minha avó Otávia, meu pai Antonio, minhas tias Dorita e Maria da Penha, bem como seus filhos aqui representados por José Antonio; Ribeiro Coutinho de todas as Julindas, Nicinha, Odilon e sua viúva Solange; Maroja de Helena, Ninoza e Ana Maria; familiares da linhagem Troncoso y Novelle, dos abuelos Juan Jesús e Asunción e demais parentes de Viña Del Mar e da Galícia; Albuquerque Cavalcanti do meu matrimônio – nomes e sobrenomes que se imbricam e se conciliam na minha própria pessoa;

Meus amigos presentes, alguns remontando aos tempos do João XXIII, entre os quais Teresa Cristina, Isabel Barroso e Ana Cândida; professores da UFPB: das Letras, como Rosângela Araújo, Jeová Mendonça, Ana Berenice e Elisalva Madruga, da Arquitetura, como Ivan Cavalcanti Filho e da Música, como Marília Cahino e Eurides, entre tantos outros colegas na ativa ou aposentados, a exemplo de Maria Alves e Linalda Arruda; artistas como Flávio Eduardo (Fuba); escritores como Marília Arnaud e Chico Viana; jornalistas como Ricardo Anísio e Antonio Mariano (também poetas); tantíssimos amigos, que é impossível citá-los todos, presentes na minha posse e no meu coração, alguns vindos de longe: Fátima Cortez do Rio de Janeiro, José Nêumanne Pinto de São Paulo, Walter Maroja de Recife

Luciana Horne de Olinda e Manoel Diamantino de Belo Horizonte;

Funcionários da Academia Paraibana de Letras, representados na dedicação de Juliana;

Minhas confreiras e meus confrades;

Minhas senhoras e meus senhores.

Estou de corpo e alma diante de todos vocês, o coração acelerado pela emoção. Mesmo assim, me pergunto: estarei dentro de um sonho? Ora, é da minha natureza transitar livremente, com um pé assentado na realidade e outro no imaginário. Onde situar, então, o momento que ora vivencio? E se eu abrir os olhos e perceber que perdi as asas bem no meio de um voo? Busco apoio em Calderón de la Barca (1600-1681) que um dia escreveu: "La vida es sueño y los sueños, sueños son". (A vida é um sonho e os sonhos, sonhos são). Ademais, se eu acordar de repente, a felicidade que sinto não se perderá: passará a ser de vocês, mais felizes sem o meu discurso.

Eis que ainda estou aqui, sonhando de olhos abertos. Imensurável é o meu regozijo em fazer parte da Academia Paraibana de Letras. Para mim, esta entidade é, foi e sempre será o corolário da cultura paraibana. Maior ainda é a minha alegria quando sei que, esteja onde estiver, o ocupante anterior da cadeira que agora assumo – o jornalista, memorialista, romancista, crítico literário, poeta, tradutor, pensador e filósofo Ascendino Leite – com certeza está abrindo um sorriso tão vasto como o universo onde se acha. Afinal, foi ele quem me instilou esta espécie de vírus que me tomou completamente – a volição de ser acadêmica.

Chego a esta casa de mãos dadas com o número três. Pleiteei a cadeira antes ocupada pelo Terceiro Sucessor Ascendino Leite. Terceiro foi o pleito que me concedeu a vitória. E porque são as Trindades que conduzem a minha vida, foi uma Trindade de votos que me levou a uma maioria absoluta e me outorgou, de modo inquestionável, a glória de ser empossada nesta egrégia entidade. Bem o sabem Carlos Aranha, José Jackson e, sobretudo, José Nêumanne Pinto, ilustre paraibano em plagas paulistanas, a quem agradeço a benevolência de fazer a minha apresentação oficial à APL.

Especialíssimo, este momento teria que se dar numa data significativa. Escolhi, então, o mês de maio, tacitamente considerado mês das mulheres. A noite do dia 13 foi uma opção estratégica para não interromper os afazeres dos que aqui vivem. Ao mesmo tempo, não atrapalha quem mora

fora, como Eilzo Matos e Luiz Nunes, que soem desfrutar o tranquilo bucolismo do interior paraibano. Ao consultar o Presidente Juarez Farias sobre a adequação da data, ele lembrou-me que ela coincide com o dia de Nossa Senhora de Fátima. Que bela data! A revelação me reportou à saudosa Mariana Soares. Ora, em nosso último encontro, sentamos defronte à imagem de Nossa Senhora de Fátima, no pátio da Igreja de mesmo nome. Diante da Virgem, oramos e, na companhia de seu filho Marquinho e do meu, Rafael, ela, qual uma pitonisa, vaticinou-me que eu seria a próxima mulher a adentrar a Academia.

Não tenho a veleidade de crer ou fazê-los crer que eu seria a melhor opção, no mundo literário e artístico cultural paraibano, para assumir o posto que pertencera a Ascendino Leite. Ao contrário: tenho a nítida consciência de que sempre haverá pessoas mais luminosas que eu. Na verdade, não vislumbro ninguém com merecimento bastante para ocupar o lugar de um acadêmico de envergadura tão extraordinária. Todavia, ele, sim, acreditava em meus méritos.

Preferi, então, escutar esse que foi um dos mais ilustres integrantes da APL e de tantas outras entidades culturais, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do qual tanto se orgulhava; da Academia Carioca de Letras, de que foi sócio correspondente; da União Brasileira dos Escritores; da Academia Pernambucana etc. Julguei sensato acatar o conselho de quem, ao obter o Título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Federal da Paraíba, na Resolução 37/1991, veio aumentar a importância dessa preclara entidade. Respeito o desejo desse monumento que levou o nome da Paraíba ao Brasil e ao mundo, e que possui verbetes em dicionários de além mar.

Candidatei-me, pois, instigada pela fé que por mim nutria Ascendino Leite em vida, quando, numa visão premonitória, me convencera de que a APL reservava um lugar para esta humilde escritora de madrugadas insones a desfiar contos, romances e poemas. Fundamental foi também o estímulo de meus familiares e amigos, bem como de acadêmicos como Humberto Mello e Dorgival Terceiro Neto o qual, ainda hoje, mantém contato com a competente Ivonete Belarmino, em reconhecimento à assessoria insubstituível que dedicou a Ascendino Leite, desde o momento em que, por uma inspiração que só Deus explica, a apresentei ao autor de *Momentos Intemporais*.

Agradeço, sobretudo, a Deus, pela realização de um sonho e ofereço esta vitória a vocês, aqui representados pelo meu esposo

Guilherme Cavalcanti e minha mãe Mercedes Troncoso; e também a Antonio Ribeiro Pessoa meu pai, que cedo viajou ao Paraíso, não sem antes deixar seu nome inscrito na história de Cabedelo, em cujas primícias de cidade recém-criada, arregaçou as mangas e organizou suas bases, como o seu primeiro prefeito.

Minha batalha para chegar aqui não foi pequena. Manuel Batista bem o sabe, como também Wills Leal e o poeta Sérgio Castro Pinto, pois me viram perseguir meu sonho desde o princípio. Elizabeth Marinheiro, minha sábia professora, tem ciência disso. Por sua experiência pessoal e pela necessária valentia no encalço de seus desígnios, ela, mais do que ninguém, percebe que o gênero feminino, se, de um lado, é supostamente frágil, por outro, tem que vencer pelejas mais duras. Adilla Rabello também conhece minha dura jornada, iniciada por uma platônica admiração à APL, a qual persegui com minha singela bandeira a tremular acima de quaisquer grupos. Bandeira ampla de paz e harmonia.

Acho mesmo que minha rediviva declaração de amor à APL terminou levando-me a ser acolhida em seu seio, para sempre confreira entre os confrades passados, hodiernos e futuros, vivos todos nas paredes e na memória da casa, numa presentificação indestrutível. E, justamente, nesse contínuo somatório e encadeamento orgânico de seres e suas contribuições em prol da cultura, perenemente somados e preservados sob a égide da Academia, é que reside a ideia de imortalidade.

Vejo-me cercada de espelhos e observo minha imagem a se multiplicar infinitamente. E, por trás de cada humilde Eu, encontro o reflexo de outras mulheres e outras lutas nas quais me espelho. Elas, sim, exemplos a reverenciar. Mulheres que pagaram por ousar, por saber demais. Assentada no terceiro milênio, não precisei sofrer como a filósofa Hipácia de Alexandria (355-415), que teve as vestes rasgadas e que, após ser arrastada e exposta à humilhação pública, foi levada a um templo, onde teve sua carne escavada com conchas, antes de ser queimada em uma fogueira erigida pelas mãos daqueles que, em última instância, usavam o pretexto da política e da religião para encobrir o preconceito dos que não aceitavam tanta inteligência na figura de uma mulher.

Tampouco fui apedrejada como a poetisa e educadora do Valle de Elqui do Chile, Gabriela Mistral (1889-1957), primeiro prêmio Nobel de Literatura da América Latina, cuja família chegou a pensar que deveria sair da escola e ser dona de casa, "papel mais condizente à sua condição feminina". Muito menos, tive que exilar-me, como a grande escritora,

jornalista e dramaturga mexicana Elena Garro (1920 ou 1922-1998), escorraçada pelos intelectuais liderados pelo próprio marido, o célebre Octavio Paz, sob cuja sombra passou quase ao esquecimento. Tantas mulheres, das quais sou pálida sombra.

Admito haver contribuído, com o meu exemplo, a encorajar mais mulheres envolvidas com a literatura e as artes paraibanas a candidatar-se à APL, a fim de avolumar o minguado número que somamos hoje. Com certeza, virão muitas. Maria das Graças Santiago que o diga. O mestre Ascendino Leite torcia para que isso sucedesse. Sobre o tema, seu discurso era claro e singelo. Em *Na Ciência dos Fatos*, disse: "O primeiro destino do homem é a mulher". E assim foi que cedeu seu lugar a esta Mercedes Cavalcanti que lhes fala, e que indaga:

Antes dele, quem se assentou na cadeira de número oito? Eis uma das faces mais pragmáticas da imortalidade: a cada novo acadêmico que a ocupe, todos os ocupantes anteriores terão suas histórias lembradas. E, nesses meandros da história, muito mais que eu, teriam competência para se desincumbir de tal mister os historiadores Wellington de Aguiar e José Octávio de Arruda Melo. Todavia, cabe a mim o labor de historiar, ainda que sinoticamente, a vida e a obra de seus ocupantes. Para isso, debruço-me no site da Academia Paraibana de Letras. Irei deter-me mais em Ascendino Leite, que há pouco nos deixou. Aos que desejem em sua vida se aprofundar, sugiro que cotejem *Ascendino Leite - escritor existencial*, de Joacil de Brito Pereira que, além de ter sido um íntimo amigo seu, é autor de vários discursos e textos sobre o perfilado, a exemplo dos comentários ínsitos em *Convívio Literário de Ascendino Leite*.

O Patrono da cadeira número oito foi Afonso Rodrigues de Souza Campos, nascido em 1881, na fazenda Muribeca, em Campina Grande. Como se adivinhasse o quão fugaz seria sua vida, já que morreria aos 34 anos, tudo realizou na juventude. Com 21 anos, já era bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Ajudou a fundar a Revista Jurídica e o jornal A República, que dirigiu. Em 1907, contraiu núpcias com Porphiria Montenegro.

Ainda assumiu o cargo de Promotor, Deputado Estadual e publicou vários trabalhos, iniciando com *Evolução do Direito das Obrigações e Ação Penal*, quando ainda estudante de Direito; *Bancos, suas espécies*; e *A Moeda*, entre outros.

O Fundador da cadeira em tela foi Hortêncio de Souza Ribeiro, campinense nascido em 1885 e falecido em 1961. Cursou Direito na

Faculdade do Rio de Janeiro e, de volta à sua cidade, foi um considerado um verdadeiro Mecenas para as jovens vocações literárias. Casou-se com Maria de Moura Ribeiro em 1939, com quem teve quatro filhos.

Colaborou nos mais importantes jornais da Paraíba (manteve uma coluna intitulada *Nota do dia*), e no Jornal do Comércio de Pernambuco. Integrou várias entidades literárias e foi um dos fundadores da APL. Seu livro póstumo – *Vultos e fatos* – foi ideia de sua esposa, que coletou seus escritos em jornais e revistas.

O Primeiro Sucessor foi Adhemar Victor de Menezes Vidal. Nasceu na Paraíba, capital, em 1897 e faleceu no Rio de Janeiro em 1986, enlutando Maria do Céu Vidal e cinco filhos. Preparou-se para o Lyceu sob a orientação do poeta Augusto dos Anjos e bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife. Aprovado pelo Itamaraty e enviado à Holanda, a saúde o trouxe de volta, assumindo proeminentes cargos públicos. Conferencista, escreveu em jornais do país e do estrangeiro, dirigiu o jornal A União e fundou a revista *A Novela*, precursora do movimento modernista no Nordeste.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e elegeu-se por aclamação para a Academia Paraibana de Letras. Sua obra é profusa e enciclopédica: *Recordações sentimentais de Epitácio Pessoa*; *Guia da Paraíba*; *Importância do açúcar*; *Lendas e superstições*; *Organização judiciária dos Estados Unidos do Brasil*; *O outro EU de Augusto dos Anjos*; *A família brasileira e as suas origens*; *João Pessoa e a Revolução de 30*, e por aí vai.

O Segundo Sucessor: Aluísio Afonso Campos, filho do Patrono, nasceu em 1914, em Campina Grande, e ali morreu, em 2002. Estudou no Lyceu, fez Direito em Recife e foi Deputado Estadual e Federal. Em 1990, deixou a política e mudou-se para o Rio de Janeiro. Assumiu cargos nobres: Assessor Jurídico da Comissão Brasil-Estados Unidos; Diretor Executivo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do NE – G.T.D.N.; Consultor Jurídico da SUDENE; advogado da Consultoria do Banco do Brasil S/A etc. Membro de várias entidades, integrou a APL em 1990. Casado com Inalda Campos, sem filhos, legou vários bens a institutos culturais.

Colaborou em jornais e revistas brasileiras e publicou, entre outros, *Direito e transformação social*; Aspectos Jurídicos dos Financiamentos Industriais; *Realidade econômica e desenvolvimento*

do Nordeste; *A Revolução da SUDENE*; *O problema institucional*; *Mandamentos da Nova República.*

O Terceiro Sucessor: Ascendino Leite. Eis que todos os presentes conheceram, seja pessoalmente, seja através de sua literatura, seja através da imprensa escrita, falada e televisiva ou da mídia digital, este erário intelectual da Paraíba. Todavia, devo e desejo cumprir o ritual de realimentar a sua imortalidade. Começo mencionando a cidade de Conceição, incrustada no Vale do Piancó, alto sertão da Paraíba, que deu à luz Ascendino Leite, em 21 de junho de 1915. Depois, trasladou-se a João Pessoa, onde avançou seus estudos no Lyceu Central, por onde também passaram Virginius da Gama e Melo, Juarez da Gama Batista e meu próprio pai. "Estudei com Antonio Ribeiro Pessoa no Lyceu" – contou-me Ascendino. – "Foi fundamental na minha trajetória, pois ele me convenceu a procurar o meu espaço no centro sul".

Tornou-se jornalista ainda no final da adolescência. Trabalhou nos jornais A União e A Imprensa, onde redigiu críticas que publicou no volume intitulado *Notas Provincianas*. Concomitantemente, abeberava-se nos escritores e filósofos locais e franceses, abrindo depois um leque para leituras de outras nacionalidades. Adquiriu, assim, uma bagagem cultural tão valiosa quanto enciclopédica. O seu primeiro livro, *Estética do Modernismo,* de 1936, teve em Mário de Andrade um de seus mais críticos leitores. Nesse mesmo ano, contraiu núpcias com Maria Rosa Franca, com quem permaneceu unido até o falecimento desta, em 1988. Frutos do matrimônio foram: Alice, Isolda, Maria das Neves, Lúcio e Vera Lúcia.

Em 1938, Ascendino Leite ensaiou transferir-se para o Rio de Janeiro, aproveitando o convite da Companhia Editora Americana. No ano seguinte, com problemas de saúde, voltaria a João Pessoa, onde se tornaria diretor do jornal A União, empreendendo importantes reformas e atraindo brilhantes colaboradores conterrâneos e outros exógenos do quilate de Ledo Ivo. Mas o destino realmente o chamava ao Rio, aonde logo retornou. Lá, galgou uma importante carreira jornalística. Trabalhou no A Vanguarda; foi Diretor de Redação dos jornais A Manhã, Tribuna da Imprensa, e das Folhas de São Paulo – Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite; e também chegou a Chefe de Redação do Diário Carioca e do Diário de Notícias.

Aliou sua mente brilhante ao carisma pessoal e ao privilégio de poder contatar os mais ilustres políticos e escritores do Brasil e do exterior. Assim, fez importantes amizades, documentou fatos, pessoas e

pensamentos e os publicou em *Diário Íntimo*, seu primeiro *Jornal Literário*. Nesse viés, tornou-se, quiçá, o maior memorialista do Brasil, o Paul Léautaud brasileiro. Legou-nos um precioso acervo de *Jornais Literários*. Neles, se alternam, em perfeito equilíbrio, pequenos relatos, descrição de encontros com personalidades; reflexões filosóficas; comentários clarividentes, críticas de diversa ordem, às vezes, de feição velada; adágios e até sucintos ensaios literários e esboços poéticos. Tudo sob o crivo de sua atilada visão crítica, onde tampouco faltam bem dosados ingredientes de humor fino (não raro com um pequenino laivo sarcástico). Em *O Princípio das Penas*, é assertivo sobre a questão: "Sem humor, ninguém existe; no mínimo, ficamos indefesos."

Mesmo nas entrelinhas de alguns episódios consuetudinários e aparentemente singelos que relata, podem-se captar vitais significâncias. Tudo escrito, por assim dizer, em estilo clássico-moderno, e em linguagem clara e harmoniosa. De leitura agradabilíssima, são eles (sem a redundância dos já citados): *A Velha Chama*, *O velho do Leblon*, *O jogo das ilusões*, *O vigia da tarde*, *Os dias memoráveis*, *Os Dias esquecidos*, *O lucro de Deus*, *Sol a sol nordestino*, *Um ano no outono*, *Os Pesares,* entre mais de vinte títulos que compõem o seu Jornal Literário.

Se o motivavam as inquietudes intelectuais, sobejamente, o agitavam os arroubos da arte. Queria-se imerso nela. Por isso, acreditava que "o sonho do artista é viver em inundação. Tudo pleno: cercando, rodeando, arrastando. As grandes inundações do coração. A grande tensão". Arte para ele implicava, pois, uma completude perfeitamente expressada pelo lugar comum do coração e seus desbordamentos líricos. De fato, quando assim falou em *3º Céu – visões e reflexões*, já havia experienciado outras vertentes que o levassem, decisivamente, à arte escrita. No gênero do romance, publicou: *A Prisão*, *O salto mortal*, *A viúva branca* e *O Brasileiro,* este último contendo um denso cunho social.

Veio a se tornar poeta no outono da vida, com o regresso a seu torrão natal, após o falecimento de sua esposa. Como Sivuca, dizia que preferia ser levado à outra vida quando estivesse em seu rincão nordestino. Não queria morrer em chãos adventícios. Assim, inspirado nas plagas telúricas que a emoção, a memória, a atmosfera e o afeto das pessoas de sua terra lhe transmitiam, publicou vasta bibliografia poética: *Jardim Marítimo*, *Visões do Vale*, *Os Juízes*, e *O Nariz de Cíntia*, posteriormente compilados em *Poesia Reunida*; e, ainda, *Por uma saudade azul*, *Poemas*

do fim comum e *À flor da terra*. Toda a sua obra poética foi reunida em um grande volume intitulado *Poesia ou Morte*.

Angariou a admiração de inúmeros críticos literários, a exemplo de Hildeberto Barbosa. Obteve um vívido aplauso de Antônio Houaiss, como se pode aferir através de um fragmento de uma carta que endereçou ao poeta: "(...) é poesia pura, pura, pura, cristalina, mais rica de conteúdo, de cores, de sentidos e ternuras. (...) Estou grato pelo encantamento que você me trouxe nesta hora cinzenta que os anos me trazem (...)" De fato, da poética de Ascendino, jorra uma copiosa atmosfera de vitalidade, beirando ao erotismo, inobstante haverem sido produzidos na outonal fase de sua vida. Alcança píncaros inesperados quando aborda as temáticas do amor e da paixão. Um romantismo sensual e pleno de leveza, emoldurado por uma aura bucólica, surge em *Elegia*, de *À Flor da Terra*: "Vem. O campo está aberto e livre / para nele, a flor florir. / Como, no teu corpo, minhas mãos tocando / e tímidos se espalhem / meus dedos por teus delicados / traços, amando".

Em outra área literária, Ascendino Leite editou uma interessante coleção de máximas e adágios de sua autoria, *Aforismos da Precisão*. Nesse, pode-se recortar uma reflexão que explica, em parte, o seu conceito de solidão, que é um elemento recorrente a perpassar o seu espírito e a concretizar-se em sua obra. Em suas próprias palavras, "o mais corajoso dos homens é o que não desdenha a solidão. Antes, conquista-a e com ela reforça seu sistema moral". Em *O Princípio das Penas,* apoia-se em Canetti: "É a necessidade que argumenta que, assim como quem estiver deitado no chão não poderá cair, nada nos poderá ocorrer se nos encontrarmos a sós". Então, a solidão não era, como muitos imaginam, um fardo que carregasse vida afora. Constituía, antes, uma proteção consciente a salvaguardar sua mente e seu espírito. Eis o porquê de sua insistência em se refugiar na solidão, ainda quando fosse meramente figurativa, e ele estivesse cercado de pessoas.

A presença literal ou metafórica de Tânatos torna-se quase uma obsessão. Sua presença vem imprimir ainda maior densidade e profundidade ao texto. Em *Vulgata,* recita: "Triste o botão de rosa / fenecido num talho obscuro / deste vale de aflições". Mais adiante, ainda quando a intenção é uma ode à vida, a morte sói assombrar-lhe os versos: "A morte é morta, pronto! A vida sempre imediata (...)". Já, em *Loas a Chile*, desabafa: "Nem as lápides / com suas tolas inscrições desafiantes / conseguem definir / o verdadeiro pesar / que a morte venha a inspirar".

Tânatos se traveste de várias faces, como estes dois primeiros versos do poema *Ofício*, extraídos do livro *À Flor da Terra*: "Vivo do que sobra / como resto mortal". Em *A Ciência dos Fatos*, chega a ser mórbido: "Agora que estou morto, por presunção ou excesso de filosofia, vou precisar do meu esqueleto para poder ser ressuscitado". E os exemplos se sucederiam, interminavelmente.

Nem o seu discurso de posse nesta Academia escapou do fantasma de Tânatos. Em uma passagem, revela: "Hoje (...), despertei com uma grande vontade de falecer". Ao antecipar a ideia da morte, tomado de uma espécie de atração irrecorrível por ela, afirmando que cada ano seria o derradeiro, não vislumbrava os muitos anos que se seguiriam. Ou, talvez, simplesmente, a morte, embora prenunciada, houvesse sido adiada, seu destino mudado, sua vida ampliada, ao voltar a respirar o mesmo ar que o vira nascer. E, então, como uma Fênix, teria ressurgido para viver o privilégio de uma nova juventude, sobretudo, através dos versos que o fizeram poeta quase aos oitenta anos.

Fundamental é ressaltar que, a fim de a recepção de sua obra ser efetivamente adequada e eficaz, em qualquer que seja o gênero em tela, é necessário exercitar a leitura de forma vertical. Assim, o leitor pode capturar a essência visceral inerente à tessitura textual e ao estilo de Ascendino, em que a forma é percebida mais como um elemento necessário à escrita e o aspecto conteudístico se assume como protagonista. Enfim, e isso vale para a teoria e prática da recepção de modo geral, o ledor tem que somar, ao deleite da leitura, a interpretação dos simbolismos que porventura perpassem a obra.

E eis que Ascendino Leite também se notabilizou como leitor detalhista e contumaz. Aconselhava: "É importante ler. Ler muito. Ler tudo. Até bula de remédio". Tinha íntima familiaridade com escritores vivos, mortos, brasileiros ou adventícios, em que, continuamente, vinha abeberar-se, seja em busca de ideias filosóficas e conceitos artísticos, seja – por que não? – por puro deleite. Transitando entre o prazer das leituras e a reflexão interpretativa, acabou elaborando belas traduções: *Armância* (Stendhal); *Uma vida* (Maupassant); *Cartas a uma amiga veneziana* (Rilke).

Insaciável na arte de ler e escrever, mantinha correspondência regular com grandes escritores, como Houaiss e Jorge Amado, e políticos, como Juscelino Kubichek; sem, no entanto, desdenhar as cartas da gente simples do seu interior. Só se correspondia pelo correio tradicional. Segundo ele, as mensagens eletrônicas jamais mostrariam o viço daquelas missivas

escrevinhadas e expedidas ao modo antigo. Não transmitiriam o calor daquelas folhas, quiçá já amarelecidas pelo tempo, abrindo-se em pequeninos estalos; roçando dedos sôfregos e desvelando saudades. Papéis de diferentes tamanhos e texturas, arrancados, talvez, de um bloco. Apalpados. Dobrados de um jeito pessoal e colocados em envelopes lacrados com goma arábica. Os modernos e.mails jamais conteriam o sortilégio das letras desenhadas a lápis ou caneta, de próprio punho. Nem chegariam ao destinatário por meio das mãos suadas de um entregador. Conteúdos interessantes, assinados por uma extraordinária gama de remetentes notáveis. Verdadeiras relíquias!

Era assim Ascendino Leite: um ser suspenso entre o plano onírico e o palpável, entre a ficção e a realidade, a ternura e a arguta inteligência. Em sua passagem pela existência humana, atingiu um nível físico e anímico em que não podia mais olhar para trás, não podia mais ficar. Partiu, deixando Ulyl a relembrar a sua íris matizada ora na dureza do azul aço, ora na poesia ensolarada e verde-anil da praia do Cabo Branco. Ficaram suas palavras permeadas de sabedoria e erudição, poesia e encantamento de estar no mundo, na solidão de seus livros e na companhia de seus afetos.

Senhoras e senhores, obrigada!

João Pessoa, 13 de maio de 2011

Discurso de Posse na Academia Paraibana de Letras da acadêmica Maria das Graças Madruga Paiva Santiago na cadeira 13 em 03 de junho de 2011

Minha alma engrandece ao Senhor!
O meu espírito exulta em Deus meu Salvador.
A Ele, toda honra e toda a glória.

Meus Senhores, Minhas Senhoras,

Inicio a minha fala agradecendo. Primordialmente a Deus que pela intercessão da Virgem Santíssima me tem cumulado de bênçãos, sendo esta noite, uma delas.

Em seguida, aos amigos que materializaram o meu sonho de chegar a esta Casa. De forma especial, agradeço ao Acadêmico Joacil de Britto Pereira, decano de nossas letras e paradigma de homem solidário. Apoiado no braço forte e sempre presente de sua esposa Nelly, Joacil saiu de um internamento hospitalar para vir aqui sufragar o meu nome no dia da eleição. Sua chegada, naquele momento, comoveu a todos os que aqui estavam, e a mim, particularmente, mostrou o quanto é poderoso o sentimento da amizade e a consciência do dever no cumprimento do compromisso assumido.

Agradeço, carinhosamente, a Acadêmica Adylla Rocha Rabello, a cronista da suavidade, amiga fraterna que participou de forma efetiva das *démarches* do início da minha candidatura e que sempre incentivou e aplaudiu as minhas veleidades intelectuais.

Agradeço, também, à Acadêmica Elizabeth Agra Marinheiro, figura de escol da nossa intelectualidade que se transportou da Cidade Maravilhosa para aqui dar-me o seu voto e emprestar o seu apoio através de magistral artigo escrito nas suas Tessituras do Jornal da Paraíba.

Agradeço, ainda, à Acadêmica Ângela Bezerra de Castro, peça emblemática desta Academia, presença efetiva em todos os dias que permearam a minha lida para chegar até aqui, desde o pedido de inscrição até hoje, momento culminante do processo eletivo. A ela coube, ainda, a

tarefa de me receber na Casa de Coriolano de Medeiros, com a competência e a sobriedade que caracterizam sua palavra.

Pela primeira vez as mulheres que aqui têm assento, uniram-se e envidaram todos os esforços para que outra mulher fizesse parte da Academia Paraibana de Letras. Nas suas pessoas agradeço, penhoradamente, aos Acadêmicos que sufragaram o meu nome e saúdo a todos os demais, pedindo a Deus que os abençoe e lhes prolongue os dias.

É norma desta Casa que o empossando discorra sobre seus antecessores. Norma que cumpro com alegria pela magnitude das personalidades sob enfoque e pela constatação de uma feliz coincidência. Os quatro ocupantes da Cadeira Treze da Academia Paraibana de Letras foram pessoas, todas elas, envolvidas com a questão educacional.

O Patrono

O Visconde de Cavalcanti, apesar de ter ocupado os postos mais relevantes do Império, exerceu, de forma total e apaixonada, o cargo de Diretor da Instrução Publica da Província da Paraíba sendo de sua lavra relatórios minudentes sobre os problemas do magistério: "***Enquanto não se der ao professorado positivas garantias materiais, importância social e sossego quanto ao futuro, as reformas de ensino permanecerão na esterilidade***" diz ele enquanto Diretor da Instrução. Discursando na Assembléia Provincial afirma que "***nós temos quartéis para formar soldados, faculdades para graduar engenheiros, médicos e advogados, seminários para ordenar clérigos mas nada instituímos para criar bons mestres-escola***".

Na Casa Grande da Fazenda Chaves, hoje pertencente ao município de Gurinhém, nasceu a 9 de novembro de 1829, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque que chegou a ser um dos grande nomes do Segundo Império.

Concluindo o curso preparatório no Liceu Paraibano segue para Pernambuco, como era costume entre os filhos da aristocracia rural, ingressando na Faculdade de Direito de Olinda,onde se bacharelou em 1852.Neste mesmo ano foi nomeado Promotor da Comarca de Areia cargo que ocupou por pouco tempo vez que foi eleito Deputado Provincial dois anos depois. Continuando sua trajetória política, elegeu-se Deputado Geral por cinco vilegiaturas. Foi o primeiro vice-presidente da Província da Paraíba, presidindo, depois, as províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco.

Era prerrogativa constitucional do Imperador a nomeação dos presidentes das províncias que podiam ser remanejados de acordo com as necessidades do Império ou com a vontade do soberano. Raramente um governador demorava no exercício da função. A cada ministério que mudava, mudavam, também, os dirigentes nomeados. Não foi diferente com Diogo Velho que em menos de três anos esteve à frente de três províncias. Foi titular, ainda por indicação do Imperador, dos Ministérios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do Ministério dos Estrangeiros e, também, do cobiçado Ministério da Justiça.

Portou-se, sempre, como um estadista acima das questiúnculas partidárias. Enquanto presidente do Piauí enfrentou uma seca de desastrosas conseqüências. Providenciou, de imediato, a instalação dos retirantes em colônias mantidas pelo poder público no sentido de garantir a vida aos flagelados e a segurança aos demais habitantes da província por ele dirigida. Como presidente do Ceará escreveu em Relatório ao Poder Central que "***a falta de cultura intelectual e educação moral, a impunidade, a vastidão de território, dificuldades de comunicação, os defeitos do sistema penitenciário, os vícios da organização judiciária são obstáculos à prevenção contra os crimes.***" Na presidência da Província de Pernambuco conseguiu, malgrado o pouco tempo da sua gestão, fundar o Liceu de Artes e Ofícios e restaurar o Teatro Santa Izabel, revelando o seu empenho em prol do desenvolvimento da Educação e da Cultura.

Como legislador a atuação de Diogo Velho foi marcante. Basta citar o projeto, da sua autoria, regulamentando o direito do autor. Em pleno século XIX, numa visão antecipada de um problema que perdura até hoje, Diogo Velho preconiza a proteção dos direitos autorais sobre obras literárias, obras musicais e obras plásticas. Esta iniciativa, do nosso Visconde teve repercussão internacional pelo vanguardismo da idéia. É ainda do nosso Patrono o projeto de lei que contempla as patentes de invenção o que evidencia sua permanente preocupação com as garantias referentes à criatividade, seja ela produtora da obra artística ou da invenção técnica.

Diogo Velho foi, ainda, Senador, representante do Brasil na Abertura da Exposição Universal de Paris e Viador da Imperatriz. Tão relevante quanto o seu desempenho como governante, legislador, analista ou conselheiro é, ao nosso ver, o aspecto da retidão de caráter demonstrado quando da proclamação da República. Amigo do Imperador, o então Visconde de Cavalcanti permaneceu com D. Pedro II em Paris, fazendo

parte da sua pequena corte no exílio. Participou dos momentos mais penosos do velho monarca, ficando ao seu lado até o derradeiro momento. Assinou, como testemunha, o atestado de óbito e segurou a alça do caixão do último imperador do Brasil.

Depois disto, voltou á terra natal onde se manteve fiel aos princípios que nortearam sua vida pública. Morreu isolado e desprestigiado em Juiz de Fora o homem que foi Deputado, Presidente de províncias, Senador, Visconde, Ministro de Estado, estadista de vanguarda e também e, sobretudo, um homem que soube honrar um dos sentimentos mais nobres que a alma humana pode abrigar: a amizade. Ser um amigo fiel foi, talvez, o mais belo título de nobreza conquistado por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque o único Visconde nascido na Paraíba.

O Fundador

O perfil de João Ribeiro da Veiga Pessoa Júnior foi traçado, com as tintas da afetividade, pelo seu filho Gláucio Veiga quando tomou posse nesta Academia.

Gláucio Veiga vê o pai como uma figura mítica e incontestável e o retrata como um radical intransigente na defesa das suas convicções. Apaixonado pelo português castiço era um admirador ardoroso de Euclides da Cunha, de Coelho Neto e de Camilo Castelo Branco de quem proclamava, como primeira qualidade, "***conhecer a língua***". Abominava a repetição de palavras fato que o levou a se transformar num "***erudito de sinônimos***", pois 'só assim, segundo ele se demonstrava conhecer a língua, como nos informa o seu filho e sucessor.

A propósito dos ícones eleitos por Veiga Jr., diz-nos Gilberto Freyre em **Perfil de Euclides e Outros Ensaios**, que "*Euclides da Cunha escreveu perigosamente...Escreveu num estilo não só barroco- esplendidamente barroco- como perigosamente próximo do precioso, do pedante, do bombástico, do oratório, do retórico, do gongórico, sem afundar-se em nenhum destes perigos...salvando-se como um bailarino perito...de extremos de má eloqüência que o teriam levado à desgraça literária ou ao fracasso artístico. Que o teriam tornado outro Coelho Neto*".

Revela-nos, ainda Gláucio Veiga, que o seu pai nunca se deu a qualquer análise ou perquirição filosófica por entender ser o estudo da filosofia incompatível com a fé que professava de maneira ortodoxa,

obedecendo, sem discutir, aos ditames dos bispos, párocos e demais autoridades da Igreja. Paradoxalmente, refere-se ao acendrado censo crítico que caracterizaria Veiga Júnior.

Veiga Júnior era um cultor das boas amizades. Reiteradas vezes este sentimento é referido em relação ao Cônego Mathias Freire, Álvaro de Carvalho e Luiz Pinto. Junto a outros intelectuais, incluindo Coriolano de Medeiros,Veiga Júnior , foi um dos responsáveis pela fundação desta Casa em 1941, fato que completa agora setenta anos.

Oscar de Castro foi outro amigo dileto, a ele Veiga Júnior dedica artigo na Revista Sete da APL, ressaltando a laboriosa, eficaz e permanente atuação do médico/professor que por tantos anos presidiu este sodalício. ***"Não participou Oscar de Castro da garbosa decúria fundadora, mas foi o primeiro candidato a galgar a imortalidade pela porta ampla da eleição"***, são palavras suas no artigo citado.

Professor do Liceu e grande conhecedor daquele educandário deixou-nos na Revista Seis, também da Academia, o artigo intitulado "O Liceu no tempo da Madureza" onde faz uma listagem dos mestres que ali atuavam com suas respectivas características, o que torna o texto peça de valia para quem se propuser conhecer a história daquela escola.

Charadista, professor do Liceu, colecionador de livros, colaborador dos jornais A União, O Norte, e Jornal do Recife, das revistas Ilustração e Manaíra, fundador e membro atuante da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Veiga Júnior deixou poucos, pouquíssimos, textos à posteridade. O motivo disto, segundo informação haurida do seu filho, foi que instado por Nelson Lustosa para reunir e publicar seus escritos em livro, Veiga Júnior queimou, numa fogueira feita no quintal da sua casa na Avenida Almirante Barroso, todos os recortes e trabalhos que produzira por entender que ***"nada daquilo merecia permanecer."***

O Antecessor

Antecedeu-me nesta Casa o Professor José Gláucio Veiga.

Personalidade polivalente, dono de uma inteligência fulgurante e de um espírito inquieto, Gláucio Veiga pontificou, de forma marcante, em vários campos do conhecimento: Direito, História, Filosofia, Ciência Política, Economia, Crítica Literária, Sociologia foram objetos de sua preocupação intelectual.

Legou-nos uma obra extensa e respeitada. Além dos trabalhos escritos deixou-nos, também, a idéia de uma figura polêmica, altiva e combatente. Um *causer* de saber polivalente, tipo raro nos dias atuais, que se mostrava, de forma singular, onde quer que estivesse, fosse pela palavra fácil, ou pelo poder aglutinador das suas idéias.

Uma das pessoas que, recentemente, me falou da personalidade especial do meu antecessor, foi o Acadêmico Gonzaga Rodrigues. Ao que parece, Gonzaga inscreve-se entre aqueles que, na década de 50, acompanharam a trajetória fulgurante do professor Gláucio Veiga como líder natural da juventude de Recife.

Depois da conversa com Gonzaga, lembrei-me de fatos relatados por Sindulfo referentes ao seu tempo de estudante na então capital cultural do Nordeste. Dono de uma memória privilegiada e com a verve que lhe era peculiar, meu marido costumava contar episódios da sua vida de estudante na Faculdade de Direito do Recife. Algumas vezes me falara de Gláucio Veiga. Procurei, então, na sua **Rota dos Ausentes**, as crônicas dedicadas aos Tempos de Recife e encontrei que, àquela época, "***o Recife culto gravitava em torno de Gilberto Freyre. O sociólogo de Apipucos, com uma vasta obra publicada, exercia uma enorme sedução sobre a vanguarda acadêmica. Costumava receber, aos sábados e domingos, na sua casa senhorial de Dois Irmãos, os estudantes universitários. Compareci algumas vezes a essas tertúlias onde eram servidos café e chá, de mistura com muitos ensinamentos doutrinários e muito papo informal. A Faculdade de Direito não gostava de Gilberto e, dali, saíram seus mais ferrenhos críticos. Pinto Ferreira era um deles. Depois apareceria Gláucio Veiga, um paraibano irrequieto e polêmico, que, ao longo de vários anos, escreveria no suplemento literário do Jornal do Commercio, editado no Recife, contundentes artigos contra o autor de Casa Grande e Senzala. Os acadêmicos se dividiam nesta luta.(...) Gilberto não se dignava em responder aos seus detratores. Olhava-os do alto do seu renome, e silenciava.***"

Vejamos, agora, o que nos relata Gláucio Veiga sobre o mesmo assunto: "***Colaborava para o Jornal do Commercio mantendo uma coluna Arco, Flecha e Alvo no suplemento daquele jornal. Foram anos seguidos de ensaios polêmicos, violentos e, muitas vezes, injustos. Ameaças de agressão física e andava de 32 afivelado no cinto. (...) comecei por desmontar Gilberto Freyre, no viço dos seus 50 anos, integrante da esquerda democrática, senhor feudal da***

inteligência pernambucana. Estava cutucando o diabo com vara curta. Mas arranquei para mim o título de ter sido o primeiro intelectual da área a se impor sem a proteção e servidão a Gilberto Freyre, apesar de Gilberto e contra Gilberto. Somente eu jamais subi a escadaria dos Apipucos."

Tempos depois, já numa idade madura, Gláucio Veiga tem a grandeza de reconhecer Casa Grande e Senzala como *"um fenômeno estético ainda hoje não ultrapassado."*

Como já dissemos, Gláucio Veiga deixou uma extensa produção escrita. Sua principal e mais comentada obra é a **História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife**, composta por oito volumes, cinco dos quais publicados às expensas do autor.

Apesar de criticar, acerbamente, no próprio corpo da sua obra capital, as teses universitárias que *"ganhavam avaliação pelo número de citações e o eruditismo demonstrado"* Gláucio Veiga não escapou deste cacoete e recheia os seus livros com citações, geralmente em língua estrangeira, notadamente o francês e o alemão, o que dificulta, sobremodo, a sua compreensão pelos não habilitados nos idiomas de Balzac e de Goethe. Além das incontáveis transcrições, falta um sentido de organização que possibilite um entendimento dos assuntos, múltiplos e abrangentes, abordados pelo autor.

Sobre isto, em Prefácio ao terceiro volume, Nelson Saldanha, seu amigo e seguidor tece alguns comentários que utilizamos a seguir: "*Gláucio Veiga retoma não o fio, mas os fios de uma série de meadas, tecidas e entretecidas pelos que, no Recife, do século passado, pensaram e debateram sobre filosofia, direito, política e problemas sociais em geral (...) o livro do mestre Veiga é assimétrico e heterogêneo, embora erudito e sugestivo, um livro um tanto desarrumado"*e, mais adiante, *"o trabalho de levantamento de Gláucio Veiga – verdadeiro megatério tipográfico, corresponderá a um amplo painel que deve ter significado para o autor um enorme esforço.(...) De novo me refiro ao assistemático dos capítulos, atulhados de idéias e informações que às vezes se acotovelam e e emaranham e que pediria um pouco mais de ordenação. Ordenação dentro de cada capítulo e reestruturação da seqüência dos capítulos."*

É como se o autor tivesse dentro de si um manancial de informações e quisesse passá-las todas, de uma só vez, utilizando, muitas vezes, para isto, a linguagem rebuscada que ele tanto censura nos outros.

Wilson Martins autor da **História da Inteligência Brasileira** faz críticas contundentes à obra de Gláucio Veiga, apontando defeitos e distorções nela encontradas. Nosso autor não aceita a opinião expressada e afirma que Wilson Martins não possui embasamento filosófico e por isso ***"derrapa nas generalizações superficiais e epidérmicas"***. Na sua linguagem vigorosa e panfletária dispara que ***"Martins tornou-se ave de vôo rasteiro, assustadiço, ave canora porem que pia, apenas."***

Interessante observar que no tocante à crítica advinda de Nelson Saldanha a atitude de Glaúcio Veiga é bem outra, raiando a uma humildade franciscana. Em nota introdutória ao terceiro volume, diz que ***"aqui vou tangendo minha expiação, o tanto quanto me permite a advocacia sufocante, sem brilho, exercitada para viver e as atividades docentes, exercitadas para sobreviver (...) assim, justifico-me daquele defeito, corretamente apontado por Nelson Saldanha: a desarrumação."***

A produção de Gláucio Veiga, entretanto, não se resume à **História das Idéias da Faculdade de Direito de Recife**. Ela vai muito além aparecendo em forma de ensaios, artigos, plaquetes, pareceres jurídicos, discursos e matérias em revistas especializadas

A exemplo do que sucedeu aos grandes pensadores o **Tempo** é tema recorrente nas elucubrações do professor da Faculdade de Recife.Várias vezes o assunto aparece em formulações singulares, fugindo, via de regra, aos conceitos elaborados ao longo da História da Filosofia. Seu Tempo não é o de Platão que confirma a idéia do fugaz, do transitório quando define **Tempo** como a imagem móvel da eternidade, sendo este o que passa, contrapondo-se ao que permanece. Tampouco se baseia em Aristóteles que formula a sua teoria valendo-se do conceito do movimento. Tempo e Movimento seriam indissociáveis e neles estariam incluídos o agora, o antes e o depois. Não é, igualmente, o Tempo entendido como realidade completa em si mesmo, nem percebido como relação, ou como entidade absoluta. Também não é o **Tempo** visto por Santo Agostinho, o Tempo Paradoxo que aparece nas **Confissões** como ***"um agora que não é, um será que ainda não foi."*** Gláucio Veiga passa, igualmente, ao arrepio da formulação kantiana que apresenta o Tempo como categoria mental e da elaborada por Newton que pensou o tempo como existente por si mesmo. O Tempo, enfim, esta entidade que tudo transforma, tudo leva de roldão, tudo aniquila; O Tempo que tortura pela sua velocidade e assusta pela imponderabilidade, que aflige por ser

inexorável e consola pela transitoriedade,não é, nenhum destes, o Tempo concebido pelo nosso Antecessor.

Repudiando o Tempo como seqüência cronológica Gláucio Veiga o considera, de forma original, como tensão dialética do ***Tempo-Destempo.*** No quinto volume da sua principal obra lê-se que "***cada área cultural fabrica e envolve-se como placenta, no próprio tempo. E cada tempo particular pode se tornar um "destempo" em relação a outros "tempos" de outras áreas.***". No sexto volume encontramos que "***ao lado da representação convencional há outras múltiplas perspectivas de condicionamento ao tempo: Cronometria, cronografia, cronologia, cronosophia seriam as quatro maneiras de visualizar o Tempo.*** No ensaio sobre Proust questiona: "***Onde me leva o tempo físico? Para a finitude, para a Morte. O tempo de Proust, o seu tempo escapando do tempo físico, do tempo irreversível, fugia. Escapava da Morte.***"

Como se pode ver, Gláucio Veiga foi um polivalente preocupado com vários aspectos do saber. Entretanto, ao que penso tão ou mais importante do que sua obra foi a sua personalidade multifacetada e, decorrente dela o seu desempenho no cenário da existência.

De temperamento apaixonado, nunca usou meias medidas . Como estudante participou ativamente dos movimentos universitários, mostrando, desde cedo, uma capacidade de liderança que soube usar em todas as suas atuações. Destacou-se como professor, como advogado e, principalmente, como intelectual operante e dinâmico. Pertenceu à Academia de Letras Jurídicas de Pernambuco, ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e à nossa Academia de Letras.

Antigetulista convicto foi deportado em 1946 para os confins do Amazonas. Segundo seu relato, o serviço de segurança classificou-o como "***subversivo, perigoso e agitador***". Esta classificação, ao que parece, foi reiterada ao longo do tempo e em 1964 foi preso, sendo a sua casa e escritório vasculhados, impiedosamente, em nome da Segurança Nacional.Por ocasião do AI5, ei-lo, novamente, detido nos quartéis.

Casou-se em 1949 com a paulista Hilda Luppi Veiga, viúva e mãe de uma filha, a quem amou de forma absoluta e apaixonada. Em todos os livros de Gláucio Veiga há uma dedicatória à Hilda, sua ***uxori caríssima*** como aparece algumas vezes. Dona Hilda quando morreu levou com ela a alegria de viver do marido que, isolando-se de todos, logo adoeceu indo, no ano passado, ao encontro da sua amada.

Eu não o conheci pessoalmente, o que lamento. Pelo que pude saber dele, era uma personalidade singular e fascinante. Parodiando Nietzsche diria que é preciso ter um vulcão dentro de si para dar à luz uma estrela cintilante. Gláucio Veiga o tinha.

Senhoras e Senhores:

A Academia Paraibana de Letras sempre representou para mim um espaço mágico e sedutor. Desde os meus tempos de menina, morando na casa defronte, eu acompanhava enlevadas as festas e reuniões que aqui aconteciam. A APL era, então, presidida pelo Doutor Oscar de Castro, amigo do meu pai e meu professor de Ciências no Colégio das Neves.

Doutor Oscar costumava falar sobre os fatos e as pessoas da Academia até nas aulas que ministrava, o que aumentou a minha reverência pela Casa de Coriolano de Medeiros que sempre vi com olhos compridos e sonhadores. Hoje, tantos anos passados, continuo a enxergar a Academia com admiração e respeito, sobretudo por saber que o seu objetivo primeiro, de acordo com o Regimento que a norteia, deve ser **"registrar, difundir, preservar e estimular a cultura e a produção literária, artística e cientifica do Estado constituindo-se em centro de divulgação da literatura e das Artes paraibanas."**

Repensar conceitos pré-estabelecidos, questionar opiniões sacralizadas, discutir e propagar idéias novas que vivifiquem e incrementem a vida intelectual da nossa sociedade, é o que se pode entender como função primordial de uma Casa de Cultura. Não fosse esta a sua prática a Academia seria,apenas, mais uma instituição,das muitas existentes, que de forma pomposa e inútil,com feitio sofisticado e inoperante,serviria, tão somente, para afofar a vaidade de alguns privilegiados,pondo em realce o bizantinismo intelectual de uma minoria ociosa e ultrapassada.

A nossa Academia obedecendo à legenda **Decus et Opus** e aos ditames do seu diploma legal, precisa ser sempre e cada vez mais um grande fórum de debates,um pólo irradiador de cultura,um viveiro de idéias produtivas.É dever dos componentes desta Casa,utilizando todas as disponibilidades de suas mentes acuradas,desenvolver um trabalho de disseminação da cultura que,inclusive, favoreça a conscientização da nossa comunidade. Conscientizar é fazer pensar, fazer questionar. É romper o cerco que aliena e tolhe a personalidade humana como elo e centro da

problemática social. Conscientizar é, sobretudo, favorecer no homem a capacidade de usar os atributos que lhes são pertinentes: Raciocínio, Decisão e Ética.

Meus amigos:

Permitam-me finalizar utilizando a linguagem do coração. O dia três de junho é de muita significação para a minha família. Não foi uma data escolhida, aleatoriamente, para ser a da minha entrada nesta Academia. Hoje comemoramos o dia de aniversario de Sindulfo, o grande ausente desta noite, a quem quero homenagear.

A primeira vez que subi a este palco, há dezesseis anos, foi para entregar ao meu marido o seu diploma de Acadêmico. Ele estava feliz e, por isso, nós, sua mulher e suas filhas, também estávamos, compartilhando a sua alegria.

Depois, há seis anos, ocupei novamente esta tribuna para agradecer a homenagem póstuma que lhe foi prestada pelos seus pares. Falei na saudade que não parava de doer e, junto com minhas filhas e meus genros, aqui presentes, carpi a sua ausência, lamentando a grande viagem por ele empreendida e proclamando a certeza de um reencontro.

Hoje, mais uma vez, falo sobre ele e o presenteio pelo seu aniversário, oferecendo-lhe as flores que engalanam esta festa. Sei que ele se faz presente em nossos corações lembrado em cada detalhe desta noite. Presente está, também, na família que construímos juntos, num testemunho indelével de que só o amor fornece o aço para as construções eternas.

Em Maria Helena e Marcelo, Maria Cristina e Fabiano, Sindulfo perdura intátil, e continua amado e reverenciado, como pai amoroso e avô apaixonado pelos netos que perenizam o seu nome. Marcela, Pedro, Maria Thereza e Matheus,a quem amo de maneira absoluta, representam a continuidade das nossas existências.

Duas outras pessoas estão, também, de forma intangível, presentes na noite de hoje. Orlando, meu pai e Helena, minha mãe. Ele, nos passeios à beira mar na Praia do Poço, em longas e sempre rememoradas conversas, ensinou-me que sonhar é preciso e mostrou-me que o sol nasce no mar. Com o meu pai aprendi, também, que é possível voar desde que se acredite nisto. Ela, sensata e firme, ponderada e criteriosa, deu-me régua e compasso para a vida. Minha mãe também me fez saber, que o cumprimento do

dever é uma obrigação inalienável e que a luta é sempre necessária para a conquista dos nossos objetivos.

Helena e Orlando não foram heróis, não foram santos, não foram diferentes de tantos outros pais. Mas eu os amei com todo o alento da minha alma e por serem os meus pais, eu os venero e continuo a amá-los pela eternidade.

Eu já vivi muitas emoções. Sofri grandes perdas, chorei muitas dores. Também recebi muitas dádivas e tive grandes alegrias. A Fênix do mito grego, ao ver se aproximar o fim, exauridas todas as suas forças e sem conseguir continuar a vida, faz um ninho com suas próprias penas, perfuma-as com ervas aromáticas e deixa que os raios do sol a incendeiem. O grande pássaro começa, então, a arder em brasas e, por um destes sortilégios inexplicáveis, ressurge das suas próprias cinzas. Ressurge com nova plumagem, nova força, nova capacidade de viver. Ressurge purificada pelo sofrimento e fortalecida pela dor. Não se passa pelo fogo impunemente. Ou se sucumbe para sempre ou se é transformada.

Sinto-me, hoje, uma Fênix rediviva. Revigorada, continuo a sonhar e a lutar pelos meus sonhos. Transformada, permaneço acreditando na Vida e nas Pessoas.

A todos os presentes, meu muito obrigada.

João Pessoa, 3 de junho de 2011

Discurso de recepção da acadêmica Ângela Bezerra de Castro em Saudação a Maria das Graças Santiago

Ângela Bezerra de Castro

Mais uma professora passa a integrar a Casa de Coriolano de Medeiros, na qualidade de sócia efetiva. É um registro que faço com especial contentamento não só pela distinção de receber, em nome da APL, a Mestra Maria das Graças Santiago como nova imortal, mas também pelo significado desta solenidade que vai muito além das circunstâncias individuais.

Em 70 anos de existência da Academia Paraibana de Letras, pela primeira vez, numa cerimônia de posse, duas vozes femininas representam a continuidade de posse, duas vozes femininas representam a continuidade da memória cultural que esta Casa se propõe a preservar e divulgar. Vivemos, nesse instante, um marco histórico de superação do preconceito originário.

Embora fundada em plena era moderna, 14 de setembro de 1941, a APL organizou-se sem a presença feminina, quando Rachel de Queiroz, Cecília Meireles, Nise da Silveira e Anita Malfatti já eram destaques no cenário nacional e não cabiam mais dúvidas sobre a capacidade intelectual da mulher.

Sempre me pareceu estranho aquele círculo fechado de dez fundadores, todos homens, dando a falsa impressão de que a inteligência era atributo masculino ou, então, de que nenhuma paraibana, até aquela época, estaria à altura da imortalidade. Ainda adolescente, ao ler **Vultos da Paraíba**, do Presidente Oscar de Castro, a identificação da ausência feminina já se esboçava em minha consciência, como questionamento crítico, que somente depois teria condição de verbalizar.

Hoje e desde muito tempo, ante a Galeria dos Fundadores, não me move somente a presumida admiração. Entendo que a névoa do preconceito turvou o entendimento daqueles intelectuais, de tal forma que, sem qualquer consideração, excluíram a mulher do projeto cultural legado à posteridade.

Como é possível justificar que a escritora Ignez Mariz não tenha integrado a APL? A sertaneja que, em 1935, colaborava em jornais e revistas de circulação nacional, com sua "escrita que sempre vergastou as desigualdades", conforme realça Evandro Nóbrega. A romancista que estréia, em 1937, com **A Barragem**, publicada pela José Olympio, e é recebida pela crítica do Rio de Janeiro como alguém "que promete qualquer coisa de notável para o romance brasileiro". São palavras de Rosário Fusco, crítico militante da época.

Os intelectuais da APL não tomaram conhecimento da professora cuja coragem sem limite quebrava o silêncio mantenedor de tabus e injustiças sociais, chegando a imolar a própria vida para comprovar o descaso dos hospitais públicos no atendimento aos indigentes.

Outra imortal, que a Casa de Coriolano de Medeiros não soube reconhecer, foi D. Olivina Olívia Carneiro da Cunha, estudiosa da língua portuguesa, destacando-se no domínio absoluto da gramática histórica. D. Olivina pontificou no Liceu Paraibano, até o final da década de cinquenta, como respeitável educadora de gerações.

É imperativo concluir que a ausência feminina na constituição desta Casa, desde sua fundação e por mais quatro décadas de existência, tem razões puramente ideológicas.

Finalmente, em 1980, a APL se rendeu à competência crítica e à liderança cultural da professora Elizabeth Marinheiro que àquela época transformara a Paraíba num fórum de debate literário. Campina Grande sediando, sob sua coordenação, concorridos congressos nacionais e internacionais de crítica, teoria, linguística e literatura.

Julgo natural que o magistério, profissão historicamente de predominância feminina, seja referência repetida no acesso da mulher à Academia, como forma de reconhecimento a uma participação cultural e política jamais considerada e avaliada objetivamente pela sociedade, na medida exata de sua importância. Desde o ardil ideológico de equiparar a profissão a um "sacerdócio", até a equivocada pedagogia modernosa de converter a professora em "tia", tudo converge para mascarar a desvalorização profissional do magistério, cristalizada em salários indignos ou mais que injustos. Faz somente uma década que o salário mínimo foi garantido ao professor de ensino fundamental. E é revoltante o que recebe um docente universitário, se comparado aos privilégios de outras categorias de nível superior, cuja atuação profissional não pode ser considerada de maior valor que a educação.

É no desconcerto dessa complexa realidade que a mulher se tem revelado como força de trabalho predominante e essencial. Numa atuação duas vezes revolucionária, por transformar, ao mesmo tempo, a sociedade e a si mesma.

A nova acadêmica, Maria das Graças Madruga Paiva Santiago, é parte integrante desse processo sociocultural que procurei sintetizar. Uma mulher-símbolo das mudanças operadas na estrutura familiar, nos padrões de comportamento e nos valores do século passado, em razão da autoafirmação feminina, na luta pela identidade própria que a sociedade patriarcal sempre lhe negou.

Educada, desde a infância, para a sensibilidade artística, a nova imortal encontrou na música e nas artes plásticas a sua saída para não repetir os velhos modelos de restrição da mulher espaço doméstico. Casada muito jovem com um homem inteligente, culto, forte e combativo, ela não se limitou a admirá-lo. Tornou-se parceira, estabelecendo com Sindulfo o diálogo intelectual que enfocava temas diversificados, muitas vezes provenientes das leituras que dividiam.

Jamais se afastou dos estudos. Com a sabedoria da mulher moderna, conciliou, inicialmente, os papéis de esposa, de mãe e de estudante universitária. Graduada em História, passou a ensinar História Geral, do Brasil e da Paraíba, na rede pública estadual. Evidentemente, não era o salário que a atraía. Mas a participação no projeto de construção do homem para uma sociedade melhor, o que só é possível pela educação.

Buscando aprofundar sua formação cultural, a professora Maria das Graças Santiago realizou sucessivos cursos de pós-graduação: Atualização Pedagógica para docentes, Especialização em Cultura Brasileira e Aperfeiçoamento em História Colonial da Paraíba. Preparava-se, naturalmente, para uma oportunidade em que pudesse atingir outro nível profissional. Foi o que aconteceu, com a criação do Departamento de Artes e Comunicação da UFPB.

A concorrente apresentava, em seu *curriculum vitae*, o perfil especializado para o Curso de Educação Artística. Além da experiência como professora de Piano e de História da Música, na Coordenação de Extensão Cultural da UFPB, portava certificados de estudos na área da música, todos de longa duração, realizados em instituições de nível superior, com renomados mestres: Cursos de Piano; de História e Apreciação Musical; de Harmonia e História da Música; de Solfejo e Teoria Musical.

Obtendo o reconhecimento do mérito de sua formação, ela

assumiu, como professora fundadora do DAC da UFPB, as disciplinas: Fundamentos da Arte e da Educação, Fundamentos da Comunicação e Expressão humanas, Estéticas e Histórica da Arte, no Curso de Educação Artística, do qual também foi Coordenadora.

A Casa de Coriolano de Medeiros, conferindo a imortalidade à professora Maria das Graças Santiago, consagra uma trajetória de dedicação à arte e à cultura. Reiteramos a aprovação de instituições afins que, anteriormente, a receberam como sócia efetiva. Pois a mestra que se torna, hoje, nossa confreira integra também o núcleo paraibano da ALANE – Academia de Letras e Artes do Nordeste e a Academia Paraibana de Filosofia, fundada e presidida pelo professor Jackson de Carvalho, nosso ilustre confrade. Este, ao comunicar à nova acadêmica a indicação de seu nome para ocupar a cadeira de nº 23 da APF, expôs, com ênfase, as razões da escolha: "a feliz e unânime decisão do Colegiado é um justo e oportuno reconhecimento da sólida formação intelectual e moral de Vossa Senhoria, bem como da competência e brilhantismo com que exerce, há longos anos, atividade intelectual em nosso Estado".

São palavras de quem acompanhou, sobretudo na UFPB, o empenho da professora Maria das Graças em alcançar novos graus de conhecimento. Cumprindo o programa de pós-graduação recomendado aos docentes, ela optou pelo Mestrado em Educação de Adultos, onde defendeu a Dissertação: **Alcoolismo, por que tanto silêncio**?, sendo aprovada com distinção.

Pela raridade e qualidade da abordagem, o trabalho não ficou restrito a cópias mimeografadas, como acontece com a grande parte das pesquisas universitárias. Foi editado pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado, através de **A União**. O poder público compreendendo o alcance social da obra.

Lançado em 1985, nesta Casa que hoje recebe a autora como um dos seus membros, teve a apresentação do então reitor da UFPB, professor Jackson Carvalho. E ganhou da imprensa não apenas registros. Mas verdadeiras leituras, quase ensaios, e também crônicas. Destaque para os jornalistas Walter Galvão, Baby Neves, Fátima Araújo, Wellington Aguiar, Anco Márcio e Luiz Augusto Crispim, este antecipando-se a todos ao reclamar, para a cópia mimeografada que lhe chegara às mãos, em 1982, o formato de livro, pela linguagem, pelos conceitos, pelo método, mais ainda pelo conteúdo e pela urgência de fazê-lo retornar ao meio social de onde saiu.

Anco Márcio expõe a própria história de vida para agradecer à professora que ele não conhecia. Seria impossível não reproduzir um fragmento de sua preciosa avaliação, indicadora de uma perspectiva tão original quanto verdadeira: "Mais que um estudo sobre alcoolismo e suas consequências, **Alcoolismo, por que tanto silêncio?** é uma obra comovente. Comovente, pelo amor com que foi feita. Comovente pelas longas e exaustivas pesquisas que devem ter sido feitas para a sua elaboração. Comovente, porque ela esqueceu, deixou de lado os fatos que mudaram a humanidade, para se ocupar de nós, anti-heróis, que mudamos apenas nossas pobres vidas de alcoólatras."

Acadêmica Maria das Graças Santiago, você foi sábia, ao escolher o tema de sua Dissertação, com o compromisso de interferir de modo positivo, no meio social. Trinta anos depois, os aspectos tratados em sua competente abordagem ganham mais atualidade, agora que o mundo se afoga no álcool e as multidões deliram, alienadas, sob o efeito devastador dessa droga de consumo incentivado. Nem os adolescentes, meninos e meninas, estão a salvo, na busca desenfreada pela falsa alegria que se confunde com a deprimente expressão da embriaguez.

Professora, lute por uma nova edição do seu livro. Parodiando meu inesquecível Luiz Augusto, direi que em qualquer parte civilizada do mundo isto já teria acontecido. Porque falta esse livro nas mãos dos pais, dos professores, dos pregadores, dos jovens e adultos de hoje. Que seja este o seu primeiro trabalho acadêmico.

Descobri a intensidade de ser que a caracteriza, no olhar das madonas que você retratou. Mas foi à Fenix que preferiu recorrer em seu discurso, para falar da capacidade de se dar por inteiro, a cada nova etapa da vida.

Eu ainda quero citar Rilke, quando em tom profético anunciava um tempo em que "a mulher, amadurecida no sofrimento e na humilhação, haveria de romper as algemas de sua condição social". Somos essa nova "mulher" que a sensibilidade do poeta anteviu, "valendo por si mesma; não apenas um complemento, mas um modo completo de vida: a mulher na sua autêntica humanidade."

É assim que a vejo, Maria, em sua amorosa cumplicidade com Thereza, Marcela, Pedro e Matheus, seus adoráveis netos. Não como a avó que ficou, parte de um passado que se cumpriu, mas como a líder intelectual que os faz vibrar a cada nova leitura e os enche de orgulho e admiração pelas inesperadas conquistas.

Posso afirmar que a medalha e o diploma hoje recebidos não serão para você o ornamento inútil de uma vaidade improdutiva. Sei que honrará as tradições desta Casa, contribuindo para que ela possa cada vez mais atingir os objetivos a que se propõe.

Nossa Academia Paraibana de Letras, às vezes atingida por alguns excessos incompatíveis com ética e a maturidade da inteligência, preserva, sem nenhuma dúvida, o espaço para a renovação, para a elevada convivência que alimenta o espírito.

Porque as instituições não são ilhas isoladas da realidade, é natural que tenham os defeitos e as qualidades do meio social onde estão inseridas. Mas esta Casa, que resiste há 70 anos, será sempre maior que os episódios pontuais que nos envergonham e desencantam.

Seja bem-vinda, professor e acadêmica Maria das Graças Madruga Paiva Santiago, para a convivência harmoniosa com os seus pares.

03 de junho de 2011.

extremo mais profundo d'alma. O sinédrio de *Coriolano de Medeiros* é o refúgio dos intelectuais, dos pensadores, dos filósofos, dos historiadores, dos jornalistas, dos cineastas, dos cientistas, dos artistas, dos pintores, dos romancistas, dos poetas, enfim, dos escritores, que escrevendo a cultura e a história da Paraíba a projetam para o Brasil, com a mais legítima expressão do talento paraibano, terra tão pródiga nas artes e na literatura.

A satisfação inexplicável de ingressar no *Jardim de Academos,* é algo que deleita o espírito, compraz o coração e inunda o meu ser. Ter a honra de pertencer ao Pretório Excelso da Imortalidade é o coroamento e o reconhecimento de uma vida dedicada à pesquisa e ao trabalho em favor da literatura e das letras da nossa terra, a Paraíba.

II - O que é Academia.

A palavra academia provém do antigo grego, nome dado a escola criada pelo filósofo Platão, fundada no ano 387 AC, junto a um jardim que fica a noroeste de Atenas, em terreno dedicado à deusa ATENA, a qual segundo a tradição pertence a um personagem da mitologia grega, o herói imbatível ACADEMO.

Neste jardim bem próximo a Atenas, Platão ficava horas e horas, meditando os seus enigmas sobre a filosofia, para ensinar a seus discípulos, os quais diziam que o filósofo, ia e vinha, andava para lá, e para cá, enquanto meditava até dirimir os segredos do pensamento.

Por isso, no mundo inteiro a palavra academia representa lugar para estudar, como: escola, faculdade, universidade, ou lugar onde se reúnem os acadêmicos: Academia Brasileira de Letras, Academia Paraibana de Letras, Academia Militar de Agulhas Negras, etc.

No Brasil a palavra academia é utilizada também, para designar estabelecimentos destinados ao ensino teórico e prático de ciências e, até mesmo, de esportes aeróbicos dotados de equipamentos específicos.

Na Academia Paraibana de Letras, temos o Jardim de Academos, construído pelo imortal Manuel Batista de Medeiros, quando presidente, que, a um só tempo, lembra a escola do filósofo Platão e homenageia grandes nomes desta Casa.

Discurso de Posse na Academia Paraibana de Letras do acadêmico Marcos Cavalcanti de Albuquerque na cadeira 17 em 28 de fevereiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Doutor Damião Ramos Cavalcanti, mui digno Presidente da Academia Paraibana de Letras, em nome de quem saúdo todos os imortais da Casa de Coriolano de Medeiros.

Minhas saudações a todas as autoridades componentes da mesa.

Excelentíssimo Senhor Doutor Astênio Cesar Fernandes, que tanto me emocionou com seu panegírico recebendo-me nesta egrégia vivenda do pensamento.

Excelentíssimas autoridades civis, militares e eclesiásticas, que se fazem presentes, ou representadas nesta solenidade.

Meus secretários, coordenadores e assessores do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Minha esposa Iris Helena, filhos Marcos Filho, Raphael e Filipe, noras Renata e Bárbara, lindas netinhas Maria Luisa e Isis, demais familiares.

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Tema: O direito na literatura e na filosofia.

I - A alegria e a honra de estar na Academia.

A alegria e a honra de estar na *Academia Paraibana de Letras* é incontida e inexplicável. É algo que saltita do âmago do coração e do

III - O Patrono da Cadeira nº 17.

O Filósofo Antônio Alfredo da Gama e Mello.

O Filósofo Antônio Alfredo da Gama e Mello, nasceu em Paraíba, atual João Pessoa, Capital do Estado, no dia 1º de outubro de 1849, onde faleceu no dia 10 de abril de 1908. Filho de Severino Antônio da Gama e Mello e de dona Alexandrina d'Ávila Mello. Fez seus estudos primários em colégios da capital, e o curso secundário no Lyceu Parahybano, bacharelou-se em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife em 1873, tendo sido contemporâneo de Castro Alves, Cardoso Vieira e Tobias Barreto.

Lecionou desde a juventude, herdou do pai a vocação para o magistério e para as línguas clássicas, substituindo-o, através de concurso, na Cadeira de Latim do Lyceu, onde também lecionava Retórica com proficiência, chegando a ser Diretor desse Colégio.

Influenciado pelas idéias de Tobias Barreto; líder dos estudantes, Gama e Mello sonhava com transformações políticas e sociais, desejando um Brasil, socialmente, mais evoluído.

Tornou-se além de advogado e professor, um grande filósofo e orador exímio, sendo comparado ao *grande Marcus Tullius Cícero (ROMA - 106 AC)*. Fundou *A República*, jornal dissidente que pregava a igualdade e a justiça social.

Na política foi Vice-Presidente da Província da Paraíba no Império, nomeado por Carta Imperial de 19 de abril de 1880, governando-a de 15 de maio a 1º de junho daquele ano, daí para diante assumiu o governo por cinco outras vezes interinamente.

Foi Presidente do Estado da Paraíba, de 22 de outubro de 1896 a 22 de outubro de 1900.

Estava no exercício do mandato de Senador da República, quando faleceu em 10 de abril de 1908, em plena luta pela consolidação da República a pouco instalada e pelos direitos republicanos dos cidadãos. Foi um talento na oratória, no magistério, na política, na filosofia, na advocacia e nas letras.

Por ocasião do centenário de nascimento de Gama e Mello, em 1º de outubro de 1949, o Acadêmico Demócrito de Castro e Silva, em magnífica conferência que pronunciou, neste sodalício, eloqüentemente, afirmou:

"Neste ano de centenários, meus senhores, a Bahia , consciente de suas tradições e célula mater da nossa etnogenia, não pode excusar-se ao preparo de um gênio, da grandeza universal de RUY BARBOSA! Pernambuco, aprofundado das mesmas raízes do tradicionalismo histórico, social e geográfico, exuberante do país, trabalhou a figura imponente, do diplomata e do político, que se revelou em Joaquim Nabuco. E a Paraíba, a nossa Paraíba, se bem que pequenina, e talvez por isso, mais apegada a sua responsabilidade na tarefa de preparar valores para o Brasil, achou por bem ser mais pródiga, já que lhe não coube ser mais rica. E aqui nasceram, naquele ano de 1849, os paraibanos ilustres, que se chamavam Venâncio Neiva e Antônio Alfredo da Gama e Mello. Ambos se fizeram credores de u'a enorme soma de serviços prestados a pátria, que bem os elevam às culminâncias de seus reais merecimentos. E, adiante, continua o conferencista: *Pincelando em largos traços o esboço político, literário, moral, social e humano, de Gama e Mello, o fiz numa imposição acadêmica, neste momento em que reavivamos todas as tintas do seu grandioso perfil. E a Paraíba, ainda, por intermédio desta ACADEMIA DE LETRAS, reverencia a sua figura, descerrando a Bandeira da Pátria, para, mostrando-nos o seu retrato, recolher o seu exemplo e difundir os ensinamentos que nos legou, durante uma existência de trabalho, virtudes e probidades. Patrono de um cadeira nesta Casa, a sua individualidade há de ser melhormente estudada por quem tiver a ventura de ocupá-la, quando do consenso unânime de sua escolha. A ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS, meus senhores, que vem a encerrar as festividades dedicadas a GAMA E MELLO, foi a primeira a homenageá-lo, antecipando-se a estas comemorações, ao incluí-lo entre os trinta "imortais" que enriquecem a sua preciosa galeria. Não deslembrando o nosso pretérito, esta ACADEMIA DE LETRAS apondo o seu retrato, aqui, nesta hora festiva de evocação secular, contribui para que a sua imagem se nos afigure mais perpetua e se avulte mais ainda, na perene veneração de nossa memória. Porque, meus senhores, parodiando Ruy Barbosa, GAMA e MELLO plantou a semente do carvalho para o abrigo do futuro e não a semente da couve para o prato de amanhã!"*

Este o perfil do inolvidável Patrono da Cadeira 17.

IV - O último ocupante da Cadeira 17.

O Polígrafo Joacil de Britto Pereira.

O primeiro ocupante da Cadeira nº 17 foi o grande orador, advogado, político, jurista, escritor, tribuno e intelectual Antônio de Aguiar Bôtto de Menezes. O segundo ocupante foi o inolvidável professor, político, jurista, orador, tribuno, poeta, escritor, romancista, enfim, o polígrafo Joacil de Britto Pereira, que nasceu no dia 13 de fevereiro de 1923, na cidade de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte. Filho de Francisco Clementino Pereira e dona Isabel de Britto Pereira. Faleceu no dia 29 de agosto de 2012, aos 89 anos de idade, nesta Capital, deixando viúva dona Neli Santiago Pereira, com quem teve oito filhos: Isabel Cristina, Eitel, Joacil, Augusto Sergio, Amneres, Francisco José, Nely e Rodrigo.

No início dos anos 1930 seus genitores deixaram o Rio Grande do Norte e vieram para esta Capital, onde Joacil cursou o primário no Colégio José Bonifácio e iniciou o curso ginasial no Lyceu Paraibano, dando prosseguimento aos estudos em Garanhuns, Estado de Pernambuco, retornando a João Pessoa, concluiu o secundário no Lyceu Paraibano, e fundou com alguns colegas, o Teatro dos Estudantes, destacando-se como diretor e ator na peça *Se o Anacleto falasse*, e em várias outras peças teatrais.

Bacharelou-se em Direito pela famosa Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1950, por isso, sua turma foi chamada de turma do meio do século, sendo escolhido o *orador oficial* dos concluintes.

Por seus méritos próprios foi contemplado com uma viagem por cinco países da Europa.

Especialista em Direito Público, Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Fiscal, Direito Financeiro, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Penal, neste último fazia o público delirar como tribuno eloqüente que era na esfera criminal do Tribunal do Júri Popular.

Exerceu muitas funções na área política de sua atuação, com destacada sabedoria, honradez, caráter e probidade administrativa, ocupando muitos cargos no governo do Estado, apenas para exemplificar: Secretário do Conselho Penitenciário, Redator de Anais e Debates da Assembléia Legislativa, Secretário de Governo e Chefe da Casa Civil no

Governo Flavio Ribeiro Coutinho, Secretário do Interior e Justiça, foi também Juiz do Tribunal de Justiça Desportiva da Paraíba.

Foi professor fundador da Escola de Engenharia da Paraíba, tendo lecionado Ciência das Finanças, e ainda ensinou na Faculdade de Ciências Econômicas e na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

Ingressou na política como Deputado Estadual, por duas legislaturas, pela antiga UDN; em 1979 elegeu-se Deputado Federal pela ARENA, sendo reeleito para mais um mandato, de 1983 a 1986, integrando a bancada do PDS e a Comissão Interpartidária da Constituinte, ocupando o cargo de Vice-Presidente nos anos de 1985 a 1986.

Na Câmara dos Deputados era respeitado por seus seguros, sábios e eloqüentes pronunciamentos, sempre em defesa da democracia, da liberdade e dos valores democráticos no estado de direito.

Afastado da política retornou ao magistério, aposentando-se nesta função como renomado professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

Como grande historiador era membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano onde ocupou a Cadeira nº 24, órgão que presidiu por dois mandatos consecutivos; membro do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. Membro da Academia de Letras e Artes do Nordeste Brasileiro (Núcleo da Paraíba), onde ocupava a Cadeira nº 01. - - - - Tomou posse na Academia Paraibana de Letras em 15 de dezembro de 1972, na Cadeira nº 17, quando foi saudado pelo acadêmico Juarez da Gama Batista. Exerceu a presidência da Casa de Coriolano de Medeiros por dois mandatos de três anos. Na presidência da Casa obteve recursos para a sua restauração e para dotar o auditório de um serviço de climatização com ar condicionado, mas não foi só isso, restaurou e aumentou a acervo da Biblioteca Álvaro Pereira de Carvalho, entre outras realizações de sua brilhante gestão.

Dr. Joacil de Britto foi pródigo em receber as mais diversas honrarias, destacando-se algumas delas: Legião do Mérito Presidente Antônio Carlos, no Grau de Grande Oficial, oficializado pelo Ministério da Educação e Cultura, e, Grande Oficial da Ordem do Ipiranga, em dezembro de 1981.

Participou de diversos Congressos Internacionais de Direito, no México e na Inglaterra.

Foi agraciado com medalhas, diplomas e homenagens por diversas associações religiosas e culturais.

Foi detentor do Título de Cidadão das Cidades de Bayeux, Alagoinha, João Pessoa, Teixeira e Guarabira.

Na literatura deixou uma bibliografia invejável; poesias, romances, discursos, orações. Dr. Joacil de Britto Pereira é autor da letra do Hino Oficial do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, cuja música é de autoria do também historiador Domingos de Azevedo Ribeiro.

O último necrológio que ouvi de Joacil de Britto, foi no velório da acadêmica precocemente falecida, Mariana Soares. Ele como ninguém sabia usar as palavras; com o vernáculo tinha uma afinidade que parecia brincar com os vocábulos. Seu timbre de voz, sua entonação, seu ímpeto seguro com as palavras. Naquela ocasião em que Mariana recebia a última homenagem, Dr. Joacil invocava para chorar, para prantear, para lamentar, em profundo pesar, até as carpideiras italianas que se ali estivessem, dizia ele, haveriam de chorar vertendo lágrimas verdadeiras, fugindo da rotina do choro fúnebre mercenário, face a tragédia que ocorrera. Comparava o sucesso da cronista imortal Mariana ao vôo do Condor. Naquela ocasião Dr. Joacil falou de improviso. Quão eloqüente era o Dr. Joacil de Brito. A voz que calou ainda hoje ressoa nos nossos tímpanos. Aqueles momentos fúnebres de Mariana os guardei com muita emoção.

Nas comemorações dos 80 anos de Joacil de Britto Pereira, recebera significativa homenagem dos imortais do sodalício que amava. Ângela Bezerra de Castro, em tom poético disse: "*Joacil é, a um só tempo, mar agitado e lago sereno. Tempestade e calmaria. Vitalidade movida a paixão que se afirma em extremos paradoxais.*" Luiz Gonzaga Rodrigues, afirmou: "*Ele entrou furioso, foi direto com a mão na abertura do comandante da Polícia, que fora dar força à suspensão dos atos, e chamou-lhe de traidor. Foi uma coisa horrível, aqueles galões trêmulos e mais que esfarrapados, desfigurados por um rosto de olhar e de palavras.*" Adylla Rocha Rabello, pronunciou: "*Joacil de Britto Pereira, uma personalidade multifacetada que, na passagem de seus oitenta anos, pode ser visto como Cidadão, Líder Político, Advogado, Acadêmico, Historiador e Ficcionista.*" José Loureiro Lopes, disse: *Impossível condensar, em texto breve, a grandeza do político Joacil de Britto Pereira. Ressalte-se, acima de tudo, que foi sempre correto, nessa trajetória difícil e sinuosa.*" Humberto Cavalcanti de Mello, afirmou: "*Joacil não faz obras voltadas exclusivamente para a História. Contudo, faz história, inicialmente, através de seus trabalhos*

biográficos." Amaury Vasconcelos, disse: "*No exercício da profissão por mais de 50 anos, agiu sempre com honestidade, oferecendo a sua oratória e sua pena, contundentes, admirando a todos, mormente às togas de nossos juízes e tribunais."*

Agradecendo a estas homenagens, Joacil de Britto Pereira, relembra as comemorações dos 86 anos de José Américo de Almeida, idade em que lançou o livro de poemas intitulado *Quarto Minguante*, cita trecho do escritor da Academia Brasileira de Letras, confrade de José Américo, Austregésilo de Atayde, que lhe deu o cognome de *Homem Crescente,* em artigo por ele escrito no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, de 3 de junho de 1975, que serviu de prefácio à primeira edição da obra poética americista,: "*Aprendam os moços com ele, que não há idade que justifique o desencanto e a estagnação. Enquanto houver um sopro, ele será aproveitado para alimentar o sonho.*"

Joacil de Britto Pereira - O Senhor de muitas tribunas.

Este o perfil do último ocupante da Cadeira 17.

V - O Direito na Literatura.

É evidente que no ramo das ciências humanas, compartilhado por duas prestigiadas áreas do conhecimento que, mais do que nunca abraço nesta Academia a partir desta honrosa posse, não poderia desprezar a relação das grandes **Obras literárias** que tratam de temas relacionados ao **Direito** e à **Justiça.**

Assim como a Literatura, o Direito engloba uma perspectiva ligada à hermenêutica - ou seja, a arte de sua própria interpretação – na qual é analisada a qualidade literária do Direito, mas, principalmente, o exame de textos jurídicos a partir de análises literárias. É esta a própria aplicação dos métodos de análise da crítica literária às decisões judiciais e às petições dos advogados.

E aí, impõe distinguir entre **"O Direito da literatura"** - que investiga os direitos autorais, a propriedade intelectual, o *copyright* e crimes contra a propriedade intelectual literária, etc. Enquanto isto, por outro lado, **"O Direito na literatura"** estuda as questões da experiência jurídica que vêm a ser descritas nas obras literárias.

E devo registrar, ilustres pares Acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores, que são muito mais estreitos os vínculos estabelecidos entre o **Direito** e a **Literatura** do que se supõe.

Ora, é importante destacar que tão humanos, ainda que nem sempre elogiáveis eventos como o incesto, o estupro, e o próprio contrato social estariam bem localizados desde o maior e mais editado de todos os livros, a Bíblia Sagrada. O homicídio de Caim contra Abel por inveja, o homicídio por degolação de João Batista de ordem de Herodes, o genocídio de Elias contra os 450 falsos profetas do deus Baal. E, a própria condenação de Jesus a morte de Cruz, prolatada por Pôncio Pilatos ao lavar as mãos e entregá-lo aos judeus para a execução da sentença.

Dos grandes oradores gregos e romanos diversos institutos se fizeram de literatura em lei, ou vice-versa. Enquanto jurista, testemunho quantas de nossas regras decorrem das gloriosas histórias e costumes perpetuados por estas duas grandes civilizações.

Há de se destacar, deste o século XV, os crimes e sua classificação, n'"A divina comédia" de Dante Alighieri; "O Mercador de Veneza", do renomado autor inglês William Shakespeare, cujo auge da peça ocorre no tribunal do Duque de Veneza. Shylock recusa a oferta de 6.000 ducados feita por Bassânio, o dobro do que havia sido emprestado originalmente, e exige sua libra de carne de Antônio - apresenta assim o dramaturgo possibilidades de interpretação da lei e dos contratos.

Já no século XIX, Fiódor Dostoiévski traz em "Crime e castigo" um romance que aprofunda o estudo da culpa. Nele, a polícia termina por prender um inocente que se intitulou culpado devido à pressão que sofria. Entretanto, o personagem Raskólnikov por fim é preso, mas devido à sua confissão, arrependimento e falta de antecedentes criminais, sua pena acaba por ser reduzida a oito anos em uma cadeia na Sibéria.

Não menos conhecido, o personagem "Dom Quixote" - declarado arquétipo de obras do também Imortal desta Academia Ariano Suassuna - clama por Justiça, equidade e idealiza um conceito peculiar do que é certo e devido a cada um, em meio as suas aventuras, na obra de Cervantes considerada o expoente máximo da literatura espanhola.

Impossível, por fim, não lembrar de "O Processo", que conta a história de um homem que se vê envolvido num absurdo processo judicial sem que lhe seja dado qualquer tipo de explicação.

O famoso romance do escritor checo Franz Kafka, que conta a história de Josef K., personagem que ao acordar um dia é preso e sujeito a longo e incompreensível processo por um crime nunca revelado.

O inquietante roteiro lança sérias reflexões sobre a angústia, a frustração e a impotência do indivíduo em uma sociedade opressora e burocratizada.

Como ser preso por homens de uma justiça que não é a justiça convencional, mesmo tendo juízes e tribunais? Essa é, certamente, uma alegoria de julgamentos que nós nos submetemos diariamente sem ao menos saber o real motivo que leva a isso. Kafka faz deste modo uma grande crítica a manipulação das instituições administrativas do poder e às sociedades contemporâneas.

No Brasil, o brilhante Machado de Assis, traz em "Dom Casmurro" a questão do adultério, da verdade e da traição. Interessante, ainda, é o caso do longo conto machadiano "O alienista" que aborda a loucura e a maneira como se comporta a lei nesses casos. E da loucura ao "Ensaio sobre a cegueira", obra prima da língua portuguesa, surge o mundo sem ordem, submetido apenas ao comando do imoral e do mais forte, na ótica proposta por Saramago de uma Lei da sobrevivência – esta mais antropológica que jurídica.

Há casos judiciais até mesmo por erro judiciário que entram na literatura, a exemplo do caso dos irmãos Naves em Minas Gerais, que acusados de homicídio, por um crime que jamais aconteceu, foram condenados à prisão, e depois de muitos anos a pretensa vítima apareceu causando um sofrimento enorme aos acusados, um deles morreu na prisão, sendo o Estado condenado a pagar uma vultosa indenização aos seus familiares. Outro caso que entrou para a literatura foi o do comunista preso no período revolucionário, que nenhum advogado quis defendê-lo, nomeado o grande jurista católico Sobral Pinto, nomeado pela Ordem dos Advogados do Brasil, após invocar todas as leis penais em seu favor, sem êxito, impetrou Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal, invocando em favor do paciente a Lei de Proteção aos Animais. O que dizer do caso Sady e Ágaba, estudantes, ele do Lyceu Parahybano, ela da Escola Normal, que proibidos de se encontrarem na Praça João Pessoa, por desobediência, Sady foi assassinado por um guarda municipal, e, Ágaba de tanto sofrimento e sentimento de amor, não suportou mais viver e cometeu suicídio. Este caso abalou a sociedade paraibana do seu tempo.

Não são poucos, portanto, os casos nos quais uma ciência enriquece a outra, trazendo do Direito para a Literatura, a transcrição e riqueza de uma humanidade em constante ebulição. E deste processo, seu resultado múltiplo em ambas as áreas só me deixa ainda mais regozijado e à vontade ao ascender a esta Academia.

VI - A Filosofia no Direito.

O jurista e filósofo austríaco Hans Kelsen exclui a metafísica para imaginar um cenário ideal sobre a verdadeira finalidade da justiça.

Segundo ele a justiça dos Estados contemporâneos é uma justiça realizada sob o Direito, para na sequência concluir que um fato pode ser considerado correto na Lei, embora nos pareça injusto, e vice-versa.

É bem verdade que estas considerações todas sobre a Lei e o ordenamento jurídico limitam-se ao plano normativo, e isto não leva em conta a realidade social.

Pergunta-se "Como poderia o Direito regular a vida das pessoas, se não leva em conta o mundo real, como ele é de verdade?".

E exatamente daí a necessidade que temos de nos debruçar, operadores do direito e escritores, para transcender da filosofia princípios que vão servir como ferramentas concretas de justiça e não apenas legalidade - profunda portanto a relação entre tais ciências.

Meus confrades acadêmicos, senhoras e senhores, não se pode perder de vista a importância da crítica e a proposta de reconstrução do Direito Positivo, de Jürgen Habermas, renomado filósofo e sociólogo alemão.

Habermas destaca a necessidade de uma equidade maior que traduza uma melhor correspondência entre a Lei e o fato - como diversas vezes tive de raciocinar enquanto Magistrado consciente e preocupado com tais questões filosóficas.

Trazendo, mais uma vez a lição do austríaco Hans Kelsen - autor de diversas e importantes obras -, temos a clássica lição da pirâmide representando a hierarquia das normas jurídicas. No topo viriam as normas constitucionais, logo abaixo as leis e em seguida as demais normas.

Dentro do sistema normativo que nos interessa nos deparamos com a positivação das normas jurídicas, ou seja, a lei. Para o professor Flóscolo da Nóbrega, digníssimo Acadêmico que orgulhou e honrou esta Casa por tantos anos, ficou a clássica lição de lei enquanto norma escrita de direito, aprovada pelo poder legislativo e sancionada pelo poder executivo.

Mas por diversas vezes, a mera aplicação da referida pirâmide normativa não é suficiente para atender aos anseios de uma sociedade que, se por um lado, não conseguiria atingir o bem comum sem regras, por

outro, precisa de verdadeiros pensadores que tenham este discernimento na hora de sua aplicação.

Na realidade, conflitos sociais precisam de solução, ou melhor, devem ser evitados, foi assim que, naturalmente, as normas de conduta surgiram e com elas seus sistemas normativos - todos escritos na literatura, nos costumes, na moral e religião, na família, na própria arte em geral, bem como na educação e no direito.

Sendo a paz uma das finalidades do Direito, segundo o próprio Kelsen para evitar a violência, verificamos que hoje em dia, isto só não basta. Precisamos considerar o mundo real e formas de compensação para melhor distribuir renda com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e econômicas: estas sim, verdadeiras formas de violências num plano sofisticado.

Por fim, enquanto magistrado, escritor, e um eterno aluno das ciências filosóficas e sociais, lanço a todos nós um desafio: "Como falar de direito, cumprimento de lei ou realização da justiça para quem apenas sobrevive?"

VII - Uma homenagem a Mamanguape e ao Tribunal de Justiça.

Mamanguape tem três patronos e três fundadores, dos dez imortais que instituíram esta Academia, no inesquecível dia 14 de setembro de 1941, sob o tema: "DECUS ET OPUS" (Estética e Trabalho), há 71 anos pretéritos, portanto, esta casa me é muito familiar com raízes e tradições. Os patronos: Padre Francisco João de Azevedo Junior, da Cadeira nº 27, João Pereira de Castro Pinto, da Cadeira nº 31, e, Carlos Augusto Furtado de Mendonça Dias Fernandes, Cadeira nº 32.

Os fundadores: Luiz Teixeira de Menezes Pinto, Cadeira nº 12, Álvaro Pereira de Carvalho, Cadeira nº 23, e, Cônego Mathias da Silva Freire, Cadeira nº 26.

Desembargadores e Juízes que honraram e honram esta Casa do Pensamento.

Desembargadores: José Flóscolo da Nóbrega, Cadeira nº 01, Maurício de Medeiros Furtado, Cadeira nº 36, Aurélio Moreno de Albuquerque, Cadeira nº 23, Osias Nacre Gomes, Cadeira nº 05, e, Mário Moacyr Porto, Cadeira nº 04.

Juízes de Direito: Santos Estanislau Pessoa de Vasconcelos, patrono da Cadeira nº 30, e, Humberto Cavalcanti de Mello, atual ocupante da Cadeira nº 34.

Não poderia esquecer os amigos: Desembargador Federal Paulo de Tasso Benevides Gadelha, Cadeira nº 23, e, meu colega de turma na Faculdade de Direito da Paraíba, Juiz Federal Alexandre Costa de Luna Freire, Cadeira nº 16.

VIII - Duas dedicatórias.

Dedico, portanto, o maior troféu que um escritor paraibano pode receber na sua vida, o ingresso na Academia Paraibana de Letras, a uma cidade florescente e a um tribunal honrado. A Mamanguape, minha terra, e ao Tribunal de Justiça da Paraíba, meu tribunal.

Por isso, ofereço-lhes um poema de um dos maiores poetas de nossas plagas, também jurista, formado pela Faculdade de Direito do Recife, o Patrono da Cátedra nº 32, Carlos Dias Fernandes, ora ocupada pelo imortal Wills Leal. Ele que foi o autor de Fretana, A Renegada, Torre de Babel, Os Cangaceiros, Sólus, só para citar algumas de suas obras, e são muitas. No seu leito de morte no Hospital da Cruz Vermelha do Rio de Janeiro, sofrendo doença grave de próstata que já afetava a sua bexiga.

No leito de dor para homenagear a sua companheira de todos os momentos, Carlos Dias Fernandes, escreve um belo poema para sua amada e lhe dá o pomposo nome "LAUS VITA" (louvor à vida). Citarei apenas duas estrofes:

Eis-me liberto, querida,
Dos paradoxismos da dor;
Aos poucos volta-me a vida,
Deixou-me livre o torpor.
Só venci a áspera lida,
Por obra do teu amor.

Que horas amarguradas,
Desalentado vivi!...
Que noites, que madrugadas

De desespero curti,
De pálpebras orvalhadas,
Menos por mim que por ti.

Decantando a pujança de Mamanguape, sua terra, por ocasião do declínio econômico a partir do ano de 1900, após o apogeu do Século XIX, dedicou-lhe estes versos em Fretana, o seu maior livro de poesias, escrito no ano de 1936, demonstrando o grande amor telúrico pelo berço onde abriu os olhos pela primeira vez. Cito apenas uma estrofe:

"Óh Mamanguape, Arcádia decaída.
Meu ruinoso, vetusto e pátrio ninho,
Estância de saudade estremecida,
Acena-me de longe o teu caminho,
Sob os teus gulandis, dá-me guarida,
Minha fonte cristália, oh! Sertãozinho."

IX - Os agradecimentos.

Em primeiro lugar o meu maior agradecimento a DEUS e a Virgem Maria do Alto do Monte Carmelo, pelo dom da vida, inteligência e saúde, que me proporcionam o pensar, o compreender, o caminhar...

O agradecimento aos meus familiares na pessoa de minha querida e amada esposa Iris Helena, meus estimados filhos Marcos Filho, Raphael e Filipe, minhas estimadas noras Renata e Bárbara, e, minhas lindas netinhas Maria Luisa com três anos e nove meses e Isis com um ano e seis meses de idade.

Um agradecimento especial a todos os imortais, meus confrades e minhas confreiras, que fazem a Casa de Coriolano de Medeiros, e que compareceram a minha eleição no último dia 11 de janeiro: Alexandre Costa de Luna Freire, Ângela Bezerra de Castro, Antônio de Souza Sobrinho, Antônio Juarez Farias, Astênio Cesar Fernandes, Carlos Antônio Aranha de Macêdo, Carlos Augusto Romero, Damião Ramos Cavalcanti, Dorgival Terceiro Neto, Eilzo Nogueira Matos, Evaldo Gonçalves de Queiroz, Flávio Sátyro Fernandes, Francisco de Sales Gaudêncio, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila Lins, Hildeberto Barbosa Filho, Humberto Cavalcanti de Mello, Jomar de Morais Souto, José Jackson Carneiro de Carvalho, José

Loureiro Lopes, José Neumanne Pinto, José Octávio de Arruda Mello, Luiz Gonzaga Rodrigues, Luiz Nunes Alves, Manuel Batista de Medeiros, Monsenhor Marcos Augusto Trindade, Maria das Mercedes Ribeiro Pessoa Cavalcanti, Osvaldo Trigueiro do Valle, Paulo de Tasso Benevides Gadelha, Sérgio Martinho Aquino de Castro Pinto, Wellington Hermes Vasconcelos de Aguiar e Wills Leal, pela votação expressiva que me outorgaram, uma das mais consagradoras de todos os tempos já conferidas ao postulante de uma estala nesta Academia, concedendo-me a maior legitimidade para entrar no silogeu.

Aos presentes os melhores agradecimentos pelo prestígio do comparecimento, com as escusas desta longa oração, necessária, entretanto, por exigência regimental do momento ímpar e único, da vida do novel Acadêmico.

Muito Obrigado!

Discurso de recepção do acadêmico Astenio Cesar Fernandes em Saudação a Marcos Cavalcanti de Albuquerque

HONRAS A UM AMANTE DA PALAVRA

"Lutar com palavras é a luta mais vã. No entanto lutamos mal rompe a manhã [...]. Não me julgo louco. Se o fosse, teria poder de encantá-las", confidenciou Drummond. No poema "A palavra Mágica", revelou, ainda, o "poeta maior":

Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.

Vou procurá-la.
Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
não desanimo,
procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra.

Senhor presidente da Academia Paraibana de Letras, Damião Ramos Cavalcanti, familiares e amigos do empossado, autoridades, senhoras e senhores.

Ave, palavra! Achegue-se. Venha expor sua aura, em louvor ao novo acadêmico. Clame justa, prudente, fidedigna e vigilante ao que advertiu Freud: "Contra os ataques é possível se defender; contra o elogio não se pode fazer nada".

A aragem de boa sorte, a céu aberto, recebe Marcos Cavalcanti de Albuquerque, curtido no suor, esse fluido aquoso que brota em quem percorreu um longo itinerário. Ele chega ao templo que lhe entoa um cântico de acolhida. Hino de afeição de todos os confrades; desvanecimento de quem o enuncia.

Aos seus familiares: Iris Helena Cruz Cordeiro de Albuquerque, Marcos Cavalcanti de Albuquerque Filho, Raphael Cordeiro Cavalcanti de Albuquerque e Felipe Cordeiro Cavalcanti de Albuquerque, Renata Ramalho Brunet e Bárbara Tavares, Maria Luisa e Isis, pedimos que partilhem este canto solene, honra à imortalidade.

Mas o que é, de fato, imortalidade? Nosso confrade Paulo Galvão, uma ausência física justificável, definiu ao adentrar esta Academia: "Já posso morrer, presumido que seja imortal". Assim, o médico-poeta incrustou o homem na gema da criação, pondo o mortal em sacrário perpétuo.

A propósito, cito Ledo Ivo: "As criações poéticas se assemelham às criações biológicas. Nelas não se pode separar a carne e o espírito, o movimento dos corpos e a passagem dos pensamentos. Esses frutos do silêncio e do amor, do sussurro e do segredo, abrigam um mistério original: o de sua própria geração e nascimento".

Marcos Cavalcanti de Albuquerque, filho João da Matta e Doralice Cavalcanti de Albuquerque, tem origem na mesorregião da mata paraibana. Nasceu em Mamanguape, na Rua Othon Barreto, número 110. Naquele ambiente interiorano, menino, conviveu com seus oito irmãos e queridas tias. Desfrutou os quintais, pomares, jardins e viveiros de pássaros livres; animais domésticos e domesticados, a exemplo do carneiro "Belém", tão estimado. Sonhou e caminhou nos sonhos, plasmando o homem atento às belezas de Deus, projetadas na humanidade e na natureza.

No Instituto Moderno, teve sua primeira escola. Lá ele abrigou-se, entre outros, em ensinamentos da professora Aldacyr Coelho Costa, irmã do saudoso Adailton Costa, personalidade paraibana a quem conheci e

admirei, sendo seu médico. Continuou sua educação no Colégio Pio XII, onde pontificavam os professores Hercílio Brito, Afonso de Ligori, José Paulino e Marcos Trindade. Depois, estudando no Lyceu Paraibano e na Universidade Federal da Paraíba, complementou a formação que o levaria a juiz, desembargador e professor universitário. Leitor disciplinado, ele coloriu seu mundo interior e, escrevendo, espargiu esse espectro.

Mas, por que escrevemos? O romancista turco, prêmio Nobel de Literatura, Orhan Pamuk, respondeu: "Escrevo porque só consigo participar da vida real quando a modifico [...]. Escrevo porque acredito na literatura mais do que em qualquer outra coisa [...]. Talvez escreva porque tenho esperanças de entender a humanidade [...]. Escrevo porque gosto de ser lido [...]. Escrevo porque é animador transformar todas as belezas e riquezas da vida em palavras". Clarice Lispector acrescenta: "Escrevo porque encontro nisso um prazer que não consigo traduzir [...]. Escrevo para mim, para que eu sinta a minha alma falando e cantando, às vezes chorando".

Nobre acadêmico Marcos Cavalcanti,

Chegas ao nosso convívio trazido pela tua escritura, clara, concisa, sem excessos. Assemelhada àquela que, magistral, habita a obra de Graciliano Ramos. Para Miguel de Unamuno, "A palavra sábia é aquela que, dita a uma criança, é sempre compreendida sem a necessidade de explicações".

Vens exercitar deveres de cultor da palavra. Vens, além disso, cumprir outros deveres acadêmicos: as obrigações cívicas. Relembro: o Cardeal de Richelieu, criador da Academia Francesa, concebeu-a como refúgio de civismo e Jean Paul Sartre, ao encenar a peça "As moscas", aliava esse espetáculo artístico à resistência francesa.

Em seu tempo, cumprindo encargos acadêmicos, falou Jorge Amado: "Os acontecimentos atuais tampouco modificaram o quadro deplorável, sinistro, da realidade do Brasil onde a sociedade se torna, a cada dia, mais egoísta e injusta". No mesmo sentido, enfatizou Ledo Ivo: "Novos olhos enxergaram o horror das grandes cidades inchadas e favelizadas, que exibem, sob os seus viadutos e pontes, uma população de párias".

A propósito, lembramos a estiagem, recalcitrante, vivenciada no Polígono da Seca do Nordeste brasileiro, onde, em total escassez, as únicas águas vertidas são lágrimas de desengano. Vemos a descrença do sertanejo desfibrado da espera, vivenciando a pior das misérias: a de quem vive de esmolas. Derradeiro companheiro da esperança, porquanto esta é a última que morre.

Ora, a cessação de chuvas ocorre em extensas regiões áridas e semiáridas do planeta Terra. Habitual, não surpreende. Existem áreas de densidade pluviométrica inferior à nossa e, apesar disso, seus habitantes convivem bem com a seca. É que, nessas regiões, o Estado promoveu educação, saúde e segurança, além de inovação, tecnologia e sustentabilidade. Desse modo, evitou consolidar medidas emergenciais mantenedoras de miseráveis.

Senhor presidente, Damião Cavalcanti.
Senhores acadêmicos,

Diante disso, chegou a hora de medidas definitivas. Nosso povo, vítima do abandono e enganado com migalhas, clama por dignidade. Exige uma política de Estado, que seja moderna, sustentável e redentora. Política consciente, sensível e atenciosa, envolvendo todas as esferas de governo. Pujante em seu novo tempo, esta Casa do pensamento deve repercutir esse justo clamor, essa legítima reivindicação.

Caros acadêmicos, senhoras e senhores,

Empossado na Cadeira 17 da Academia Paraibana de Letras, Marcos Cavalcanti sucede o renomado intelectual e jurista Joacil de Britto Pereira. Ambos, cultores das letras jurídicas e literárias a exemplo do que acontece em várias outras academias.

Ao substituir Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, disse o escritor, historiador e jurista, Alberto Venâncio Filho: "Não posso deixar de mencionar as ligações que aqui sempre existiram entre as letras jurídicas,

e as letras propriamente ditas. Mencionei Lúcio de Mendonça, o fundador desta Casa, homem de letras e jurista, destaquei Rui Barbosa, culminância que constitui exceção à parte, e apontei Clóvis Beviláqua, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Lessa e Pontes de Miranda, juristas que cultivaram com sabedoria as letras, o ensaio e a filosofia".

Também em nossa Academia abrigam-se Epitácio Pessoa, *Antônio Botto Menezes,* Mário Moacyr Porto, José Flóscolo da Nóbrega, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, consagrados cultores das letras jurídicas e literárias. Hoje, Marcos Cavalcanti, com seu acervo de publicações, mesclando temas jurídicos com história, sociologia e genealogia, veio aliar-se àqueles cultores do passado e a seus atuais seguidores.

Sobre essa obra do novo imortal, nosso confrade, bacharel em Direito, poeta e crítico literário Hildeberto Barbosa Filho, fez lúcida exegese: "Seu currículo assegura-lhe vasta experiência profissional no território do direito, tanto no que tange às suas dimensões doutrinarias e teóricas, como no que se refere à sua militância prática, na qual se destacou [...]. Mas não é só o complexo campo da ciência e da atividade jurídica que move o seu interesse cognitivo. Suas preocupações intelectuais se estendem pelos diversos caminhos da historiografia municipal, os estudos genealógicos e a pesquisa das ordens religiosas, igrejas e monumentos arquitetônicos que configuram o patrimônio histórico e artístico da Paraíba".

Maria Auxiliadora Ramos Borba, confreira de Marcos Cavalcanti no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em sua apresentação da segunda edição do livro "As primeiras Damas", de autoria de Rosilda Cartaxo e Marcos Cavalcanti, salientou: "Marcos Cavalcanti de Albuquerque cumpre um dos papéis de homem de visão histórico-humanista, comprometido com as demandas do tempo moderno".

Marcos Cavalcanti destaca-se ainda como homem fidalgo, sensível. Exaltando a sensibilidade, a escritora Fátima Quintas, atual presidente da Academia Pernambucana de Letras, ao recepcionar Ana Maria Cesar, sucessora de José Rafael de Menezes naquela Casa, afirmou: "Colher uma flor supõe um agudo exercício de sensibilidade. Poucos são capazes de segurar a rosa com a dignidade que a rosa reivindica. Perdemo-nos, nesse célere e histriônico mundo moderno, na insignificância da

superficialidade e da mediocridade". Podemos assegurar àquela respeitável amiga: você, Marcos Cavalcanti, sabe colher a rosa.

Confrade Marcos Cavalcanti,

Assumo, pela primeira vez, esta tribuna para dar boas-vindas a um companheiro na solenidade de sua posse. Essa imensa honra, resultou na responsabilidade de alumiar, com palavras, essa chegada. Mas a voz, esgrimindo o verbo, restou simples candeia, obrigando-me a construir minúscula ode, "Conchego de Natal":

Não sou o sol ardente que ilumina,
Os incêndios do dia e só termina
Quando o rito da noite lhe é fatal.

Sou chuva pontual, molhando a estrada,
Calmando o caminheiro na jornada,
Sou, somente, aconchego de Natal.

Sê feliz neste Templo propício ao exercício de razão e imaginação, buscando a culminância humana: confluência de justiça e liberdade, proclamada por Ariano Suassuna.

Toma teu assento, companheiro!

DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS DO ACADÊMICO FLÁVIO TAVARES NA CADEIRA 14 EM 5 DE JULHO DE 2013

A SINGULARIDADE DAS PALAVRAS E DAS CORES

Flávio Tavares

Os caminhos que espelham o universo da arte, também reveladores da minha forma de ser e de perceber o mundo, são os mesmos caminhos de encanto e musicalidade que me fizeram chegar até aqui. Caminhos que me trazem ao adorável convívio desta Casa, onde se encontra guardada a memória dos personagens que fazem a história de nossa inteligência. Lugar que abriga o melhor da convivência intelectual e artística de nossa terra. Por essas paredes dou um passo à frente, a avançar na caminhada que vislumbra um horizonte de luz, cores e sonhos.

Pesa-me nos ombros a responsabilidade maior de suceder uma das figuras mais emblemáticas da política e da oratória paraibanas: o poeta Ronaldo Cunha Lima. Venho ocupar a cadeira de número 14, que tem como patrono Eliseu Cezar, misto de poeta jornalista e jurista. Cadeira que se enriqueceu com a privilegiada presença do professor Francisco Seráfico da Nóbrega como seu fundador. Também foi meritoriamente ocupada pelo advogado e poeta, Celso Otávio de Novais, recebido em alto estilo pelo imortal Juarez da Gama Batista.

Mais que a política, a poesia foi a essência da biografia a habitar o cotidiano de Ronaldo Cunha Lima. Poeta do mar e dos amores, entendia como poucos, a alma do povo e suas dores. Aqui, nesta Casa, deixou plantado o seu coração. E ninguém melhor que o próprio Ronaldo para falar de si mesmo, sintetizando, em tom confessional, a complexidade humana. Traduzindo-se múltiplo e paradoxal no poema:

Quem sou eu.

Sou platéia e personagem,
sou multidão, sou sozinho,
sou bloqueio, sou caminho,
sou verdade, sou miragem.

Sou passatempo, sou vida,
sou cisma, sou acalanto,
sou regozijo, sou pranto,
sou chegada, sou partida.
Sou abandono, sou ninho,
sou desamor, sou amante,
sou eterno, sou instante,
sou desconforto e carinho.
Sou amparo e abandono,
sou revide, sou perdão,
sou inverno ou verão,
sou primavera e outono.
Sou fome, sou mesa e pão.

Chego à Augusta Casa de Coriolano de Medeiros não como um poeta que senta na cadeira de outro poeta, como se caracterizou Ronaldo no seu discurso de posse. Chego na condição de artista plástico que anseia, a todo tempo, transformar o tempo e o espaço da cor na forma simbólica que é razão e sentido do meu estar no mundo, síntese da minha compreensão dos seres e do universo. Com a cumplicidade dos pincéis à minha volta, posso afirmar que tenho vivido para a pintura e pela pintura. De tal forma que minha identidade se confunde com o mundo imaginário a que tenho dado forma e cor e que representa a essência do meu olhar e do meu ser.

Conforme a lição de Clarice Lispector, *"O processo criador de um pintor e do escritor são da mesma fonte. O texto deve se exprimir através de imagens e as imagens são feitas de luz, cores, figuras, perspectivas, volumes, sensações".*

Nesse entendimento superior, minha candidatura encontrou a acolhida desta Casa onde Pedro Américo, expressão da nossa arte universal, figura como um dos prodigiosos patronos.

Foi como pintor que os meus pares me escolheram, identificando em meu processo criador uma concretização legítima da legenda **Estética e Trabalho**.

"Fonte dos objetivos que estruturam e direcionam a existência da Academia Paraibana de Letras" na lição da professora Ângela Bezerra de Castro.

Mais do que tudo, a arte é o caminho do sincero conhecimento. Porque devolve ao homem a sua interminável fome de viver. *"Só a arte é útil e só a arte fica"*, como escreveu Fernando Pessoa.

Relembro nesse instante a fábula A **máscara, o espelho e a imaginação,** por nos contar que *"durante 10 anos, o pintor fez um nu feminino esperando ser esta a sua grande obra de arte. No final, todos olharam o quadro por ele revelado e viram uma tela enorme e escura. Então fizeram a pergunta esperada: onde está a imagem? O artista assim respondeu: ela estava tão linda, tão nua, que o frio e o sono fizeram com que eu apagasse a luz. Todos acreditaram em suas palavras e passaram a imaginar aquela mulher nua na escuridão"*.

A pintura é uma ponte misteriosa entre a alma dos personagens e a apreensão do expectador. A máxima motivação do homem para a arte é o medo de se perder no infinito. É através do desenho que procuro fundar o vôo pelos meus desertos e abismos. Diante dos vazios da alma, é impossível imaginá-la sem o espelho silencioso da imagem em sua transfiguração.

O merecimento da arte consiste em assimilar e assinalar o sentimento humano como fonte de sua história. As buscas do homem, suas revelações, suas emoções, seu pensamento, tudo se transfigura na expressão criadora. Assim a arte liberta o homem da sua finitude.

O tempo a mover as cores da arte é fruto da experiência de vida, da essência do sonho vivido. Maior será o horizonte do artista por sua capacidade de sonhar. Somente sabemos que vivemos porque sonhamos. Somente sabemos que sonhamos porque a cada dia acordamos. No meu acordar, me vejo diante dos meus pares para viver mais um sonho. O da imortalidade acadêmica, que me alimenta a ilusão de ser menos só, menos frágil, menos vulnerável ao tempo.

Recorro ao pensamento dos mais íntimos gestos para ordenar o caminho das minhas palavras. Começo com minha formação. A lembrança dos meus avós, dos meus pais, dos meus irmãos, permanentemente, se acha guardada nos rios que correm em direção à minha memória. Recordo-me dos amigos que freqüentavam nossa casa, para viver uma coreografia que dividia o discurso político com o diálogo entre a arte e a poesia. Festa para os nossos ouvidos, riqueza para os nossos olhos, motivação para nossos sonhos.

Martinho Moreira Franco que participou desse tempo, eternizado em convivência e amizade, a ele se refere como "quadra luminosa de nossas vidas". Nas palavras do cronista o sentimento que é meu e de

tantos que se incluem nessa preciosa evocação: "*Quadra que possuía até uma quadra de verdade: o quarteirão compreendido entre as ruas José Peregrino e Minas Gerais, tendo como ponto de referência a Rua Rodrigues de Aquino, nossa inesquecível Rua da Palmeira, ali entre o centro da cidade e o bairro de Jaguaribe, imaginária divisão demarcada pela Avenida João Machado.*

E Martinho continua: Ah, a gloriosa turma da Rua da Palmeira! Os Melquíades, os Fernandes, os Tavares, uma tribo da paz e do amor, garotos e garotas que amavam os Beatles e os Rolling Stones, um banquinho, um violão, Pablo Neruda, Jorge Amado, Jean-Luc Godard, Glauber Rocha, Diego Rivera... Sim, Diego Rivera, o muralista mexicano que seduzia o então menino quando ele começava a se encantar com as formas e as cores".

O mesmo canto do passado também é revelado por outra vertente. Dessa vez, ainda mais íntima. Acolho nas palavras do meu irmão Carlos Tavares igual pensamento, como se dele extraísse o meu próprio sentimento. Talvez sejam as traições do tempo as mais verdadeiras tradições a correr em nossas veias, sempre cheias de tintas, que tornam a pintar o silêncio da vida com a cor da emoção.

Palavras ditadas por semelhantes e reveladoras sensações. Porque tradutoras de nossas almas irmãs, porque provedoras de nosso presente e de nosso futuro, extensão de nossas próprias vidas.

Encontro em Carlos Tavares a tradução exata do meu processo criador. Vivo para dar vida, forma e cor ao "silêncio branco e áspero" a que ele se refere e que, em sua linguagem poética, encontra sentido e ressonância: "*As vozes já cessaram, não se escuta mais o burburinho da infância, barulho de festas juninas ou o cheiro das noites de natal. Palmas e risos na sala, ecos de antigos folguedos nos quintais também emudeceram. Agora resta um silêncio branco e áspero que acaricia a superfície amarelada de velhas fotografias.*

O mesmo silêncio que protege a face muda dos rostos ali estampados invade invariavelmente nossa memória. Funde-se ao fluxo do sangue que circula em nossa carne e acena de algum modo para a continuidade do formidável ciclo da existência: começo, meio e fim.

Esta memória, cuja matéria que a alimenta nasce das perdas, dos sonhos e das conquistas que acumulamos ao longo da vida, produz por si própria, como fonte de inspirações, cores e formas que

se não forem represadas por algum impulso artístico, aos poucos acabarão se diluindo no vazio que o passado instala no presente".

Aqui, nesse ponto, faço uma pausa toda especial para lembrar a figura do meu pai Arnaldo Tavares. Por seu olhar de simplicidade, pude compreender a dimensão plástica de um artista. Por suas mãos voltadas para o infinito, foi possível observar o objetivo da arte em deter o movimento do tempo. O mundo sendo percebido na recriação das imagens ou resgatado pelo silêncio que habita os objetos. Carrego essa preciosa convivência como a essência mística e intuitiva de toda minha vida.

As mais antigas lembranças de quando me encantei com o desenho e a pintura, vem dos anos 1956. Via meu pai desenhando, fazendo ilustrações para jornais e livros. Ao mesmo tempo meu avô, Pedro Tavares, fotógrafo e aquarelista, exercia grande influência nos meus princípios de estética. Os dois, meu pai e meu avô, foram responsáveis pela minha inclinação para a pintura e para o desenho. Hoje a fotografia ainda me acompanha, na cumplicidade estabelecida com o amigo David.

Entre os livros ilustrados por meu pai, os que mais me marcaram foram: Caminhos, Sombras e Ladeiras, do professor Juarez da Gama Batista e Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba, do Cônego Florentino Barbosa.

Nos anos 1962 a 1965 conheci vários amigos do meu pai, entre eles, José Lyra, Hermano José, Ivan Freitas, Olívio Pinto e Archidy Picado, todos grandes pintores. Esse grupo do qual meu pai fazia parte, foi o fundador do primeiro centro de arte da Paraíba, em 1947.

Devo reconhecer e confessar que, antes de qualquer influência externa, antes mesmo da descoberta dos grandes nomes universais da pintura, foi o ambiente da minha aldeia, do "meu quintal maior que o mundo" que interferiu definitivamente no despertar de minha imperiosa vocação pouco a pouco transfigurada em destino.

Quando, em 1963, foi fundado o Setor de Artes Plásticas da Universidade Federal da Paraíba tive a oportunidade enriquecedora de uma aprendizagem dirigida para as técnicas de pintura e desenho. Então adquiri uma consciência maior daquilo que em mim era mais tendência natural alimentada por um ambiente propício. Fui aluno da professora Lourdes Medeiros e do professor Raul Córdula Filho, nesse importante período que marcou o início de minha formação como artista plástico.

Na reconstrução de meus primeiros passos, preciso salientar as

grandes lições recebidas de Hermano José que, sem a formalidade da cátedra, foi e continua a ser meu mestre, na permanência da admiração e do respeito que lhe devoto. Identifico nas palavras de Hermano José, em seu pensamento sempre atual, a melhor definição sobre o exercício da arte, ou sobre o objetivo maior do artista: "Resgatar a imagem aprisionada no vazio e devolvê-la à luz do tempo". Creio que os confrades, poetas ou narradores, também se identificam nesse "Fiat lux" que é a luta obstinada dos que se fazem criadores, em qualquer forma de expressão. Não é outra a compreensão do grande José Lins do Rego quando afirma que "o romancista é rival de Deus".

A parceria infindável que o tempo estabeleceu entre minha concepção plástica e os escritores conterrâneos reforça-me a certeza de que as artes nascem de fontes comuns e buscam os mesmos objetivos. De muitos que hoje me recebem como confrade, tornei-me co-autor, na configuração de outro nível de expressão para suas construções poéticas ou narrativas: Gonzaga Rodrigues, Sérgio de Castro Pinto, Hildeberto Barbosa Filho, José Jackson de Carvalho, Manuel Batista de Medeiros, Jomar Morais Souto e Luiz Augusto Crispim.

Também me fiz terno e eterno parceiro de poetas que romperam o fio de sua época, a exemplo de Marcos Tavares, Lúcio Lins, Juca Pontes, Chico Lino Filho, Ligia Cunha e Vera Medeiros. Pude enxergar e exaltar os bem-aventurados escritos assinados pela exímia pena de Marília Carneiro Arnaud, Wellington Pereira, Aldo Lopes, Carlos Pereira e Neno Rabello, que me faz manter o bom humor toda a semana.

Dessa convivência apaixonante sobreveio o diálogo bem mais próximo com a literatura de José Lins do Rego, Euclides da Cunha e Ariano Suassuna. Recentemente, me encantei pelo fabuloso universo dos engenhos, casarões e canaviais, totalmente envolvido pela força da representação imagética de José Américo de Almeida. Com a professora Ângela Bezerra de Castro, através de seu ensaio iluminado, Releitura de A Bagaceira, descobri um processo construtivo, uma estrutura narrativa, uma simbologia a que jamais teria acesso sem a indicação de suas interpretações e críticas inovadoras. Antes de conceber o painel que pintei para a Universidade Federal da Paraíba em homenagem a José Américo, tornei-me leitor assíduo da formidável grafia originada pelas insignes e conexas reflexões da amiga que hoje me recebe nesta casa das ciências, das letras e das artes. Amiga que completa com sua ternura a felicidade desse instante que faz vibrar minha alma agradecida.

Volto o olhar para os espaços mágicos desta casa, como se fosse possível divisar a imortal figura de Luiz Augusto Crispim. Mas é na memória do meu afeto que a sua presença se concretiza.

Em 1985, exercendo a Presidência da Academia Paraibana de Letras, Crispim me fez o convite para pintar a vida e a obra de Augusto dos Anjos. Decidira que uma tela com essa temática deveria constar do memorial do poeta, criado em sua administração.

O afeto e a generosidade eram traços marcantes da personalidade de Crispim e, ligados pela nossa amizade passamos a discutir os possíveis caminhos para a obra ser executada. Depois de muitos estudos cheguei ao desenho final do painel: Augusto de costas para o expectador, se olhando em um espelho oval, símbolo do cosmo. Em volta do espelho flutuam familiares do poeta e personagens por ele criados, como numa via láctea de sombras, orbitando o ventre dos horrores, a configurar um verdadeiro relicário das agonias do EU.

Luiz Augusto sabia que toda obra de arte é uma dádiva. Foi um trabalho que abracei em um só fôlego, doando-me de corpo e alma. E é indescritível o sentimento de haver compartilhado com meu nobre amigo este projeto cuja realização significou ter incorporado meu trabalho estético a esta casa da memória e da cultura. Dois Augustos enriquecendo os silêncios e contorno da minha linguagem de luz e sombra, desenho e cor.

Antes de encerrar essas palavras, presto uma homenagem especial àquela que tem sido cúmplice e parceira dos meus dias, minha amada Alba. Esperança viva a alimentar o maior dos meus desejos, o melhor dos meus sonhos. Alma que dá vida à minha vida.

Aos meus filhos Marieta, Marcelo e Eduardo, mar sereno de minhas pulsadas águas, dedico o legado imponderável desse reconhecimento que me enleva e gratifica. A Sérgio, Zezinho, Paulo, Tereza e Ademar, meus outros irmãos, assim como a Ana Maria Farias, irmã do coração, ofereço a safra mais pura que, amealhada no rio do tempo, preenche todas as medidas do meu coração.

João Pessoa, 05 de julho de 2013

Discurso de recepção da acadêmica Ângela Bezerra de Castro a Flávio Tavares

Ângela Bezerra de Castro

A Academia Paraibana de Letras vive, no encantamento dessa sessão solene, um reencontro com o espírito de suas origens. Pela primeira vez, um narrador e poeta, cuja linguagem se estrutura através de formas e cores, de luzes e sombras, de espaços e perspectivas, ocupa o lugar destinado aos artistas plásticos, desde que os fundadores escolheram Pedro Américo como Patrono da cadeira 24. Escolha tão criteriosa, a dos nossos patronos, que jamais recebeu uma restrição, em 71 anos de existência dessa instituição cultural.

Aqueles que deram "uma contribuição singular às letras, artes e ciências", conforme determina o Estatuto da Casa de Coriolano de Medeiros, trazem na história de vida uma produção específica, dentro da área a que se devotam, e chegam para engrandecer e perpetuar a tradição sintetizada na legenda Estética e Trabalho. A certeza de que a Academia não projeta ninguém é o entendimento consensualmente repetido. Somente na obra realizada o autor poderá fixar as raízes de sua imortalidade.

A eleição consagradora de Flávio Tavares traz a marca do gesto inaugural. Tem o sentido de um acontecimento simbólico que torna a APL mais representativa dos valores que lhe cabe divulgar e preservar. No entanto, é pertinente fazer o registro e a reflexão de que esse talento tão admirado por todos nós e que hoje recebemos como confrade poderia ter sido precedido por Olívio Pinto, por José Lira, pelo Mestre Hermano José ou por Ivan Freitas, todos expoentes das Artes Plásticas paraibanas. Faltou a iniciativa ou o olhar que reconhecesse a hora e vez de cada um. Talvez tenham contribuído para essa lacuna as mesmas razões da inexistência de um Museu de Arte em nossa capital. Razões inaceitáveis, sob qualquer alegação. A discussão do tema levando sempre à constatação da qualidade das Artes Plásticas produzidas na Paraíba e à ausência da iniciativa pública para a constituição do acervo reclamado pela História.

Seria impróprio considerar "a deseducação do público local para o gosto artístico, como principal causa dessa indiferença". E também é incabível repetir a denúncia veiculada pelo Correio das Artes há mais de meio século: que as Artes Plásticas já não são hostilizadas, são simplesmente ignoradas.

Hoje, a realidade é outra. Na expansão e pluralidade das expressões estéticas; na projeção de artistas que conquistam espaços significativos além de nossas fronteiras e no interesse do público local que prestigia as exposições e se realiza em adquirir telas ou objetos de sua admiração.

Essa constatação de aspectos tão positivos sobre as Artes Plásticas, na realidade contemporânea, torna ainda mais estranha e censurável a inexistência de um Museu onde se instale a riqueza dessa trajetória para o reconhecimento de nossos valores, para a fruição da coletividade, para a educação dos jovens e o despertar das vocações.

Não é o fato de sermos um Estado pobre que nos impõe essa desolação no cenário cultural. Todos identificamos na inversão das prioridades, fato recorrente nas agendas governamentais, o desvio que submete as necessidades vitais da nação às filas de espera do desengano.

Ninguém desconhece o pródigo esbanjamento dos três poderes da República nas suntuosas edificações que se erguem em acintoso paradoxo com as solicitações urgentes e essenciais da população. Os bilionários templos do futebol são apenas o exemplo mais recente, ratificando que a "página infeliz da nossa história" referida por Chico Buarque, na ironia de seu anti-samba-enredo, infelizmente, não tem ponto final. Nossa Pátria-mãe continua "subtraída em tenebrosas transações" e seus filhos "levando pedras como penitentes, erguendo estranhas catedrais".

Convivemos há quase um mês com o grito das ruas contra a corrupção. São milhares de vozes que se erguem proclamando a causa primordial da negação dos direitos fundamentais da coletividade. Não apenas os mensalões, julgados ou não. Mas a intricada rede de improbidade que se estende, desde os paraísos fiscais, até as disparidades salariais, somadas a privilégios de todos os gêneros, que transformam servidores públicos em castas, sem qualquer respeito ao preceito constitucional da igualdade de todos perante a lei. É uma professora que fala, e não poderia ser outro o tom.

Eis a democracia em que vivemos e que nos cabe aperfeiçoar, inscrevendo-se o intelectual sempre mais igualitariamente na frente comum da construção coletiva. Relembro a lição do Mestre Eduardo Portella:

"Ao intelectual cabe a tarefa de distinguir, de desembaralhar, de pensar a diferença sem qualquer dogmatismo – como um paciente construtor de pontes; como produtor ou agente de relações livres."

"O intelectual moderno ou pós-moderno, afastado da condição enigmática que o mitificou um dia, será sempre mais o cidadão contido na tarefa de permeabilizar a organização, com os ingredientes da imaginação, em cujo rastro interagem agudamente pensamento crítico e mudança histórica".

Esta é a moldura onde se insere o perfil de Flávio. E devo citar palavras da professora Vitória Lima saudando a eleição do amigo para a APL: "Com suas tintas e pinceis, Flávio também é um narrador. A história da colonização e ocupação da Paraíba está contada, diacronicamente, no mural da Estação Cabo Branco. E em Campina Grande, no saguão do Garden Hotel, também está contada a história da cidade, através dos seus primeiros desbravadores, seus tropeiros, vaqueiros, índios, além dos mitos fundadores, a exemplo da lenda do pavão misterioso."

Assim como Vitória, cada um dos admiradores da criação imortal de Flávio Tavares tem um olhar, uma emoção, uma expressão especial para externar diante dos Retratos, dos Interiores, dos Murais, das Alegorias ou dos Canteiros da memória. Antes de ser eleito para a APL, o menino de Dr. Arnaldo e de D. Otaviana foi entronizado nas salas das famílias e nos espaços públicos. Digo entronizado pois a postura de quem conquista ou contempla uma tela ou um mural de Flávio Tavares é de veneração.

E porque nos irmanamos também neste sentimento, trago comigo a lembrança de nossa querida Adília Crispim. Entre tantas obras de arte que ela e Luiz Augusto colecionavam, havia em destaque um retrato dominando a mesa de refeições. Uma figura feminina criada por Flávio, ocupando quase todo o espaço da tela. Muita suavidade nas cores, com predominância dos tons rosa. A postura firme e altiva da moça compõe, com o semblante entre sereno e enigmático, um conjunto que se completa pelo olhar sem foco definido.

Jamais passamos por essa tela, sem que Dilinha se comovesse e indicasse entre tantos outros detalhes o que mais a encantava: a naturalidade das mãos sobrepostas em repouso e apoiadas com a mesma leveza de flores que pendessem de suas hastes.

Flávio querido, muitos são os leitores que traduzem em textos especializados o valor de sua arte. Destaco Elvira Vernaschi enfatizando a poética do desenho "em que você deve ser considerado um dos mais

significativos artistas da atualidade", esclarecendo que na pintura "se encontra seu estrato estilístico, onde se pode aferir sua excepcional qualidade de poeta da imagem".

Outro texto indispensável para a visão aprofundada de todas as nuances de sua pintura é o de Fernando Monteiro. Um texto forte, de grande poder argumentativo que reclama com autoridade o seu lugar de "artista de alto poder de resolução formal e execução perita – que oculta alguma poderosa metáfora mais rica do que a técnica, e dirigida mais à alma que ao olho".

Foi nessa poderosa metáfora que descobri o desamparo do olhar adolescente em ambiente escuro, diante de flores e frutas postas na mesa, tão atrativas, belas e fugazes quanto a juventude. Ou o olhar acuado da moça que segura flores, no estreito espaço entre a mesa e janela. Olhar de espanto, incerteza e desconfiança, de costas para a luz. Todos os dias me reencontro na simbologia dessas personagens femininas que o tempo impregnou da minha alma. Personagens que habitam a minha casa, completando-a com a sua tocante humanidade.

No entanto, acompanhando o trabalho de Flávio por toda a vida, nada suplantou o meu deslumbramento pelo óleo sobre madeira: A colheita do caju. A árvore frondosa, em sua exuberância acolhedora se deita pelo chão na mais completa intimidade com meninos e meninas que brotam de suas folhas, confundindo-se com os frutos, sob o olhar atento do adorável vira-lata. A natureza humana vegetal e animal na vitalidade harmônica da criação.

Flávio, é impossível falar sobre a sua trajetória sem o afeto e um sincero receio de não alcançar a exata dimensão da obra portentosa que você criou. Imagino que Moreira Franco, Juca Pontes e Eudes Rocha compartilham comigo este sentimento. Somente um cúmplice da criação pode traduzir:

"Sorrisos interrompidos
horizontes fechados
Onde as palavras se calam
Sem dizer mais nada"

DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS DA ACADÊMICA MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI NACADEIRA 23 EM 27 DE SETEMBRO DE 2013

A GEOGRAFIA DAS HORAS

Quem me dera poder voar livremente,
sem presente, passado ou futuro a me torturar.
Quem me dera poder sorrir sempre
e nunca trazer comigo estes prantos,
estes sonhos mortos, estes desencantos.
Quem me dera poder esquecer as palavras que ferem,
os gestos mesquinhos, que matam ou enlouquecem.
Quem me dera poder viver de instantes, só de instantes
e do que foi tristeza nunca lembrar.

(Mariana Cantalice Soares)

Senhoras e senhores,

Transcrevo, nesta fala, uma reflexão ocorrida no dia seguinte a minha escolha para integrar a Academia Paraibana de Letras. Peço licença para discorrer esse dia, em tempo atual, rememorando o passado, com o artifício literário, de um presente imaginativo.

Seis horas da manhã

O Sol me acorda. Não sinto nenhuma aura diferente — embora os conterrâneos *imortais* tenham-me admitido em sua notabilíssima Academia. Devo reviver todas as emoções do dia de ontem, recordando a postura de cada confreira e de cada confrade.

Ingressar na Casa das Letras, guardiã máxima da cultura paraibana, é penetrar em solo sagrado, onde o objetivo maior de seus membros é de tornar públicos os valores éticos e literários de um seleto grupo de intelectuais.

De sobressalto, vejo, via internet, um delicado texto do acadêmico Eilzo Nogueira Matos, que, em vivaz e bem-humorada análise, referiu-se

à "manhã agradável de ontem na companhia de amigos na Academia Paraibana de Letras [...] para a eleição da pretendente escolhida para ocupar a vaga deixada pelo sousense Paulo Gadelha: a desembargadora, jurista e escritora Fátima Bezerra Cavalcanti [...]. Criatura amável, distinta no trato com as pessoas [...] convidou-nos todos para um almoço comemorativo [...], como tem sido praxe, sempre observada".

Fico a perscrutar, mentalmente, o formalismo e as tradições das academias, que, mesmo com todo o seu classicismo, são compostas por mulheres e homens comuns, que valorizam as singelezas das coisas, transformando-as, entretanto, em algo especial.

Senhoras, senhores, como se idealizou a primeira academia?

A instalação da primeira academia, por volta de 385 antes da era cristã, coube ao pensador e escritor ático Platão, quando edificou sua instituição no bosque dedicado a deusa Palas Atena, símbolo de sabedoria – onde também se acreditava que estavam enterrados os despojos de Academos, herói lendário ateniense que evitou a destruição de sua cidade, ao ajudar os irmãos Castor e Pólux a resgatar Helena, raptada por Teseu. Em homenagem ao ídolo citadino, cunhou-se o nome "academia". Infelizmente, os revezes históricos, com o avanço religioso monoteísta, alquebraram suas estruturas físicas e afugentaram seus frequentadores. O golpe final veio de Justiniano I, o salvador do códice *Corpus iuris civilis*[1] do Direito Romano, que ordenou, no ano 529 de nossa era, seu fechamento definitivo e sua demolição – hoje, não restando senão poucas ruínas.

É possível derrubar muros e paredes, mas a alvenaria dos ideais é muito mais resistente! Sábios de várias culturas, principalmente da nascente Europa Medieval, vislumbraram quão grande a sapiência dos antigos fora e se colocaram em missão para resgatar seus valores clássicos. Assim, ao longo do movimento renascentista, iniciado no século XV, buscou-se avidamente recompor as artes, os pensadores, os sítios e tudo mais relacionado à vida e formação do homem helênico. Os gregos e latinos tornaram-se modelos de vida e de visão de mundo. Na Itália e em outros reinos, explodiam movimentos para fundar novas agremiações de cunho acadêmico. Tais apelos se intensificaram nos séculos XVII e XVIII,

---

1 O *Corpus iuris civilis* foi uma compilação das leis romanas feita por ordem do Imperador Justiniano I, já estabelecido em Constantinopla, cuja principal meta fora reunir as leis e constituições imperiais desde o segundo século de nossa era e garantir o bom andamento dos tribunais.

culminando com o estabelecimento do mais influente ateneu moderno: a *Académie Française*, no ano de 1635, pelo célebre Cardeal Richelieu.

A cidade de Atenas contava também com um antigo tribunal, de nome Areópago – devido a sua localização na colina dedicada ao deus Ares. Nele, em conselho, reuniam-se os sábios, por experiência ou por estudo, para decidir aspectos importantes da cidade ou casos que atentavam contra as leis mais basilares, as que forjavam os deveres dos homens e os direitos dos deuses. Por extensão, as assembleias e tribunais colegiados, formados por membros de elevada gnose, como as academias de Letras, foram, doravante, também assim denominadas, como tão bem as conhece o Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, membro desta Casa, do Tribunal de Justiça do nosso Estado, do Instituto Geográfico e Histórico Paraibano e da Ordem Carmelita.

Todas as entidades hodiernas que visam ao saber são lídimas sucessoras dos vetustos conceitos atenienses. Fidedigno à tradição, imortais, como o saudoso Dr. Joacil de Brito Pereira, com muita propriedade batizaram de Jardim de Academos as dependências externas da atual sede da APL – aliás, registre-se, meticulosamente, restaurada pela atual Presidência, exercida pelo Dr. Damião Ramos Cavalcanti. O professor Damião, inclusive, ao ingressar na imortalidade guardada por estas paredes, definiu o sentido de nossa tertúlia:

> *Esta Academia, de ilustres homens* [...] *das Letras, é parte de uma população paraibana, na qual um de cinco cidadãos não teve ainda acesso à linguagem letrada, negando-se a eles o instrumento mais necessário as suas realizações profissionais: a liberdade de se autoinformarem sobre seus direitos e deveres; de contribuírem mais efetivamente para o desenvolvimento da sua terra e de gozar plenamente suas cidadanias.*

Nosso caríssimo presidente completou seu pensamento, mostrando a postura que a Casa de Coriolano de Medeiros deve apresentar à sociedade: "A Academia é a continuidade da produção de um interminável aperfeiçoamento das palavras e de todos os que dela fazem parte. Academia não é só louro da vitória, mas, sobremaneira, ela é a própria luta".

São Oito horas

Em *Variações sobre o prazer*, Rubem Alves faz-nos acompanhar

do clérigo santo Agostinho, do filósofo Nietzsche, do revolucionário Karl Marx e da cozinheira Babette, para propor o prazer em todas as variações, como objeto de nossa vida. "Afinal, não é o Paraíso a exuberância do prazer?"

Lendo esta obra, em verdade, estar-se-á a descobrir as diversas satisfações do ser. Este livro é um dos três exemplares que, hoje, mantenho à cabeceira – acompanhado de *O livro das horas*, de autoria de Nélida Piñon, e da *Liturgia das horas*, o Ofício Divino, para as orações diárias.

A *Liturgia*, aprendi a rezá-la na adolescência, em cânticos, salmos e meditações; as páginas de Nélida, misto de autobiografia e ensaios, marcaram meus momentos recentes. Ambos me inspiraram e, como ourives a juntar peças preciosas para formar uma nova joia, retalhei suas ideias como o fiz com o dia, em um discurso capaz de retratar meus sentimentos após minha eleição para esta notabilíssima casa literária.

No entanto, há obras onipresentes em minhas meditações, como a *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e as Sagradas Escrituras, ditadas pelo Espírito Santo. Confesso que, assim como Montaigne, não viajo nem vivo sem livros, "nem em paz, nem em guerra", pois são "o melhor viático que encontrei para a viagem humana".

Resolvo caminhar pelas alvas areias da beira-mar e idealizo uma refeição matinal com e para minhas amigas acadêmicas, cujo mote será debatermos o deleitamento (com certeza, com Nietzsche, Marx e as delícias de Babette). Vou ao encontro delas, apreciando a praia límpida, com a consciência de honrar todos os imortais desta Casa, como prediz o Talmude[2]: "Que a reputação de teu semelhante seja tão estimada por ti quanto a tua!"

A maré está baixa e podemos fazer das espumas do Atlântico e das conchas distribuídas na orla de Carapibus um cardápio imaginário, em que o gosto da maresia e o olor dos sargaços haverão de nos transformar em sereias humanas a desvendar os segredos da natureza.

Convido as colegas para andarmos juntas, pausadamente, partilhando pensamentos e ideais: a mui formosa *imortal* Pepita Cavalcanti, com seus cabelos soltos, desalinhados pela brincadeira dos ventos; a mestra e crítica literária Ângela Bezerra de Castro, cujos olhos esmeraldinos realçam-se aos reflexos da cor do mar; e a professora Maria das Graças Santiago, de

---

2 *Talmude*, livro sagrado do judaísmo, registro de lei, história e costumes dessa religião.

pele cor de jambo, sedutora, sob o Sol ameno desta especial manhã de julho. Elizabeth Figueiredo Marinheiro, nossa "Betinha", pedira licença para permanecer em Campina Grande, mas soube eu que ela visitara a doce Adylla Rocha Rabello, e ambas divagaram sobre afetos findos e amores infinitos.

Nesse encontro, dividimos as considerações do existir feminino. Um café da manhã longo, em que lhes renovo a gratidão e a amizade. Através da tessitura da imaginação, aponto as virtudes e as renúncias nas biografias dessas mulheres, que representam, naquele singelo momento, todas as mulheres do meu país. Parafraseando Nélida Piñon, possuem estas fêmeas o gosto de servir à literatura com memória e corpo de mulher. O ser feminil desfruta do ar mágico, charmoso enlace do desconhecido e da criação da vida, abrigando o dom de gerar como a deusa Ceres, que simboliza a natureza renovadora das plantas e do amor materno. Ao mesmo tempo, a mitologia grega trouxe Atenas, deusa da sabedoria, Mnemósine, matriarca da memória, e Diké, ídolo da justiça. Todas tão femininas quanto os ideais que denotam.

As paraibanas carregam características dessas mulheres, mas têm também o sangue fiel de Penélope, que esperou duas décadas por Ulisses; a coragem de Margarida Maria Alves; e a altivez de Anayde Beiriz. E somos impetuosas; quebramos paradigmas em nome de uma sociedade mais justa, como o fez, silenciosamente, a Dra. Helena Alves de Souza, a primeira juíza de Direito do Poder Judiciário paraibano cassada pelos esbirros da Ditadura Militar. Nossa Helena, não a de Troia, mas igualmente ousada, plantou a esperança de um mundo melhor.

Inspiram-me as confreiras a reverenciarmos a memória de uma outra mulher, Mariana Cantalice Soares, que ocupou, na Academia de Letras, a mesma cadeira para a qual aporto. Lembram-me elas o poema de Mariana, nesta jornada à beira-mar, quando sentimos o desmanchar das ondas aos nossos pés. Fazem de mim sua porta-voz, e recito[3]:

Quem me dera poder voar livremente,
sem presente, passado ou futuro a me torturar.
Quem me dera poder sorrir sempre
e nunca trazer comigo estes prantos,
estes sonhos mortos, estes desencantos.

---

3 SOARES, Mariana. *Vida e vida*. João Pessoa: UNIGRAF, 1986, pp. 47-48.

Quem me dera poder esquecer as palavras que ferem,
os gestos mesquinhos, que matam ou enlouquecem.
Quem me dera poder viver de instantes, só de instantes
e do que foi tristeza nunca lembrar.

Quem nos dera, Mariana, compartilhar seus sonhos de viver apenas de momentos sublimes e nos concentrarmos tanto neles que, até o recurso da linguagem, para nomeá-los e descrevê-los, pareceria inútil, diante da desnecessidade do passado...

* * *

Senhoras e senhores, a pessoense Mariana Cantalice Soares foi precoce em sua escrita, idem em sua visão de mundo. Cedo, abateu-lhe o peso da consciência, que, normalmente, vem-nos apenas na maturidade dos cinquenta anos. Demonstrou, em seus textos, uma tensão ríspida e profunda de um ser cuja linguagem se instrumentalizava parca e rasa com a finalidade de desnudar-se. A leitura mostrou-me, em suas obras, que o equilíbrio poético da falta da métrica é compensado pela sensibilidade aflorada: "há alguma coisa no ar que me transmite esperança", ela escrevera.

Esperança! Que belo ter esperança!

Versada em línguas vernáculas, pela Universidade Federal da Paraíba, enveredou pelos caminhos da literatura e do ensino. Nutriu-se tanto das letras quanto da música e da pintura, sabendo que a erudição é um trajeto de autoconhecimento e de inevitável desengano, pois, o mundo vaticinado pelas poetisas, assim como faziam outrora as pitonisas, não corresponde à mundana conjuntura da realidade. A assincronia entre *ser*, *pensar* e *poder* é, em suma, a matéria de Marina Soares – este, sim, o conflito deveras vivenciado por todo candidato à imortalidade.

Sua relação com a cultura foi complexa, mas sempre atentou para a necessidade de divulgá-la, de formar novos leitores. Além do magistério e dos livros, dedicou-se a sua coluna no jornal *O Momento*, delicadamente chamada de "A palavra e o Instante", angariando adeptos para suas suaves crônicas e poemas.

Sua recordação é tão forte que nos dá a impressão de caminhar conosco... Continuemos, companheiras, a contemplar o mar, ladeadas pelas lembranças da doce Mariana.

É Meio dia

Ao som de "Noturno", Opus 9, de Fréderic Chopin, sento-me à mesa e a dança dos pensamentos acompanha o ritmo da melodia. Para quem está meditando, nada melhor que ouvir, ao fundo, os inimitáveis acordes desse compositor. Sua música sempre me fez muito bem, desde a infância, quando ainda ignorava as biografias de todos aqueles nomes clássicos de minha convivência.

À minha mãe devo a formação musical erudita, os estudos diários ao piano, solfejando juntas os minuetos e arranjos do *Pequeno livro de Anna Magdalena Bach*, a obra com que o afamado compositor alemão, Johann Sebastian Bach, presenteou sua segunda esposa. Enquanto meus irmãos Alexina e Leonardo se divertiam com as crianças da vizinhança: Maria Lúcia Jurema; Saulo Londres e irmãos; os Sabinos; os Felicianos; os Záccaras; os familiares de Waldemar Nunes do Rego, meu lazer eram as partituras e os livros – embora, algumas vezes, também escapasse eu dessa rotina.

Em nosso paraíso infantil, não se encravara ainda o Tambaú Hotel, que, àquela época, surgiu-nos como um monstro a querer devorar nosso espaço de folguedos. As ruas de barro da nossa praia se fundiam com as areias, de modo que nosso mundo, cercado de belezas naturais, transformava-nos em crianças libertas, sem nenhum sintoma de "adultice".

Eu, a ouvir, apesar de concentrada no teclado do meu *Essenfelder*, os risos, os sons álacres da turminha, conversando, jogando bola, tocando violão... Alimentava uma ingênua inveja daqueles que gozavam de mais liberdade. Sentia imenso desejo de que meu piano fosse portátil e tão prático quanto uma viola, para que eu pudesse acompanhar as serenatas costumeiras, em meio àqueles namoros que surgiam a cada veraneio.

Rememoro que, no período escolar, quando cantávamos o número musical *Palmeiras à beira-mar*, no coral do Colégio das Lourdinas, sob a regência do maestro Maurício Matos Gurgel, mergulhava eu em exagerado romantismo. Influenciada pelas canções populares; suplicava ao professor de piano, José Alberto Kaplan, para mudar os infindáveis exercícios e ensinar-me a *Sonata ao luar* de Beethoven.

Quem sabe se as "palmeiras" (como eu chamava os coqueiros), madrinhas dos apaixonados, não poderiam trazer meu príncipe encantado? E trouxeram! Em vez de surgir em um cavalo, como nos contos de fadas, apareceu-me em voo rasante, ali mesmo, na praia de Tambaú, pilotando seu pássaro branco, um Cessna 172...

Eu e as coralistas Neinha da Cunha, Gina Dantas, Zarinha Madruga, Neucyr Rolim e Verônica Luna cantávamos e nos encantávamos em passeios à beira-mar. Assimilávamos, uma das outras, um mundo de fantasia, colocando em realce a figura de cavaleiros andantes, que se materializavam, por meio da escultura, da pintura e da literatura, em nossos sonhos.

Pelas mãos paternas, fui conduzida ao universo da leitura. Meu pai adquiria livros e mais livros, justamente para nos estimular. Eu simplesmente "devorava-os", escrevia poemas e gostava de criar orações.

Para meus irmãos caçulas, Tereza Alice e Heráclito, fui uma espécie de figura materna, quando nossa mãe nos faltou, já que atendendo ao chamado do Criador, partiu para a casa do Pai muito cedo. Infelizmente, não consegui transmitir-lhes os sábios conselhos que nossa matriarca lhes teria ensinado: não os fiz enveredar pela música erudita nem pela leitura diária. Deles, no entanto, obtive algo maravilhoso: um amor incondicional a esta irmã primogênita que os quer como filhos.

Ah, filhos... Deus mos concedeu de forma singular... Filhos de minha alma, os quais aprenderam a me conhecer, além da música instrumental, nos compassos dos cantos gregorianos. Um filho e uma filha que, como um elfo e uma fada, flutuam ao meu redor, silenciosamente, sem interromperem minha interação com o Divino – respeitando e até amando o que não conseguem apreciar. Quem sabe meu tesouro, nominado José Targino Maranhão Neto, possa de mim herdar este gosto musical e literário?

Nesta hora, ao sentar-me diante do vinho e do peixe, para almoçar, sinto-me egoísta, em retrospectiva apenas pessoal, revolvendo minha existência... Serão estas as "Memórias da Saudade" que Jomar Moraes de Souto tão bem descreve? Ergo a taça de vinho e saboreio mais um gole da bebida dos deuses. Babette é a responsável pelos meus devaneios. Misticamente, evoca-me ela "As Bodas do Cordeiro". E, aderindo a esta metáfora, entro espontaneamente na contemplação das imagens dos *imortais* que me antecederam na Cadeira 23, a cujas memórias brindo, ao redor desta mesa, como se Paulo Gadelha, que vi muitas vezes na tribuna da Assembleia Legislativa, ao lado de meu pai, Waldir Bezerra, presenteasse-me, com seu pensar rápido e claro de político e literato. Aqui estamos, Desembargador Paulo Gadelha, repartindo uma estala para o registro da imortalidade das Letras!

Trazer a mim sua presença espiritual significa rememorar as visitas que Marcondes e Magna faziam aos meus genitores, visto participarem

das mesmas batalhas políticas; significa relembrar Doca Gadelha que, na militância jurídica, tantas vezes comi-go cruzou os umbrais dos fóruns do Estado; significa não olvidar a carreira meteórica de seu irmão, Salomão Gadelha; significa reavivar Dalton e Gisele Gadelha, casal que se une em um só personagem, como coluna mestra da família. Todos carregavam ou carregam consigo esta força hereditária dos pais José Gadelha e Mirian, que os notabiliza, na inteligência, na oratória e nas posições de comando.

Fotografar-lhe a alma? Descrevê-lo com perfeição? Como gostaria, amigo Paulo; mas, como o faria se, além das fronteiras do visível, encontra-se um *imortal* cujos fragmentos deixados pela caminhada da vida são verdadeiras peças de cultura? Farei, aqui, parcos comentários seus e dos outros confrades de mesmo assento, na sincera tentativa de galardoar seus bons nomes para os ouvintes e, quem sabe, futuros leitores dessas humildes páginas

* * *

Neves Júnior

O jornalista Theodomiro Ferreira Neves Júnior, patrono de nossa Cadeira 23, foi filho desta cidade. Nascera em 1875, na então homônima Parahyba; e, apesar de não haver concluído o curso superior, no Recife, dava aulas particulares em sua residência. De espírito inquieto, o jovem experimentou outros ramos de atividades, do comércio à tipografia. Sua afinidade com as letras levou-o a publicar poemas em *A União Tipográfica* e na *Gazeta da Manhã*.

Junto com Celso Mariz, Coriolano de Medeiros, Ascendino Cunha e outros, integrou o corpo dos bravos colaboradores de *O Comércio*, periódico aguerrido do jornalista Artur Aquiles. Segundo Álvaro de Carvalho[4], "Neves Júnior falava pouco, mas era discutidor pertinaz e, por vezes, arrebatado, dentro das normas da polidez que lhe eram naturais". Seus ideais, assim como os de Antero de Quental, Émile Zola e Tolstói, seus ídolos de pena e de escrita, eram de uma humanidade melhor, apartada da miséria, redimida da mediocridade e comprometida com a educação coletiva e o trabalho social.

De tipógrafo a redator, iniciou-se nos poemas, publicando sua única obra, intitulada *Arestas*, em 1909. Participara dos movimentos literários

---

4 CARVALHO, A. de. "Neves Júnior",*in:* *Revista da Academia Paraibana de Letras*, nº. 04, João Pessoa, 1948.

paraibanos, dos clubes de leitura e dos recitais. Quando os intelectuais e companheiros Aprígio dos Anjos, Ildefonso Bezerra e João Coelho resolveram fundar uma agremiação que agregasse os amantes da Literatura e os novos escritores, Neves Júnior mostrou entusiasmo com a ideia; e assim foi fundada a Academia Paraibana de Novos, em 7 de novembro de 1907.

Não apenas pela escrita ou pelo incentivo à leitura atuou nosso patrono. Em 1905, acreditou que a fundação de novo instituto de educação criaria uma alternativa progressista na Capital. Empreendeu então, acompanhado de Ascendino Cunha, o Instituto Maciel Pinheiro. Infelizmente, sua empreitada não vingara; e o colégio fechou as portas, com apenas dois anos de atividade.

Após curto período como comerciário, na firma Brito Lyra e Companhia, largou-se para terras cariocas. Lá, também o destino foi-lhe carrasco e suas iniciativas não prosperaram. Ao tomar ciência das condições financeiras desfavoráveis de Neves Júnior no Rio de Janeiro, o Presidente Solon de Lucena fez várias tentativas visando a seu retorno, por convite e por intermediários; mas o jornalista declinou de todos os pedidos. O Deputado Federal Álvaro de Carvalho, quando de sua eleição, em 1927, procurou-o e, por dois anos, o ajudou financeiramente, além de manterem longos passeios noturnos. Todavia, ao abdicar do cargo de legislador, para concorrer na chapa de Epitácio Pessoa, Álvaro perdeu contato com o velho amigo, reencontrando-o apenas em 1936, enfermo e bem debilitado, interno em uma casa de saúde.

Doente, com dificuldade econômica e isolado, recebeu acolhimento na casa hospitaleira de Agripino Nazareth; este, em 30 de dezembro de 1940, escreveu:

> *Finou-se, após um longo padecer, que procuramos minorar, aplicando os recursos médicos e dando-lhe assistência humana que nos foi possível. Jaz no cemitério de Jacarepaguá, onde descansa o velho Quintino Bocaiúva e dormem atores e atrizes cujos méritos artísticos ele tanto celebrara, como espectador e cronista de teatro, que foi.*

Sua trajetória foi tão singela quanto sua morte. O poeta melancólico, longe de sua terra e de sua gente, viveu como um romântico, com

sentimentos à flor da pele; entre versos tristes, de amores não correspondidos, podemos ler em seu único livro:

Quando, após esse dia, tu partiste,
Oh, formoso e rórido amaranto,
Tudo ficou deserto, mudo, triste,
Deserto e triste, nem o som de um canto!

Aos embates do mal, só o mal resiste,
Eu resisti, eu resisti, no entanto
Tu, que eras o Sol, não mais surgiste,
Para tirar de mim tão frio manto...

Quando do surgimento da Academia Paraibana de Letras, em 14 de setembro de 1941, decidiu-se pela estrutura inicial de trinta cadeiras, cada qual, teria um patrono falecido e destacado nas Letras. Da lista das justas homenagens, constou, entre muitas figuras célebres, a de Theodomiro Ferreira Neves Júnior, sempre a guiar a aqueles que merecerem a Cadeira nº 23.

Os imortais Wellington Aguiar e Carlos Aranha, como Neves Júnior, silenciosos e cautelosos, bem sabem do valor de salvaguardar as palavras escritas, bem mais contundentes que as palavras faladas!

Álvaro de Carvalho

Diferentemente da paisagem litorânea de minha infância, a geografia parece avara com nosso Estado, ao nos dar vastos períodos de estiagem; e nossas várzeas, minguadas em número e grau, sentem o destino triste de não poder saciar a sede do povo ribeirinho. Contudo, a Providência, como para compensar, soube semear, em árido solo, boas sementes; e. daqui, brotaram Matias Freire, Epitácio Pessoa, José Américo, José Lins do Rego, Augusto dos Anjos, Pedro Américo, Castro Pinto e tantos outros.

Dessa seara, adveio Álvaro Pereira de Carvalho, o fundador da Cadeira 23. Mamanguapense, chegou ao mundo em 1885 e, ainda criança, mudou-se para a Capital. De origem simples, fez-se entre o estudo, em horas vagas, e o trabalho de jovem ajudante na barbearia do pai. Em suas reminiscências, narrou: "Trabalhando com meu pai [...] tive que abandonar o Liceu e passei a estudar particularmente com o professor José Pedro,

em aulas de português, francês e latim". O afinco valeu-lhe muito; tanto que, aos 19 anos, já começava também a ensinar.

O futuro Governador do Estado prestou exames na Faculdade de Direito do Recife; mas, sem recursos, foi lecionar na vila de Moreno, futura cidade de Solânea. Apenas em 1913 receberia o título de bacharel. De humor tímido, fora convidado para dar aulas no Liceu Paraibano, assumindo as disciplinas de História, Geografia, Língua Italiana e Inglês. Seu sincero amigo Solon de Lucena figurava como Presidente da Paraíba e o incumbiu do cargo de Secretário do Estado. Sua pessoa despertava tamanha confiança no Governador que, em entrevista ao jornal *A Imprensa*, o próprio Álvaro admitiu que Solon lhe deixava papéis em branco, assinados, para a continuidade dos atos adminis-trativos, mesmo com as constantes ausências do titular do cargo, por motivos de saúde.

Deputado Federal, eleito em 1927, defendeu novas vias econômicas para o Nordeste e incentivo às escolas técnicas. Renunciou ao cargo, para concorrer, como Vice-Presidente na chapa de João Pessoa; e, desde a morte deste, em julho de 1930, soube enfrentar o período tempestuoso da vida pública paraibana com temperança e equilíbrio reiterados.

Confabulações e mais confabulações rebuliam naqueles meses. As tensões revolucionárias já se faziam sentir em nossa terra, quando Álvares de Carvalho sancionou a Lei nº 700, renomeando a capital do Estado em homenagem ao Presidente assassinado; porém, fidedigno à História, não pôde aceitar o Projeto nº 6, da nova bandeira do Estado, preta e encarnada, com a inscrição "NEGO"; vetando-o, afirmou: "... a forma inscrita na bandeira não é histórica, nem figura no telegrama em que o Presidente João Pessoa negou o apoio à candidatura de Júlio Prestes". Dias depois, seria deposto pelo golpe do Exército. Voltaria à cátedra no Liceu Paraibano, falecendo em 1952. Aqui, na Casa das Letras, a biblioteca ostenta seu nome e guarda seus ensaios sobre Augusto dos Anjos, bem como sua obra histórica *Nas vésperas da Revolução*, publicada em 1932.

Aurélio Albuquerque

O companheiro de letras literárias e judiciais, o areiense **Aurélio Moreno de Albuquerque**, no ápice de sua carreira, fora alçado ao cargo de Desembargador; e, assim como nós, Desembargador Marcos Cavalcanti, também presidira um Tribunal; ele e eu, o Tribunal de Justiça; e Vossa Excelência, o Tribunal Regional Eleitoral. Não oculto, nem amenizo a pecha de vaidade que me sobrevém, ao perceber que muitos dos que

aqui passaram foram operadores do Direito; ao que se apresenta, esta é área irmanada tanto da arguição quanto da oratória, interagindo ambas com laços do bom domínio da intelectualidade.

Lumiar de sabedoria e competência, o Desembargador Aurélio, graduado em Direito, Filosofia, História e Geografia, dominava o saber jurídico e o transmitia, em suas aulas na Universidade Federal da Paraíba. Como promotor público, passou por São José do Cariri, Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Campina Grande e João Pessoa. Humilde, achava-se "inacadêmico", conforme confessara, em 1973, em seu pronunciamento de posse; porém revelou-se polivalente, entre o magistério e a promotoria, idem como escritor, ensaísta e jornalista.

Por ocasião de seu discurso de posse na Presidência da Corte paraibana, com a autoridade que a experiência lhe dera, falou à plateia de magistrados que dosar a norma e a realidade é elevar o exercício do julgador à equação mais equilátera possível, entre a frieza da lei e concretude dos litigantes. Bradou: "O magistrado não é uma máquina de fazer sentenças [...]; a verdade jurídica não se encontra nas abstrações dos glosadores, mas na contraprova das realidades humanas, porque só o que apresenta a marca da vida pode resistir como verdade de quilate válido"[5].

Abelardo Jurema

Ao nome de Abelardo de Araújo Jurema, terceiro imortal a passar por este assento, ressoam-me as palavras do amigo Luiz Augusto Crispim, escolhido, à época, para apresentá-lo nesta casa: "[...] não entendia como era possível à Paraíba colher, desde solo tão estéril, valores tão fecundos quanto um Abelardo Jurema, um Alcides Carneiro, um Oswaldo Trigueiro e tantas outras expressões da vida nacional"[6] — referência ao antepassado homônimo do professor Oswaldo Trigueiro, mestre e filósofo de nossos dias.

Nascido em Itabaiana, Abelardo concluíra seu bacharelado em 1937, pela Faculdade do Recife. Colaborou com diversos periódicos, como o *Diário de Pernambuco*, o *Diário da Tarde* e o *Jornal do Comércio*, em Pernambuco, e *A União* e *O Norte*, em João Pessoa. Afeito aos amigos, soube mantê-los sempre por perto e ajudá-los, sem qualquer termo político ou financeiro. Desde a gerência do escritório da fábrica Estrela do Norte,

---

5 ALBUQUERQUE. A. de. *Justiça e vida*. João Pessoa: 1977, p. 18.
6 CRISPIM, L. A. da F. "Discurso do Acadêmico Luiz Augusto da Franca Crispim", in: JUREMA, A. *De Itabaiana à imortalidade*. João Pessoa: 1982, p. 10.

pertencente à família, que usava sua influência para agregar intelectuais e pensadores da Paraíba.

A intensa vida pública não nos deixa dúvidas sobre a escala de importância de sua pessoa para este Estado. De Prefeito de Itabaiana e da Capital a líder do Governo; Deputado Federal, quando se alinhou às ideias progressistas de Juscelino Kubistchek; Ministro da Justiça, no Governo João Goulart — cargo que, advindo o Golpe Militar de 1964, levá-lo-ia a perder o mandado parlamentar e ao exílio no Peru.

Seu retorno, em 1974, marcou nova militância de luta para a Paraíba.

Além de reforçar os movimentos democráticos, Abelardo Jurema iniciou intensa colaboração com a imprensa, com suas crônicas publicadas em *O Norte*. Suas ideias, por vezes, contra a correnteza de desânimo vivida no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, semeavam esperanças com a excelência de um Albert Camus. Era, reiteradamente, *imortal*, haja vista sua eleição para o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e para a APL, em 1982.

A biografia de Abelardo Jurema, escrita por seu filho Abelardo Jurema Filho, fala do espírito ousado e do temperamento pragmático desse *imortal*; e os acadêmicos Sales Gaudêncio e José Octávio de Arruda Mello, biógrafos natos, são cientes da importância de uma obra desta natureza na construção da História de nossa terra.

Paulo Gadelha

Paulo Gadelha, matutemos.

Entre todos os estilos de escrita, a crônica, antes considerada por muitos, como gênero menor da Literatura, deu-se para os fatos corriqueiros. No entanto, no Brasil, se desenvolveu num estilo ambíguo, quase um ensaio, com certo desapego à rigidez temporal. A despeito da veracidade dos temas, nossos cronistas têm um tom pessoal e afável, ficando a sensação de que estão bem perto de nós[7], leitores. Nesta estirpe literária está seu estilo, prezado mestre.

Natural de Sousa, Paulo de Tasso Benevides Gadelha nasceu em setembro de 1942. Seus primeiros estudos foram realizados no Sertão. Abriu-se para um mundo diferente quando, em 1961, foi para o Recife, matricular-se no Colégio Padre Félix. Retornou à Paraíba e, já em 1966,

---

7 **CANDIDO, A.** *Para gostar de ler*. **São Paulo: Ática 1982. p. 6.**

formava-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal da Paraíba.

Sua pena conseguiu ir além de nossas fronteiras, além da política regional e da economia. Paulo versava sobre o mundo. Graças a sua ampla visão, foi sensibilizado pelos mais diversos temas e compartilhou-os conosco.

De cinema a dramas pessoais; de reflexões filosóficas aos singelos fatos do dia-a-dia. Fora um receptor de ideias e de sensações coletivas, sabendo registrá-las como agente do presente, sem detrimento do passado. Assim, como Monteiro Lobato, acreditava que um país precisa de homens e de livros; o jornalista exacerbava uma fidelidade arrojada ao real e afirmava: "A história de um povo, porém, é escrita com coragem, sensibilidade, espírito público e amor a verdade"[8].

Orador de sua turma na Faculdade, orientou seu dom de arguir para o exercício da profissão de advogado. Inicialmente, trabalhou até 1971 para a empresa André Gadelha e Irmãos. Junto ao Tribunal Regional Eleitoral, até 1980, foi o representante do Movimento Democrático Brasileiro. Em sua carreira advocatícia, fez uso magistral das Letras — tanto que não foram raros os convites para o púlpito de orador, muitos deles em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, a exemplo da posse do Procurador-Geral de Justiça Júlio Paulo Neto, em 1999.

Lecionou por parcos anos, o que, com certeza, fez-se lacuna triste nas instituições por onde passara. Aqueles que, com sorte, conviveram com o professor Paulo Gadelha, ainda na idade dos trinta anos, aprenderam Legislação Aplicada, Direito Usual e Direito Internacional Público, com ímpeto jovial de suas aulas no Colégio Cônego José Viana e, posteriormente, na Faculdade de Direito de Sousa, até 1975, quando de sua eleição para Deputado Estadual.

A faceta social de seu sobrenome, já tradicional na política regional do Sertão paraibano, moldou-lhe a ativa participação na Assembleia Legislativa, como figura eminente de oposição ao governo de Ivan Bichara e Dorgival Terceiro Neto. Respeitado, fora presidente da Comissão de Assuntos Municipais, membro da Comissão de Constituição e Justiça, sempre figurando, segundo análises da imprensa da época, entre os melhores legisladores da Assembleia. No governo de Wilson Braga, foi alçado a Secretário-Chefe da Assessoria Especial, até 1984, quando de

---

8 GADELHA. P. ***Varsóvia revisitada e outros ensaios.*** **Recife: EBGE, 2005, p. 25.**

sua indicação para a Diretoria de Crédito Industrial do Banco do Nordeste do Brasil, cargo em que permaneceu por seis anos.

Autor de dez livros, entre obras jurídicas, didáticas e de crônicas, recebera muitos títulos honoríficos, dos quais, exibia, orgulhosamente, o de Cidadão Recifense, a Medalha do Mérito Guararapes, a Medalha e o Diploma Epitácio Pessoa e a Medalha Governador Antônio Mariz — outorgados, em sua maioria, entre 1999 e 2005. Cada honra coroava-lhe a trajetória profissional, que culminara com sua escolha, via lista advinda da OAB, como Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em setembro de 2001[9].

Tão diversos eram os temas de seu foco literário, que só podíamos supor que eles refletiram sua erudição e curiosidade. Nas palavras do douto Gladstone Vieira Belo: "As reflexões de Gadelha resultam, para deleite de seus leitores, de temas captados em diversas áreas, mas ultrapassam o espaço brasileiro. Vão mais além, graças a sua ampla visão de escritor tocado por tudo o que nos ensina a História"[10].

Apresentando a última obra do escritor, "História Política de Sousa", Evaldo Gonçalves de Queiroz, *imortal* aqui assentado na Cadeira nº 24, soube bem descrever o estilo peculiar de Paulo Gadelha[11]:

> [Ele] *fugiu do lugar-comum de só transcrever datas e fatos* [...] *Emprestou a sua narrativa interpretações sociológicas, análises críticas e contextos históricos* [...] *sem os quais sua* História *teria se transformado em meros registros estanques, sem nenhum encanto ou valor científico.* [...] *Cultivou a visão de conjunto, sem se perder nos detalhes, o que identifica Paulo Gadelha, não só como experiente intérprete dos fatos da História e da Política, mas como um disciplinado cultor das lições dos grandes mestres da Sociologia.*

Eleito, em 2011, para esta nobre Academia, também foi membro da

---

9 TRF da 5ª Região. Paulo de Tasso Benevides Gadelha. *Curriculum vitae.* Disponível em: <http://www.trf5.gov.br/downloads/cv_paulogadelha 17082010.pdf>. Acesso em: 1º set. 2013.

10 GADELHA. P. *Varsóvia revisitada e outros ensaios.* Recife: EBGE, 2005, pp.8-9.

11 GADELHA, P. *História política de Sousa.* 2ª edição. Recife: Ed. do Autor, 2009, pp.10-11.

União Brasileira de Escritores e sócio da Associação da Imprensa de Pernambuco. E Paulo Gadelha findou seu caminho em março do corrente ano, aos 70 anos, quando a vida lhe fechou os olhos e o sossego dos justos veio-lhe como sentença irrecorrível. Vai-se o homem fruto transitório da natureza material —, fica o símbolo, marca indelével, erguida do conjunto de valores de jornalista, ensaísta, político, professor e magistrado.

Respeitosamente, convido esses ilustres companheiros, ora mencio-nados, a brindarem comigo — aliás, conosco —, acrescentando a eles o nome de Paulo Gadelha, já que, com você, eminente jurista, ousei travar este diálogo.

Senhoras, senhores: todos esses rostos, tocados pela graça, pairam entre nós, sobre nós, livres e soberanos; espíritos flutuantes, desafiando a matéria, o tempo e o espaço.

Três horas da tarde

Para os cristãos católicos, esta é a hora da divina misericórdia, quando muitos suspendem suas atividades, para se dirigirem a Deus. Assimilei de meu pai esta devoção e, apesar de ele haver partido de nosso convívio recentemente, sinto como se estivesse entre nós, de corpo e alma. Oh, meu pai! Como o coração do homem precisa ser generoso e como a razão do magistrado deve ser severa! Do senhor, Dr. Waldir, guardarei também as máximas de sabedoria, entre as quais aquela que direcionou minha vocação de julgadora: "Entre a lei e a justiça, ficai com esta última; a justiça é grande virtude".

São preceitos morais ou teológicos que nos sinalizam a divina graça? O imortal Murilo Melo Filho, da Academia Brasileira de Letras, que nos distingue com sua digna presença, assinalou, em obra biográfica, a reconciliação de Rui Barbosa com a divindade. Assim descreveu:

> *Já reconciliado com Deus e os Evangelhos, Rui volta-se para eles: 'Felizmente, a fé em Deus se me vai reacendendo. No meio de tantos desenganos e decepções, tenho-me entregado exclusivamente à leitura dos Evangelhos, uma eterna consolação dos grandes naufrágios. Eles permitem-me este recurso reanimador, graças ao qual me sinto ressuscitado e capaz de ainda servir para alguma coisa.*

No refletir teológico, vem-me a memória os membros desta

Academia com formação espiritual pródiga, como o monsenhor Marcos Augusto Trindade; o ex-reitor José Jackson Carneiro de Carvalho; o professor José Loureiro Lopes; o doutor Manuel Batista de Medeiros; o também ex-reitor Antônio de Souza Sobrinho; o eterno defensor da educação, Damião Ramos Cavalcanti. Todos sentiram de perto a mística, que se introjetou em suas personalidades, tornando-os diferentes, especiais. Como diz o Texto Sagrado, "uma vez sacerdote, sacerdote para sempre".

Conforme Mateus (20: 28), o sacerdote "não veio para ser servido, mas para servir". É, pois, um servo do povo, um servidor de todos. Sua abrangente missão os incumbe dar ânimo aos fracos; consolar o próximo; fornecer permanente testemunho para que tenha prosseguimento a Igreja de Cristo – inclusive têm a missão de promover a justiça.

É de imaginar, portanto, quão lisonjeada me sinto, por haver merecido a confiança dos *imortais* que referendaram meu ingresso nesta vetusta Instituição, guardiã de sapiência.

A teologia fomenta a arte? Indagar-me-iam os *imortais* poetas Hildeberto Barbosa, Sérgio Castro Pinto e Otávio Sitônio. Ao lermos e relermos a *Divina Comédia*, sempre nos fica aquela sensação de que Dante usou imagens da Igreja não como algo que subjaz à narrativa do poema, mas, especialmente, como a própria textura poética dessa magnífica realização literária. A obra dantesca acha-se "firmemente enraizada na tradição medieval das reflexões em torno da linguagem teológica, enquanto apresenta simultaneamente, a seus leitores, uma experimentação poética genialmente sustentada".

E isto é maravilhoso!

À risca desse raciocínio teológico, vem-nos, sobretudo no conturbado século XX, os preciosos ensinamentos sociais da Igreja Católica, em seu trabalho pela busca da justiça terrena para todos os povos. O que pretendem as instituições religiosas, em última instância, é também o escopo do Poder Judiciário: evitar a injustiça, trabalhando, incansavelmente, pela criação de uma comunidade em harmonia com seus membros e com o ambiente que os cerca. Ora, Nietzsche já alertava: você vive hoje uma vida que gostaria de viver por toda a eternidade? Portanto, buscar justiça e fazer dela ideal é não só virtude, mas dever do homem íntegro.

Caríssimos imortais, é a hora nona do Ofício Monástico. Farei a oração das Laudes, porém com toda a reverência ao rito litúrgico, consagrando ao Criador a alma, a mente, o sonhar e o existir.

Só tu, ó Cruz, mereceste
suster o preço do mundo
e preparar para o náufrago
um porto, em mar tão profundo.
Quis o cordeiro imolado
banhar-te em sangue fecundo.

[...]

Tende piedade, ó meu Deus, misericórdia!
Na imensidão de vosso amor, purificai-me!

E, concluo por lembrar: na terceira hora, Jesus foi pregado na Cruz; na sexta hora, orou na Cruz; na nona, morreu na Cruz...

Dezoito horas.

Quando passo a contemplar as obras do Criador, enternece-me o pôr do Sol, assim como o cair da noite, qual essência da paixão a me consumir. Volto a pensar em Deus. Deus é amor. Deus é paz. Deus é plenitude. Deus é justiça.

Para Rui Barbosa, "não há justiça sem Deus, da mesma forma que justiça tardia não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta". Tomás de Aquino, grande teólogo natural do século 13, associava o espírito de justiça à harmonia universal e assombrava-se vendo a perfeita harmonia e ordem em que viviam as estrelas nos céus, ao passo que o homem mal pode deixar passar um minuto sem declarar guerra... Santo Agostinho, em suas elucubrações, aconselhava a busca à paz interior: "Reconhece, pois, o que te é mais conveniente do que qualquer outra coisa; não saias de ti: volta a ti mesmo, vez que é no íntimo do homem que mora a verdade".

Da mesma forma, as mulheres santas, as doutoras da Igreja, sempre deram lições de justiça. Para a mística espanhola Teresa d'Ávila, que viveu entre 1515 e 1582, "considerar a todos melhores que nós mesmos", já era um princípio de justiça, porque lhe parecia postura de grande virtude.

Santa Catarina de Siena (1347-1380) associava os vícios à injustiça e as virtudes à prática da justiça; vemos, no item 128 de seu *Livro da divina doutrina*: "Todos os vícios são enriquecidos pela soberba, assim como todas as virtudes se enriquecem pela caridade e dela recebem vida".

Santa Teresa de Lisieux (1873-1897), conhecida como Santa

Teresinha do Menino Jesus, falecida com apenas 24 anos, fazia da seguinte máxima sua norma de vida: "A santidade não está nesta ou naquela prática; ela consiste em uma disposição do coração que nos torna humildes e pequenos nas mãos de Deus, conscientes de nossa fraqueza e confiantes até na audácia da Sua bondade de Pai".

Ao mencionar doutos e doutas do Saber, reporto-me aos mestres acadêmicos, os quais trazem saber científico a enriquecer a existência intelectual deste grêmio, a exemplo do Dr. Astênio Fernandes, do Dr. Paulo Gustavo Galvão e do Dr. Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins.

Este cenáculo de Letras não poderia deixar de abrigar também grande número de homens e mulheres voltados para as lides do Direito e da História. Enalteço o aspecto quase divino das Ciências Jurídicas. Lembro-me, sobretudo, dos conselheiros Juarez Farias e Luiz Nunes Alves (Severino Sertanejo) e do constitucionalista Flávio Sátiro Fernandes; dos juízes Carlos Romero, Humberto Cavalcanti de Mello e Alexandre Luna Freire. São eles agentes multiplicadores de ideais e de normas éticas.

Pergunto-lhes, e inclusive ao grande jornalista e escritor, José Nêumanne Pinto, sem exigir resposta imediata: não seria o Direito dos homens um reflexo das leis divinas? Como se ligam e se entrelaçam as Leis, as Letras e a Fé?

Como bem conhece e apregoa o venerável mestre da escrita, Luiz Gonzaga Rodrigues, grandes nomes e grandes livros ligam-se aos anseios históricos do caldeirão social que os produziu, mas levam, em si, essência tão humana, que se destinam à eternidade, nunca caducando os seus conceitos, para a formação das gerações futuras. Grande pensador, o Gonzaga!

Na Paraíba, um jurista, também professor de Direito, o Desembargador e sociólogo, Flóscolo da Nóbrega, escreveu, no início do século passado, ensaio iluminado, em que afirmou: "A maioria dos problemas que desafiam o mundo assume colorido social [...] Não seria possível dar-lhes solução adequada sem o conhecimento de suas razões determinantes, que só podem ser encontradas na realidade em que se inserem — a realidade social".

Interessante: quando se quer estabelecer a interligação entre Literatura e Direito, recorre-se à anterioridade do *Êxodo* e de outros livros subsequentes da *Bíblia*, a exemplo do *Levítico* (contendo a lei dos sacerdotes da tribo de Levi, escolhida para o exercício das funções junto ao povo de Israel); do *Deuteronômio*, do *Livro dos Juízes*... Os juízes, na

terra israelita, eram líderes iluminados por Deus, que agiam consoante a justiça divina, com a incumbência pacificar o seio da população.

Revendo a História com olhos literários, chega-se a suscitar se a justiça não seria a arte de se aplicar o Direito, por intermédio das leis, ou, em última análise, se não teria ela a tarefa de disciplinar progressiva e harmonicamente os homens rumo à paz de Deus. São perguntas ainda sem respostas para mim; mas pretendo perscrutá-las junto a meus pares, sobretudo os de natureza fluída de artista, como Wills Leal, Flávio Tavares e Ariano Suassuna — artífices que conseguem fixar a essência do momento, adentrar caves secretas, em que os mortais comuns nem sequer enxergam.

São todo ouvidos
Os teus olhos de vigília
Olhos acesos,
luzeiros de sabedoria.

Olhos atentos
à geografia do dentro,
És uma concha.
Um encorujado
caramujo.

Monja em voto de silêncio[12]

Minhas senhoras e meus senhores, os valores da vida se confundem com as virtudes que devemos cultuar. Segundo André Comte-Sponville, essas virtudes são a justiça, o amor, a polidez, a fidelidade, a prudência, a temperança, a coragem, a genero-si-dade, a compaixão, a gratidão, a humildade, a tolerância, a pureza, a boa-fé, o humor... No *Pequeno tratado das grandes virtudes*, declarou: "Quanto ao bem, ele só existe na pluralidade irredutível das boas ações, que excedem todos os livros, e das boas disposi-ções, também elas plurais, mas sem dúvida menos numerosas, que a tradição designa pelo nome de virtudes". Não seriam elas o desmembrar das virtudes teologais, até por Ariano Suassuna rezada?

---

12 Trecho de "A Coruja", poema de Sérgio Castro Pinto.

Eu digo sempre que das três
virtudes teologais chamadas,
eu sou fraco na fé e fraco na
qualidade, só me resta a
esperança.
Eu sou o homem da esperança.

Eu também sou a mulher da esperança!

Nesta hora, em que o Sol se esconde, e o manto escuro da noite começa a descer sobre nós, procuro clarear meu espírito com ponderações escritas em ensina-mentos que me obrigam a buscar, via o universo das palavras, o real sentido da vida. Seria esta a missão de um membro de Academia de Letras: transformar a mortalidade funcional em reflexões sobre a imortalidade de nossos espíritos?

Dez para Meia-Noite

Em um sábado de julho, reina o silêncio; ouve-se apenas o barulho das ondas do mar, a quebrar-se nos rochedos. Na solidão do primeiro dia, concluo as observações deste discurso. Penso em minha infância, na mocidade e madurez; pouco mais de meio século de vida e já naveguei por tantos mares...

A partir do desejo de ser freira, tornei-me confreira; da vontade de lidar com as leis, tornei-me juíza; do sonho de dar à luz, gerei meu neto; vejo-me imortal pela ação dos acadêmicos que me conferem tal honraria e tão grande responsabilidade.

Não me atrai o renome, mas o convívio que, aqui, desfrutarei, junto aos luminares da sabedoria paraibana. Mesmo porque estou cônscia daquilo que apregoou Dante, seção décima primeira do "Purgatório":

> *"A fama que se adquire no mundo não passa de um sopro de vento, que ora vem de uma parte, ora de outra, e assume um nome diferente segundo a direção de onde sopra"*

Eminentes acadêmicas e acadêmicos,

Crente, como Cervantes, de que "a ingratidão é filha da soberba" e que "é de gente bem-nascida agradecer os benefícios recebidos", parafraseio, como sinal de que vos sou grata, as anotações de Sêneca: "Quem acolhe um benefício com gratidão, paga a primeira prestação de

sua dívida". Assim é que, nos minutos restantes deste dia, desejo expressar minha gratidão a todos vós, mas sobretudo ao dileto *imortal* José Nêumanne Pinto, pelo apoio e pelas generosas palavras com que procurara justificar meu ingresso na APL.

José Nêumanne, sua verve jornalística o Brasil reconhece; mas, talvez, de seu talento poético nem todos sejam sabedores. Permita-me, pois, a fim de mostrar-lhe meu agradecimento no encerrar dessas minhas reflexões, citar trecho de um poema de Nêumanne, que tem três livros de poemas. O poema a que me refiro intitula-se "Barcelona, Borborema" e é sobre Gaudí; trata-se de autêntica pérola a enaltecer o valor das Artes e das Letras:

O velho de costas, curvo
Um risco de carvão
Sobre o branco do papel,
Letras, lascas de luz

"Letras, lascas de luz" — lindo!

Apenas para complementar, ilustre jornalista, trago à colação o poema "A volta", que certamente tocará fundo vosso coração:

"Volta bem
quem viajou leve:
cabelos à brisa do mar
e as mãos na cintura,
com braços por enlaçar
algum torso feito tronco,
um barco a navegar,
um berço de ninar,
um bote pra salvar.

Assim são
os caminhos da volta:
sem medo e sem peso,
sem mágoa e sem rota".

Senhoras e senhores, ainda muito fico a dever a esta Casa. Sou eterna devedora da Academia e a ela dedicarei grande parte de meu tempo, dividindo-o tão somente com minhas obrigações no Judiciário. Há motivo muito simples para esta dedicação: quero crescer e aprender com seus membros.

Julgo que tenho obrigações com este grêmio, que, por seu turno, tem obrigações para com a sociedade. É obrigação de nós todos lutarmos pela afirmação de nossos escritores, tanto dos veteranos quanto dos estreantes. Divulgar a Literatura e as Artes paraibanas nos centros mais avançados é também ilustrar o espírito de paraibanidade, além de promover atitude ética perante a vida, com o exercício da ternura e o desejo de ser compassivo com aqueles que não tiveram ainda as luzes da Cultura. Vamos afastar a indiferença e o desamor, perseguindo a beleza, a ilustração e a verdade, como educadores e baluartes da memória cultural da Paraíba.

Estou aqui para somar, unir esforços em agradável convívio com mestres das Letras; aqui estou para continuar servindo ao próximo, de uma nova maneira.

Meia noite

Elias entrou numa caverna para passar a noite, ansioso por ouvir a voz do Senhor. Houve um terremoto, mas Deus não estava lá. Houve trovão e fogo do relâmpago; Deus também lá não estava. Veio o murmúrio de uma brisa suave e o Senhor se manifestou ao servo, com promessas de bênçãos a Seus escolhidos.

A *Bíblia Sagrada*, que trago à cabeceira da cama é minha última companhia. O Livro dos Reis. O Profeta Elias. A Voz de Deus... Faz-se silêncio. "Deus é isto: a beleza que se ouve no silêncio" [Rubem Alves]. Fala, Senhor! Tua serva escuta!

Muito obrigada!

Discurso de recepção do acadêmico José Neumanne Pinto em saudação a Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti

Sexta-feira passada fui a João Pessoa para discursar na sessão de posse da imortal Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti na Academia Paraibana de Letras. Tomo a liberdade de compartilhar com você meu discurso:

Vocês nem podem imaginar a alegria, o prazer e a honra de estar aqui na Casa de Coriolano de Medeiros encarregado de recepcionar minha amiga querida Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, a pedido dela. Nossa nova confreira sempre me cumulou de gentilezas e me reservou parte importante de seu coração em doses maciças de afeto e carinho. Além disso, ocupar aqui esta tribuna neste auditório para falar do tema que mais me é caro, o gênero feminino dos seres humanos e do universo vocabular, não poderia ser mais prazeroso para este velho, mas ainda devoto praticante, da veneração à mulher e à palavra.

Só que, para não perder o fio da meada, vou começar por convocar outro substantivo feminino singular comum, a vaidade, defeito que ostento com orgulho e paixão. E começo esta oração, lá vem outro substantivo com os mesmos gênero, número e modo, puxando pela memória pessoal. Há um bom par de anos, quase um decênio inteiro, tive uma experiência muito rica de terapia descritiva com um grande amigo, intelectual, médico e prosador, o baiano Humberto Marioti. E, seguindo os preceitos de sua prática psiquiátrica, nos encontrávamos às segundas-feiras cedo no escritório da casa dele para uma prática de prazer e dor, bem ao gosto de Sade e Masoch: narrar várias vezes exaustivamente um episódio tal como o lembrava, um sonho, uma sensação, um sentimento.

Daqueles encontros semanais e seminais nasceu a ideia de por essas narrativas no papel e discutir depois o resultado escrito da peripécia. Esta foi a gênese de meu romance *O silêncio do delator*, que viria a ganhar o prêmio Senador José Ermírio de Moraes, da Academia Brasileira de Letras,

de 2005 como o "melhor livro de 2004". Lá pela metade do livro, Humberto propôs a seguinte reflexão a respeito da literatura, da humanidade e da relação entre ambas, em mais uma sequência repetitiva do gênero predominante nestas lembranças e neste discurso: se meu romance só tinha personagens calhordas, seria o gênero humano, ufa substantivos masculinos, um valhacouto de canalhas da pior espécie? Chegamos à óbvia conclusão que, apesar da prevalência quase total de cretinos, nossa condição permitia as exceções de bom caráter. E eu me propus a criar uma personagem boa. Como se sabe, personagem é uma palavra que comporta dois gêneros e, se uso o feminino aqui, é porque, evidentemente, a personagem positiva do texto foi, é, uma mulher jovem, Esmé (homônima da protagonista do encantador conto de J. D. Salinger *Para Esmé com amor e sordidez*), filha da melhor amante do finado professor Marçal, protagonista do livro e sua fiel confidente.

A narrativa a que me refiro tinha como objetivo principal relatar a saga de minha geração, na infância nos anos dourados, na adolescência nos anos rebeldes e na maturidade na era da frustração. Nossa geração entre 60 e 70 anos hoje foi revolucionária por vocação. Na política e nos costumes. Fomos comunistas e rebeldes. A guerrilha política desaguou no Termidor das ditaduras fascistoides dos militares latino-americanos. A proposta do amor livre facilitado pelos contraceptivos, na censura aos costumes, apoiada na crítica conservadora que atribuía à promiscuidade a disseminação da morte pela AIDS. Meu texto estava para ser o testamento de uma hecatombe por causa da guerra perdida no trono e no tálamo quando foi salvo pela bela menina luminosa que me apontou o caminho certo: o destaque positivo e vitorioso da geração dos anos 60 foi o primado feminino, o triunfo da mulher sobre o machismo em todos os campos.

Hoje parece lógico o protagonismo feminino na política, na economia, nas artes e na cultura. O Brasil, que nunca esteve propriamente na vanguarda das democracias e dos hábitos sociais, tem uma mulher na Presidência da República: Dilma Rousseff. Mesmo que a nomeação tenha sido feita por ela, não deixa de ser significativo que outra mulher, Graça Forster, presida a maior empresa do País, a Petrobrás. E mais: para não dizer que tudo é conseqüência do poder de uma só mulher, a instituição que provou não ter sido aparelhada pelos socialistas do PT, a Academia Brasileira de Letras, ao receber pela quase unanimidade dos votos um prócer adversário, quase inimigo, o professor Fernando Henrique Cardoso, também é presidida por uma mulher: Ana Maria Machado. E não por uma

mulher que só tenha méritos por sua condição de fêmea. Nome consagrado na literatura infanto-juvenil, ela é uma escritora e intelectual à altura da grande maioria masculina da Casa de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco. A ABL já foi presidida por outra mulher, Nélida Piñon. E em seu plenário brilhou a competência maternal de Rachel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiroz como brilha hoje o talento de Lygia Fagundes Telles, Rosiska de Oliveira e da exegeta Cleonice Berardinelli, autoridade notória em Fernando Pessoa.

Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti foi a primeira mulher a ocupar a presidência do Tribunal de Justiça do Estado, mas não é a primeira nem será a última a ocupar uma cadeira nesta Academia. Antes dela passou por aqui e nos deixou precocemente a doce Mariana Cantalice Soares. Atualmente a bancada feminina conta com mais cinco imortais: Elizabeth Marinheiro, Adylla Rabelo, Ângela Bezerra de Castro, Mercedes Cavalcanti e Maria Santiago. Seis em 40, pouco mais de dez por cento, mesmo sendo majoritária na população em geral a "minoria" feminina. É muito pouco, não é? Bem, mas as mulheres conquistarão certamente mais cadeiras, mercê de sua força, de seu encanto e de sua competência. Assim como Artemísia Gentileschi tem sua obra pintada no Renascimento reconhecida e valorizada hoje. Do mesmo ofício dela foi a mexicana Frida Kahlo, que se notabilizou como artista plástica entre monstros sagrados como os muralistas Rivera, seu marido, Orozco e Siqueiros e chocou os moralistas se tornando amante do revolucionário bolchevique Lev Trotski, ao hospedá-lo em sua vila. Revolucionária na opção sexual foi Safo, a poetisa maior que alcançou a suprema graça de entrar nos dicionários de séculos depois, seja no adjetivo safada, seja na descrição do homossexualismo feminino pelo substantivo lésbica, cuja raiz está na ilha de Lesbos, onde ela vivia em total liberdade literária e sexual. Eu reconheço que esta digressão, que nada tem que ver com nossa imortal, se prolonga demais, mas não resisto a associar a Safo outra praticante da poesia e do homossexualismo mais próxima de nosso tempo, a americana Elizabeth Bishop. E, entre tantas literatas de tão alto coturno na sua língua inglesa, tais como Elizabeth Barrett Browning, Emily Dickenson e Marianne Moore, Bishop tem subido no conceito da grande crítica mundial por uma obra que se destaca por alcançar a mais plana simplicidade pelo mais árduo trabalho de burilar o verso com paciência de chinês, como se diz. *Per aspera ad astra*, diziam os velhos romanos, não é verdade? Entre um verso e outro, ela produziu as mais completas e sensíveis descrições de nossa alma brasileira nos

anos que passou no Rio com a amante de sua vida, a brasileira Lota Macedo Soares. O filme *Flores raras*, de Bruno Barreto, em cartaz no momento, é um primor de beleza e sensibilidade, características de todo ser humano que se preze, mas em especial das filhas de Eva. E permitiu que o mercado nos apresentasse a excelência de suas obras poética e epistolar, em cujo exercício a poesia é destilada e cutucada em odores nem sempre agradáveis e farpas sutis e cruéis.

Como Bishop, como a filósofa e matemática Hipátia de Alexandria, da diáspara grega na Antiguidade, como outra filósofa, Martha Nussbaum, estudiosa do pensamento moral dos gregos e das questões da justiça contemporânea, como Simone de Beauvoir, cujo livro *O segundo sexo* ajudou muito na descoberta que a mulher contemporânea tem feito da própria individualidade, nossa nova imortal traz a graça e a leveza da mulher para o mundo dos pensamentos e das letras. Ela é da estirpe do fértil canteiro da poesia brasileira onde floresceram obras magistrais como as de Clarice Lispector e Cecília Meireles. E também invade os claustros onde Tereza D'Ávila na Espanha e Sór Juana Inês de La Cruz no México encontravam no êxtase uma forma de conversar com Deus.

Antes que me alongue demais em novas metáforas, quero concluir essa galeria de mulheres formidáveis com a filósofa judia alemã Hannah Harendt que, após cobrir como jornalista, o julgamento de um carrasco nazista raptado em Buenos Aires pelo serviço secreto de Israel e levado para a pátria contemporânea do povo hebreu, produziu um livro fundamental sobre a compreensão da alma humana, *Eichmann em Jerusalém – Relato sobre a banalidade do mal.*

Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti é traquejada em julgamentos. Criada num clã de políticos, natural da Zona do Brejo, onde a natureza se exibe vaidosa, foi para o sertão ser juíza em Pilões, que conheci na minha infância, pois meu tio Zé Pinto era gerente do DNOCS para os açudes de lá mesmo e de Mãe D'Água. Sertanejo, passei parte da infância numa casa contígua à do juiz de Uiraúna, o pernambucano Gentil da Cunha França. Posso, então, testemunhar o prestígio e o perigo que um juiz enfrenta em nossas brenhas que há pouco tempo ainda poderiam ser definidas como selvagens. Com essa vivência, posso imaginar nossa Fatinha querida decidindo querelas importantes com seu jeito firme e suave de ser, com esse seu ar de menina que impõe seus gostos fingindo estar apenas fazendo o enorme sacrifício de aceitar a obediência de seu interlocutor, seja ele um pobre roceiro metido numa briga provocada pela cachaça num dia de feira,

seja o manhoso e poderoso Zé de Beija, o rei do agave que governou *nosso Estado* pequeno, porém decente, da Paraíba. Esta mulher, esta menina percorreu o Estado do conforto ao leste na banca de advocacia do pai, o político Waldir Bezerra Cavalcanti, ao desconforto do sertão a oeste dos anos 80 do finado século 20: Pilões, Guarabira, Rio Tinto, Bayeux. Campina Grande, ah, minha adorada terra adotiva e adotada, Campina Grande! Maria de Fátima chegou ali em 1996 e eu já estava longe, em São Paulo, enquanto ela se beneficiava da brisa maneira dos alíseos da Borborema que eu havia deixado para trás e certamente contemplava os crepúsculos rubros que Raul Córdula pintou dos contrafortes do Planalto, no Serrotão dos Guedes e no Ligeiro de Aloísio Campos. Aprovada em primeiro lugar no concurso de juiz em 1984, ela virou desembargadora oito anos depois, em 2002. Dez anos depois, se tornou a primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça de nosso Estado. Carreira fulgurante, construída passo a passo com naturalidade e sem saltos bruscos.

Como advogada na banca do pai, assim como depois como juíza, Maria de Fátima lidou com a palavra profissionalmente. Tolo é quem pensa que só os escritores são escravos das manhas e armadilhas da torpe prostituta que só se satisfaz quando cobra do coitado do cliente o último suspiro de sua alma, o derradeiro extrato do tutano de seus ossos - a palavra. A palavra seduz e escraviza o escritor, o sacerdote, o advogado, o promotor, o juiz, o político. Assim como a literatura, a religião, a governança e a Justiça (repararam que todas as definições estão no gênero de Fatinha?) exigem de quem as oficie veneração absoluta e absurda à expressão e à língua – e mais uma vez escasseiam por aqui as definições em masculino.

Então, Maria de Fátima construiu seu acesso a esta casa de adoradores da palavra nas petições que redigiu, nas sentenças que lavrou, nas considerações com que argumentou em favor de sua profícua obra na presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba do Norte. Só isso lhe bastaria para pleitear a vaga para a qual foi eleita por nós, seus pares. Mas ela foi além, ao escrever crônicas sensíveis de beleza literária sem rebuscamento para os jornais desta Filipéia de Nossa Senhora das Neves, onde nasceu, estudou, se formou e começou a trabalhar.

Mas não ficou nisso. Antes de cruzar os portais desta Academia, a desembargadora empreendeu uma obra literária de fôlego, cujo título já fala por si só – seu livro *Guiadas pela Justiça, movidas pela Fé*. Nele reverenciou mulheres que lhe serviram sempre de espelho e exemplo: sua onomástica Fátima, Kadidja e Aisha, mulheres do profeta Maomé, que

inspirou e fundou o Islã, a colega juíza Shirin Ebadi, que, com uma colher, escreveu nos muros da própria cela idéias de liberdade e igualdade, Mutha Mathai, Madre Tereza de Calcutá, irmã Dulce, Zilda Arns, Heloneida Studart, Rachel de Queiroz, Nélida Pinon, Lya Luft, Margarida Cantarelli, Nancy Andrighi e Eliana Calmon. Deixei, a propósito, este nome para concluir a frase para lembrar que, não por acaso, uma mulher de têmpera, antecedeu o negro Joaquim Barbosa, hoje presidente do Supremo Tribunal Federal, na tarefa árdua, mas inescapável, de dar um mínimo de crédito à Justiça, que, entre nós, se perdeu na opção pela lerdeza e pela desigualdade, fâmula da impunidade. Neste País, onde a lei é para todos, mas a impunidade, para poucos, figuras desse quilate precisam ser lembradas como o são no apanhado paciente, embora aleatório, que nossa confreira fez em sua obra citada.

Confesso que imaginei começar estas palavras de recepção e saudação escudado na Justiça e na Fé do título de sua principal obra. Mas já que preferi outro princípio, recorro a elas para concluir. Misturando devoção cristã a atividade profissional, nossa nova confreira exerce o papel duplo de sacerdotisa da justeza e caudatária da crença. Nela a compaixão religiosa serve à imparcialidade serena que se exige de quem julga e dirime conflitos humanos. Sua serenidade é o mais contundente instrumento da decretação da justiça sem abdicar da sensibilidade humana e da fé dos julgados. Como Agostinho, bispo de Hipona, ela odeia o pecado, mas ama o pecador. E sabe que neste nosso mundo brutal em que a pena civiliza é o perdão que pode diferenciar o homem do bicho e é o amor que aprimora a vida pela capacidade do entendimento do outro, que está muito além de si mesmo. Em excelente entrevista que deu ao coleguinha Kubischek Pinheiro, a empossada disse que dedica sua obra à mulher anônima, discreta e singular, jogando seus afetos na mulher excluída e sofrida, tendo por isso mesmo, doado a renda da venda do livro às "Mulheres em situação de risco".

Embora não possa mais ser anônima pelos méritos que construiu ao longo da vida, ela também é discreta e singular. E, na certa, por ter passado por muitas "situações de risco", busca fé na justiça humana ao se submeter com humildade e devoção aos profundos desígnios da infinita capacidade de amar exercida por Deus.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

HOMENAGEM PÓSTUMA A ACADÊMICA MARIANA CANTALICE SOARES PELO ACADÊMICO JOACIL DE BRITTO PEREIRA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2010

Mensagem de Saudade a Mariana

No dia 18 de janeiro deste ano, quase ao meio-dia, quando me chegou a notícia da morte de Mariana Cantalice Soares, tive um choque que me quebrantou o ânimo. Logo lembrei das palavras confortadoras de um dos Salmos, que nos diz: "O nosso Deus é o Deus libertador; com Deus, o Senhor, está o escaparmos da morte."[1] E as palavras de São Paulo são definitivas: "...Tragada foi a morte na vitória. Onde está, ó morte, o teu aguilhão?".[2]

Daí por diante, em face dessas e de outras mensagens da Bíblica Sagrada, a minha única regra de fé e de prática, mais calmo fiquei para falar, em nome da Academia, quando saiu daqui o féretro, para sepultar o corpo inanimado da dileta companheira.

Certo estou que a sua alma subiu ao céu, tão logo exalou o seu último suspiro. Era pessoa de fé e tinha a esperança de alcançar a vida eterna. Na leitura dos seus livros vi como possuía uma aguda sensibilidade. Em um deles, *As Vozes do Silêncio e da Natureza,* contou estórias em que misturava ficção com realidade, criadas, memorizadas, ou observadas na solitude de suas tardes ou noites, revelados os mistérios e segredos das coisas. Conversava, então, com os elementos da natura.

Tal como o notável poeta da forma, Olavo Bilac, "não só ouvia estrelas, como até conversou com elas..." e para ouvi-las muitas vez,

---

[1] Salmo 68:20

[2] I Cor 15: 54-55

desperto "abria as janelas, pálido de espanto" e as procurava "pelo céu deserto."[3]

Escrevi um comentário sobre aquela obra da nossa confreira, dominada sempre do mais puro lirismo. Admirava nela como penetrava "os espaços abertos" e contava a fala da natureza, dos mistérios do mar, dialogando com o sidéreo. Encantava-se com som inimitável do marulhar das ondas, espreguiçando-se na areia da praia. Batia por vezes nas rochas, como se fizesse protestos de amante incompreendida.

Para ela as excelências da criação de Deus, faz-nos lembrar dos cânticos do salmista Davi:

"Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos.//Um dia discursa a outro dia, e uma noite revela conhecimentos a outra noite.//Não há linguagem, nem há palavras, e deles não se ouve nenhum som; no entanto, por toda a terra se faz ouvir a sua voz e as suas palavras até aos confins do mundo.// Aí pôs um tenda para o sol, o qual, como noivo que sai dos seus aposentos, se regozija como herói, a percorrer o seu caminho.//Principia numa extremidade dos céus, e até à outra vai o seu percurso; e nada refoge ao seu calor". [4]:

Ahn! Digo eu como as leis da natureza são perfeitas e belas! Mariana Soares inspirou-se, certamente, em poetas como Bilac, Waldemar Lopes, Davi e outros. Com certas diferenças todas suas, porque são pessoais; as ondas do mar sem limites quando se desmancham em espumas alvinitentes vestidas de branco, para espraiarem-se nas carnes arenosas das curvas das enseadas indiferentes àqueles gestos de carinhos e "entusiasmos poéticos"; como uma sinfonia inacabada de cânticos da natureza, em nênias tristes ou canções plangentes. *As Vozes do Silêncio da Natureza* choravam ilusões perdidas. Entre o real e o irreal a escritora carpia seus sonhos desfeitos e a tristeza invadia sua alma de mulher. A solidão tornava-se sua companheira inseparável.

A autora, em palavras sublimes, que lhe serviam de bálsamos lembrava o pai e a mãe. Com muita saudade dos dois, mesmo assim aplacava sua tristeza, enxugava suas lágrimas e ouvia "os sussurros do silêncio", trazendo-lhe a paz do céu, nas asas dos anjos do amor filial. Revigorava-

---

[3] BILAC, Olavo. Via Lacta

[4] Salmo 19:1-6

se, então, o seu espírito e encontrava motivos nos "verdadeiros valores da existência": A família feliz e os filhos.

São todas assim românticas e belas as páginas dos seus livros. Mariana. sonhadora, devaneiadora, fantasiosa, romanesca, lírica, impregnada de subjetivismo poético. Sua obra sempre poética recheada de sentimentos nobres, de entusiasmo, de ardor. Ela sabia tirar da vida o seu vero sentido. Havia no coração da minha saudosa amiga, muito amor.

Poderia aqui dar por terminado o meu discurso de adeus a Mariana Soares, que tinha o dom miraculoso, como escritora eximia, de fazer que cada pessoa, embevecida, na leitura de suas criações, se encontrasse em alguns caracteres dos personagens focalizados.

Quem quiser comprová-lo leia os seus livros *Cenários, Personagens e Confissões*, ou *Clamores do Silêncio*. Ou então, se porventura duvidar do seu valor literário, leia o ensaio biográfico que escreveu sobre *Juarez da Gama Batista (sua vida, seus mistérios, sua obra)*, publicado pela Secretaria de Educação e Cultura, quando a Professora Giselda Navarro Dutra (com aprovação de Luiz Augusto Crispim e de Severino Ramos), patrocinou a edição desse trabalho. E o que dela disseram José Américo de Almeida, Celso Mariz, Wellington Aguiar, Elizabeth Marinheiro, Vanildo Brito, Carlos Romero, Neide Medeiros, Odilon Ribeiro Coutinho, Linaldo Guedes, Belminda Vinagre e Francisco Pereira da Nóbrega.

Ao assumir o meu primeiro mandato, como Presidente da Academia Paraibana de Letras, havia apenas uma escritora no seu quadro social. No curso de outras gestões, sempre reconduzido para dirigir a Casa do Pensamento, mais três foram eleitas: Adylla Rocha Rabelo, Ângela Bezerra de Castro e Mariana Cantalice Soares.

A esta venho trazer as minhas palavras de saudade. Parece que estou ainda a vê-la entre nós, no fulgor de vida, agora numa das moradas celestiais. Onde o palor da morte não esmaeceu o rosto de quem galgou os cimos da imortalidade!

E acrescento: A morte não é o fim, é, apenas, como dissera Santo Agostinho: "a passagem para o outro lado", o lado da eternidade, pela beleza da ressurreição. Que vocábulo maravilhoso! Sobre ele se manifestou Rui Barbosa: "Ressurgir! Toda doçura e todo vigor da fé se resumem nesta palavra. É a flor do calvário, é a flor da cruz."

Francisco Pereira da Nóbrega proclamou sobre Mariana: "Nela o tempo não passa. Todo portador da arte tem a beleza que não passa".

Tenho dito.

HOMENAGEM PÓSTUMA AO ACADÊMICO JOACIL DE BRITTO PEREIRA, PELOS ACADÊMICOS FLÁVIO SÁTIRO FERNANDES, ÂNGELA BEZERRA DE CASTRO E MARIA DAS GRAÇAS MADRUGA PAIVA SANTIAGO EM 29 DE OUTUBRO DE 2012

UM ESGRIMISTA DO DIREITO

Flávio Sátiro Fernandes

Pronunciamento feito na sessão especial da Academia Paraibana de Letras, no dia 29 de outubro de 2012, na passagem dos trinta dias do falecimento do Acadêmico Joacil de Brito Pereira.

Ao começar a alinhavar estas impressões sobre Joacil de Brito Pereira, em torno de sua dedicação ao direito, a primeira imagem que me veio à mente foi a de um espadachim, a esgrimir com maestria e sem temor as armas brancas da dialética, da argumentação jurídica, da retórica forense, da oratória, dos remédios jurídicos, capazes de socorrer seus clientes e constituintes nas centenas de causas a que se entregou, pelas diferentes comarcas em que porfiou.

Essa sua disposição para empreender a luta pelo direito, de que nos fala Von Ihering, se alicerçou, sem dúvida, nos ensinamentos hauridos na velha Faculdade de Direito do Recife, por onde se graduou, em 1950, compondo uma turma de que fez parte, também, outro paraibano ilustre, membro igualmente desta Casa, o escritor e teatrólogo Ariano Suassuna. Mas não só nos ensinamentos livrescos e nas lições repassadas por seus mestres naquela escola, através dos quais ele se inseriu na legislação, na doutrina, na jurisprudência, aprendeu Joacil a manejar as armas de seu ofício.

Sede de aprendizado jurídico e ativismo político, importante para os embates forenses, foi, com certeza, sua participação nas lutas estudantis,

desenvolvidas no âmbito do Diretório Acadêmico da Faculdade do Recife. Quem, como eu, estudou na tradicional Casa de Tobias, pode dar o testemunho da pujança que sempre deteve aquele órgão estudantil e sua força na formação jurídico-política da mocidade estudiosa nordestina. Pode-se dizer que quem pelejou naquele Diretório vitoriou na vida pública. Ernani Sátiro, por exemplo, cujo centenário de nascimento esta Casa comemorou, presidiu o mencionado órgão estudantil e foi um vitorioso na política e no direito. Marco Maciel, ao tempo em que estive naquela Faculdade, foi seu Presidente e logo após se formar elegeu-se deputado estadual e, posteriormente, alcançou os mais elevados cargos, inclusive, Governador de Pernambuco e Vice-Presidente da República. Lembro igualmente que Joacil, disputou e obteve a indicação de seu nome para orador da turma concluinte de que fez parte.

Antes de ultimar o curso jurídico já participava Joacil das campanhas eleitorais em nosso Estado. Menino, ainda, recordo-me de tê-lo visto em Patos, prestes a se formar, participando de passeata e comício do "amarelo" - Argemiro de Figueiredo - ao governo do Estado.

Uma vez diplomado, passou a exercitar a advocacia, fazendo uso dos conhecimentos que obteve na velha escola pernambucana. Embora tenha sido requisitado pela política, jamais deixou de se interessar pelo direito, até porque, assumindo uma cátedra no curso de direito de nossa Universidade, desdobrou-se no estudo da ciência jurídica, desempenhando com proficiência o magistério jurídico, conforme testemunham, em reconhecimento, os seus alunos. Mesmo no exercício parlamentar, não se afastou Joacil da ciência do direito, pois, não foram poucos os pareceres que ofereceu a projetos de lei dos quais foi escolhido relator e não foram também raros os discursos que pronunciou, em que a matéria jurídica era versada com grande sabedoria.

Em livro que publicou, intitulado TEMAS DE DIREITO PÚBLICO, deixou-nos Joacil uma amostra da forma como tratou, da tribuna da Câmara, alguns assuntos jurídicos, ligados todos eles ao direito público, a saber: voto distrital, a pena de morte, revisão constitucional, parlamentarismo, decreto-lei, aprovação de leis por decurso de prazo, imunidades parlamentares dos vereadores.

Em outra obra – TEMAS DE DIREITO E CIÊNCIAS AFINS -, embora não abandonando sua paixão pelo direito público, Joacil dá-nos lições de direito privado e de teoria geral do direito, dissertando sobre o direito das coisas, a ética no direito, o direito romano: atualidade e vida, o

divórcio no mundo antigo, Kelsen: um jurista polêmico, fator tempo no direito *consuetudinário* internacional, além de outros temas ligados ao direito público, tais como, a execução da pena, a divisão dos poderes no regime federativo brasileiro, ilegalidade e inconstitucionalidade da Taxa SELIC etc.

Em uma apreciação como a que faço, neste instante, não me cabe tempo para dissecar o pensamento de Joacil sobre matérias tão relevantes. Fica a tão só indicação de suas obras e de seus trabalhos, possibilitando a quem o queira, proceder a um estudo mais detido do que ele pensava e do que ele doutrinou em livros, em palestras, em processos judiciais, em discursos parlamentares. Até porque desejo, aqui, fazer referência à sua atividade de operador do direito, como advogado criminal atuante, militante e vibrante, de nossos auditórios.

Essa atuação marcante fê-lo participar de importantes casos judiciais na Paraíba. Ele próprio revela: "Posso dizer que funcionei, em certa fase de minha trepidante vida de advogado, nos processos-crimes mais rumorosos da Paraíba. Estava sempre presente à tribuna do Júri Popular, como patrono da defesa, ou como auxiliar de acusação".

Em algumas páginas de suas memórias, Joacil nos narra episódios de sua atividade advocatícia. Farei menção a apenas três.

O primeiro a que me referirei serve para demonstrar o modo defraudador como são realizados os julgamentos populares no interior. A cabala aos jurados, as pressões, as ameaças, tudo isso capaz de influenciar a decisão soberana do júri.

Nesse caso, aliás, seu primeiro júri, Joacil experimentou uma grande decepção com aquela respeitável instituição. Vejamos o que ele diz em uma de suas brilhantes páginas.

> "Meu primeiro Júri, após a formatura, foi naquela Comarca. [Araruna] Tratava-se de legítima defesa própria. A prova dos autos era boa para o réu. Preparei-me com toda a minha ciência; compareci ao julgamento sobraçando compêndios de doutrina e jurisprudência. Havia estudado o processo e estava disposto a desempenhar bem o meu papel. Precisava fazer nome.
>
> "Tive, no entanto, grande decepção quando, antes de iniciar a defesa, Beija entrou no recinto e segredou-me ao ouvido:

"- Não precisa se esforçar muito, que tá tudo certo. Absolvição por sete a zero.

"Quase não funcionava mais. Vi que o meu trabalho ia ser puramente secundário e formal. Dissesse o que dissesse, o réu seria absolvido. Só não abandonei a tribuna da defesa porque todos os familiares do réu me pediram. Achei até engraçado quando sua esposa disse:

"- Doutor, a festa já está pronta. Se o sr. não defender o meu marido, o Júri será adiado e a comedoria fica perdida.

"Falei como pude, embora sem maior entusiasmo. Fiz de qualquer forma a minha exibição. Como já estava previamente acertado, o meu constituinte saiu dali absolvido, por unanimidade de votos. E a festança rolou a noite toda, no sítio de sua propriedade, a que eu também compareci.

O segundo episódio diz respeito a um processo em que Joacil atuou não como defensor mas como assistente de acusação.

É assim que ele relembra sua participação:

"Na verdade aquela tarde ia ficar para sempre na minha memória. O júri se instalou às 13 horas e prolongou-se pela noite adentro. Terminou lá pelas duas da madrugada. Quando cheguei, a praça estava repleta, com dificuldade varei a multidão, até chegar ao foro. Dentro, na sala do Tribunal Popular, apinhava-se um aglomerado numeroso de pessoas, com a gente mais seleta da sociedade local. Todo o cenário estava pronto para o desenrolar daquele acontecimento.

"O Dr. Promotor acusou com segurança, não usou nem a metade do seu tempo. Deixou-me o resto, gentilmente, para que eu pudesse aparecer. E eu fiz o que pude. Sem afastar-me dos autos, desenvolvi a minha tese com apoio na prova, na doutrina, na jurisprudência. Mostrei a brutalidade do crime; uma barbaridade; abatida a vítima a faca-peixeira, em sua barraca de feirante, à luz do dia, em presença

de várias pessoas. Sem piedade alguma, o réu não atendeu aos rogos da mulher do ofendido e de seus filhinhos menores.

"Carreguei nas tintas, emocionei a plateia, fez-se silêncio, muitos choravam. Um jurado dos seus 65 anos deixou rolar pela face duas lágrimas furtivas. Enxugou-as com um lenço grande, de cores espalhafatosas, e recompôs a fisionomia rígida. Animei-me; pelos menos quebraria a unanimidade da decisão absolutória. Comovera aquele jurado e o seu voto seria decerto pela condenação. Com esse resultado manteria o acusado preso, pois a lei do tempo só libertaria imediatamente o réu se a absolvição fosse unânime. Seria decerto uma grande vitória.

.....

"Apurado o resultado da votação, o réu foi absolvido por sete a zero. Uma surpresa para mim, mas não para os circunstantes. Quebrada a incomunicabilidade dos jurados, aproximei-me daquele homem que se comovera até às lágrimas, ao ouvir a minha acusação. Puxei conversa, ofereci-lhe um cigarro, ele aceitou e então perguntei:

"- O sr. é um homem muito emotivo, não é?

"A sua resposta simplória, de home pouco instruído, foi outra indagação:

"- Emotivo cuma, doutô?

"Tive que explicar que emotivo é a pessoa de bom coração, como ele, que teve pena da viúva da vítima, ainda bem jovem e dos seus filhinhos.

"Então, ele me esclareceu:

"- É doutô, o sr. é um serviço pesado. Se não fosse o compromisso tão forte que eu tinha com o compadre Montenegro, eu tinha desgraçado o home.

Essa lição sobre a satisfação da palavra da palavra dada e do compromisso assumido foi para Joacil, segundo suas próprias palavras "mais um ensinamento sobre a honra sertaneja, o cumprimento dos seus "tratos" sagrados, da palavra dada e empenhada".

E, com certeza, a palavra dada foi um apanágio da vida de Joacil, tanto na vida pessoal como na atividade profissional;

O terceiro caso é relativo ao processo-crime a que foi submetido um marido traído, que matou a mulher e a quem Joacil defendeu no júri.

Assim ele nos conta:

> "Em casos dessa natureza, o marido, como se sabe, é sempre o último a saber. Uma bela mulher. Bem alva, de cabelos pretos e ondulados, alegre e simpática. Mas parecia dominada por um delírio sexual. Amava com frenesi. Não se contentava com um homem só. Tinha o dom especial de provocar paixões. Não respeitava nem sacerdotes. Comentava-se o seu desregramento naqueles sertões entre Teixeira, Imaculada e São José do Egito.
>
> "O marido voltou inesperadamente, certo dia, de viagem e a flagrou com um dos seus amantes. Atirou nos dois, matando-a no ato, o seu parceiro fugiu, pulando por uma janela, baleado e perdendo sangue. Escapou, mas desapareceu para sempre da região.
>
> .....
>
> "No dia do julgamento, o foro estava cheio e a praça em frente recebeu grande multidão. Os trabalhos começaram às 13 horas. Prolongaram-se noite adentro e, às primeiras horas da madrugada, terminaram com a absolvição do réu, por unanimidade de votos.
>
> "A prova era boa para a tese da defesa. O acusado eliminara a esposa em legítima defesa da honra. Isso, no Sertão, ainda que não fosse tão farta a comprovação, tinha ressonância. A honra do marido ultrajado deve ser lavada com o sangue de quem conspurca o tálamo. Essa a concepção social nos meios sertanejos. E, naquele caso, estava bem clara a infidelidade constante daquela infeliz mulher,

que deveria ser uma doente. Havia até umas cartas do Padre Noronha, vigário da Vila de Imaculada, *cantando* a jovem e disputada messalina.

"Julguei indispensável ler aquelas missivas, perante o Júri Popular. Correia Lima deu trabalho, como assistente do Ministério Público. Aguerrido e brilhante, explorou o fato de que a morta estava com três meses de gravidez. Emocionou os jurados. Houve réplica e tréplica e eu, então, li e comentei as cartas do padre Noronha.

E prossegue Joacil:

"Este procedimento contra aquele sacerdote custou-me caro.

"No pleito seguinte, sendo eu candidato à reeleição para a Assembleia Legislativa, o pároco deitou e rolou, desencadeando uma forte campanha contra mim. Nas missas dominicais da vila e nas dos povoados, desancava a minha candidatura e a minha pessoa. Dizia que os católicos estavam proibidos de votar em mim. Que eu era herege, inimigo do clero, *capa verde* e filho do Satanás.

Os correligionários e amigos de Joacil ficaram apavorados, na certeza de que a continuar aquela campanha, o amigo e candidato não seria reconduzido à Assembleia Legislativa. Joacil, então, armou um plano para desbaratar o propósito do reverendo. E é ele que relata.

"Cheguei a Imaculada quase na hora da missa dominical.

"Fiquei na ponta da vila, conversando pelas bodegas, até que à hora do sermão, entrei na igreja e fiquei por trás de uma coluna.

"No exato momento em que ele se referiu a mim da forma costumeira, cruel e injusta, saí de trás do pilar e marchei em direção ao altar, gritando:

"- Cala a boca, padreco atrevido! Você usa o púlpito sagrado para insultar-me e fazer política! Não permitirei mais isso!

"O cura correu, apavorado.

"Muita gente correu também.

"Foi um Deus-nos-acuda.

"A missa acabou-se.

"Um escândalo mas também um santo remédio: o padre nunca mais fez sermão contra mim.

Neste recinto, iluminado menos pelas lâmpadas postas em seu teto do que pelas cintilações do espírito de nosso saudoso confrade, quando a Academia Paraibana de Letras o reverencia, é esse o Joacil que eu quis mostrar, ressaltar e homenagear, como escritor ilustre, cidadão digno e jurisconsulto intemerato e intimorato.

Muito obrigado.

O Acadêmico Joacil

Ângela Bezerra de Castro

Reconheço que o confrade Damião Cavalcanti, hoje Presidente da Academia Paraibana de Letras, foi hábil em desconsiderar a situação limite que atualmente me consome e convocar-me, sem consulta prévia, para falar sobre o acadêmico Joacil de Britto Pereira, nesta homenagem de preservação da memória. Eu não deveria mesmo faltar ao amigo, cuja presença em minha vida parece ter a configuração do que foi determinado por forças inexplicáveis, como um destino. De tal forma a vida nos fez tão distanciados e tão próximos. Diria mesmo, tão diferentes e tão semelhantes. Para, enfim, nos conduzir ao encontro de uma surpreendente e constante amizade.

Ainda adolescentes, os traços marcantes de sua personalidade incomum chamavam-me a atenção, referidos pelo meu avô, em narrações de episódios inesquecíveis, que caracterizam o advogado imbatível e enfatizavam o valoroso e destemido cidadão. Joacil se agigantava para mim, como um personagem romanesco, admirado pelo saber e pela coragem.

Muito tempo depois, no ano novo de 1973, recebi de presente do meu mestre, Juarez da Gama Batista, o ensaio biográfico *Um Estadista do Império e da República*. Era o discurso escrito por Joacil para sua posse na cadeira 17 da APL, enfocando, na maior parte, a memória do patrono, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo e lembrando, com "respeitosa reverência" e comovida admiração, o fundador da cadeira, Dr. Antônio Botto de Menezes, na evocação daquilo que chamou de "sua vida épica".

Lendo esta biografia, era mais a qualidade do biógrafo que eu procurava constatar, analisando sua forma de expressão, sua visão de mundo, seu cuidado de inserir o biografado na "hora aguda da transição entre o Império e a República". Foi este o critério para fixar o perfil de

Gama e Melo "com realismo, na sua verdadeira posição em meio aos acontecimentos da época em que viveu".

Dessa forma, posso dizer que conheci o acadêmico Joacil de Britto Pereira, bem antes de ser apresentada ao cidadão, que já fazia parte do meu imaginário adolescente. Pois o longo discurso de quase 50 páginas, incluindo-se as notas que enriquecem o texto e comprovam muitas afirmativas, é também um retrato do autor. Nos detalhes e na abrangência da abordagem, revela-se o pesquisador incansável que se consagrou no gênero do ensaio biográfico, com a publicação de *José Américo – A saga de uma vida*, lançado no ano do centenário do romancista paraibano que inaugurou o moderno regionalismo brasileiro. O longo discurso de posse também define as qualidades intelectuais do imortal que chegava, em 15 de dezembro de 1972, para engrandecer a APL, durante quatro décadas de entusiástica e produtiva participação.

Joacil chegou na maturidade do espírito, confessando-se "com a alma em festa", por considerar seu ingresso em nossa Casa das Letras "um momento de rara felicidade". "De glorificação".

Não trazia apenas a sua tribuna nascida das praças, tribuna das massas, parlamentar e forense, mas sempre do povo, conforme declarou. Trazia ele-mesmo, definindo-se "pelo excesso das paixões, pela ânsia de querer um mundo novo e melhor". Reconhecendo-se com "a alma emoldurada de contrastes".

Foi esse o acadêmico que se entregou inteiramente à APL, ao convívio dos seus pares, como se entregou inteiramente a tudo que assumiu na vida. Não fez da imortalidade um porto seguro, amparo da vaidade improdutiva. Mas um terreno fértil para cultivar seus múltiplos talentos, com a vitalidade e a paixão que soube encontrar em cada idade. Tal como tematiza o Soneto de Bastos Tigre, por ele admirado, lavrou e plantou, consubstanciando em ações o verso tantas vezes repetido: "Que a neve caia, o teu ardor não mude".

Com sua capacidade de liderança, era natural que chegasse à Presidência da APL. E pelo devotamente com que atuou, elegeu-se em mandatos sucessivos, ocupando o cargo por dez anos. Nesse período, lutou pela Academia em todos os sentidos, mantendo-a viva com a participação efetiva dos sócios, e da sociedade sempre presente às inumeráveis solenidades que realizou, com absoluto sucesso.

Em dois dos seus mandatos, exerci a vice-presidência. Já éramos amigos e sempre fui convocada para dividir com ele importantes projetos

concretizados. Ficará dessa convivência a melhor das lembranças, e guardarei em meu coração o tratamento carinhoso do amigo, e o respeito intelectual do confrade que sempre me cumulou de atenções e palavras de estímulo.

Joacil cresceu com a Academia e cuidou que ela se projetasse. Cumpriu verdadeiramente seu papel de acadêmico. É imortal pelo espírito e pelo trabalho intelectual reconhecido na área jurídica, no ensaio filosófico, histórico, biográfico e na oratória, onde se afirmou por toda a vida.

A trilogia de suas memórias, *A vida e o tempo*, é onde mais se reflete sua personalidade inconfundível. Li, como se fosse um romance, reencontrando, emocionada, episódios que ouvira há muito tempo narrados pelo meu avô, com admiração.

Mas Joacil ainda nos surpreendeu. Fez-se teatrólogo e romancista porque sabia ousar e não temia os riscos. Escreveu e providenciou a encenação das peças *A maldição de Carlota* e *Olga Benário Prestes,* com o mesmo entusiasmo juvenil que fundou o Teatro do Estudante, em companhia de colegas, no Lyceu Paraibano.

Às vésperas dos oitenta anos, o acadêmico Joacil conquistou com a sua *Olga Benário Prestes*, entronizada pela nobreza da alma, pela retidão do caráter, pelo sacrifício da vida, o prêmio literário *Cidade do Recife*. Um feito incomum, destinado apenas aos que muito acreditam em si mesmos.

Hoje, gostaria de ter conseguido lembrá-lo, à altura de seu valor como cidadão e como acadêmico. No nível em que o recebeu o imortal Juarez da Gama Batista quando de seu ingresso nesta Casa. Comparando o bravo Joacil de Britto Pereira a "Arthur e Carlos Magno, com seus Doze Pares de França", reis que os romances antigos eternizaram. Realçando-lhe o título de "homem de coragem" para, enfim, concluir: "Fizeram-no assim, meu caro amigo. E é como o vejo na minha estima e no meu afeto, do tamanho de um rei".

Falou assim o meu mestre porque sabia "distinguir onde está o grande homem, a personalidade extraordinária". E sabia dizer como ninguém. Por isso, traduziu a dimensão de Joacil desde a epígrafe de Pascal: "Numa grande alma, tudo é grande".

JOACIL, O POLÍTICO

Maria das Graças Santiago

Designada pela presidência desta Casa para falar sobre o político Joacil de Britto Pereira, nas homenagens póstumas hoje prestadas, questionei: Por que o político? Por que não o homem, o cidadão ou o amigo?

Reli as suas memórias enfeixadas em três volumes intitulados ***A Vida e o Tempo***; Debrucei-me sobre os discursos que proferiu e publicou como ***O Lume da Palavra***; Retomei o livro ***Um Homem e o Destino***, onde é contada a saga de Francisco Cajuaba, retrato de corpo inteiro de Seu Francisco, pai do próprio Joacil; Folheei o volume ***Vitalidade e Paixão,*** reunião dos textos referentes à comemoração dos seus oitenta anos de vida e vi que o político, o cidadão, o intelectual, o mecenas, o administrador, o jurista, o professor, o ator, o dramaturgo, o orador, o escritor e o amigo eram, todos, um só. Ele era um homem raro, de personalidade rica de múltiplos talentos, cultivados e desenvolvidos de forma a fazê-lo brilhar nos vários caminhos percorridos durante a sua longa e profícua vida.

A política está presente em toda a sua história. Na escola, na rua, no lazer, na inquietude intelectual. Seu pensamento tem uma dimensão eminentemente política no sentido proposto por Hannah Arendt quando afirma ser esta atividade uma necessidade imperiosa para o homem. Tarefa e objetivo da política é a garantia de vida e de direitos na sua forma mais ampla.

O dom da liderança nascido com ele revelou-se desde cedo fazendo-o estar sempre à frente dos seus pares. Nunca se portou como mero espectador dos acontecimentos, participava deles, de forma decisiva, deixando, de maneira indelével, a marca da sua presença. Viveu todas as fases da vida de forma total e apaixonada sendo figura de relevo onde quer que se encontrasse.

Estudante do Liceu teve a sua época de aluno relapso sendo, por

isso, reprovado na terceira série, fato que o impediu de matricular-se naquela escola no ano subsequente. Frequentador da bagaceira da Festa das Neves, brigão e atrevido, namorador e falante, ele era, exatamente, como deveria ser um jovem cheio de vida e de entusiasmo na sua época. Foi interno no Colégio 15 de Novembro em Garanhuns em virtude da "expulsão branca" que sofreu pela reprovação no Liceu paraibano. A nova escola, dirigida por pessoas ligadas à Igreja Presbiteriana, despertou no moço vivaz a necessidade de mudança. O senso de responsabilidade e o culto ao dever vieram à tona e não mais o abandonaram, norteando os seus passos para sempre. Desde então surge o estudioso que foi ate o fim dos seus dias. Adquiriu o hábito da leitura, começou a fazer teatro, participou do jornal do colégio e compôs, por esta época, o hino do Ypiranga Esporte Clube, agremiação esportiva onde jogava futebol.

Depois do internato voltou a se matricular no liceu para terminar o curso ginasial. Era já o aluno exemplar, cônscio dos seus deveres e responsabilidades. Foi eleito o orador da turma concluinte de 1942. Por esta época participava intensamente da vida da cidade. Fundou, com outros jovens, o Teatro do Estudante Paraibano cuja estreia mereceu nota de destaque no jornal A União. Joacil, que nunca se contentou em ser coadjuvante, fazia o papel principal na peça encenada.

Era a fase áurea do culto à oratória. Os discursos eram proferidos em todas as ocasiões possíveis: Aniversários, casamentos, batizados ou outra qualquer reunião social ensejavam a prática da retórica. Joacil revelou-se um orador de escol possuidor da palavra bonita e do gesto eloquente.Seu prestígio se firmava sendo, frequentemente,convidado a demonstrar sua habilidade na arte de discursar.

Pertenceu aos grêmios literários Olavo Bilac, Machado de Assis e Augusto dos Anjos sendo um dos fundadores deste último. Era um jovem romântico e inquieto pontificando em todas as lutas, episódios e acontecimentos do seu tempo. Era a época do Estado Novo. Ditadura de Getúlio Vargas. Seguindo José Américo Joacil foi um dos insurrectos contra a ordem vigente.

Seu espírito, em permanente ânsia de aventura o fez mais do que uma testemunha da história. Fez com que fosse parte dela e influísse o quanto pode, no rumo dos acontecimentos. A candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, os ecos do queremismo, o nascimento do Partido Trabalhista Brasileiro, o processo de redemocratização do país são relatados no seu livro sobre José Américo de Almeida que, inclusive, faz referência ao

entusiasmo juvenil do nosso homenageado, um dos oradores do famoso comício então realizado na Lagoa do Parque Solon de Lucena.

Estudante de Direito em Recife, foi nomeado Secretário do Conselho Penitenciário, emprego que lhe garantiu a subsistência na vizinha capital do sul mas que o fazia desdobrar-se em esforços para exercer a função,deslocando-se duas vezes por semana,quase de madrugada,no ônibus que fazia a linha entre a cidade onde estudava e a que trabalhava.Mesmo assim,num empenho hercúleo,conseguiu ser um aluno brilhante,o primeiro da sua classe durante todo o curso de bacharelato. Seu desempenho na Faculdade valeu-lhe a indicação para uma viagem à Europa organizada pelos concluintes do curso e sua eleição como orador da Turma do Meio Século. Corria o ano de 1950 quando Joacil diplomou-se e começou a carreira de advogado.

Em 1958 elegeu-se pela primeira vez, deputado estadual exercendo a liderança da UDN, partido a que sempre foi fiel. Era o líder da bancada oposicionista e reelegeu-se em 1962. Foi uma fase conturbada e Joacil esteve na crista dos acontecimentos que culminaram com o Golpe de 1964. Decepcionado com os rumos tomados pelo poder dos generais, afastou-se da atividade política e entre os anos de 1966 a 1975 dedicou-se à sua banca de advogado e aos misteres do magistério superior.

Mesmo sem mandato eletivo ou cargo público de relevância, Joacil nunca tergiversou nas suas convicções ideológicas, nunca deixou de opinar, nunca escamoteou as suas posições. Voltou à cena política pelas mãos de José Américo que o indicou para compor o governo de Ivan Bichara Sobreira como Secretário do Interior e Justiça. Nesta pasta revelou-se o administrador que mudou a face do sistema penitenciário do estado. Promoveu cursos para os integrantes da secretaria, preocupou-se com a dignidade dos apenados, construiu penitenciárias e novas cadeias minorando, na época, o problema da superpopulação carcerária. Seu desempenho foi de tal ordem que lhe possibilitou eleger-se Deputado Federal no ano de 1978. Na Câmara,como de costume,destacou-se pelas suas posições definidas e corajosas,sendo reeleito para a legislatura subsequente.

Falando sobre as paixões da alma Descartes diz ser a coragem um certo calor que dispõe a alma a se entregar poderosamente à execução das coisas que ela quer fazer. Em Joacil a coragem esteve presente em todos os seus momentos. Entregou-se, por completo, a tudo o que fez. De temperamento apaixonado nunca ladeou em sua conduta assumindo posicionamentos claros e definidos em coerência com as suas verdades.

Mesmo aqueles que dele discordam não podem se furtar de reconhecer nele coerência e coragem. As palavras utilizadas por ele para definir o padrinho e amigo Silveira Dantas, caem como uma luva para descrição da sua personalidade: "Um bravo de coração generoso, homem de atitudes claras, às vezes tresloucado nos seus ímpetos, até mesmo imprevisível, mas sempre lealdoso, incapaz de uma felonia" (in A Vida e o Tempo, pag.147)

Uma das maiores qualidades de Joacil era o culto à amizade. Era um amigo que ia às últimas consequências em benefício dos seus muitos amigos. Eu, muitas vezes testemunhei como se agigantava no exercício da lealdade às pessoas queridas. Parece-me vê-lo, ainda, há pouco mais de um ano,adentrando esta Casa,amparado pelo braço forte e sempre presente de Neli, sua mulher,saído do hospital onde se encontrava internado para dar-me o voto decisivo à minha condução a esta Academia.Feito isto, voltou àquela casa de saúde para continuar o tratamento necessário.

Era assim Joacil. Um homem de atitudes quixotescas dando-se, por inteiro às causas que abraçava. Nunca foi de meias medidas ou de meias palavras. Com ele era o tudo ou o nada. Aproveitando as palavras do grande vate português, dirijo-me a ele dizendo "se lá no assento etéreo onde subiste/memória desta vida se consente" que você veja, Joacil, quantas pessoas reunidas para chorar a sua partida.Pessoas que o admiravam, respeitavam e amavam por tudo o que você foi. Sua vida não foi em vão e continua em cada amigo que você soube fazer, em cada instituição que você ajudou a fundar, em cada pessoa que o elegeu como exemplo. Continua nos filhos, netos e bisnetos, em toda a sua grande e estruturada família que com orgulho glorifica a sua paternidade. Continua nos seus escritos, nos discursos proferidos, na sua história de vida pontilhada de sucessos e realizações. Continua, também, nesta casa que se fez maior com a sua presença. Descansa, agora, amigo, com a certeza do dever cumprido.

Discurso de agradecimento à homenagem prestada pela Academia Paraibana de Letras, ao acadêmico Joacil de Britto Pereira em discurso proferido pelo seu filho Eitel Santiago

Excelentíssimo Senhor Acadêmico Damião Ramos Cavalcanti, Presidente da Academia Paraibana de Letras;

Excelentíssimo Senhor Flávio Sátyro, Presidente da Fundação Casa de José Américo de Almeida, que representa nesta solenidade o Governador do Estado da Paraíba;

Excelentíssimo Senhor, Desembargador Joás de Brito Pereira; representando nesta solenidade o Presidente do TJ/PB;

Permitam as demais autoridades, aqui presentes que as saúde na pessoa da escritora Neide Medeiros dos Santos, que representa a Academia de Letras e Artes do Nordeste;

Meus queridos familiares;

Senhores Acadêmicos e Senhoras Acadêmicas

Estimados amigos que comparecem a essa solenidade

Sou chamado em nome da família a fazer o agradecimento a Academia Paraibana de Letras, por essa homenagem tão significativa e que tocou profundamente o coração de todos os membros da família de Joacil de Britto Pereira, que aqui estão.

Quando eu chequei, aqui minha querida amiga Neide me entregou um livro *Conversando com Crispim sobre Augusto dos Anjos* organizado por ela, Socorro Aragão e Ana Isabel de Sousa Leão Andrade, e eu folheava aqui a orelha do livro e via um poema de Omar Khayyam que está no *Rubayat* diz assim:

"A nossa vida é breve como um incêndio.
Chama, que um leve sopro apaga;
Cinzas, que o vento dispersa:
Eis a existência de um homem."

Qual é o sentido da vida? O que nos espera depois da morte? Será que o espírito que anima a matéria desaparece, quando o organismo debilitado morre?

Essa indagação é a angústia de todo o homem, somente aqueles que têm a esperança numa outra vida fogem desse desespero que levou o filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard, a escrever um livro chamado *O desespero humano*. E a consciência da morte o desespero humano da morte física, mas que na nossa crença não é morte do espírito, porque o espírito não morre, ele permanece noutra dimensão que nos não conseguimos ainda compreender.

E hoje, ouvindo as palavras bonitas que aqui foram proferidas a partir da oração pronunciada por Maria das Graças Santiago, com tanta beleza literária, lembrando episódios da vida do meu pai. Do meu pai jovem, mas sempre envolvido com as questões da cidadania, ouvindo também o discurso desse grande jurista da Paraíba e homem de letras que é o amigo Flávio Sátiro enaltecendo o profissional do direito Joacil de Britto Pereira, e porque não dizer do jurista de nome nacional que encantou tantas vezes, as tribunas dos grandes tribunais do Brasil. Ouvindo o doce relato dessa grande figura das letras paraibanas que é Ângela Bezerra de Castro, que quando aluna de um dos maiores intelectuais que a Paraíba já deu que foi Juarez da Gama Batista. Eu muito jovem, já ouvia Juarez, lá em casa falar encantado de Ângela, como uma moça que amava e que vivia para a literatura, por isso essa grande escritora que engrandece esse Silogeu.

Ouvindo todas essas palavras ouvindo também o pronunciamento do presidente da Casa, Damião Ramos Cavalcanti, eu me convenci, meu querido amigo Carneiro Arnaud de que realmente o espírito não morre, e o espírito permanece, e o espírito do meu pai esta aqui, nesta hora brindando conosco recordações de sua rica e atribulada vida de homem público e de jurista e de intelectual.

Luiz Augusto Crispim diz aqui "Memórias não se entesouram compartilham-se, na verdade tudo quanto se revelar memorável na natureza humana deve ser semeado pelo mundo afora." Ele, Crispim que também foi presidente dessa Casa que também deve estar aqui conosco, junto com o meu pai, vendo que estamos tristes com sua ausência mais com a memória doce da certeza de sua presença espiritual, pois bem como é breve a vida, como passa depressa, como a cada dia que acordo que lembro do meu pai, lamento não ter estado mais com ele, desfrutando do seu afeto, da sua solidariedade, da sua amizade.

Como isso dói no coração da gente, mas a vida é breve e nós temos de encarar de uma forma como encarava Santo Agostinho, o Agostinho de Hipona, filósofo que dizia que não existe tempo, não há passado, nem presente, nem futuro porque o que passou já não mais existe, o presente num segundo seguinte já se transforma em passado, e o futuro é uma expectativa que tudo que há é só o presente. E o presente porque o passado que é a memória o presente é a percepção e o futuro é a esperança dizia Santo Agostinho.

Hoje os tempos se juntam aqui nesta Casa a memória de Joacil de tudo aquilo que ele realizou, do cidadão que ele foi, do intelectual que a Paraíba admirava, foi acesa com as palavras bonitas pronunciadas. Aqui o presente é o sentimento que invade os nossos corações na certeza de que ele esta aqui conosco e o futuro é a esperança de um dia todos nós que amávamos tanto ele despregados dessas prisões carnais viver na sua companhia para usar a expressão de Augusto dos Anjos "abraçado com os astros imortais e com todas as estrela" junto de Deus com espírito de luz e de esperança que conduz a humanidade, nessa aventura que nos não sabemos aonde vai mais que é uma aventura que nos gostamos dela participar e nos animamos sem desespero algum porque temos sim essa esperança.

Obrigado professor Damião, obrigado Flávio, obrigado Ângela, obrigado minha querida tia Maria, porque trouxeram meu pai de novo hoje aqui a esse ambiente, que ele tanto gostava de conviver e, portanto tempo louvou, a cultura e a inteligência. Louvou, enfim o espírito que é o que existe de definitivo na vida humana.

Muito obrigado.

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico José Octávio de Arruda Mello realizada em 14 de março de 2014

Tradicionalismo e pesquisa em Eurivaldo Caldas

José Octávio de Arruda Mello

"Como sacerdote exemplar do clero paraibano, professor, historiador, membro do IHGP, membro da APL-PB, major Capelão da PM/PB, exerceu todas estas atividades por amor a Deus, à Pátria e à família."

Foi com essas palavras que o monsenhor Ednaldo Araújo dos Santos, bem orientado diretor do Centro Cultural São Francisco, manifestou-se ao ensejo da missa de sétimo dia do colega Eurivaldo Caldas Tavares, celebrada na Catedral de Nossa Senhora das Neves. A exatidão incluiu o título de uma das obras do historiador e escritor que expressou em Deus. *Pátria e Família* (1977), o acento tradicionalista de que se fazia possuidor.

Tanto na feição bombastica desse livro quanto em dois outros – *Soldado Paraibano, orgulho do Grande Presidente* (1978), referente ao Presidente João Pessoa, e *Século e Meio de Bravura e Heroísmo* (1982), alusivo à trajetória da Polícia Militar uma das razões de nossas divergências.

Tal acontecia nas décadas de setenta e oitenta, quando nos reuníamos em torno do mesão do Instituto Histórico, diligentemente arrumado pelo servidor Jairo. Era na manhã do último sábado de cada mês, quando Eurivaldo, embora factualmente seguro, timbrava em resvalar para o ultramontanismo, com insistentes ataques ao arcebispo Dom José Maria Pires.

Ele então encontrava pela frente quem não apenas provinha das trincheiras do Grupo José Honório, mas do criticismo da Escola do Recife, próxima ao anticlericalismo de Joaquim Pimenta.

Entusiasta do movimento de 1964, que o converteu em major capelão

da Polícia, quando o Governador João Agripino se viu impedido de designar o padre Juarez Benício, indicado pelo arcebispo Dom José Maria Pires, mas vetado pelo comando militar, Eurivaldo Caldas Tavares fazia-se sacerdote e intelectual bastante laborioso.

Isso se comprova no levantamento da documentação que, durante meses a fio, selecionou para o Arquivo Público, por indicação do sub-secretário de Administração Celso de Paiva Leite. Hoje, a estruturação daquela repartição é atribuída a Valdemar Bispo Duarte, o que se torna correto, desde que se considere a base firmada por Eurivaldo, mediante o trabalho ali realizado em 1977.

A trabalheira eurivaldeana comprova-se em sua própria obra. Mesmo *Século e Meio de Bravura e Heroísmo* revela o mérito de coligir documentação indispensável ao conhecimento da PM. Já Soldado Paraibano, embora inflacionado de civismo, expressa modernidade na intenção de evidenciar as lutas de 30 em Princesa, mediante os oficiais milicianos Elísio Sobreira, Irineu Rangel e João Costa que nelas se distinguiram.

De visão ultraconservadora, Eurivaldo foi acusado de converter a Historiografia em álbum de família mediante monografias voltadas para os pais, historiador Tavares Cavalcante, escritora Analice Caldas e bacharel/ agrônomo Diógenes Caldas. Contudo, este último, subtitulado *Um missionário do bem comum* (1988), cerca-se de propriedade por condensar a saga de quem tanto renovou a agricultura paraibana, nela introduzindo o sisal.

Nesse particular, pouco faltou a que a biografia de Diógenes se convertesse no principal estudo de Eurivaldo Tavares. Essa palma, porém, coube a *Perfil Biográfico de Dom Moisés Coelho* (2ª ed., 1997), em que nos chamou a atenção a viagem deste da capital a Cajazeiras, em 1914, percorrendo o itinerário a vapor, trem e cavalo, com eixo em Fortaleza. Na contribuição eurivaldeana, a biografia de Dom Moisés equivale a *Itinerário da Paraíba Católica* (1985) em que o autor não desmereceu a *Coleção IV Centenário* valorizada por, entre outros, Celso Mariz, Orris Soares, Hildeberto Barbosa Filho, José Loureiro, Fátima Araújo e José Alfredo Leite.

No caso, o Itinerário reafirma característica do antigo capelão do Hospital Napoleão Laureano: a de apurado pesquisador! Esta também se faz presente a 70 anos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1975), raríssimo no gênero.

De convivência não muito fácil, apesar da moderação ultimamente ocasionada pela presença, a seu lado, da secretária Lêni, Eurivaldo Caldas Tavares valorizou-se através de penetrantes observações. Uma delas comparou a surdez de Dom Adauto à fala mansa de Dom Moisés. Por isso enquanto o primeiro, que falava gritando, descambou para o autoritarismo tridentino, Dom Moisés tornou-se discreto e sutil, ainda que de anticomunismo que o levou a prestigiar o PDC clerical da primeira fase da Paraíba. A propósito dizem que, pároco de Sapé, assegurou vitória de seu partido contra a UDN dos Ribeiro Coutinho numa das eleições dos anos cinquenta, e na base do confessionário....

Falecendo aos 92 anos, Monsenhor Eurivaldo provinha do tempo em que os sacerdotes procediam política partidária e não ideologica. Por isso, esse negócio de Teologia da Libertação não era com ele. Sua opção o aproximava do velho PSD de um de cujos prefeitos pessoenses tornou-se Secretário de Educação.

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico Manuel Batista de Medeiros realizada em 23 de agosto de 2013

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Os anjos são seres que foram criados com o perfil em projeto definido e acabado. Já os homens são seres em mutação contínua. Sua educação caminha entre o berço e o túmulo. São seres incompletos, mesmo assim, Cristo preferiu ser homem e não anjo.

***

O projeto cultural de cada humano, ele mesmo traça ou lhe é imposto. O que importa é o que ele realiza. No caso do historiador e acadêmico Mons. Eurivaldo Caldas Tavares, ele teve seu perfil de estudante religioso, seu preparo para o sacerdócio católico, sem deixar de aproveitar-se de seus dons de historiador. Disso tirou proveito para si e, de resto, para a Paraíba, seu estado natal. Sua obra é multifária. Entre livros doutrinados e históricos, produziu quase uma dezena. Entre outros podem ser citados os seguintes: *Século e meio de bravura e heroísmo*; *Deus, Pátria e família*; *Deus vidas a serviço da Paraíba*; *Diógenes Caldas, um missionário do bem comum* e *Retrato nobre de Eurípedes Tavares*.

***

Portanto, a Paraíba lhe é reconhecida pela produção de sua inteligência. Em Eurivaldo é de se destacar o padre e o historiador. A

história eclesiástica da Paraíba não existiria sem sua contribuição que é notável ao lado do Mons. Francisco Severiano de Figueiredo.

***

Como clérigo, se dedicou com integridade ao sacerdócio católico que exerceu com exemplar zelo pastoral, e como educador. Seu nome é modelo para o clero e sua competência de historiador é rica para a historiografia paraibana.

Eurivaldo Caldas Tavares tem seu lugar no *Panteon* paraibano.

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico Marcos Cavalcanti de Albuquerque realizada em 23 de agosto de 2013

Recebi do Presidente desta Casa do Pensamento, Professor Dr. Damião Ramos Cavalcanti, a incumbência de fazer o necrológio do Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares, sobre o tema: "Monsenhor Eurivaldo - o Religioso". Farei um esforço para desincumbir-me dessa honrosa tarefa que poderia ter sido atribuída a tantos outros talentos desta Vivenda de Coriolano de Medeiros, com maior brilhantismo.

Mas, escolhido, eis-me aqui, Senhor Presidente!

Meus confrades, minhas confreiras.

Senhores e Senhoras,

Familiares do Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares.

O falecimento de nosso dileto confrade, Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares, fez-me recordar um trecho do livro "*A Vigésima Quinta Hora*", do grande escritor romeno Constantin Gheorghiu. Vocês haverão de se relembrar também. Quando Gheorghiu se refere aos padres, afirma:

> "Não é o sacerdote apenas um homem; é a imolação de um homem unida àquela de Deus; é isto o sacerdócio, porque não se é sacerdote como se é trabalhador, funcionário ou artesão; não se é sacerdote cumprindo algumas horas de escritório, com intervalos e férias; é padre, é sacerdote permanentemente, dia e noite, sem interrupções, sem repouso, sem trégua alguma [...] o sacerdócio, imitação do sacerdócio de Cristo, não aceita interrupções; ele é permanente e para a eternidade; mesmo a morte física do sacerdote não pode interromper tal sacerdócio [...] por isso, o sacerdote é colocado no túmulo e enterrado

revestido de todas as vestes sacerdotais que ele traz quando celebra a Divina Liturgia; porque o sacerdote morto irá celebrar na verdadeira igreja, com seu bispo, o Cristo; para todo padre, portanto, a morte física é uma promoção; ele passa da pequena Igreja terrestre para a Catedral do Céu, para celebrar a Liturgia Cósmica ao redor do Cristo; não é necessário chorar a morte de um sacerdote, porque ele não morre nunca; a morte é sua promoção".

É com esta consciência que aqui estamos, para honrar a memória do mui estimado escritor, historiador, acadêmico e sacerdote Eurivaldo Caldas Tavares, falecido na segunda-feira, 25 de junho passado, aos 92 anos de idade. Era o padre mais velho da Paraíba, sendo, porém, deveras muito jovem em seu entusiasmo pela religião, pela História e pela cultura. Integrante da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, seu corpo foi velado no Mosteiro de São Bento, onde se rezou a missa de corpo presente, e sepultado, em seguida, no Cemitério do Senhor da Boa Sentença.

O Monsenhor Eurivaldo tinha orgulho em haver sido, entre muitas outras coisas, major-capelão da Polícia Militar da Paraíba, corporação a cujos integrantes deu grande contribuição espiritual. O atual comandante da PM, o senhor Euler Chaves, é o primeiro a reconhecê-lo: "O Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares assinalou com brilhantismo sua passagem por nossa briosa corporação, na década de 1960, sempre exercendo, com amor e alegria, o seu sacerdócio". Sua extremosa secretária, Valdilene Borges, também falou à imprensa:

> "A vida do monsenhor Eurivaldo foi de dedicação aos outros e de amor aos pobres, sempre com rigor, organização, seriedade e amor. Posso dizer que foi um privilégio cuidar dele durante 23 anos". Uma sobrinha dela, que conviveu com Eurivaldo por 10 anos, confessadamente recebeu dele muita ajuda e lhe atribui "um coração grandioso".

Bastariam tais depoimentos para ressaltar a grandeza d'alma de nosso homenageado, mas há ainda muito a dizer sobre ele. Nascera na

Capital paraibana, a 19 de abril de 1921, na casa número 540 da antiga Rua Epitácio Pessoa, nas Trincheiras, como o quarto dos seis filhos do casal formado pelo ilustre Dr. Eurípedes Tavares da Costa (que dá nome a uma das principais ruas do Bairro de Tambiá) e pela Senhora Maria das Dores Caldas Tavares.

Foi batizado na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, em agosto de 1921, data aniversária de seu avô materno, o respeitável Desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão (1861-1933), do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, que ele presidiu quando a Corte ainda se denominava Superior Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba do Norte. Por ser neto de Caldas Brandão (depois nome de município paraibano), Eurivaldo era primo da célebre professora coestaduana Analice Caldas (1891-1945), feminista que, em inícios da década de 1930, ajudou a fundar Associação Parahybana pelo Progresso Feminino. Aliás, Eurivaldo biografou Analice, em um volume que incluíra também o elogio de outro primo, Diógenes Caldas. Ainda sobre o batismo do infante Eurivaldo, esse ofício religioso se viu presidido pelo, então padre e depois Monsenhor, Pedro Anísio Bezerra Dantas, coadjuvado por Monsenhor Manuel Almeida, tendo como padrinhos o Dr. Joaquim Gomes Hardman e sua esposa Senhora Maria Stella.

Os estudos primários do menino Eurivaldo foram feitos no Grupo Escolar Dom Pedro II, concluindo-os no Grupo Escolar Thomaz Mindelo, em 1932. Para realizar o exame de admissão aos estudos secundários, freqüentou o curso particular da célebre professora Francisca Moura.

Já em 1933, manifestava-se a vocação do jovem Eurivaldo para o sacerdócio. De fato, a inclinação pelas coisas da Igreja levou-o a matricular-se, em fevereiro desse mesmo ano, no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, onde terminou o ginasial e o colegial em 1937. Cursou o primeiro ano de Filosofia no Seminário de Olinda (PE) e o restante no seminário paraibano, concluindo os estudos filosóficos, em 1939, e teológicos, em 1943, sob a orientação esclarecida e competente do Reitor Monsenhor José Tibúrcio de Sousa Miranda. O padre Eurivaldo igualmente se licenciou pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco, em 1970. Em apenas quatro anos, no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, havia aprendido, portanto, todas as disciplinas necessárias, sendo ordenado padre em 4 de março de 1944. Posteriormente, ao longo de uma existência voltada ao estudo, à oração e ao serviço ao

próximo, receberia outros títulos acadêmicos. Ordenou-se, mas não deixou o seminário, no qual permaneceu lecionando.

Além de haver chegado a monsenhor, título honorífico dado pelo Papa, exerceu, por diversas vezes, o ofício de capelão e o de pároco, em diferentes instituições; publicou mais de vinte livros; atuou como professor da Universidade Federal da Paraíba e se tornou um dos fundadores do Centro Universitário de João Pessoa. Era muito que querido e acatado na Arquidiocese da Paraíba, tanto que o Arcebispo Metropolitano Dom Aldo de Cillo Pagotto manifestou grande pesar, lamentando, profundamente, a perda experimentada pela Igreja, em vista de seu falecimento.

O Monsenhor Eurivaldo, em sua vida eclesiástica, percorreu muitos caminhos, após a ordenação. Um dia depois, em 5 de março de 1944, já rezava sua primeira missa solene na Catedral Metropolitana, hoje Basílica Menor de Nossa Senhora das Neves. Era data significativa, uma vez que se comemorava, nesse mesmo ofício religioso, o Jubileu de Ouro do Seminário Arquidiocesano, com a presença do Interventor Ruy Carneiro, outras autoridades e muitos conhecidos sacerdotes, além, claro, da multidão de fiéis. No "Te Deum", falou o famoso orador sacro Cônego João de Deus. Quem fez o sermão foi o próprio Arcebispo Dom Carlos Coelho.

De sua turma, fizeram parte destacados religiosos paraibanos, como Cônego Eusébio de Oliveira, Padre João Fernandes (falecido ainda muito jovem) e Cônego José Paulo de Almeida (este Pároco de Mamanguape por mais de 30 anos). Como ele contava, em 1943, com apenas 22 anos de idade, sendo que, pelo Código Canônico, sua ordenação só poderia ocorrer quando completasse os 24, ele seria ordenado no ano seguinte, e, mesmo assim, com expressa autorização, da Santa Sé. Dessa forma, com o Padre Eurivaldo, ordenaram-se os Padres Fernando Abath, Rui Vieira, Cornélio Belo e os posteriormente bispos, Dom Fragoso e Dom Epaminondas. Em 1950, o nosso sacerdote se tornaria cônego honorário do Cabido Metropolitano da Paraíba, e, em 1998, monsenhor, capelão do Papa.

Exerceu as seguintes funções: capelão do Colégio Diocesano Pio XI, em Campina Grande; capelão do Hospital Regional Dr. Sá Andrade, de Sapé; pároco da cidade de Sapé, por dezesseis anos; pároco da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em João Pessoa; capelão do Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa; capelão da Penitenciária Modelo;

capelão do Externato Santa Dorotéia; major-capelão da Polícia Militar da Paraíba; capelão da Igreja da Misericórdia da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, por 25 anos; capelão interino do I Grupamento de Engenharia de Construção; finalmente, capelão da Capela de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, na Avenida Maranhão, onde residia, no Bairro dos Estados.

Não foram menos importantes as atividades do Monsenhor Eurivaldo no magistério. Sua atuação docente se iniciou em Campina Grande, onde foi professor das disciplinas de Latim e Religião no Colégio Diocesano Pio XI, a partir de 1944. Ali, igualmente, exerceu o cargo de Vice-Diretor.

Em 1957, passou a lecionar Língua Francesa em um estabelecimento de que foi fundador e primeiro Diretor, o Colégio Comercial Dr. Corálio Soares, de Sapé. Também ensinou a língua latina no Colégio Estadual local, de que foi Diretor, a partir de 1960. Em João Pessoa, foi o professor de Religião no Colégio Arquidiocesano Pio XII, em 1961; tornou-se professor-fundador da Universidade Autônoma de João Pessoa, depois UNIPÊ; lecionou a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros, em 1972; foi professor-assistente da Universidade Federal da Paraíba, por concurso, lecionando a mesma disciplina, de 1976 até se aposentar.

Dentre os cursos de aperfeiçoamento a que se submeteu, na área do magistério, encontram-se os de Professor do Ensino Secundário (CADES), do MEC, em 1959; de Relações Públicas e Humanas, pelo Centro Paraibano de Relações Públicas, em 1959; Curso Intensivo de Estatística, pelo IBGE, em 1969; Curso de Problemas de Administração e Contabilidade, pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB, em 1970; Curso de Segurança e Desenvolvimento, pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em 1970; curso de extensão universitária para formação de professores de Estudo de Problemas Brasileiros. Poucos intelectuais, na Paraíba, podem se orgulhar de terem escrito tantos livros quanto nos legou o modesto, mas altaneiro, Monsenhor Eurivaldo, cujo valor intelectual se alimentava de sua própria mística religiosa.

Além do mais, foi Secretário de Educação e Cultura do Município de João Pessoa; Secretário substituto da Polícia Militar da Paraíba, onde ocupou também as funções de chefe do serviço de Relações Públicas e de chefe de gabinete do comando daquela corporação; representante do

Governo do Estado junto ao Ministério da Educação e Cultura; presidente da Comissão Executiva do Concurso Vestibular Regional; membro da comissão de organização do centenário do Presidente João Pessoa, representando o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; membro da comissão encarregada pelo Governo do Estado de selecionar documentos de valor histórico-cultural junto ao Arquivo Público da Paraíba.

Muito, aqui, ainda poderia falar sobre as realizações do saudoso historiador e sacerdote, porém o tempo é exíguo e exigente. Finalizo apenas declarando que, com seu jeito reservado e bondoso, calado e compenetrado, o padre, professor e historiador Eurivaldo atuava, em tempo integral, como inteligente testemunha do presente e abnegado cultor do passado, sempre voltado, com elevado senso moral, para a educação de seus contemporâneos, particularmente, dos jovens, nos quais enxergava o futuro de nossa terra.

Para finalizar direi que segundo a Bíblia, Melquisedec, o Rei de Salém, foi também o maior de todos os Sacerdotes do Deus Altíssimo (Genesis: capítulo 14°, versículo 18°); o Rei de Salém é invocado no Novo Testamento por São Paulo, na Epístola aos Hebreus, capítulo 5°, versículo 10°, para ungir os neo-sacerdotes, afirmando: "Deus o proclamou Sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec".

Assim, Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares, como São Paulo, nós também afirmamos: "Tu és Sacerdote eterno segundo a ordem de Melquisedec". Vai para a eternidade, o Deus Altíssimo te espera, o Paraíso te recebe!

Muito obrigado!

Homenagem póstuma ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares pelo acadêmico Mons. Ednaldo Araújo dos Santos realizada em 14 de março de 2014

Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares: o sacerdote e o historiador

Monsenhor Ednaldo Araújo dos Santos

A Academia Paraibana de Letras reuniu-se hoje em sessão especial para recordar a vida e a obra de um paraibano ilustre: Mons. Eurivaldo Caldas Tavares. Sacerdote exemplar, professor competente, militar fidelíssimo e historiador nato; na sua pessoa conjugavam-se, ao mesmo tempo, a profundidade do pensamento e a simplicidade eloquente das palavras, coisa que, aliás, não se encontra com facilidade. Dizia muito no pouco. Era um homem de gestos simples, mais do que belos discursos. Diferente da memória de muitos homens cuja lembrança desapareceu por trás de suas obras, o Monsenhor Eurivaldo, podemos dizê-lo, é muito maior que suas obras.

A trajetória do Mons. Eurivaldo Caldas Tavares confunde-se com a história recente da Arquidiocese da Paraíba que tinha nele o seu proto-presbítero, isto é, o sacerdote mais velho tanto na idade quanto no tempo de sacerdócio. Confunde-se também com a história desta Academia do qual foi um dos mais insignes e prolíficos membros, ocupando a Cadeira 36, tendo como Patrono Manuel Tavares Cavalcanti e Fundador Maurício de Medeiros Furtado. Não quero me estender aqui sobre os pormenores de sua vida e de suas obras: a História vai encarregar-se desta tarefa. Contudo, há um pormenor de sua preciosa existência que não convém negligenciar e que hoje, nesta Academia, reaparece com maior clareza: o Eurivaldo amante das letras.

Membro de duas famílias mais respeitáveis da Paraíba, o Monsenhor

contava entre os seus ancestrais figuras como Diógenes Caldas e o Dr. Eurípedes Tavares, tendo, por assim dizer, a história no sangue. Paraibano apaixonado, deu sinais desde cedo de uma particular predileção pelo estudo da História e, em particular, da História da sua amada Paraíba. Teve a dita de ascender ao presbiterado aos 4 de março de 1944, data na qual a Diocese da Paraíba celebrava o seu Jubileu Áureo. Por várias vezes teve a ocasião de prestar valiosa colaboração ao estudo da História da Paraíba, como, por exemplo em 1978, durante as comemorações alusivas ao Centenário do nascimento do Presidente João Pessoa e na organização do Arquivo Público Estadual.

Por trás do sacerdote abnegado e do historiador dedicado, estava o homem fino e cortês, calmo e amável que muitos dos senhores que, como eu, tiveram a honra de conviver com Monsenhor Eurivaldo, puderam conhecer. Neste nobre sacerdote, nas suas palavras e no seu comportamento, podia-se facilmente divisar a inteligência privilegiada de uma alma forjada pelo contato constante com a Palavra de Deus e com os Sacramentos que constituíam para ele a força e o vigor na juventude, e, nestes últimos anos, a fortaleza e a fonte de serenidade na velhice. Mais que um homem de letras, mais que um historiador, mais que um militar, Monsenhor Eurivaldo era um homem robustecido pela fé. Com toda a certeza, diante do frio mármore que lhe serve de jazigo, recordávamos a sentença do Apóstolo das Gentes: "Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé. Para mim agora está reservada a coroa da glória que o Senhor, Justo Juiz me dará". (2Tm 4,7-8).

A Paraíba deve ao Mons. Eurivaldo Caldas Tavares o obséquio de perpetuar-lhe a memória para que a juventude, tão carente de referenciais, possa espelhar-se no exemplo de religioso, de cidadão e de homem deste seu grande filho. A Arquidiocese da Paraíba, ainda enlutada pela morte do venerado Monsenhor, agradece profundamente a Academia Paraibana de Letras, na pessoa do seu Presidente, Dr. Damião Ramos Cavalcanti a justa homenagem que esta instituição tributa à memória de um dos seus mais ilustres sacerdotes. A Arquidiocese e a Paraíba não ganharam apenas mais um nome para inscrever na História. Estamos seguros de que, pela vida exemplar do Mons. Eurivaldo, ganhamos no céu um intercessor que velará pelos destinos desta Paraíba que ele tanto amou e pela qual – até o último momento – ofereceu-se no altar de Deus. Muito obrigado.

ENSAIOS E TEXTOS LITERÁRIOS

LEMINSKIANDO...

Elizabeth Figueiredo A. Marinheiro

Hoje amanheci com Paris na cabeça. O imaginário traz de volta o Seminário, ministrado pelo grande mestre *Roland Barthes*, que frequentei no *Collège de France*. Tradução simultânea.

Não conheço todas as suas obras. Mas, em cada livro percebo um outro *Barthes*. Por aí, minha paixão pelo Autor francês.

Esse mestre, ao recusar a ortodoxia, manteve-se aberto ao *novo*. Considero-o, portanto, introdutor da Nova Crítica, na Europa. Em "Elementos de Semiologia" (1) e "Sistema da Moda" (2) a gente ainda encontra sistematizações, rigor e o discurso do método.

A partir das aulas sobre seu livro "S/Z", passei a cultuar outro Barthes: aquele que, largando o discurso do método, oferece o a-sistemático, o prazer, o texto plural, enfim, a Crítica-Escritura.

Recusando dogmas e condenando as intoleráveis esquematizações de Greimas, Barthes defende a "ilegibilidade" na condição de textos não classificáveis, antídoto ao tradicional, ou seja, rupturas do linear e do monovalente para instaurar a renovadora *produção escritural*.

Por consequência, uma Crítica-Escritura devota dos extremos, evasiva, adepta da comunhão com todos os códigos. Nenhuma exclusividade para o verbal. Suas incursões semiológicas abatem "o grau zero" do objeto crítico e minimizam a interdisciplinariedade.

Concordando ou não, acolho o autor de "O Rumor da Língua" nos seus deslocamentos de imagens, no seu lugar vazio. Festa dos signos. Valorização do significante. Pluralidade galática.

Fica seu luminoso apotegma em todos os recantos da Poética:

"Sapientia: nul pouvoir, un peu de savoir, un peu de sagesse, et le plus de saveur possible" (3).

A estética antinormativa, lúdica, transgressora de Roland Barthes

leva-nos a um *breve* giro em torno de poemas de Paulo Leminski, cuja "produção escritural" dispensa nexos de causalidade.

No seu processo de construção/destruição, o malandro curitibano relaxa o mesmo e abraça o excêntrico; dispensa o monologismo e adota o humor carnavalizante; cria fantasmagorias apoiadas num turbilhão de paradoxos, aliterações, trocadilhos, ironia, onomatopeias, além de outros recursos insólitos.

A escritura canibalesca de Paulo permite inúmeras possibilidades de leitura e atravessa um oceano de Teorias-Crítico Literárias. Não ouso ir tão longe...

Contento-me com vincar o sotaque *existencial* e a rentabilidade *minimalista* recorrentes em sua obra.

Mesmo diante da indefinição leminskiana, percebe-se a perquirição do existir, os dilaceramentos do ser. Tecelagens de vida querendo, talvez, uma comunicação com a humanidade.

Ora é o eterno retorno ser/não ser:

"Tudo que me foi dado
Nada me foi tirado
O que um dia foi meu
nunca vai ser passado." (4)

Ora um desenho da *psique* satânica, com o tom transcendente da vida em trânsito.

"lá embaixo
vai ter
o que eu acho" (5)

ou

"vazio agudo
ando meio
cheio de tudo" (6)

Já a poesia miniatural de Leminski não se distancia muito de sua Poética enquanto todo.

Cobrindo uma gama de temas, esse Samurai, com sua inquestionável economia verbal, vai do vulgar ao sublime; da coloquialidade às complexas combinatórias; do humor seco à melancolia burlesca.

Dos estranhamentos visuais, pode emergir o vulgar:

"passos na areia úmida
das aldeias – a última
até as putas são tímidas" (7)

Nesses *haicais* juntam-se o mais e o menos, o ancestral e o moderno, obtendo-se, por este viés, "o máximo de prazer possível". Obtendo-se, igualmente, a voz iconoclástica de um velado ato criador!

"Trevas
Que mais pode ter
um poeta que se preze?" (8)

PAULO LEMINSKI: um neobarroco bárbaro? Ou um Roland Barthes desleiturado? Abertas, minhas leminskianas...

Guabiraba, 12/05/2014

REFERÊNCIAS

1) BARTHES, ROLAND. *Elementos de Semiologia.* São Paulo: Cultrix, 1971.
2) _____. *Sistema da Moda.* Lisboa: Edições 70, 1967.
3) _____. *Leçon.* Paris: Seuil, 1978. p.46
4) LEMINSKI, PAULO. *Leminskiana.* Buenos Aires: Corregidor,2006. p.126
5) _____. Idem. p.120
6) _____. Idem, ibidem. p.120
7) _____. Idem. p.128
8) _____. Idem. p.88

ROTATIVIDADE PARLAMENTAR & LONGEVIDADE POLÍTICA ALTERNATIVAS E CONSTATAÇÕES

Evaldo Gonçalves de Queiroz

1 - ALTERNATIVAS: DA ROTATIVIDADE PARLAMENTAR

1.1 – Efeito das contingências humanas?

Um dos fenômenos eleitorais que tem provocado muita discussão, na opinião pública nacional, é o da rotatividade que tem envolvido os ocupantes dos cargos nas Casas Legislativas, quando das eleições parlamentares.

Os percentuais de renovação vêm alcançando, com pequenas variações, mais de sessenta por cento do total das vagas, o que alcança o total de dois terços dos seus integrantes, independentemente dos vários níveis do Poder Legislativo, ou seja, municipal, estadual ou federal.

Natural que diante de fato tão iterativo, desde que ocorrem sucessiva-mente nas recentes eleições, indagações sucessivas se impõem, bem como interpretações as mais diversas são perfiladas na tentativa de explicação do fenômeno que atinge índices surpreendentes.

Lógico é admitir que a renovação nos quadros políticos, com inevitável reflexo nas casas legislativas e legendas partidárias, é fato comum e rotineiro próprio das práticas democráticas, onde a vontade popular tem se rendido ao processo de mudanças constantes, a cada eleição.

E, convenhamos: é consequência natural da inevitável tendência do comportamento humano, notadamente quando de trata de representação parlamentar, cujo processo de escolha não foge às influências das contingências humanas, bem presentes no ato e no momento da maior importância para a vida do eleitor.

Todavia, quando essa renovação ocorre em cadeia, obedecendo a tendências fortes e uniformes da opinião pública, e assumindo formas de movimento social e político de caráter definitivo, é de bom alvitre que se procure investigar suas causas e acompanhar seus efeitos.

Dir-se-á, com certeza, que, se por um lado, não se constrói democracia sem renovação, por outro, não se pode exigir muito de um

País em que os investimentos feitos na formação de seus quadros dirigentes se mostrem de nenhuma valia. Tal circunstância preocupante é exacerbada com as deficiências presentes no processo educacional brasileiro, onde o povo não recebe ainda a necessária contrapartida do Estado para ascender financeira e culturalmente nas escalas sociais e políticas. Faltam, assim, muitas pré-condições para o exercício pleno do processo de escolha político-partidária, com reflexos negativos no desenvolvimento social e econômico da Nação Por outro lado, nenhum país do mundo, desenvolvido ou em desenvolvimento, suportará perder, a cada eleição, e sem ser penalizado por isso, seus melhores quadros político-administrativos, em termos de liderança, capacidade gerencial, sensibilidade administrativa e comprovado espírito público. São perdas que não se refazem facilmente, e para as quais nenhum povo consciente concorre. Então, desse equilíbrio nos quadros políticos, resultante da necessidade de renovação, através de conquistas sustentáveis em termos de educação e progresso comunitário, por um lado, e o da preservação dos valores incorporados ao seu acervo cultural, por outro, é feita, também, a grandeza da democracia de um povo.

Daí a preocupação legítima em se detectar os motivos determinantes desse processo de renovação exacerbada, quando ela assume foros de fenômeno, e extrapola os limites do previsível e foge ao desejado equilíbrio. Então, é lícito perguntar: trata-se de fenômeno nacional? Até que ponto a desinformação deteriora o exercício do Poder Legislativo? Ademais, as prerrogativas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores foram realmente restabelecidas? Há descasos dos parlamentares com as justas demandas das bases? Até aonde vai a influência do poder econômico nos resultados eleitorais? Há outras causas para esse processo?

Enfim, há uma pletora de alternativas válidas para justificativa do fenômeno da rotatividade no processo eleitoral vigente, sobretudo na área das eleições parlamentares.

Tentemos explorar tão momentoso assunto, adotando-se, como se verá, razões objetivas, e, as mais das vezes, recorrendo-se à forma sumária de sinopse nominativa.

1.2 – Fenômeno nacional?

Assim como é evidente o fenômeno da rotatividade, cada vez mais frequente, no processo de escolha dos titulares dos cargos eletivos, não menos conclusivo é o entendi-mento de que ele, hoje, no País, tem caráter nacional. Ocorre nas eleições municipais, estaduais e federais para todos os

cargos. Não é próprio de regiões ou estados. Acontece em todas as latitudes, sem discriminações. No Congresso Nacional, a renovação dos titulares dos mandatos alcançou o índice de 64% das cadeiras, promovendo uma substituição de lideranças sem prece-dentes. Igual percentual se verifica nas Assembléias Legislativas, fato de relativa gravidade se não tivesse vindo acompanhado do voto em branco e da abstenção, circunstâncias igualmente comprometedoras para o exercício da democracia.

Comporta o fenômeno inúmeros questionamentos, a começar pelo papel da imprensa na veiculação das notícias, envolvendo a atividade parlamentar. Será que o trabalho do Legislativo se resume exclusivamente às decisões do Plenário? Onde está nos espaços na imprensa o trabalho desenvolvido nas Comissões Técnicas do Congresso Nacional, das Assembleias e das Câmaras Municipais? E a luta junto aos Ministérios, Secretarias e órgãos outros do Poder Executivo, visando à captação de recursos federais, Estaduais e Municipais para a construção de obras importantes de interesse das comunidades pobres do interior do País? Tais esforços, diários e persistentes, não aparecem na cobertura habitual dos jornais, gerando um processo de desinformação que estiola a atividade parlamentar e reduz o *seu* titular a um mero expectador dos acontecimentos políticos, deteriorando sua imagem de homem público perante as comunidades votantes.

Não é segredo que, habitualmente, a imprensa dá maior destaque aos fatos desabonadores do Poder Legislativo, cuja vulnerabilidade é de fácil constatação, diferentemente do seu trabalho construtivo, só excepcionalmente realçado. Essa distorção do enfoque tem sido responsável, em grande parte, pelo descrédito do Poder Legislativo, e, por via de conseqüência, de seus integrantes, como um todo.

Estamos esquecidos, quem sabe, de que nada mais representativo da democracia que o Poder Legislativo e a imprensa livre. São instrumentos que se completam na luta pela defesa dos interesses populares. Sem eles não há transparência, nem legitimidade, conseqüentemente, governo democrático.

O que é de se esperar é que não haja privilégios, nem acomodações da imprensa. Muito menos, do Poder Legislativo. Cada um cumpra suas atribuições em termos de fiscalização, reivindicação e de esclarecimento à opinião pública, sem perderem de vista que acima dos demais interesses estão o bem-estar e o desenvolvimento do povo, a que devem servir incansavelmente.

Por outro lado, mesmo na hipótese da existência de possíveis omissões no dever de informar da imprensa, tem o Poder Legislativo exercido suas atribuições, em toda a sua plenitude? Tem esgotado sua

capacidade de fiscalizar os governos e de reivindicar para as comunidades aquilo a que têm direito?

1.3 – Esvaziamento do Legislativo?

É questão relevante aferir o nível de eficiência e desempenho institucional alcançado pelo Poder Legislativo, neste País.

A expectativa gerada no seio do povo é a de que, com a Constituição de 1988, o Parlamento brasileiro recobrara suas prerrogativas e poderes. Inclusive passara a legislar sobre matéria econômico-financeira, emendando o orçamento anual com iniciativas destinadas a ampliar dotações dos Estados e Municípios no atendimento de objetivos comunitários de real interesse público.

A figura do Poder Legislativo, como órgão apenas homologatório das decisões do Executivo, estaria, assim, com a nova ordem constitucional afastada da vida pública nacional. Afinal, seria de pensar na fácil recuperação da independência do Poder Legislativo, superada a antiga fase de sua tradicional ociosidade e esvaziamento de atribuições. Nada mais deprimente para a sua representatividade do que a imagem que lhe foi atribuída, através dos tempos, de mero instrumento de homenagens menores, sem nenhuma ação mais vigorosa em favor de mudanças de que tanto a Nação precisa.

Os Constituintes de 1988 teriam resgatado a credibilidade do Poder Legislativo, devolvendo-lhe os procedimentos de que tinha sido destituído, há já algum tempo?

A rotatividade alarmante constatada em eleições recentes para o Legislativo pode ser fruto desse seu manifesto esvaziamento, ao longo das últimas décadas. Neste entretempo que sucedeu à vigência da nova Constituição não se consolidou ainda a nova imagem do Legislativo, mesmo pelo fato de, logo em seguida, termos eleito um Presidente da República, em processo eleitoral direto, que primou em ocupar todos os espaços com as ações do Executivo, em detrimento das demais.

Impor um desempenho mais eficiente ao Poder Legislativo, inclusive, com o cumprimento de suas atribuições constitucionais, para que não prevaleça a velha imagem de órgão vazio e ocioso, é imperativo para a sua total reabilitação. É natural que tal façanha dependerá de um espaço de tempo necessário a todo um processo de conscientização popular. Não será do dia para a noite que se implantará essa nova realidade, como conhecimento pleno das novas funções do Poder Legislativo brasileiro.

Os efeitos da nova ordem constitucional, transcorridos mais de vinte anos de sua vigência, ainda não se fizeram sentir, em toda a sua plenitude, junto à sociedade civil, quanto à valorização do Poder Legislativo, infundindo uma noção apressada de frustração, o que poderá ser afastada com o decorrer do tempo.

Enquanto isso não acontece, o raciocínio prevalecente de fácil entendimento é o de que, em face da dificuldade de se mudarem as instituições, que se mudem seus integrantes, como tentativa válida para recuperação do prestígio do Poder Legislativo.

Daí,quem sabe, decorre uma das razões da rotatividade de seus titulares, como resultado desse descompasso existente entre o que se faz nas Casas Legislativas e o que espera o povo brasileiro dos responsáveis pela ação parlamentar.

1.4 – Descaso com as bases eleitorais?

A par de todas essas distorções, que têm truncado a ação parlamentar, é indisfarçável o descontentamento reinante nas bases eleitorais, em razão do crescente descaso assumido pela maioria dos que fazem o Poder Legislativo.

As queixas mais frequentes são: ausência prolongada, após as eleições, num atestado de indiferença à sorte dos representados, e consequente ignorância do que se passa nas bases, robustecendo o entendimento de que ao candidato só interessaram os votos. Outra: os mandatos legislativos são, as mais das vezes, utilizados para fins outros que não aqueles que devem nortear a ação parlamentar, ou seja, o bem comum e o interesse público.

Essa distância estabelecida entre o mandatário e o eleitor tem propiciado o descrédito cada vez maior da atividade parlamentar, favorecendo a rotatividade dos mandatos.

A correção desse distanciamento só se dará na medida em que o ato de votar seja dado em função de compromissos assumidos diretamente com as lideranças, e, concomitantemente, com as respectivas comunidades, antes das eleições, e que envolvam os seus superiores e gerais interesses. Enquanto as comunidades, através de suas lideranças, não se impuserem aos seus eventuais representantes, criando uma relação de trabalho produtivo para todos, a que estes se sintam presos no decorrer do exercício do mandato legislativo, tal descaso e distanciamento fatalmente ocorrerão, com prejuízos para todos.

Importa dizer: o voto haverá de ser sempre instrumento de

promoção social, e o mandato legislativo, em qualquer nível, não pode se revestir de outra conotação, tornando-se ilegítimo e ineficaz no caso de desvio no respectivo desempenho.

A responsabilidade de quem vota é ditada pelo compromisso de mudança social. Nunca pelo interesse próprio ou de grupos. Muito menos, interesses momentâneos, de poucos, com os quais, quase sempre, são sacrificadas conquistas permanentes e duradouras em favor de muitos.

Curioso é que, no nosso sistema eleitoral, não há a figura do "arrependimento eficaz", ou seja, o poder de revogação do mandato, antes do seu término, na hipótese de frustração de expectativas. Há de se esperar, no mínimo, quatro anos para a renovação da oportunidade para uma nova escolha. Essa rotatividade compulsória, com certeza, seria evitada com a adoção de certas cautelas na escolha do representante, frustradas estas os mandatos poderiam ser sumariamente cassados, mediante provocação de determinado número de eleitores, devidamente fundamentada.

Em outros países já são adotadas tais práticas, como nos Estados Unidos com a vigência do "recall", ou seja, a possibilidade de substituição de mandatários infiéis por explícita violação aos compromissos de campanha. No fundo, porém, tal prática resultaria em rotatividade.

Depois, é de tal relevância e complexidade o desempenho parlamentar, que não se justifica aumentar-lhe a faixa de risco, improvisando-se titulares para essas responsabilidades, como se fosse lícito brincar de democracia.

Não há como negar que há descasos e desídias no cumprimento de tarefas parlamentares. Todavia, não é lícito generalizar imputações, nem tampouco atribuir toda responsabilidade ao processo de escolha, exclusivamente. A eficiência da ação parlamentar haverá de ser a somação de inúmeras variáveis, e, sem dúvida, não se compadecerá com o descaso e o desprezo às bases eleitorais. A convivência e interação do representante com seus representados são condições indispensáveis ao êxito do exercício do mandato parlamentar. Igualmente, cabe às bases conscientizarem-se do trabalho prestado por seus mandatários, recondu-zindo-os tantas vezes que comprovarem eficiência e fidelidade aos compromissos assumidos. Mudar por mudar é tão leviano quanto não mudar, quando a mudança se faz necessária.

Ademais, há quem diga que os eleitores têm os representantes que merecem, seja no Executivo ou no Legislativo, donde a conclusão de que se processos escusos são usados para a obtenção dos votos, salvo casos de fraude ou má fé, por parte das lideranças, acumpliciadas com os seus candidatos, dificilmente os votantes poderão se eximir de culpas ou responsabilidades.

Daí por quê já houve quem dissesse que, se a Democracia é o regime de maior representatividade da vontade soberana de povo, eduquemos o Soberano. Resultado lógico se há algum tipo de comprometimento no ato de votar, certamente o eleitor estará igualmente comprometido.

1.5 – Influências econômicas?

Dessa análise que se está procedendo para constatação das causas dessa reconhecida e expressiva renovação dos mandatos eletivos, a influência do poder econômico nos resultados das eleições é fator mais que condicionante. Tem sido decisivo, possibilitando a conquista de cadeiras no Congresso Nacional, todas ocupadas por mandatários comprometidos com interesses outros que não os nacionais ou os do seu Estado.

Evidente que a ninguém é lícito querer excluir da vida pública nacional segmentos importantes da nacionalidade, representados por todos quantos produzem riquezas neste País. O Congresso Nacional há de ter um perfil represen-tativo da sociedade brasileira, como um todo. Por natureza, o Poder Legislativo reflete as forças vivas da Nação, e há de se revestir desses perfis multifacetados de que é feita a gente brasileira.

Legítima, pois, a representação porventura existente no Congresso Nacional, oriunda das elites econômicas deste País, como, de resto, são legítimas tantas quantas ali representem outros setores da sociedade brasileira.

Todavia, quando recursos financeiros são utilizados para distorcer e viciar o processo eleitoral, através do aliciamento direto ao eleitor, corrompendo-lhe a consciência e a vontade, desaparece a legitimidade da representação. E, o que é pior: a rotatividade, então, se opera, prejudicando a permanência no Congresso Nacional de mandatários que já, certamente, estariam ali em nome dos interesses superiores de seus representados. Ao invés dos compromissos gerais com a comunidade, prevalecerão os interesses pessoais ou de grupos.

Além do mais, os eleitos pela influência do dinheiro jamais se consideram com obrigações de desempenho favorável aos que porventura neles tenham votado. O mandato fica definitivamente alienado, e, noutra eleição, com certeza, os clientes desse malfadado comércio, serão outros. A rotatividade não se verifica somente quanto à titularidade do mandato. Estende-se às áreas de atuação dos prepostos do poder econômico.

Como se vê, todo o processo eleitoral fica viciado e seus resultados seria-mente comprometidos e deteriorados. E o pior é que as vítimas dessa ação nefasta são os carentes de todo gênero, presas fáceis das seduções inerentes às vantagens passageiras. Consequentemente se privam dos

benefícios permanentes e definitivos que poderiam advir de mandatários comprometidos com o seu destino e de suas dificuldades, em termos de investimentos seguros e permanentes destinados ao seu bem-estar.

No final, pagam um alto custo social toda comunidade ou grupo de pessoas que se deixam influenciar por esse tipo de aliciamento, extremamente danoso e alienante.

Poderá alguém dizer que não só o dinheiro corrompe o processo eleitoral. Há outras formas, igualmente poderosas, que pervertem o processo eleitoral brasileiro. Seria o caso do empreguismo e do clientelismo, sob as mais variadas formas com que se apresentam. São instrumentos de profundas distorções nos resultados proclamados no final de cada eleição.

Não se pode, na realidade, deixar de reconhecer que estamos muito longe dos padrões ideais, em termos de politização e educação política. Saber escolher bem as pessoas certas e capazes para representar superiormente os interesses coletivos é tarefa difícil e desafio para algumas porvindouras gerações

O importante é não substituir representantes responsáveis e comprometidos com o interesse público por outros motivados tão somente pelo interesse econômico, transformando o mandato em instrumento de enriquecimento pessoal ou de grupos. Nesse caso, a rotatividade é eminentemente nociva ao interesse público, quando resultado do reconhecido poder corruptor do dinheiro. Não há democracia que resista a tanto despudor. No Brasil, nas últimas eleições, os responsáveis por essa corrupção ficaram conhecidos como "doleiros", tal a repugnância que suas ações malfazejas inspiravam.

O banimento dessa prática no processo eleitoral brasileiro é dever de todos para que salvemos a Democracia.

1.6 – Outras Influências?

Natural que à medida que o tempo passa e novas constatações aconteçam no processo das escolhas dos eleitos, este recebem influências diversas de acordo com as conjunturas impostas pelos fatos, contingências essas que devem ser consideradas na apreciação das causas que determinam a maior ou a menor rotatividade eleitoral.

Na tentativa de explicitar, cabe a alusão ao processo eleitoral vigente durante o Império e a Primeira República, no Brasil, quando as escolhas dos eleitos para os Conselhos Provinciais ou para as Assembleias republicanas recebiam influência direta das práticas impostas pelo regime vigente,ou seja, a prevalência da norma geral que restringia o exercício do

voto aos integrantes da Igreja Católica, diante de sua vinculação ao Império, bem como existiam precondições ditadas pela situação econômico-financeira do eleitor. Essas exigências respondem pela presença de grande número de padres católicos na vida pública brasileira. Eles atendiam a dois requisitos: sabiam ler e deviam obediência ao regime absolutista vigente. Por outro lado, a seleção imposta pela situação econômico-financeira justificou a presença nos Conselhos Provinciais de proprietários rurais e criadores de gado, situação que iria sofrer mudanças quando da instauração da República.

Quando da Primeira República, já o Brasil sofria a influência da presença dos bacharéis em Direito, pela existência das primeiras Faculdades e retorno de brasileiros de Universidades europeias, o que naturalmente os colocava à frente das decisões políticas brasileiras. Também, já se registra a presença dos médicos nos Parlamentos da época, seja em nível das unidades federativas, seja no plano federal.

Essa simples amostragem de como o processo eleitoral recebe influências diretas do sistema político em vigor e do maior ou menor grau de educação dos votantes, autoriza a se corroborar antiga tese de que "se o povo é soberano devemos educar o soberano", como já foi explicitado.

Essas explicações se impõem para nos convencermos de que as causas desse fenômeno da rotatividade eleitoral é matéria de difícil diagnóstico e mais difícil ainda de receber prognósticos definitivos e permanentes, tal a sua versatilidade e diferenciação de comportamento.

2 – CONSTATAÇÕES: DA LONGEVIDADE POLÍTICA

2.1 – A Paraíba no Império

Mesmo com as restrições impostas pelos dispositivos constitucionais de 1824, constantes de uma Constituição imposta pelo Império absolutista português, a Paraíba teve ativa participação nas suas atividades políticas, durante toda a sua vigência, escolhendo seus representantes nas diversas legislaturas, eleitas para integrar o Conselho Provincial, a cada ano, até a instauração da nova ordem constitucional de 1991, por conta da implantação da República no Brasil. Muitos desses representantes do tempo do Império tiveram sua ação política-partidária continuada, através de seus descendentes, dando origem a inúmeras lideranças políticas, ainda hoje presentes no processo eleitoral do Estado, transcorridos quase dois séculos do seu início com a 1ª. Legislatura de 1835 a 1836.

Pela total impossibilidade de citar os nomes de todos os seus integrantes, = foram 27 legislaturas, - destacaremos aqueles que lembrem ligações familiares com os agentes políticos, atuais ou recentes, quer junto ao Poder Legislativo Estadual, quer perante o Senado e a Câmara Federal, à guisa de justificativa para as prováveis causas das respectivas longevidades no processo eleitoral, em nosso Estado.

Então, citemos: José Antônio Marques Mariz da Silva Guimarães, Antônio Tomaz de Luna Freire, Leonardo Bezerra Cavalcanti, Bento da Costa Vilar, Francisco Tavares Benevides, Manoel Correia Lima, Benedito Marques da Silva Acauã, José Joaquim de Sá Benevides, José Lucas de Souza Rangel, Luiz Cavalcanti Burity, Bernardino José Limeira, Maximiano Lopes Machado, Francisco Pinto Pessoa, Manoel Florentino Carneiro da Cunha, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, ChrispimAntônio de Miranda Henriques, João Dantas de Oliveira, Elias Elíaco Elizeu da Costa Ramos, Irineu Ceciliano Pereira Joffily, José Tavares da Cunha Melo, João de Albuquerque Maranhão, Abdon Felintho Milanês, João Lourenço Porto, Luiz Ferreira Maciel Pinheiro, João Agripino de Vasconcelos Maia, João de Lira Tavares e Manoel Florentino Carneiro da Cunha.

Foram lideranças que se formaram, dentre muitas outras, com participação ativa na vida política da Paraíba, dando a sua valiosa contribuição à instauração de uma nova ordem política, o Império brasileiro, que, não obstante limitar os poderes da cidadania quanto à capacidade da escolha de seus representantes ao impor-lhes limites de atuação, a verdade é que se davam, com eles, os primeiros passos em busca de um regime mais representativo da vontade popular, o que só adveio mais precisamente com a República, a partir de 1889.

Foram todos eles, os citados, ao lado de inúmeros outros seus contemporâneos de aspirações, verdadeiros precursores de novos tempos para o Brasil, que, além de terem dado sua colaboração pessoal, deixaram exemplos de civismo para a posteridade, como veremos.

Estas referências ligeiras, em detrimento de muitas outras relativas aos fatos e nomes presentes à época, inclusive, com importante atuação junto aos quadros dirigentes daquele regime, em termos nacionais, se destinam simplesmente a despertar o interesse de quantos desejem aprofundar a matéria, através de estudos mais extensos e de pesquisas mais apuradas. O que move o autor é motivar discussões que o tema comporta e suscita, para um trabalho de maior fôlego intelectual, a cargo de outros interessados, tarefa a que o autor não se aventura a fazer por conhecer seus limites.

2.2 – Destaques:Assembleias Provinciais, 3 ou + mandatos

Durante esse período, mais precisamente de 1835 até 1889, o então Conselho Provincial se reuniu em 27 legislaturas, com seus representantes escolhidos segundo as disposições do Ato Adicional de 12 de agosto de 1934, reformando a Carta outorgada em 1823, instaurando-se então o regime das Assembleias Provinciais, tendo sido a Paraíba, pelas suas condições econômicas e populacionais, contemplada em sua Assembleia Provincial com 28 deputados, eleitos a cada ano.

Destaquemos, dentro das precondições estabelecidas para se aferir o conceito de longevidade política, os que integraram as Assembleias Provinciais, com três ou mais mandatos. Foram eles: Antônio Marques da Silva Guimarães; Manoel Carneiro da Cunha; João de Albuquerque Maranhão; Antônio Thomaz de Luna Freire; André Albuquerque Maranhão Júnior; Leonardo Bezerra Cavalcanti; Henrique da Silva Ferreira Rabello; Francisco José Meira; Manoel Jácome Pessoa; Joaquim Avandano; José Lucas de Sousa Rangel; Francisco Tavares Benevides; Balduino José Meira; José Cavalcanti Albuquerque Buriti; Maximiano Lopes Machado; Francisco Antônio de Albuquerque; Francisco Pessoa; Chrispim de Miranda Henriques; Elias Eliseu da Costa Ramos; Evaristo Gouveia; Claudino Bezerra Cavalcanti; Juvino Limeira Dinoá; Ildefonso Ayres de Albuquerque; Irineu Ceciliano Joffily; Bento Viana; Francisco Félix Vilar de Carvalho; José Joaquim de Sá Benevides; e Bernardino José Limeira. Dentre eles, houve os longevos dos longevos, ou seja, os que obtiveram seis ou mais mandatos: Irineu Ceciliano Joffily; Chrispim de Miranda Henriques; Francissco Antônio de Albuquerque; José Lucas de Sousa Rangel. Francisco José Meira; e Manoel Carneiro da Cunha.

2.3 – A Paraíba na Primeira República

Se, por um lado, é fácil conjecturar sobre as diversas causas determinantes da rotatividade dos mandatos, no Poder Legislativo, por outro, a permanência por longo período na representação política, por parte de poucos titulares do Congresso Nacional, é matéria para análise mais aprofundada e mais complexa.

Em princípio, essa longevidade política arrostou as seguintes forças adversas: desinformação sistemática sobre a atuação dos respectivos titulares; incompreensões muitas vezes generalizadas das bases sobre o trabalho parlamentar; enfim, influência perturbadora do poder econômico

e acidentes perigosos de percurso próprios do exercício de uma atividade política altamente aleatória.

Resistir a todo esse arsenal de adversidade é coisa muito parecida com as epopeias heroicas, de que estão prenhes as culturas clássicas greco-romanas. Efetivamente não é fácil. Diria até que não é obra de um homem só. Superar essa verdadeira corrida de obstáculos é tarefa sobre-humana.

Mas o fato é que existem esses super-homens que superam suas próprias limitações e se sobressaem pela longevidade política, não obstante os entreveros a que são submetidos. É também fenômeno nacional, não estando circunscrito a essa ou aquela unidade federativa, apesar de se constituir em fato raro, a pouco e pouco, fadado a se tornar espécie em extinção.

À guisa de amostragem, destaquemos no caso da República na Paraíba, dividindo sua história, para efeito didático, em três períodos: o da chamada Primeira República, ou seja, de 1891 a 1930; o de uma retrospectiva a partir de 1930; e dos quadros recentes e atuais até 2015. Enfim, são mais de cem anos da República Constitucional Brasileira, sem contar os hiatos autoritários.

Nesse período de mais de um século de representação popular, na Paraíba, o que deve ter ocorrido, ***mutatis mutandis***, com as outras unidades federativas, poucos foram os homens públicos que ultrapassaram o terceiro mandato legislativo. Todos quantos o fizeram, ainda hoje estão na memória do povo paraibano, citados sem recursos a fontes bibliográficas, tal a evidência das suas presenças na vida pública paraibana.

É opinião induvidosa, entre todos os nossos Historiadores, que quando a República foi proclamada, em 1889, não havia quem a recebesse na Paraíba. Há até um fato curioso: quando, nesse ano, o Conde D'Ëu visitou o nosso Estado em propaganda antirrepublicana o Barão do Abihai o saudou dizendo: "Quando mesmo a República domine em toda a parte, a Paraíba estará firme ao lado do Trono". É ponto pacífico, igualmente, que enquanto D. Pedro II esteve no Brasil, mesmo depois da proclamação da República, na Paraíba, o então dirigente da Província, Francisco Luiz da Gama Rosa, entendeu que a Monarquia continuaria em vigor.

Coube a Eugênio Toscano de Brito organizar o novo Governo republicano na Paraíba, constituindo uma Junta somente de civis, que não teve o apoio dos militares que formaram outra, sob o comando do Coronel Honorato Caldas, que, por sua vez, foi substituído por Venâncio Neiva, segundo orientação do então Ministro da Guerra.

Cumpre-nos, de imediato, antes mesmo dos destaques, citar alguns nomes que engrandeceram as primeiras Assembleias Constituintes da República, de 1891 a 1894, quando alguns deles vão, a partir daí, fazer a

História da Paraíba. São eles: João Marques da Silva Mariz, Flávio da Silva Maroja, João Pereira de Castro Pinto, Christiano Lauritzen, João Tavares de Melo Cavalcanti, João Lourenço Porto, Jose Antônio da Cunha Lima, Waldredo Leal, Manoel Florentino Carneiro da Cunha, Chateaubriand Bandeira de Melo, Juvino Limeira Dinoá, Francisco Duarte dos Santos, Francisco Duarte Lima, José Pereira Lima, Carlos Pessoa, Irineu Joffily, Acácio e Argemiro Figueiredo, Miguel Sátyro e Sousa, dentre outros ilustres paraibanos.

2.4 – Destaques da la. República: 3 ou + mandatos

Quanto aos destaques da Primeira República, sobressaem-se, de imediato, a figura do Presidente Epitácio Pessoa, que além do mandato de supremo mandatário, foi Senador por dois mandatos e Deputado Federal de 1890 a 1893, exercendo uma militância política na Paraíba por exatas três décadas. Pelo fato de ter sido Presidente da República, Epitácio Pessoa deve figurar nesta relação sem imposição de qualquer limite quantos aos mandatos exercidos, como Senador e Deputado Federal. Seguem-lhe, como longevos, com três ou mais mandatos: o Senador João Coelho Gonçalves Lisboa; Walfredo Soares dos Santos Leal; Cláudio Oscar Soares; Simeão Leal; Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques; Manoel Tavares Cavalcante, Antônio Marques da Silva Mariz; e Francisco Camilo de Holanda; Octacílio de Albuquerque; Antônio Massa; José de Almeida Barreto e Pedro da Cunha Pedrosa, José Antônio da Cunha Lima, Castro Pinto e João Suassuna. Ainda se destacam como longevos nesse primeiro período da República, com três ou mais mandatos: Apollônio Zenaide Peregrino de Albuquerque; João Lourenço Porto; Waldevino Lobo Ferreira Maia; Antônio Gomes e Silva; Manoel Dantas Correia de Goes; Graciliano Fontino Jordão; Inácio Evaristo Monteiro Sobrinho; Augusto Alfredo Botelho; José Campelo de Albuquerque Galvão; Francisco Antônio de Araújo Pereira; João Leite Ferreira Primo; Augusto Freire Balthar; Francisco Seráphico da Nóbrega; Inácio Cirillo de Sá; João Lourenço Porto; Miguel Sátyro e Sousa; Heretiano Zenayde Peregrino de Carvalho; Ernani Lauritzen e José Pereira Lima.

São esses os longevos de mandatos legislativos, na Paraíba, durante as quatro décadas da Primeira República. Deles, três apenas podem ser considerados os mais longevos por terem alcançado a soma de seis ou mais mandatos, Foram: Antônio Simeão Leal. Inácio Evaristo Monteiro Sobrinho e Joaquim Ciryllo de Sá, merecendo uma segunda citação por terem conseguido superar as adversidades de sucessivas reeleições.

No final, tentaremos adicionar alguns comentários sobre as condições em que tal longevidade se processara, a título de melhor esclarecimento.

São estes os parlamentares, com três ou mais mandatos, nos quase cinquenta anos de duração da Primeira República, considerando-se o período decorrente de 1889 até 1938, quando foram realizadas 12 legislaturas, incluindo-se as duas Assembleias Constituintes que antecederam as reuniões ordinárias. É de se registrar, fato curioso, que houve uma maior rotatividade eleitoral, comparando-se os dados do período do Império.

Causas as mais diversas podem ter gerado essa maior movimentação no preenchimento das cadeiras na área Legislativa. Podem ter concorrido para essas mudanças alguns dos fenômenos que apresentamos no capítulo inicial, destinado à explicação das constantes alterações dos nossos quadros, junto ao Poder Legislativo nos seus vários níveis.

Importante é não fugirmos das constatações impostas pela realidade oferecida na composição dos representantes escolhidos de acordo com o processo eleitoral vigente, sem contrariarmos a verdade histórica.

2.5 – Destaques: Senado Federal, (1930/2015)

No período que se seguiu à Primeira República, com a redemocratização do País, o processo eleitoral brasileiro mudou profundamente. O voto passou a ser direto e secreto e se institucionalizou a Justiça Eleitoral, com a responsabilidade de colher e apurar os sufrágios dos eleitores, previamente selecionados, segundo critérios de idade e grau de instrução. Acabara-se com a chamada eleição a "bico de pena" e os partidos políticos passaram a ser fiscalizados pela Justiça Federal.

Então, começava-se uma nova etapa da história política do País, da qual participaram expressivamente, através de vários mandatos, na Paraíba, eminentes figuras, cuja citação se impõe.

Pela ordem cronológica, se destacam antes do Golpe de 1937, com a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, aparecem dois eminentes paraibanos: José Américo de AImeida, senador em 1935, candidato à Presidência da República, frustrado em seus justos intentos pelo golpe do Estado Novo. Foi Senador em 1946, Governador da Paraíba e Ministro de Estado duas vezes, é referência obrigatória na história política da Paraíba. Em seguida, impõe-se citar o Senador José Gaudêncio Corrêa de Queiroz, Senador em 1930 e Deputado Federal de 1951 a 1955, chefe de um clã político que vai ter presença marcante em várias legislaturas no plano estadual e federal. Avulta como novo líder, Ruy Carneiro, o campeão,

com quatro mandatos de Senador, e Deputado Federal em 1935, seguindo-se: Argemiro de Figueiredo, com dois mandatos de Senador e um de Deputado Federal, tendo sido governador da Paraíba, no final da década de trinta; Francisco de Assis Chateau-briand Bandeira de Mello, Senador de 1953 a 1955; Domício Gondim Barreto, Senador de 1971 a 1979; João Agripino Filho, Senador de 1963 a 1966 e Deputado Federal por quatro mandatos, ou seja, de 1945 a 1963, tendo sido Governador da Paraíba, de 1966 a 1970; Milton Bezerra Cabral, Senador de 1971 a 1986 e Deputado Federal de 1963 a 1967, ocupando a Cadeira de Governador do Estado, sucedendo a Wilson Leite Braga; Humberto Lucena, Senador de 1979 a 1995 e Deputado Federal de 1959 a 1971 e de 1975 a 1979; Marcondes Gadelha, Senador de 1983 a 1991 e Deputado Federal de 1971 a 1983,1998 a 2002, e 2003 a 2006; Antônio Mariz Marques, Deputado Federal em quatro legislaturas, ou seja, de 1971 a 1983 e de 1987 a 1991, Senador eleito em 1991; Ivandro Cunha Lima, eleito suplente, assumiu a titularidade com a morte de Ruy Carneiro, e se elegeu deputado Federal em 1994 e em 1998, sendo atualmente suplente do Senador Cássio Cunha Lima; Ronaldo Cunha Lima, senador de 1994 a 1992 e deputado federal em 2002 e 2006; Cicero Lucena; Cassio Cunha Lima e Antônio Vital do Rego Filho, integram o Senado Federal, atualmente, cujos mandatos, o primeiro irá até 2015 e os dos outros dois se estenderão até 2019. Os dois últimos também integraram a Câmara dos Deputados, respectivamente, em 1986 e 2006.

Estes os que compuseram e compõem o Senado Federal, e , antes ou depois, igualmente, exerceram mandatos de deputados federais, com três ou mais mandatos.

2.6 – Destaques na Câmara: 3 ou + mandatos

Os destaques, agora, para os mais longevos na Câmara dos Deputados, sem perderem, é claro, sua condição de congressistas, como o são os senadores. Com três ou mais mandatos, sobressaem-se: Samuel Duarte, inclusive ocupou com destaque a Presidência da Câmara; João Úrsulo Ribeiro, Plínio Lemos, Antônio da Costa Gomes, José Joffily, Francisco Teotônio Neto, Álvaro Gaudêncio Filho, Lúcia Braga, Damião Feliciano, Enivaldo Ribeiro, Armando Abílio, Wellington Roberto, tendo sido este eleito suplente de senador, em 1994; Damião Feliciano e Luiz Couto,

Há, na história da Câmara dos Deputados, em período recente, casos raros de longevidade política, no que tange à representação da Paraíba no cenário legislativo nacional, e/ou estadual e municipal. Por essa

excepcional situação merecem novas citações, os ilustres Deputados Ernani Ayres Sátyro e Sousa, Janduhi Carneiro, Marcondes Gadelha, Wilson Leite Braga, Antônio Vital do Rego, Petrônio Ramos Figueiredo, Ronaldo Cunha Lima, Joacil de Brito Pereira, Antônio Mariz Marques da Silva, José Targino Maranhão; Adauto Pereira e Humberto Lucena. Ou seja, todos contam com três ou mais mandatos legislativos, somando mais de 20 anos de presença nos Legislativos, Estadual ou Municipal. O primeiro, Ernani Ayres Sátyro e Sousa, constituinte de 1946, conseguiu estender seu mandato até o ano de 1971, ininterruptamente, além de ter sido deputado estadual, e constituinte, em 1934. Retornou à Câmara dos Deputados em 1976, ficando até 1986, pelo fato de ter se afastado, nesse período, para ser governador da Paraíba, de 1971 a 1976; o segundo, Janduhi Carneiro, também recordista de mandatos legislativos na Câmara Federal, com 32 anos ali, sem ter somando a esse total qualquer outro período legislativo; Marcondes Gadelha, com seis mandatos de deputado federal e um de Senador da República; Wilson Leite Braga, foi governador do Estado da Paraíba, depois exerceu o mandato de vereador em João Pessoa e o de Prefeito da Capital, contando dois de deputado estadual e seis de deputado federal; Ronaldo Cunha Lima, além de Governador, foi vereador em Campina Grande, deputado estadual por dois mandatos, dois mandatos de deputado federal e um de Senador; Antônio Marques da Silva Mariz, Governador da Paraíba, com três mandatos de deputado federal e um de Senador da República; José Maranhão, igualmente Governador da Paraíba, com três mandatos de deputado estadual, três de deputado federal e um mandato de Senador da República; Adauto Pereira, com seis mandatos de deputado federal; Humberto Lucena contabiliza um mandato de deputado estadual, três de deputado federal e dois de Senador da República.

Constituem todos esses nossos representantes nas nossas Casas Legislativas exemplos de longevidade política a comprovar que no processo político e eleitoral da Paraíba há lugar para a honra, o trabalho construtivo, o espírito público e a probidade administrativa, Merecem, por isso, a admiração permanente dos paraibanos, de todos os tempos, pela relevante circunstância de que souberam ser competentes na gestão da coisa pública, sem se preocuparem com as suas conveniências pessoais.

Se me fosse lícito um registro especial seria para Janduhi Carneiro e Ernani Sátyro por terem alcançado uma longevidade de mais de trinta anos somente no exercício da deputação federal, sem terem ido ao Senado da República, o que acontecera com Wilson Leite Braga que, mesmo tentando, não lhe foi dada a chance de integrar a Alta Câmara do Congresso Nacional,

embora tenha percorrido todas as demais instâncias democráticas: vereador, *prefeito*, deputado estadual, deputado federal e governador do Estado.

Sob essa ótica de quem, na Paraíba, até hoje, tendo percorrido todos esses caminhos, e, por isso, merecer menção especial, é Ronaldo Cunha Lima: foi vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador da República, faltando-lhe somente a presidência do Executivo Federal.

Vejamos, agora, os longevos da Assembleia Legislativa.

2.7 – Destaques: Assembleia, 3 ou + mandatos

Desta feita, a vez é dos longevos na Assembleia Legislativa da Paraíba, nos últimos cinquenta e oito anos, de 1947, da 1ª. até a atual, 17ª. legislatura, que termina em 2015, num total de quase sessenta parlamentares, detentores da cobiçada marca de ocuparem a Casa de Epitácio Pessoa por três ou mais mandatos legislativos, escolhidos ou não em eleições consecutivas, e que deixaram registrados nos anais daquele Poder presenças expressivas de trabalho e devotamento às causas do povo paraibano.

É de se constatar, por outro lado, que muitos dos nomes que serão citados, têm relação de parentescos com muitos dos que apareceram nas galerias da representação popular da Paraíba, seja no Império, na República, no Senado ou na Câmara de Deputados, a assinalar uma identificação das mesmas lideranças, atravessando os tempos, de geração para geração.

São destaques: João Feitosa Ventura; Antônio Nominando Diniz; Clovis Bezerra Cavalcanti; Antônio de Paiva Gadelha; Álvaro Gaudêncio de Queiroz; Severino Bezerra Cabral; José Fernandes de Lima; Inácio José Feitosa; Tertuliano Correia Brito; Pedro Moreno Gondim; Agnaldo Veloso Borges; Américo Sérgio Maia; Francisco Pereira Vieira; Carlos Pessoa Filho; Wilson Leite Braga; Afonso José Gayoso; José Targino Maranhao; Joacil de Britto Pereira; Francisco Souto; José Pereira da Costa; Aloysio Pereira Lima; Nivaldo Brito; José Cavalcanti; José Braz do Rego; Severino Ramalho Leite; Egídio Silva Madruga; Waldir dos Santos Lima; José Lacerda Neto; José Lyra; Octávio Mariz Maia; Inácio Bento de Morais; Luiz Ferreira Barros; Edvaldo Motta; Francisco de Assis Camelo; Múcio Wanderley Sátyro; Edme Tavares; Jonas Leite Chaves; Orlando Cesar de Almeida; Inácio Pedrosa; Antônio Leite Montenegro; Evaldo Gonçalves de Queiroz; José Soares Madruga; Manoel Alceu Gaudêncio; Nilo Feitosa Ventura; Afrânio Bezerra; Aércio Pereira; Nivaldo Brito; Fernando Milanez; Francisca Motta; Laércio Pires de Souza; José Aldemir

Meirelles, Lindolfo Pires, Olenka Maranhão; Francisco de Assis Quintães; Arthur Cunha Lima; Iraê Lucena; Gervásio Maia Filho; Trócolly Júnior; Antônio Nominando Diniz Filho; Zenóbio Toscano de Oliveira, Djaci Brasileiro; Valdecir Amorim Rodrigues; Antônio Vital do Rego Filho; Walter Brito e Sebastião Tião Gomes Pereira.

Merecem destaque, por questão de justiça, e do mesmo modo como acontecera com os congressistas federais: na Assembleia Legislativa da Paraíba, houve os mais longevos dos longevos, e, por isso, terão agora seus nomes repetidos: foram: José Fernandes de Lima, José Lacerda Neto, Francisco Pereira Vieira, Clovis Bezerra Cavalcanti, Antônio Nominando Diniz, Álvaro Gaudêncio de Queiroz, Américo Maia, Aloysio Pereira Lima, Egídio Silva Madruga, Inácio Bento de Morais, Edvaldo Mota, Múcio Sátyro e Nilo Feitosa, todos com seis ou mais mandatos.

2.8 – Constituintes Federais de 1891/1934/1946/1988

Antes de prosseguir na citação dos congressistas, tendo em vista à sua longevidade política, como representantes da Paraíba, após a vigência da atual Constituição brasileira, em se tratando de momentos excepcionais no nosso Processo Político-Eleitoral, é oportuno, pela importância da presença histórica, um destaque para os constituintes paraibanos nas Constituintes de 1891/1934/1946 e na última de 1988, por entender que tal circunstância empresta aos seus titulares, independentemente do número de mandatos obtidos, antes ou depois delas, uma longevidade, em termos de representação política, igual ou superior a quantidade dos mandatos para os quais tenha sido eleitos, desaparecendo a importância dessa soma por uma outra muito maior: a atribuição especial e direta de delegado dos eleitores para discutir e votar, por eles, na formulação e vigência de normas duradouras que presidirão o funcionamento da República brasileira e seus Entes Federados.

Prestemos aqui justas homenagens, como ditame da gratidão que deve nortear a nossa convivência democrática. Foram eles:

Quanto à presença da Paraíba na Constituinte de 1891, um paraibano ilustre figurou na Mesa do Senado Federal como 3°. Secretário, o senador Tenente Coronel João Soares Neiva, assinando a Constituição de 1891, ao lado de Epitácio da Silva Pessoa, Pedro Américo de Figueiredo, Antônio Joaquim do Couto Cartaxo, José de Almeida Barreto, Firmino Gomes da Silveira, João Baptista de Sá Andrade, Primeiro-Tenente João da Silva Retumba.

Todos os constituintes paraibanos citados tiveram renome nacional, sendo que Epitácio da Silva Pessoa, por ter sido Presidente da República e Jurisconsulto, ouvido e respeitado, em Tribunais brasileiros e estrangeiros, seu nome granjeou prestígio internacional, o mesmo ocorrendo com o Pintor Pedro Américo de Figueiredo, que pela sua obra artística invulgar, obteve, igualmente, fama além das fronteiras pátrias.

Os demais tiveram sucessos profissionais nas mais diversas áreas em que atuaram, sem, contudo, alcançarem o nível dos dois ilustres paraibanos, ambos, merecidamente, Patronos da Academia Paraibana de Letras. Tendo ambos ali, como fundadores e sucessores, respectivamente, Francisco Lima, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque, Geraldo Magela e Ângela Bezerra de Castros, Horácio de Almeida, José Joffly e Evaldo Gonçalves de Queiroz.

Subscrevendo a Constituição de 1934, de 16 de julho, avultam os ilustres paraibanos, Virgínio Velloso Borges, Herectiano Zenaide, Odon Bezerra Cavalcanti, José Pereira Lira e Irineu Joffily, sendo que estes três últimos, além de constituintes, foram, respectivamente, Interventor da Paraíba, Chefe da Casa Civil do Presidente Dutra e Historiador responsável pela edição de uma das mais prestigiosas Histórias da Paraíba. Por essa razão, Irineu Joffily é igualmente Patrono da cadeira no. 18, da Academia Paraibana de Letras, tendo como Fundador e sucessores, os seguintes ilustres paraibanos: Mauro Luna, Epaminondas Câmara, Claúdio Santa Cruz, Altimar Pimentel e José Nêumanne Pinto.

Com relação à Constituição Democrática de 1946, seguida à de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, que instaurou o chamado Estado Novo, a Paraíba escolheu pelo voto uma representação das mais ilustres, impondo-se ao cenário nacional, a partir daí, como valorosos parlamentares, respeitados pela nova ordem constitucional brasileira, muitos dos quais figuram na relação dos mais longevos da nossa história político-eleitoral.

Foram eles: Adalberto Barreto, Wergniaud Wanderley, Argemiro de Figueiredo, João Agripino Filho, João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, Ernani Ayres Sátyro e Sousa, Plínio Lemos, Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega e Osmar de Aquino. Uma simples leitura nos permite, de logo, concluir que, dentre tantos nomes de prestígio nacional, três deles ocuparam o Governo da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, João Agripino e Ernani Sátyro, e os demais marcaram presença em várias legislaturas do Congresso Nacional, seja no Senado ou na Câmara Federal.

Enquanto isso, Wergniaud Wanderley ocupou a Prefeitura Municipal de Campina Grande fazendo uma administração revolucionária, em termos de reforma e planejamento urbanos. E Plínio Lemos, além de

vários mandatos de deputado federal, foi eleito Prefeito daquela cidade, deixando o seu nome ligado a vários empreendimentos na área da educação e da saúde.

Depois da Constituição de 1946, a partir de 1964 foram outorgados vários Atos Institucionais e até outros denominados de Emendas Constitucionais, estes referendados pela Mesa do Senado Federal, da qual faziam parte, como senadores eleitos, Ronaldo Cunha Lima, Milton Cabral e Marcondes Gadelha, da bancada paraibana, num processo de abertura democrática que afinal desembocou na Constituinte de 1988, que deu origem à Constituição Federal, ainda em vigor.

Esta, por sinal, a última Assembleia Nacional Constituinte, cuja Constituição, apelidada por Ulysses Guimarães de Cidadã, a Paraíba escolheu e mandou os seguintes representantes: Adauto Pereira; Agassis Almeida; Aluizio Campos; Antônio Mariz; Cássio Cunha Lima; Edme Tavares; Evaldo Gonçalves de Queiroz; Humberto Lucena; João Agripino Neto; João da Mata; José Maranhão; Lúcia Braga; Marcondes Gadelha; e Raimundo Lira.

Dessa relação de constituintes da Assembleia Nacional de 1987, dentre os quinze, três se elegeram, depois, governadores do Estado da Paraíba: Antônio Mariz, Cássio Cunha Lima e José Maranhão, o que representou um percentual alto de distinção popular, tendo ainda nos deputados Lúcia Braga e Marcondes Gadelha dois fortes candidatos, em eleições bem disputadas para o mesmo cargo, sem, contudo, obterem o objetivo colimado.

De todos os nomes integrantes das Assembleias Constituintes citadas, três deles conseguiram ser eleitos para o Senado da República, antes ou depois de terem exercidos o cargo de Governador da Paraíba: Ronaldo da Cunha Lima, José Maranhão e Ruy Carneiro, depois de cumprir seus períodos no Executivo, e Antônio da Silva Mariz e Milton Cabral, antes de suas eleições para governador do seu Estado. Tentarem, e não conseguiram êxito nas mesmas postulações, Wilson Leite Braga e Ivan Bichara Sobreira, sendo que Ernani Sátyro e Tarcísio Burity, merecidamente, aspiraram essa elevada investidura na Câmara Alta da República, sendo que as circunstâncias conspiraram contra eles, impossibilitando-os de tentarem sequer suas respectivas eleições, embora os dois ilustres paraibanos tivessem histórico eleitoral que, de sobejo, os recomendaria.

2-9 – Constituintes Estaduais: 1891/1892/1935/1947/1988

Durante o Império no Brasil, de 1808, com a chegada de João VI, até a proclamação da República, em 1889, por força do próprio regime autoritário e absolutista em vigor, não se registrou nenhuma Assembleia Constituinte, dentro do espírito democrático imposto ao ocidente pela Revolução Francesa, em 1789. Somente, com o advento do regime republicano é que começamos a trilhar nos caminhos da implantação de um sistema político em que o povo dele poderia participar, através da escolha popular. Esperamos, assim, cem anos para que pudéssemos usufruir, ainda de forma tímida, os efeitos benéficos dos ideais democráticos;

Diante dessas restrições absolutistas somente a partir de 1824, através de Ato Adicional de 12 de Agosto, foi reformada a Carta outorgada em 1823, criando as Assembleias Legislativas Provinciais e suas atribuições, limitadas a sugerir e propor, sem qualquer poder deliberativo, tendo ficada a Paraíba com apenas 28 deputados, cuja Primeira Legislatura ocorrera de 1835 a 1836, seguindo-se mais 26, num total de 27 Legislaturas, sucedendo aos Conselhos Gerais da Província, em todo o período do Império no Brasil.

Os destaques dos nomes feitos no subcapítulo de no. 2-1, foram extraídos da relação dos representantes da Paraíba nesses quase sessenta anos de Legislaturas Provinciais, numa tentativa de comprovar, inegavelmente, com o surgimento de algumas das principais lideranças políticas daquela época, presentes nos períodos posteriores de mais de cem anos de República, com a instauração da nova ordem democrática no País, dando origem a longevidade eleitoral, até hoje preservada na vida política estadual.

O fato é que só tivemos mesmo Assembleias Constituintes Estaduais, a Primeira, a partir de 1891, dissolvida em seguida, e convocada outra em 1892. Foram seus integrantes: Abdias da Costa Ramos; Amaro Gomes Carneiro Beltrão; Anésio Augusto de Carvalho Serrano; Antônio Gervásio Alves Saraiva; Antônio Gomes de Arruda Barreto; Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcelos; Antônio Marques da Silva Mariz; Antônio Massa; Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques; Antônio Carlos de Amorim Garcia; Augusto Emílio da Fonseca Galvão; Christiano Lauritzen; Ernesto Augusto da Silva Freire; Flávio Ferreira da Silva Maroja; Francisco Alves de Lima Filho; Francisco Alves da Nóbrega; Francisco Olavo de Medeiros; Francisco Xavier Júnior; João Guarberto Gomes de Sá; João Pereira de Castro Pinto; Joaquim Gonçalves Rolim; José Cavalcanti de Arruda Câmara; José Herculano Bezerra Luna; José Lopes Pessoa da Costa; Manoel da Fonseca Xavier de Andrade; Manuel Ildefonso de

Oliveira Azevedo; Maximiano José de Inojosa Varejão; Pedro da Cunha Pedrosa; Vicente Saraiva de Carvalho Neiva.

Dissolvida essa Primeira Constituinte, fora convocada outra, em 1892, que não repetiu nenhum dos nomes constantes da primeira Assembleia, tendo sido os novos constituintes: Abdon Odilon da Nóbrega; Antônio Ayres de Melo; Antônio Bernardino dos Santos Júnior; Antônio de Andrade Antunes Meira Henriques; Apolônio Zenaide Peregrino de Albuquerque; Ascendino Cândido das Neves; Augusto Alfredo de Lima Botelho; Augusto Gomes e Silva; Bellarmino Alvares da Nóbrega Pinagé; Bento José Alves Viana; Chateaubriand Bandeira de Melo; Felizardo Toscano Leite Ferreira; Francisco Emídio Paes Barreto; Gercino Martins de Oliveira Cruz; João Lourenço Porto; João Tavares de Mello Cavalcanti; José Antônio Maria Cunha Lima; José Fernandes de Carvalho; José Joaquim do Rego Barros; Jovino Limeira Dinoá; Manoel Dantas Correia de Góes; Manoel Florentino Carneiro da Cunha; Miguel Santa Cruz de Oliveira; Pedro Baptista Gomes de Barros; Pedro Velho do Rego Mello; Prudêncio Cotegipe Milanez; Rodolpho Galvão; Thomaz de Aquino Mindello; Valdevino Lobo Ferreira Maia; e Walfredo Soares dos Santos Leal

Sabemos, principalmente nós paraibanos, que de 1930 até 1935, houve um hiato institucional, em virtude de movimento insurrecional, de âmbito nacional, somente interrompido com a Constituição Federal, de 16 de Julho de 1934, que, por sua vez, autorizou eleições para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas estaduais, tendo a primeira caráter de Constituinte, que, na Paraíba, se reuniu com tais atribuições em 1935, tendo dela participado: Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro; Alcindo Medeiros Leite; Aloísio Afonso Campos; Américo Maia de Vasconcelos; Antônio Pinto de Oliveira; Celso Matos Rolim; Delfino Costa; Emiliano Gomes da Nóbrega; Ernani Ayres Sátyro e Sousa; Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega; Fernando Pessoa; Francisco de Paula e Silva; Francisco Duarte Lima; Francisco Seráphico da Nóbrega; João de Sousa Vasconcelos; José Antônio Ferreira da Rocha; José de Sousa Maciel; José Francisco de Sousa Cavalcanti; José Peregrino de Araújo Filho; José Rodrigues de Aquino; José Targino; José Tavares de Melo Cavalcanti; Lauro dos Guimarães Wanderley; Miguel Severino Bastos Lisboa; Newton Nóbrega de Lacerda; Odilon da Silva Coutinho; Octávio Teodoro de Amorim; Pedro Ulisses de Carvalho; Raymundo Viana de Macedo; Raphael Sebas; Severino de Albuquerque Lucena; Tertuliano Correia da Costa Brito.

É fato conhecido que a nova ordem constitucional somente vigorou até 1937, quando Getúlio Vargas, ao seu bel talante, outorgou mais uma Carta instaurando o chamado Estado Novo, tão discricionário quanto os

demais, impostos sem a participação da vontade popular, o que só se verificaria, posteriormente, com a Constituição de 1947, cujos Constituintes aqui na Paraíba foram: Álvaro Gaudêncio de Queiroz; Ageu de Castro; Antônio Batista Santiago; Antônio Bezerra Cabral; Antônio de Paiva Gadelha; Antônio Nominando Diniz; Antônio Pereira de Almeida; Balduino Minervino de Carvalho; Bernardino Soares Barbosa; Clóvis Bezerra Cavalcanti; Djalma Leite Ferreira; Flávio Ribeiro Coutinho; Francisco Seráfico da Nóbrega Filho; Hiati Leal; Hildebrando de Assis; Inácio José Feitosa; Isaias Silva; Ivan Bichara Sobreira; Jacob Guilherme Frantz; João Feitosa Ventura; João Fernandes de Lima; João Guimarães Jurema; João Lelis de Luna Freire; João Santa Cruz Oliveira; José de Sousa Arruda; José Fernandes Filho; Luiz Gonzaga de Oliveira Lima; Lindolfo Pires Ferreira Júnior; Odon Bezerra Cavalcanti; Osvaldo Pessoa Cavalcanti; Otacílio Nóbrega de Queiroz; Octávio Teotoro de Amorim; Pedro Augusto de Almeida; Pedro Moreno Gondim; Praxedes da Silva Pitanga; Renato Ribeiro Coutinho; Severino Ismael de Oliveira; e Tertuliano Correia da Costa Brito.

Em 1967, depois dos atos institucionais impostos pelo arbítrio instalado em 1964, o Governador de então, João Agripino Filho, enviou para apreciação da Assembleia daquela época um Projeto de Constituição que, afinal, aprovado, passou à História como a de 12 de maio de 1967, imposta e promulgada nos mesmo moldes da Constituição Federal do mesmo ano.

Somente voltamos a ter uma Constituinte eleita, e uma Constituição elaborada pela nossa Casa Legislativa, em 1988, ainda hoje em vigor, cujos constituintes estaduais foram: Ademar Teotônio Leite; Aércio Pereira Lima; Afrânio Bezerra Cavalcanti; Aloysio Pereira Lima; Antônio Augusto Arroxelas; Antônio Ivo de Medeiros; Antônio Medeiros; Efraim de Araújo Morais; Egídio Silva Madruga; Enivaldo Ribeiro; Ernani Moura; Fernando Paulo Carrilho Milanez; Francisco Evangelista de Freitas; Francisco Vieira Pereira; Jader Soares Pimentel; João Fernandes da Silva; João Máximo Malheiros; José Aldemir Meirelles; José Carlos Candeia Pereira; José Fernandes de Lima; José Lacerda Neto; José Luiz Maroja; José Otávio Maia; José Soares Madruga; Judivan Cabral; Leonel Medeiros; Manoel Alceu Gaudêncio; Múcio Wanderleu Sátyro; Nilo Feirosa; Oildo Soares; Pedro Adelson; Pedro Medeiros; Péricles Vilhena ; Severino Ramalho Leite; Vani Braga; e Waldir Bezerra Cavalcanti.

2.10 – Senado e Câmara: de 1990/2015

As causas políticas e sociológicas que determinam a substituição de lideranças, bem como sua permanência na vida pública, são as mais

diversificadas e complexas. Não podemos nos ater a critérios fixos e imutáveis, nem muito menos ditar regras definitivas sobre a matéria.

Poder-se-á dizer que, há cinco décadas, o processo eleitoral era mais tranquilo, e se desenrolava com mais regularidade e segurança, sem os imprevistos que o caracteriza agora. Ou seja, antes havia mais longevidade do que rotatividade, na atividade política. Os termos da equação, hoje, estão invertidos.

Vejamos o caso da Paraíba: na Câmara dos Deputados, a partir de 1990, desde que na eleição anterior de 1986 foram eleitos os deputados que serviram à Constituinte, visando à elaboração da nova Carta Magna de 1988, A estes preferimos cita-los todos no capítulo, a seguir, que reservamos para uma análise dos deputados e senadores paraibanos que foram distinguidos com essa missão especial e superiormente honrosa de subscreverem a Constituição Cidadã, no dizer de Ulysses Guimarães, juntamente com os demais, por ocasião de outras Constituintes, desde a Primeira República.

Todavia, relacionaremos, a partir de agora, os deputados federais e senadores, eleitos em 1990, e seus continuadores na missão de representar a Paraíba no Congresso Nacional. Deputados: Efraim Morais, Lúcia Braga. Ivan Burity, Ivandro Cunha Lima, Rivaldo Medeiros, Antônio Vital do Rego,Adauto Pereira, Evaldo Gonçalves de Queiroz, José Maranhão,Francisco Evangelista, José Luiz Clerot, e Moreira Lustosa. Senador: Antônio Marques da Silva Mariz.

Para a legislatura que começou em 1994, foram eleitos: para a Câmara Federal, Cássio Cunha Lima, Wilson Leite Braga, Gilvan Freire, Ivandro da Cunha Lima, Jose Luiz Clerot, Armando Abílio, Adauto Pereira, Efraim Morais, Álvaro Neto, Enivaldo Ribeiro, José Aldemir e Roberto Paulino. Para o Senado Federal se elegeram Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena. É de se ressaltar, nessa eleição parlamentar, a força política do ex-governador Ronaldo Cunha Lima, que saído do Governo do Estado, eleito em 1990, conseguia se eleger Senador, mais o irmão Ivandro Cunha Lima, que já tinha estado no Senado, em substituição ao Senador Ruy Carneiro, e seu filho, Cássio Cunha Lima, para a Câmara Federal, que anteriormente tinha sido Deputado Constituinte em 1986, interrompendo esse mandato para ser Prefeito em Campina Grande, e voltava em 1994 para a Câmara Federal.

Ainda conseguira eleger para o Senado Humberto Lucena, então Presidente do PMDB paraibano, que durante esse seu mandato de senador, fora escolhido, em duas oportunidades, Presidente do Congresso Brasileiro,

fato inédito nos Anais Políticos da Paraíba e que pela relevância do cargo é motivo, agora e sempre, de orgulho para todos os paraibanos.

Nas eleições parlamentares de 1998, a Paraíba elegeu para a Câmara Federal, Wilson Leite Braga, Damião Feliciano, Inaldo Leitão, Efraim Morais, Ricardo Rique, Domiciano Cabral, Enivaldo Ribeiro, Carlos Dunga, Marcondes Gadelha, Adauto Pereira, Armando Abílio e Avenzoar Arruda, enquanto para o Senado Federal se elegeu Ney Suassuna

Por sua vez, quando das eleições para a Câmara Federal, em 2002, integraram seus quadros: Wilson Santiago, Ronaldo Cunha Lima, Benjamim Maranhão, Carlos Dunga, Armando Abílio, Luiz Couto, Wellington Roberto, Adauto Pereira, Enivaldo Ribeiro, Lúcia Braga, Domiciano Cabral e Fhilemon Rodrigues.

Por sua vez, para o Senado da República foram eleitos, José Maranhão e Efraim Morais, o primeiro tendo, nos cinco anos anteriores, ocupado o Palácio da Redenção, na condição de Vice-Governador eleito, em substituição ao titular, Governador Antônio da Silva Mariz, prematuramente falecido.

Por força do calendário eleitoral, em 2006, elegeram-se para a Câmara Federal: Antônio Vital do Rego Filho, Wilson Santiago, Rômulo Gouveia, Efraim Morais Filho, Manoel Júnior, Wellington Roberto, Ronaldo Cunha Lima, Wilson Leite Braga, Luiz Couto, Damião Feliciano, Armando Abílio e Marcondes Gadelha. Para compor a nossa representação no Senado Federal, a Paraíba elegeu Cícero Lucena, anteriormente ocupando as funções de Vice-Governador, tendo assumido a titularidade, quando do afastamento do Governador Ronaldo Cunha Lima e a Prefeitura Municipal de João Pessoa por dois mandatos consecutivos.

Igualmente, num dos seus intervalos, como representante da Paraíba no cenário nacional, Wilson Leite Braga elegeu-se Prefeito de João Pessoa, depois de ter passado por sua Câmara de Vereadores, voltando agora para deputado estadual, numa vitoriosa rodada de ocupação de cargos públicos eleitorais, no seu Estado, todos escolhido em eleições diretas.

Finalmente, nas últimas eleições de 2010, foram eleitos representando a Paraíba na Câmara Federal: Wellington Roberto, Ruy Carneiro, Manoel Júnior, Wilson Santiago Filho, Luiz Couto, Romero Rodrigues, Benjamim Maranhão, Agnaldo Ribeiro, Damião Feliciano, Efraim Filho, Hugo Motta e Nilda Gondim, esta filha do ex-governador e ex-deputado federal e estadual, Pedro Moreno Gondim, avô do atual senador eleito, Antônio Vital Veneziano Filho e do atual Prefeito de Campina

Grande, Veneziano Vital do Rego, cujo pai, Antônio Vital do Rego foi deputado estadual e federal, em várias legislaturas.

Para o Senado Federal, em 2010, estão representando a Paraíba Cássio Cunha Lima e Antônio Vital do Rego filho, anteriormente citados, num desempenho que sugere uma natural longevidade na política da Paraíba por representarem forças eleitorais já consolidadas no Estado, como veremos, a seguir, com as conclusões deste trabalho, numa tentativa de resumir as considerações expostas, a título de justificação dos fenômenos da rotatividade e da longevidade na trajetória do processo eleitoral, através das nossas últimas décadas.

2 – 11 Assembleia Legislativa: 1990/2015

Igualmente, para evitar omissões indesejadas, assim como fora feito com os parlamentares federais, vamos repetir os nomes dos deputados estaduais eleitos nas eleições de 1990 a 2010. Foram eles, na 12ª. Legislatura, de 1991/1995: Aércio Pereira de Lima; Afrânio Atayde Bezerra Cavalcanti; Álvaro Gaudêncio Neto; Aloysio Pereira Lima; Antonio Ivo de Medeiros; Antônio Nominando Diniz Filho; Armando Abílio Vieira; Arnóbio Alves Miranda; Carlos Marques Dunga; Deusdédit Queiroga Filho; Djaci Farias Brasileiro; Egídio Silva Madruga; Fernando Rodrigues de Melo; Francisco Lopes da Silva; Gervário Bonavides Mariz Maia; Gilvan da Silva Freire; João Bosco Carneiro; José Ademir Pereira Morais; José Feliciano Filho; José Lacerda Neto; Lauri Ferreira da Costa; Levi Olinto Ferreira; Múcio Wanderley Sátyro; Nilo Feitosa Mayer Ventura; Pedro Adelson Guedes dos Santos; Roberto Lopes Burity; Robson Dutra da Silva; Sebastião Tião Gomes Pereira; Simão de Almeida Neto; Tarcíio Marcelo Barbosa de Lima; Terezinha Lins Pessoa; Valdeci Amorim Rodrigues; Vani Leite Braga; Walter Correia de Brito Filho; Zenóbio Toscano de Oliveira; 13ª. Legislatura, de 1995/1999: Aércio Pereira de Lima; Antônio Ivo de Medeiros; Antônio Nominando Diniz Filho; Ariano Mário Fernandes Fonseca; Aristóteles Tota Agra; Carlos Marques Dunga; Djaci Farias Brasileiro; Eurídice Moreira; Estefânia Pedrosa Maroja; Fernando Rodrigues de Melo; Francisca Gomes de Araújo Motta; Francisco Lopes da Silva; Gervásio Bonavides Mariz Mais; Gilbran Gaudêncio Asfora; Inaldo Rocha Leitão; João Estrela; José Domiciano Cabral; José Lacerda Neto; José Luiz Júnior; José Ademir Pereira de Morais; José Romero de Almeida Ferreira; José Wilson

Santiago; Lindolfo Pires Neto; Luiz Albuquerque Couto; Neto Franca; *Padre Adelino*; Nilo Feitosa Mayer Ventura; Roberto Pedro Medeiros; Sebastião Tião Gomes Pereira; Tarcísio Telino de Lacerda; Valdecir Amorim Rodrigues; Vani Leite Braga; Vital do Rego Filho; Walter Correia de Brito; Zenóbio Toscano de Oliveira. 14ª. Legislatura: 1999/2003: Antônio Nominando Diniz Filho; Francisca Motta; Roberto Pedro Medeiros; Valdecir Amorim Rodrigues; Sargento Dênis; Francisco de Assis Quintães; Ademir Morais; Lindolfo Pires Neto; Carlos Mangueira; Walter Brito; João Paulo; Estefânia Maroja; João da Penha; Antônio Vital Filho; Olenka Maranhão; Zenóbio Toscano de Oliveira; Gervásio Bonavides Mariz Maia; Luiz Couto; João Fernandes; Socorro Marques; Arthur Cunha Lima; Iraê Lucena; Aércio Pereira de Lima; Ricardo Coutinho; Frei Anastácio Ribeiro; Lúcia Braga; Ariano Fernandes; Zarinha Leite; Rômulo Gouveia; Robson Dutra; José Lacerda Neto; Djaci Brasileiro; Sargento Dênis; Sebastião Tião Gomes; Ariano Fernandes. 15ª. Legislatura, de 2003/2007: Aguinaldo Ribeiro; Antônio Mineral; Ariano Fernandes; Arthur Cunha Lima; Biu Fernandes; Djaci Brasileiro; Edina Wanderley; Francisco de Assis Quintães; Fabiano Lucena; Fábio Nogueira; Francisca Motta; Frei Anastácio Ribeiro; Gervásio Maia Filho; Gianinna Farias; Iraê Lucena; Jacob Maciel; João Bosco Carneiro da Cunha; José Aldemir Meirelles; Jose Lacerda Neto, Lucinha Monteiro; Manoel Ludgério; Manoel Júnior; Olenka Maranhão; Pastor Fausto; Roberto Pedro Medeiros; Ricardo Coutinho; Rodrigues Soares; Rômulo Gouveia; Ruy Carneiro; Sebastião Tião Gomes Pereira; Trócolli Júnior; Valdecir Amorim; Antônio Vital Filho; Walter Brito; e Zenóbrio Toscano. 16ª. Legislatura, de 2007/2011: Arthur Cunha Lima; Abmael de Sousa Lacerda; Aguinaldo Ribeiro; Antônio Pereira Mineral Neto; Arnaldo Monteiro Costa; Branco Mendes; Carlos Batinga; Carlos Marues Castro Júnjor; Dinaldo Medeiros Wanderley; Fabiano Lucena; Flaviano Quinto; Francista Motta; Francisco de Assis Quintães; Gervário Agripino Maia; Guilherme Almeida; Humberto Trocolli Júnior; Iraê Lucena; Ivaldo Medeiros de Morais; Jacob Maciel; Jeová Vieira Campos; João Gonçalves; João Henrique de Sousa; José Aldemir Meirelles; Leonardo Gadelha; Lindolfo Pires Neto; Manoel Ludgério; Márcio Roberto; Maria do Socorro Marques; Nivaldo Manoel; Olenka Maranhão; Ricardo Luiz Barbosa de Lira; Raniere Paulino; Rodrigo Soares; Ruy Manoel Carneiro Barbosa e Zenóbio Toscano de Oliveira. 17ª. e última Legislatura, de 2011/2012: Adriano Galdino; André Gadelha; Aníbal Marcolino; Anísio Maia; Antônio Mineral Neto; Arnaldo Monteiro; Branco Mendes; Caio Roberto; Damiella Ribeiro; Doda de Tião; Domiciano Cabral; Edmilson

Soares; Eva Gouveia; Francisca Motta; Frei Anastácio Ribeiro; Genival Matias; Gervásio Maia Filho; Gilma Germano; Guilherme Almeida; Janduhy Carneiro; João Gonçalves; João Henrique; José Aldemir Meirelles; Léa Toscano; Lindolfo Pires Neto; Luciano Cartaxo; Manoel Ludgério; Márcio Roberto; Olenka Maranhão;Raniere Paulino; Ricardo Macelo; Sebastião Tião Gomes; Toinho do Sopão; Humberto Trócolli Júnior; Vituriano de Abreu; Wilson Leite Braga.

Como vimos, até agora, muitos estão candidatos à longevidade parlamentar dos três mandatos, esperando-se que todos possam alcançar e ultrapassar essa cobiçada marca de permanência na vida política da Paraíba.

3 – LIDERANÇAS CONSOLIDADAS OU EMERGENTES

3.1 – Campina Grande

De uma constatação a História Política da Paraíba não poderá se afastar: pelos fatos destacados, até agora, a Paraíba, nesse período de três gerações, apresenta lideranças consolidadas e lideranças emergentes, em seus quadros eleitorais, tendo em vista suas regiões político-eleitorais. Hoje, Campina Grande surge com duas forças políticas consolidadas: de um lado o Senador Cássio Cunha Lima, detentor de dois mandatos de deputado federal, dois de Governador do Estado, dois de Prefeito daquela cidade e, atualmente, Senador da República em início de mandato. Do outro lado, tendo a mesma fonte, Argemiro de Figueiredo, avultam o Senador Antônio Vital do Rego Filho, antes vereador, deputado federal e estadual, e o atual Prefeito Veneziano Vital do Rego, no seu segundo mandato de Prefeito Municipal, tendo já exercido mandato de vereador, bem em Campina Grande, filhos do líder, Antônio Vital do Rego, deputado federal e estadual pela Paraíba e descendente direto do valoroso líder, Argemiro de Figueiredo, que ainda dessa mesma procedência mantém um Neto, Guilherme Almeida na Assembleia Legislativa, sucedendo ao seu pai nesse cargo, Orlando Almeida, procedente de outra fonte política, pura e admirada por todas as gerações paraibanas, Elpídio de Almeida, que governou Campina Grande, em dois mandatos, e representou a Paraíba na Câmara dos Deputados. Ainda, dessa mesma vertente, Petrônio Ramos Figueiredo se elegeu deputado estadual e federal por várias legislaturas e um filho de Argemiro Figueiredo, Argemiro Filho, se elegeu vereador em Campina Grande.

Curioso é que mesmo com origens comuns, essas atuais forças políticas, de um lado, os Cunha Lima, e do outro, os Vital do Rego, estão

disputando, hoje, palmo a palmo, a liderança política majoritária de Campina Grande, tendo tido em Ronaldo Cunha Lima o divisor dessas lideranças. Ele, Ronaldo Cunha Lima, foi Prefeito daquela cidade por dois mandatos e Governador da Paraíba, ocupando de vereador a senador todos os cargos eletivos intermediários, sendo a maior referência eleitoral campinense Dessa mesma vertente, como forças emergentes, despontam, Rômulo Gouveia, ex-vereador, deputado estadual e federal, e atual Vice-Governador da Paraíba e Romero Rodrigues, atual deputado federal, e ex-deputado estadual e ex-vereador, em Campina Grande.

Arthur Cunha Lima, embora eventualmente afastado por ser Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, portanto de férias eleitorais, elegeu-se, como representante dessa poderosa vertente política, deputado estadual e foi eleito Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba.

Por outro lado, os Vital do Rego, mesmo procedendo da mesma fonte de Argemiro de Figueiredo que os Cunha Lima, a partir de Antônio Vital do Rego, houve uma somação ao prestígio político, através de sua aproximação com outra liderança, ao tempo, de nível estadual e nacional, ao se tornar genro do Ex-Governador Pedro Gondim, que antes já tinha exercido as funções de deputado estadual por várias legislaturas no Estado, e, depois de Governar a Paraíba, foi eleito deputado federal. Firmou-se então aí uma parceria que responde hoje, também, pelo prestígio político dos seus sucessores, inclusive a eleição de sua filha, Nilda Gondim, para a Câmara Federal, genitora dos dois, Vital Filho e Veneziano do Rego. Do ponto de vista geográfico, mesmo que Pedro Moreno Gondim não tenha tido muita influência em Campina Grande, por ter sua liderança localizada mais em João Pessoa e no Brejo paraibano, diretamente está presente na consolidação do prestígio político dos dois atuais familiares.

3.2 – Sertão

Se observarmos o cenário do sertão paraibano, poderemos arrolar como forças políticas consolidadas: embora desaparecido, há pouco tempo seu maior representante muito bem o ilustre deputado federal Adauto Pereira, que sucedeu ao seu irmão Ademar Pereira e ao seu Pai, Francisco Pereira Vieira, no exercício da liderança não só de sua terra natal, Pombal, mas de inúmeros outros municípios sertanejos, ou em seu derredor, somando mais de dez mandatos legislativos, contabilizando os anteriores exercidos por seus antecessores.

Antes dos Pereira, Pombal já comparecia forte com lideranças consolidadas, através da presença exuberante de Ruy Carneiro no cenário

estadual e federal, governando o Estado da Paraíba e cumprindo quatro mandatos consecutivos de Senador da República, seguido de Janduhi Carneiro, também com 32 anos de presença atuante na Câmara dos Deputados, e de Antônio Carneiro Arnaud, detentor do mandato de Prefeito de João Pessoa e de um mandato de Deputado Federal, emergindo, agora, essa liderança nas pessoas de Ruy Carneiro, atual deputado Federal, depois de um mandato de deputado estadual, hoje, substituído ali pelo atual deputado estadual, de um novo líder com o ilustre nome do seu antecessor, Janduhy Carneiro.

Como forças emergentes em Pombal, poderiam ser destacadas as presenças do dr. Verissínho, ex-deputado, ao lado do ínclito ex-deputado estadual e ex-prefeito, Atêncio Wanderley e de Aércio Pereira de Lima, igualmente representando aquela comunidade por mais de três mandatos de deputado estadual.

Cajazeiras que ensinou a Paraíba a ler, também, detêm uma tradição forte em termos de lideranças políticas, desde João Jurema, passando pelos Rolim, até hoje, com forças emergenciais que respondem pela sua presença na política do Estado: Tarcísio Telino, Epitácio Rolim, Francisco Rolim, Edme Tavares e. mais recentemente, o ex-Prefeito Carlos Antônio, além dos deputados José Aldemir Meirelles, longevo em termos de mandatos, tendo inclusive atuado na Câmara Federal e Vituriano Abreu, atual deputado estadual e do ex-deputado Jeová Campos, os dois últimos representando bem os superiores interesses da terra de Pe. Rolim perante o governo do Estado.

Já salientamos as lideranças, igualmente sertanejas, de Janduhi Carneiro e Ernani Sátyro, respectivamente, em Pombal e Patos, o primeiro representando muito bem o legado do Governador e Senador Ruy Carneiro, e o segundo, em nome da liderança anteriormente exercida por seu pai, Miguel Sátyro e Sousa, e seu irmão, Firmino Leite, além da presença de seu sobrinho Múcio Sátyro e seu primo José Gayoso na Assembleia Legislativa da Paraíba.

A liderança de Ernani Sátyro em Patos foi sucedida pela atual força consolidada de Edvaldo Motta e Francisca Motta, detentores ambos de uma dezena de mandatos legislativos, surgrindo como lideranças emergentes, Hugo Motta e o atual Prefeito, Nabor Wanderley, por dois mandatos, e do ex- Prefeito e ex-deputado Inaldo Wanderley, mesmo um tanto quanto distante, mantêm laços familiares com os Sátyro. Também, nesse quadro, se pode muito bem incluir a liderança do dr. Olavo Nóbrega, que disputou várias eleições e foi deputado federal, como Drualt Ernani, eleito Senador, Bivar Olinto e José Tota, Francisco Soares, José Cavalcante e Gilvan Freire, todos se elegeram deputados estaduais, tendo Gilvan

Freire sido Presidente da Assembleia por um período e deputado federal.

Inegável, hoje, a liderança consolidada, em termos de sertão da Paraíba, do atual Deputado Federal, Wellington Roberto, que emprestou seu nome para suplente de senador na chapa de Humberto Lucena, em 2002, e continua presente no Congresso Nacional, tendo agora eleito seu filho, deputado estadual, e é presidente, no Estado, do Partido Republicano.

Estão consolidadas, atualmente, as lideranças, naquela região, sobretudo em Sousa, dos Gadelha, desde o tempo de Antônio de Paiva Gadelha e José Gadelha, cujos ancestrais e sucessores, foram e são líderes políticos e detentores de mandatos legislativos, a exemplo de Nias, Doca, Paulo, Salomão Gadelha, e, o vitorioso, mais do que todos, Marcondes Gadelha, que, inegavelmente, empresta o seu nome com o peso de mais de cinquenta por centos de todos os mandatos exercidos pela família Gadelha, em nome da Paraíba, sucedido hoje na Câmara Federal por seu filho Leonardo Gadelha. Como forças emergentes, teríamos o deputado Lindolfo Pires, que representa hoje na Assembleia Legislativa, com mais de três mandatos seu avô, Lindolfo Pires, também longevo na Assembleia Legislativa da Paraíba, o Prefeito Fábio Tyrone, o deputado estadual e federal, Inaldo Leitão, os Prefeitos João Estrela e Gilberto Sarmento, este tendo sido deputado estadual por várias legislaturas. Destes, Inaldo Leitão foi Secretário de Estado e Presidente da Assembleia Legislativa.

Ao se falar em lideranças consolidadas, em Sousa, justos e merecidos registros se impõem, envolvendo a incontestável longevidada política de Antônio Mariz Marques da Silva, Deputado Federal, Senador da República, Governador do Estado da Paraíba, Secretário do Governo João Agripino e Prefeito de sua cidade, berço de seu ilustre pai, Antônio Marques Maia Mariz, deputado da Constituinte da Primeira República e presença marcante na Assembleia Legislativa da Paraíba, onde pontificou por vários mandatos.

Como líder desse mesmo clã político, pelo muito que representou a Paraíba, nos cenários estadual e federal, mesmo sem aparecer com os nomes de Maia, Mariz e Vasconcelos, João Agripino Filho pelo governo que realizou, por sua presença em Brasília, como deputado federal, Ministro e Senador da República, e, sobretudo, pelo prestígio moral de que gozou perante a Nação, compõe, juntamente com Ruy Carneiro e Ernani Sátyro, por si, seus antecessores e sucessores políticos, sem discussão, os três maiores políticos da Região.

Inegável, que João Agripino Filho, mesmo sem o desejar, e após o seu falecimento, ainda foi capaz de referendar o nome de João Agripino Neto para a Câmara Federal, tendo sido ali deputado constituinte, e disputou,

em 1994, a eleição para o Senado pela Paraíba, não obtendo, contudo,êxito em suas pretensões. Seu irmão, Gervásio Maia, se elegeu mais de três vezes deputado estadual e presidiu a Assembleia Legislativa da Paraíba, tendo capital político para prosseguir na sua trajetória eleitoral se não tivesse sido surpreendido por morte repentina. Hoje, seu filho, deputado estadual Gervário Maia Filho continua a sua luta, representando lideranças políticas das áreas polarizadas por Catolé do Rocha. Dali, igualmente, teve assento na Assembleia Legislativa da Paraíba, Francisco Evangelista de Freitas, que, inclusive, disputou e venceu eleição para a Câmara Federal.

Em meio a tanta liderança consolidada, também com origem sertaneja, porém, originária do Velho Piancó guerreiro, e tornando-se igualmente político estadual e federal, impõe-se a citação de Wilson Leite Braga, recordista de mandatos populares, de deputado estadual, a federal, Governador do Estado da Paraíba, Vereador e Prefeito de João Pessoa e partícipe do sucesso político de sua esposa, Lúcia Braga, igualmente, titular de mandatos estaduais e federais, somados, os dois ultrapassam cinquenta anos de representação popular, com excelentes serviços prestados á Paraíba, sendo em termos individuais, e maior liderança política consolidada no Estado, tendo sido ainda responsável por quatro mandatos exercidos na Assembleia Legislativa por sua irmã, Vani Braga.

Impossível não citar, como procedentes do velho Piancó, Praxedes Pitanga, Balduino Minervino de Carvalho, Antônio Leite Montenegro, Soares Madruga, igualmente, representantes abnegados na Assembleia Legislativa da Paraíba daquela região sertaneja, tendo sido Soares Madruga Líder de Governo e Presidente da Assembleia, enquanto deputado estadual.

No extremo com Ceará, vamos encontrar Princesa Isabel, teatro da Revolução de Trinta, com o cel. José Pereira Lima, à frente, em nome dos perrepistas, ao lado de João Suassuna, Miguel Sátyro, João Dantas e outros notáveis epitacistas, contestaram a liderança do Presidente João Pessoa. Eleito várias vezes deputado estadual na Paraíba, José Pereira Lima deixou legado político, continuado por seus sucessores ali, seu filho Aloysio Pereira e Antônio Nominando Diniz. Ambos consolidaram prestígio político em Princesa, alternando-se no comando político municipal, revezamento que ainda hoje perdura.

3. 3- Seridó e Cariri

Ainda na preocupação de não cometer injustiças, representando forças emergentes do Seridó paraibano, região intermediária entre o Sertão,

o Curimataú e o Cariri paraibanos, surge o ex-senador Efraim Morais, que sucedeu ao seu pai, o ilustre deputado, Inácio Bento, esta liderança já consolidada ali, juntamente com Seráphico da Nóbrega, tendo o seu filho, Efraim Filho, seu sucessor. Inegável a capacidade que teve o ex-Senador, ex-deputado federal e ex-deputado estadual, Efraim Morais, em somar à sua própria liderança emergente, a do seu sogro, João Feitosa Ventura, de ilustre e tradicional família política fundadora de Monteiro e Sumé, os Mayer, os Ventura e os Japiassu, tendo tido em Nilo Feitosa, deputado estadual de vários mandatos, também, seu legítimo e honrado sucessor na Assembleia Legislativa da Paraíba. Injusto não citar o deputado Inácio José Feitosa nessa relação de lideranças do Cariri, a que acrescentaríamos José Rafael de Menezes e o líder carismático, Arnaldo Lafayette, que representou aquela Região no Congresso Nacional, como deputado.

Como lideranças emergentes em Sumé, impõm-se citar o atual deputado estadual, Francisco de Assis Quintães e o Prefeito dr. Francisco Neto, enquanto que em Monteiro se consolidam os prestígios de Carlos Batinga e do atual deputado Estadual, João Henrique.

Cabe destacar, enfocando o Cariri da Paraíba, as lideranças consolidadas de São João do Cariri, representadas pelos Gaudêncio e os Brito, detentores, anos e mais anos, de representação popular, desde o respeitado Senador José Gaudêncio de Queiroz e o interventor da Paraíba, Gratuliano Brito.

Álvaro Gaudêncio de Queiroz, sucessor político de José Gaudêncio de Queiroz, foi deputado estadual por mais de três mandatos legislativos, tendo sido sucedido por seu filho, Álvaro Gaudêncio Filho, deputado federal por vários mandatos e Prefeito de Serra Branca, e por Álvaro Gaudêncio Neto, que esteve presente na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, além de Aldino e Bruno Gaudêncio, que tiveram representação popular na Câmara de Vereadores de Campina Grande. Manoel Alceu Gaudêncio, igualmente, representou o Cariri da Paraíba na Casa de Epitácio Pessoa, durante mais de três legislaturas, enquanto que os Brito, depois de Gratuliano Brito, estiveram presentes na Assembleia da Paraíba, com Tertuliano Brito, Nivaldo Brito e Pedro Medeiros, somando
ao todo mais de três décadas de representação popular.

Ainda com consolidada liderança no cariri da Paraíba, o ex-Prefeito de Boqueirão, Heráclito Ernesto do Rego, conquistou seu espaço durante muito tempo ali, elegendo, inclusive seu filho, José Braz do Rego deputado estadual por várias legislaturas e que tiveram como sucessor o ex-deputado estadual, Presidente da Assembleia Legislativa, deputado federal e atual

suplente de senador, Carlos Marques Dunga, que ampliou essa influência eleitoral por inúmeros outros municípios paraibanos.

Ainda militam ali, como lideranças emergentes, os ex-prefeitos e ex-deputados estaduais, João Fernandes da Silva e João Paulo.

3.4 – Curimataú e Brejo

Depois do Cariri, impõem-se destaques às lideranças consolidadas do Curimataú e do Brejo da Paraíba, representada, a primeira, pelos deputados estaduais José Pereira da Silva, Antônio Medeiros Dantas e Osvaldo Venãncio, revezando-se na indicação dos comandos das administrações municipais de Cuité e Picuí, Cubati, Nova Floresta, São Vicente do Seridó, Nova Palmeira, Frei Martinho, Nova Floresta e Barra de Santa Rosa, onde ainda hoje somam prestígio político.

Inegável a influência ali exercida nas lides eleitorais, ainda hoje, pelos ex-Prefeito Sebastião Tibúrcio, em Picui; José de Sousa e Luiz Medeiros em Nova Palmeira; Manoel Júlio e Dr. Tinan em Pedra Lavrada; Damião Zelo e Francisco Berto, em São Vicente do Seridó; José Dantas, Janúncio e Antônio Caboclo, em Cubati; Dr. Luiz Albuquerque em Olivedos; Marinaldo Castelo Branco e Luíza de José João, em Soledade; Jaime Pereira e Antônio Medeiros em Cuité; Silvestre Garcia, Silvino dos Santos e dona Celina, em Nova Floresta; Alberto Nepomuceno, e sucessores de Zé Lula, em Barra de Santa Rosa.

Lideranças políticas emergentes dali respeitam essas influências, sendo o Prefeito de Picui, Buba Germano, Prefeito, e a deputada Gilma Germano, sucessores, como representante na Assembleia dessas lideranças. Também é da procedência da liderança de Jeremias Venâncio, em Cuité, a atual Prefeita dali, Euda, e Osvaldo Venâncio, ex-prefeito com vários mandatos e com atuação na Assembleia Legislativa da Paraíba.

Quanto ao Brejo paraibano, depois de Solon de Lucena, José Américo de Almeida, Pedro Moreno Gondim, quem realmente manteve uma liderança consolidada em Bananeiras, e municípios vizinhos, foi o ex-Deputado Estadual, em várias legislaturas, e Vice-Governador, por duas vezes, Clóvis Bezerra Cavalcanti, Presidente de Partido e da Assembleia, Secretário de Estado, em várias oportunidades, foi sempre o ponto de equilíbrio de todos os governadores de Estado do seu tempo.

Durante a vigência do regime de exceção implantado pelo Movimento Militar de 1964, seu nome sempre esteve nas listas como possível Governador da Paraíba. Todavia, tais especulações não tiveram

sucesso. Seu filho, Afrânio Bezerra, o substituiu na Assembleia Legislativa, por várias legislaturas, e seu irmão Mozart Bezerra e sobrinho Augusto Bezerra foram eleitos Prefeitos de Bananeiras para vários mandatos, surgindo recentemente uma força emergente sob a liderança do ex-deputado estadual Ramalho Leite.

Na atualidade, que mais soma condições no Brejo paraibano para uma liderança consolidada é o ex-governador, ex-senador, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, José Targino Maranhão, que contabiliza mais de três décadas de mandatos populares, sendo, até hoje, o Governador de Estado recordista em número de anos de investiduras no cargo, perto de uma dezena só como Chefe do Poder Executivo do Estado.

Mantém uma hegemonia política indiscutível no município de Araruna e cidades vizinhas, elegendo sempre sua irmã Vilma Maranhão e seu sobrinho, Benjamim Maranhão, Prefeitos ali, redutos esses que além de terem sido responsáveis pelo seu avultado número de mandatos na esfera federal, têm também participação efetiva na conquista de mandatos estaduais para sua sobrinha Olenka Maranhão e federais para Benjamim Maranhão.

Inegável a influência política ainda hoje exercida no Brejo paraibano pelo ex-deputado estadual, Presidente da Assembleia, por dois mandatos, Presidente de Partido e Secretário de Estado em vários governos, Waldir dos Santos Lima, cujos ancestrais Francisco Duarte Lima e Francisco Duarte dos Santos, exerceram liderança política na Primeira República naquela região.

Como lideranças emergentes, ainda no Brejo paraibano, além de Ramalho Leite em Bananeiras, Ricardo Marcelo, deputado estadual do município de Belém de Caíçara e adjacências, e atual Presidente da Assembleia Legislativa, está surgindo como uma liderança nova, capaz de fazer história no plano federal, representando a Paraíba.

Mesmo estando impedido da prática eleitoral, por ser Conselheiro do Tribunal de Conta do Estado, o ex-deputado e ex-prefeito, Arnóbio Viana, mesmo sem aparecer, nem desejar, mantêm uma natural liderança eleitoral em Solânea, preservando sua imagem de competente político.

Maior liderança do Brejo paraibano, não só pela soma respeitável de mandatos que acumulou, na área estadual como federal, sendo por méritos próprios um dos nossos longevos, e liderança política consolidada na Paraíba e no País, Humberto Coutinho de Lucena, soube preservar o legado político do seu pai, Severino Lucena e do seu avô, Solon de Lucena, tornando-se uma especial referência do Estado no plano nacional por ter exercido, por dois mandatos, o cargo de Senador da República, tendo sido escolhido por unanimidades de seus pares, igualmente por dois períodos,

Presidente do Congresso Nacional, elevado patamar jamais alcançado por outro político paraibano.

Sua imagem de excelente homem público tem sido preservada por sua filha, a ex-deputada Iraê Lucena, atual Secretária de Estado da atual administração estadual, que não tem tido dificuldade nenhuma de representá-lo no cenário da Paraíba, como sua sucessora e continuadora de sua obra política.

Há nomes de políticos da Paraíba que pontificaram, mesmo tendo desaparecidos há algum tempo, e cujas trajetórias eleitorais mesmo sem terem assumido status de lideranças regionais ou locais, mais pelo conjunto da sua obra parlamentar e destaques de sua presença no cenário nacional, merecem citação neste trabalho. Poucos, na política da Paraíba, puderam representar tão bem os seus interesses públicos, quer como oradores, homens cultos, conscientes dos seus deveres cívicos. Pena que estejamos sujeitos a simples citação, quando cada um merece um estudo à parte. São eles: Plínio Lemos, José Joffily, Abelardo Jurema e Samuel Duarte, sendo que estes dois últimos assumiram funções as mais importantes na República: Abelardo Jurema foi Ministro da Justiça, líder do governo na Câmara Federal e principal responsável pela federalização da Universidade da Paraíba, enquanto Samuel Duarte assumiu duas vezes a Presidência da Câmara dos Deputados, tendo sido, até hoje, o único a exercer tão importante cargo, assemelhando-se a Humberto Lucena que, durante os mandatos de Senador, foi Presidente, por duas vezes, do Congresso Nacional.

Outro vulto do Brejo paraibano, mas precisamente do Vale do Mamanguape, e que representou ancestrais ilustres com militância política na área, é José Fernandes de Lima, deputado estadual por mais de dez mandatos, tendo ocupado o Palácio da Redenção, como seu irmão ocupou, também político, João Fernandes de Lima, deixando um legado de honradez e seriedade na sua trajetória parlamentar que ainda hoje traduz trabalho, espírito público e probidade administrativa.

3.5 – João Pessoa e sua área metropolitana

Quanto ao litoral paraibano, à cidade de João Pessoa e sua área metropolitana, destacam-se Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, que mantêm a representação de sua família, eleito que foi Deputado Estadual e Prefeito de Santa Rita, tendo elegido seu filho, Quinto, Deputado Estadual. Vem sustentando o prestígio legado, com atuação destacada, à altura da história dos seus antecessores, cuja trajetória político-administrativa na Paraíba, responde por uma participação decisiva nas várias eleições estaduais e

municipais. Foi candidato a vice-governador do Estado, juntamente com Marcondes Gadelha para governador, e mantém o prestígio político da família que já deu Vice-Governador, Deputados Federais aqui e no Rio Grande do Norte, e são credores da admiração do povo paraibano quanto à sua participação no processo de industrialização da Paraíba.

Procedente de Santa Rita, com um sem número de mandatos de deputado estadual, Egídio da Silva Madruga representou bem aquela comunidade, tendo sido Presidente da Assembleia Legislativa, líder de partido e constitucionalista competente, o que lhe valeu a relatoria da Constituição Estadual de 1989, atualmente em vigor.

Bayeux, cidade-irmã da capital João Pessoa, conta com a militância política do deputado Domiciano Cabral e do ex-Prefeito e ex-deputado Expedito Pereira, como forças emergentes, tendo sido o primeiro já deputado federal, com atuação expressiva em favor daquele município.

Atualmente, na Assembleia Legislativa da Paraíba, representando o litoral norte do Estado, tem tido atuação destacada o ex-prefeito Branco Mendes, que ali faz as vezes dos eleitores de Alhandra, Conde, Pitimbú, Mataraca e Mamanguape, além de outros redutos em vários municípios paraibanos.

Também, com representação nessa área, depois de ter sido Prefeito em sua terra. Pedras de Fogo e Vice-Prefeito de João Pessoa, atualmente, na Câmara Federal, cumprindo o segundo mandato, o deputado Manoel Júnior, com todas as condições de se afirmar como liderança nova no mapa eleitoral da Paraíba. Antes dele, Mário Silveira, na Assembleia Legislativa e como Secretário de Estado, representou muito bem essa área comandada por Itabaiana, Pedras de Fogo, Pilar e municípios por eles polarizados.

A última análise haveria de ser mesmo sobre João Pessoa, cidade cosmopolita por excelência, na sua missão de abrigar tantos quantos migrem de todas as partes do Estado, para receber sua acolhida generosa Sempre teve dificuldades de formar lideranças locais, dada a natural diversidade de seus habitantes, em termos de suas procedências,

Não obstante essa dificuldade há de se reconhecer em Ricardo Coutinho, atual Governador do Estado, depois que cumpriu dos mandatos de Prefeito Municipal, de deputado estadual e vereador; em Cícero Lucena, hoje senador da República e ex-governador do Estado, além de Prefeito de João Pessoa, por dois mandatos; e em Luiz Couto, atual deputado federal, cumprindo seu terceiro mandato, com votação sempre crescente em João Pessoa. Estas três lideranças políticas caminham para se constituírem em forças eleitorais consolidadas, na Capital, com duas ou mais eleições que porventura disputarem para cargos legislativos ou executivos.

Natural que outras lideranças na Assembleia Legislativa e na atual Câmara de Vereadores, como João Gonçalves, Dr Aníbal Marcolino, Anísio Maia, Hervásio Bezerra, Luciano Cartaxo, Trócolli Júnior, Aristávora (Tavinho) Santos, Durval Ferreira, Fernando Milanês Filho, Raissa Lacerda, Pedro Coutinho e Edmilson Soares têm tido excelentes desempenhos nos respectivos mandatos, que, com o tempo, deverá resultar em uma melhor e maior consolidação de suas forças eleitorais, faltando-lhes ainda o exercício de mandatos executivos para uma maior expansão e reconhecimento de suas lideranças políticas.

Ao encerrar estas considerações, três lideranças de João Pessoa, surgidas e fortalecidas aqui, e, por isso, merecem ter seus nomes citados, em homenagem a tantos outros, igualmente, importantes, cuja atuação política estivera sempre restrita à Capital, João Pessoa, que foram: Damásio Franca, como Prefeito; Cabral Batista, como vereador e Fernando Paulo Carrilho Milanês na Assembleia Legislativa da Paraíba. Este, foi, também, Secretário de Estado, em vários governos, e presidiu a Assembleia Legislativa da Paraíba com equilíbrio e competência, enquanto Damásio Franca foi Prefeito, em dos períodos, tendo um dos seus filhos, Francisco Franca, assumido também a edilidade pessoense, e um seu irmão, Neto Franca, foi eleito deputado estadual.

4 – TRABALHO: CAPITAL MAIOR

Ao finalizar, impõem-se algumas indagações: a) tem a representação paraibana, no Congresso Nacional, sofrido a influência negativa da imagem projetada perante a opinião pública pelos meios de comunicação de massa, a nível nacional? b) A fraca estrutura de trabalho do Poder Legislativo tem afetado o desempenho dos deputados? c) Que teor de influência tem exercido o poder econômico nas decisões eleitorais, na Paraíba? É natural que, além dessas circunstâncias, um tanto quanto adversas, todas de natureza externa, pode-se abstrair um conjunto de variáveis, resultantes dos talentos pessoais de quantos estejam investidos das responsabilidades de mandatários do povo? Tais atributos são intransferíveis e individualizados, e têm peso específico no processo de escolha, a que são submetidos?

Uma coisa, porém, ressalta a olhos vistos: enquanto a tradição de família, a promoção artificial e deliberada, o poder econômico, o carisma pessoal tem, cada um, por si, uma força relativa no processo eleitoral,

ajudando na eleição de seus beneficiários, o trabalho que se faça em favor do interesse coletivo é credencial das mais poderosas e decisivas para o fortaleci-mento e consolidação das lideranças políticas.

O trabalho parlamentar tem sido fundamental, inclusive como elemento propulsou de outras forças afins, sem as quais não serão capazes de assegurar o êxito das aspirações eleitorais. Daí entender que, em tese, o maior capital da atividade política é o trabalho produtivo, voltado para o bem comum. Outros podem até faltar, o trabalho, porém, é imprescindível como instrumento de valorização do mandato eletivo, seja em qualquer esfera. É a única defesa válida contra as incertezas da vida pública. Não se trata de fórmula infalível de sucesso. Todavia, se porventura não lograr êxito para efeito externo é, inegavelmente, incomparável terapia para tranquilidade da consciência e agradável recompensa para as naturais canseiras do "múnus" público. O desempenho eficiente do mandato legislativo será sempre força principal de outras porventura subsidiárias, resultantes das mais variadas circunstâncias. Todavia, sem o atendimento do interesse público, em primeiro lugar, os outros pressupostos são efêmeros e eventuais na conquista e manutenção do mandato parlamentar.

O fenômeno da rotatividade e longevidade dos mandatos legislativos deve nos preocupar a todos, como forma de aferição da vontade popular, em relação ao desempenho de seus representantes no Congresso Nacional e nos parlamentos estaduais e municipais.

Sendo como são circunstanciais tais fenômenos inerentes à própria natureza humana dos seus representados e, por outro lado, dos próprios mandatários, há sempre de serem a eles contrapostos soluções ditadas pelos interesses coletivos e comunitários, que, pela sua superior importância, prevalecerão, sempre, sobre as demais influências, falíveis por suas consistências originárias de forças estranhas.

Se a Democracia é considerada o melhor regime político até hoje engendrado pelo homem, suas naturais e intrínsecas fragilidades haverá sempre e sempre serem superadas pelos ideais de servir que, igualmente, estão presentes nele por conta de sua própria condição de ser superior.

Enfim, o trabalho será sempre a melhor e maior moeda de troca entre os representados e os seus representantes em todos os cenários parlamentares deste País. Tudo o mais passa. A prestação do serviço público será a força maior da consolidação de lideranças, em todos os tempos. Outras podem falhar. O trabalho, não. Será sempre o capital maior.

5 – FONTES CONSULTADAS

5.1 - Anais do Congresso Nacional
5.2 - Anais do Tribunal Regional Eleitoral
5.3 - História Constitucional da Paraíba, de Flávio Sátiro Fernandes
5.4 - Regimentos das Assembleias Constituintes do Brasil (edição da Câmara Federal).
6.5 - Deputados Brasileiros (1979/1983)- edição da Câmara dos Deputados
5.6 - Deputados Brasileiros (1983/1987) – edição da Câmara dos Deputados.
5.7 - Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 – edição da Câmara dos Deputados
5.8 - O Pensamento Constitucional Brasileiro – edição da Câmara dos Deputados
5.9 - Poder e Política na Paraíba, de Pontes da Silva, José Octávio e Walter Santos- edição da API
5.10 - Anais do Memorial Legislativo da Assembleia
5.11 - Memória da Assembleia Legislativa, de Celso Mariz, atualizada por Deusdédit Leitão;
5.12 - Constituição do Estado da Paraíba, edição de 1998;
5.13 - Constituições Brasileiras.·.

De Gonzaga Rodrigues a José Maria dos Santos: Uma análise historiográfica

José Octávio de Arruda Mello[1]

Sumário: 1.1. **Da força de um prefácio.** 1.2. **Um historiador não paraibano mas nacional.** 1.3. **Da crônica à História.** 1.4. **Ampliação da Pesquisa para o homem marginal. Referências Bibliográficas.**

O equilíbrio entre os prefácio de Tarcísio Burity, texto de Gonzaga Rodrigues, excertos de José Maria, selecionados por Gonzaga, e até a iconografia do final da publicação, convertem o fascículo 42 da série histórica "Nomes do Século", de **A União**, dedicada ao historiador José Maria dos Santos, em um dos melhores da coleção coordenada pelo jornalista Nelson Coelho.

1.1. **Da força de um prefácio** – No prefácio, o jurista e ex-Governador Tarcísio Burity fugiu ao convencional para análise que flutua entre as precisão do biógrafo e grandeza do biografado.

Sem ocultar identificação com o parlamentarismo do autor de **A Política Geral do Brasil** (2ª ed., 1989), no que transparece predileção por questões de forma sobre as de fundo – derivando daí a convicção de que a instabilidade do Brasil, encartada na América Latina, deriva mais do sistema de Governo que das distorções da estrutura econômico-social, herdada da Colônia – Burity não produziu mero prefácio, mas análise destinada a ampla meditação.

Recrutada às empatia e tempo tríbio, de Gilberto Freyre, sua colocação acerca do binômio memória-história é irrepreensível e foi por

---

[1] Historiador de ofício, integrante dos IHGB, IHGP, APL e UNIPÊ. Professor concursado e aposentado das UFPB e UEPB. Doutor em História Social pela USP e autor de **Da Resistência ao Poder** – O (P)MDB na Paraíba (1965/99), 2010, e **História da Paraíba** – Lutas e Resistência (12ª ed., 2011).

mim utilizada no exame de dissertação de mestrado da profª. Maria José Teixeira Lopes Gomes, na UFPB.

Nesse sentido, memória significa aproximação vivencial do autor com seu objeto – tal como ocorreu com José Maria dos Santos, ao considerar a transição Monarquia/República, que se processava sob seus olhos. Ao historiador, contudo, não cabe limitar-se à memória. Essa é apenas o primeiro passo da gestação do conhecimento historiográfico que se completa com a interpretação e a análise.

Sem essa dialética, o memorialista não se torna historiador, o que não foi o caso de José Maria dos Santos. Intérprete da História, mais que simples observador dessa, alçou-se ao nível dos principais analistas da Historiografia Brasileira, tal como reconhecido – faltou-se dizer - por Nelson Werneck Sodré em **O que se deve ler para conhecer o Brasil** (7ª ed., 1988) e José Honório Rodrigues, em **Conciliação e Reforma no Brasil** (2ª ed., 1982).

Constitucionalista que, na linha do famoso tratado de Mirkine Guetzevitch, identificou as profundas transformações semeadas pela 1ª Guerra Mundial, de onde derivaram as Constituições do México, em 1917, Alemanha de Weimar, em 1919, e Espanha Republicana, em 1931, como matrizes da brasileira de 1934, onde Burity exagera é na comparação do pernambucano Oliveira Lima com o (não) paraibano José Maria dos Santos.

Isso porque, enquanto Oliveira Lima ligou-se culturalmente a Pernambuco sobre o qual escreveu o sólido **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico** (3ª ed., 1975), convindo acrescentar, como revelado por Gilberto Freyre em **Oliveira Lima – O Dom Quixote Gordo** (2ª ed., 1970), que o pernambucano, inclusive, pretendeu governar seu Estado, o paraibano pouco teve a ver com sua terra.

1.2. **Um historiador não paraibano mas nacional** – Não sustento isso para desmerecer José Maria dos Santos, que, do ponto de vista da naturalidade, honra a terra onde nasceu. Nesse particular, Gonzaga Rodrigues não poderia ter escolhido tema mais consequente.

O que saliento, apenas, para definição dos exatos contornos de sua obra, é que José Maria dos Santos não pertence à Historiografia paraibana. Ele é um **Historiador Nacional**, o que não o diminui, porque, pelo contrário, amplifica os horizontes da respectiva criatividade.

Quando, há uns oito anos, firmei esse entendimento no IHGP, não faltaram os que se opuseram de forma bombástica e irresponsável. Um

deles, reles literato sem qualquer identificação com a Historiografia, conseguiu que, para me desautorizar, o Instituto batizasse sua principal comenda com o nome de José Maria. Minha predileção voltava-se para Ireneo Joffily.

Recordo que, vencido, me limitei a observar: "A medalha não muda em nada a face das coisas porque o que torna alguém pertencente à Historiografia de um lugar não é o habitat do nascimento mas o objeto da obra. O holandês Herckman(s), escrevendo sobre a Paraíba, pertence à Historiografia paraibana, mas esse não é o caso do paraibano Aderbal Jurema cujas autorizados estudos versam a escravidão de Pernambuco e os sobrados magros do Recife".

A questão é para mim tão evidente que não merece discussão. Ou alguém ousará situar Aristides Lôbo – outra figura de dimensão nacional – na política paraibana por, tal como o precisou Lyra Tavares, haver nascido aqui?

Já agora, o magnífico estudo de Gonzaga Rodrigues cifra definitivamente a questão, prefigurada por José Honório Rodrigues, ao receber a cidadania paraibana, na Assembléia Legislativa:

"(...) É uma terra rica de historiografia regional, na qual se distinguiram Ireneo Joffily, (...) e, sobretudo, José Maria dos Santos, o maior dos historiadores paraibanos, no quadro da historiografia nacional".

Celso Mariz, habitualmente exato, não deixou passar: "Parece que só fez nascer aqui" (p. 20 do estudo de Gonzaga). E Raul Pila, à página 39, situou o historiador como paulista, evocando outras figuras assimiladas pelo rincão bandeirante, tais o fluminense Washington Luiz ("paulista de Macaé"), paranaense Cirilo Júnior e matogrossense Jânio Quadros.

1.3. **Da crônica à História** – É evidente que essa problemática torna-se secundária. O importante na monografia de Gonzaga Rodrigues reside na técnica de construção onde o cronista dos primeiros tópicos cada vez mais se consuma no historiador dos capítulos finais e conclusões.

Mais um ponto para o Grupo José Honório Rodrigues. Não sei onde se inventou essa versão de que, para mim, a História constitui monopólio dos que possuem titulação. Todas minha teoria e prática historiográfica orientam-se no sentido inverso: Ciência que aborda o social, ao contrário das exatas que impõem especialidade, a História só não pertence aos que dela se valem para as aventuras da cavação ou as incorreções conceituais. Esses, nas palavras da dra. Martha Falcão, são

os historiadores de proveta, pseudo-intelectuais como os tenho chamado.

Como esse não é o caso de nosso Rubem Braga, que é Gonzaga Rodrigues, nele enxergamos o cronista que se deslocou da Literatura para a Historiografia, caso dos grandes cronistas que se fizeram historiadores em Portugal (Fernão Lopes, João de Barros, Diogo do Couto), no Brasil (Gandavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares) e na Paraíba (Simão Travassos e Ambrósio F. Brandão). Em toda parte, a Historiografia surgiu como crônica e Gonzaga Rodrigues constitui expressão disso. Já é tempo de alguém reconstituir nossa realidade, a partir de suas páginas antológicas.

Data daí a propriedade de quem disseca a José Maria dos Santos. Depois de navegar duvidosamente pela negritude – e essa estória de considerá-lo negro, moleque e pretinho chega a evocar Guerreiro Ramos que, a certa altura, se dispôs a escrever uma "sociologia do branco" – o autor de **Notas do Meu Lugar** (1978) faz-se mais feliz em outras passagens. Quando, por exemplo, reproduz o cotidiano da cidade, no tempo de José Maria (p. 27), grandeza do liberal Osório arrancando a abolição no campo de batalha (p. 31/2) e alinha conjunto de fontes impressas de primeira ordem.

Entre os autores dessas, Hermes Lima, Cruz Costa, Américo Brasiliense, e, sobretudo Cândido Mota Filho e Leontina Licínio Cardoso. De Mota Filho, autor do incomparável **Alberto Torres e o Tema de Nossa Geração** (1931) e fundador do ISEB, em 1955, Gonzaga utilizou o fluido **Contagem Regressiva** (1972). Já dona Leontina, recrutada mediante **Contribuição à História das Idéias no Brasil** (2ª ed., 1967) de Cruz Costa, não é esposa de Vicente Licínio Cardoso, como o sustentei em artigo para **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (1975). Licínio era solteirão. Sua biógrafa, que não olvidou a época do maior dos discípulos de Alberto Torres, é irmã, tia, igualmente, da viúva do embaixador Hélio Scarabotolo que, na presença do marido ainda vivo, corrigiu-me o equívoco.

1.4. **Ampliação da pesquisa para o homem marginal** – Não sei porque Gonzaga não colocou em seu estudo o que me revelou, pessoalmente.

José Maria dos Santos ficou desconhecido na Paraíba e, até certo ponto, no Brasil, não porque tematizasse o país com **A Política Geral do Brasil** (2ª ed., 1989) e o Estado de São Paulo, através de **Os Republicanos Paulistas e a Abolição** (1942) e **Bernardino de Campos e o Partido**

Republicano Paulista (2ª ed., 1968). Seu desconhecimento proveio do isolamento em que se posicionou.

Sem cortejar o aplauso fácil – o que o tornaria ainda maior – opôs-se à República, quando a Monarquia sossobrou, vergastou a Revolução de 30 quando essa predominou, e, enfim, não alcançou o desenvolvimentismo do Grupo da Itatiaia, ao falecer próximo a Getúlio Vargas, em 1954.

Posicionado além do tempo a que transcendeu – o raciocínio é ainda ganzaguiano – José Maria dos Santos converteu-se em homem marginal naquele sentido da sociologia norteamericana dos chicagueanos Park e Burgess, aqui introduzidos por Lopes de Andrade, ao assim classificar o Presidente João Pessoa, em nota introdutória a meu **João Pessoa Perante a História** (Textos Básicos e Estudos Críticos), em 1978.

A omissão gonzaguiana explica-se porque sua pesquisa sobre o admirável José Maria dos Santos está em curso. O volume 42 da série histórica de Ruy Leitão e Nelson Coelho não constitui estudo acabado, mas in fieri.

Essa a razão porque esta resenha possui uma finalidade: propor ao Conselho Estadual de Cultura o comissionamento do autor para que escreva um livro – ampliando sua oportuna plaqueta – sobre José Maria dos Santos. A empreitada, de que há tempos cogitou Eduardo Martins, constitui imposição dos tempos. A Nação, mais que a Paraíba, desde já agradece.

Bibliografia pela ordem das citações

RODRIGUES, Gonzaga. **José Maria dos Santos** in Série Histórica 42. João Pessoa: A União Editora, 2000, com prefácio de Tarcísio M. Burity – "José Maria dos Santos relembrado por Gonzaga Rodrigues".

SANTOS, José Maria dos. **A Política Geral do Brasil**, 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**, 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil** – Um desafio histórico-cultural, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GUETZEVITCH, B. Mirkine. **Modernas Tendências del Derecho Constitucional.** Madrid: Editorial Réus, 1934.

FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima** – O Dom Quixote Gordo, 2ª ed. Recife: Imprensa Universitária, 1978.

HERCKMAN(S), Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba** (com notas do Procurador Luiz Bronzeado), 3ª ed.João Pessoa: Procuradoria de Justiça do Estado, 1982.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Aristides Lôbo.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1983(?)

RODRIGUES, José Honório. "Paraíba e Historiografia" in SILVA, Pontes da e ARAÚJO, Fátima. **Parahyba 400 anos.** Campina Grande: Comissão do IV Centenário, 1985.

MOTA FILHO, Cândido. **Contagem Regressiva** – Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

COSTA, Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MELLO, José Octávio de Arruda. "Presença de Licínio Cardoso" in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** nº 19. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1971.

_____. **João Pessoa Perante a História** (Textos Básicos e Estudos Críticos). João Pessoa: SEC/A União, 1978.

. (2000)

AUGUSTO NA LEITURA DE MASSAUD MOISÉS

Hildeberto Barbosa Filho

Em *A literatura brasileira*, obra coletiva editada pela Cultrix, cabe ao professor Massaud Moisés a redação do IV volume, *O simbolismo*, cuja primeira edição é de 1966. As referências acerca de Augusto dos Anjos e sua poesia se dão *en passant*, não constituindo capítulo autônomo, a exemplo do que faz com outro paraibano, Pereira da Silva, e demais representantes da escola simbolista, como Cruz e Souza, Alphonsus de Gumaraens e seus epígonos.

Á página 18 (consulto a quarta edição, de 1973), nos "Limites cronológicos do simbolismo", fala-se de uma vertente de sincretismo estético, típica da dicção anjelina; na página 66, inserto no capítulo "Introdução e evolução do simbolismo no Brasil", aparece apenas o nome do poeta; em "A poesia", capítulo VI, ao nome se agrega um sintético juízo de valor, moldado em breve nota comparativa, nestes termos: "(...) o evolucionismo e o panteísmo transcendentalista e schopenhauriano, em que Augusto dos Anjos se tornou mestre inimitável, ainda que suas fontes em parte se localizem na poesia científica e na obra de Cruz e Souza". Finalmente, no tópico "Cruz e Souza", ainda deste capítulo, o poeta paraibano é citado e associado a Charles Baudelaire.

Tais ideias, no entanto, só vão lograr desenvolvimento argumentativo, em *História da literatura brasileira: o simbolismo* (1984), na qual, ao tratar da "Poesia", no capítulo IV, "Belle époque (1902-1922), Massaud Moisés empreende detalhada reflexão crítica sobre a lírica de Augusto dos Anjos. Afirmando suas raízes simbolistas, embora cuidadosamente atento a seus caracteres estilísticos e temáticos de natureza heterodoxa, procurar sinalizar para algumas das singularidades estéticas de sua dicção, como as incidências *art nouveau*, os traços épicos, a componente grotesca beirando o *kitsch*, o lastro antitético entre Apolo e

Dionísio, na linha nietzschiana, e o viés expressionista, hoje, já inteiramente incorporado pela crítica especializada.

Logo na introdução biográfica que antecede as considerações analíticas, Massaud Moisés chama a atenção para os diversos preconceitos de que foi vítima a poesia de Augusto, inclusive por parte dos modernistas, o que não impediu a extraordinária repercussão de sua obra, sobretudo nas últimas décadas, haja vista o "rol de estudos que lhe tem sido dedicados e as sucessivas edições do *Eu* que tem vindo a lume".

Para Massaud, a poesia de Augusto funciona como uma espécie de "sismógrafo" do período entre 1902 e 1922. Se o simbolismo a comporta, é preciso observar que ela "foge a uma caracterização unívoca". Segundo o mestre paulista, quanto mais ela se afina aos parâmetros da belle époque, ou ao *art nouveau*, a propósito, motivo de sugestivo ensaio de José Paulo Paes, em *Gregos baianos* (1985), mais tende a negá-los e superá-los. Talvez, aqui, Massaud devesse explorar mais detidamente, e com a prova do documento textual, os filtros expressivos que a poesia, enquanto arte, pode tomar de empréstimo da arquitetura e das artes decorativas. Infelizmente, as pertinentes sugestões não recebem o devido desenvolvimento teórico e analítico, frustrando, assim, a expectativa do leitor.

No confronto com Cruz e Souza, recurso habitual em plano historiográfico e crítico, o professor reconhece, em Augusto, um continuador do "Dante negro", porém, "independente", uma vez que "renova-lhe a linha de força central sem insistir nos chavões que lhe marcam indelevelmente a poesia". Em Augusto, o "sentimento trágico, agônico, da Vida", seria semelhante ao de Cruz e Souza, mas com "modulações e formas absolutamente pessoais". Decerto, em suas primícias poéticas da juventude, Augusto tenha incorporado alguma coisa do ícone simbolista, conforme Massaud, certo "visionarismo incipiente". Não obstante, amadurecido o bardo paraibano, sustenta o ensaísta, define-se o seu drama íntimo, e Augusto,, ele próprio, se torna "mestre, sem pupilos ou seguidores".

O traço épico na poesia de Augusto dos Anjos, no entendimento do historiador, revela-se na "expansão cósmica, paleôntica, do eu". Em sua lírica, assegura o estudioso, "o conflito íntimo ultrapassa as barreiras da subjetividade, identificando-se, segundo as palavras do poeta, com as forças geradoras do ser e do mundo". Tal identificação, todavia, não supera nem elimina a tensão básica que mobiliza as energias ideativas e os

elementos técnico-formais de sua poesia. Massaud utiliza a expressão "dualismo tentacular" para nomear o impulso seminal dos contrastes e dos antagonismos que alimentam sua dicção poética e "simultaneamente se ergue como inimigo mortal a ser abatido. O soneto, "Vítima do dualismo", é transcrito, a título probatório, das afirmações.

Este "dualismo tentacular" vai se traduzir no permanente embate entre Espírito e Matéria. "Atraído pelo primeiro", assinala Massaud Moisés, "sua poesia envereda pelo Idealismo, com maiúscula", distinta, no entanto, das "vaguidades românticas e simbolistas". Esta Ideia, isto é, "a ideia soberana", teria origem em Hegel e desencadeia, na poética de Augusto, ainda na linha de raciocínio do analista, "uma série de antíteses, impermeáveis à síntese". Para Massaud, os opostos não se conciliam nos versos de Augusto dos Anjos. Poemas, como "Os doentes", "Solilóquio de um visionário" e "Agonia de um filósofo", por exemplo, demonstram a dura beleza dessa verdade essencial.

A vizinhança do espírito com a matéria promove a "poesia da decomposição". Neste passo, o historiador traz à tona o nome de Baudelaire, os exercícios da poesia científica e as "crispações olímpicas" de Cruz e Souza, para visualizar melhor, em sua época, a expressão lírica de Augusto dos Anjos. É nesse amálgama que se entranha o gênero poético representado pelo autor de "Queixas noturnas". Representado, na perspectiva de leitura de Massaud Moisés, de forma "tanto mais *sui generis* quanto mais isolado, mesmo anacrônico, e marginal ao ´sorriso da ´sociedade` em voga no tempo". Isolamento, anacronismo e marginalidade me parecem categorias que apontam para a dimensão anticonvencional e dissonante da poesia de Augusto dos Anjos, num período em que os modelos oficiais, sobremodo parnasianos e simbolistas ortodoxos, viviam o fastígio do desgaste literário e o completo esvaziamento do labor estético.

ENDEREÇOS ACADÊMICOS

LISTA DOS ACADÊMICOS - TELEFONES E ENDEREÇOS - 2014

Acadêmicos	Cad.	Telefone	Endereço
Adylla Rocha Rabello	2	3246-2223	Rua da Candelária, 155 - 1201 - Manaíra - CEP: 58.038-620
Alexandre de Luna Freire	16	(83)2108.4076	Justiça Federal - Forum Juiz Federal - Rua: João Teixeira de Carvalho, 480 Cep-58.031-900 - Brisamar
Ângela Bezerra de Castro	31	3247-5634	R.Giácomo Porto, 205, apt 902 - Miramar - CEP: 58.032-110
Antônio de Souza Sobrinho	40	3268-5057	Av. Umbuzeiro, Ed. Acapulco , apt 201 - Manaíra - CEP: 58.038-242
Ariano Villar Suassuna	35	(81) 3268-4057	Recife - PE Rua. Chacon, nº 328 - Poço da Panela - - CEP: 52.061-400.
Astenio Cesar Fernandes	25	3224-3461	Av. Min. José Américo de Almeida, 111 - Clínica IODAY - CEP: 58.040-200 – Tambauzinho.
Carlos Aranha de Macedo	29	8872-1984	Av. Estevão D'Ávila Lins, nº. 236 - Cruz das Armas - CEP: 58.085-010
Carlos Augusto Romero	27	3247-5408	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 792 - Tambaú - CEP: 58.039-111

Damião Ramos Cavalcanti	33	3246-1389	Av. Argemiro de Figueiredo, 2963, Bessa - CEP: 58.037-030
Eilzo Nogueira Matos	3	9967-5670	Rua Ezidro de Paula Leite, 01 - Bairro Pombalzinho- Coremas – PB CEP 58.770-000
Elizabeth F. Marinheiro	20	(83)3322-2679	Av. Nossa Senhora de Lourdes, 335 Jardim Tavares – Campina Grande – PB, CEP: 58.103-250
Evaldo G. de Queiroz	24	3247-2821	Rua. Eutiquiano Barreto, 122 - Manaíra - CEP: 58.032-101
Flávio R. Tavares de Melo	14	3226-5022	Rua Zilda Nunes da Silva, 177 – Altiplano – CEP: 58.046-730 - Nesta
Flávio Sátiro Fernandes	21	3226-5982	Av. Adolfo Loureiro França, 300 - apt 601 - Cabo Branco - CEP: 58.045-080
Francisco de S. Gaudêncio	18	9613-7111	Av. Fernando Luiz Henrique dos Santos, nº 1831 - Jd. Oceania - CEP: 58.037-000
Guilherme G. S. d'Avila Lins	19	9921-3340	Av. Cabo Branco, 1206 - Cabo Branco - CEP: 58.045-010
Hildeberto Barbosa Filho	6	3235-1490	Rua. Venâncio José Neto, 162 - Bancários - CEP: 58.051-140
Humberto Cavalcanti Mello	34	9983-1617	Rua. Giácomo Porto, 300, apt 205 - Miramar - CEP: 58.032-110
Itapuan Bôtto Targino	36	3224-6696	Rua Agenor Lacet, 100/19- Brisamar – CEP: 58.033-560
Jomar Morais Souto	22	3224-5960	Rua. Major Joaquim Henrique, 246 - Expedicionários - CEP: 58.040-700

José Jackson de Carvalho	11	3224-9813	Rua. Ovídio Mendonça, 50 apt 1101 - Miramar - CEP: 58.043-210
José Loureiro Lopes	4	3246-3942	Av. Sapé, 1313 - aptº 1701 - Manaíra - CEP: 58.038-491
José Nêumanne Pinto	1	(11) 98931-2902	Rua Marquês de Itu, 797 – apto 111 – Vila Buarque. 01223-001- São Paulo – SP
José Octávio de A. Mello	10	8802-7929	Av. Senador Ruy Carneiro, 425 - Jardim Luna - CEP: 58.032-101
Juarez Farias (Antônio)	26	3245-9518	Rua. Olívio Pinto, 231, apt 1101 - CEP: 58.037-633 - Jardim Oceania
Luiz Gonzaga Rodrigues	37	3225-5040	Av. Esperidião Rosas-235,apto 1101 Expedicionários -CEP: 58.041—070
Luiz Nunes Alves	38	3224-6322	João Pessoa- PB Rua. Wandick Filgueiras, 186 - Tambauzinho - CEP: 58.042-110
Manuel Batista de Medeiros	9	3245-6593	Av. Av. Argemiro de Figueiredo, 860 -Ed. Residencial Thalassa Apt. 400Bessa, CEP: 58037-030
Marcos Augusto Trindade	28	3248-2226	Av. Oceano Atlântico, 1242, apt 401 - Intermares - CEP: 58.310-000
Marcos C. de Albuquerque	17	3216-1566	Pç João Pessoa, S/N Centro – Cep:58.013-902 - Nesta
Maria de Fátima Cavalcanti	23	3216-1426	Pç João Pessoa, S/N Centro – Cep:58.013-902 - Nesta

Maria das Graças Santiago	13	9981-0148	Rua Maria Facunda de Oliveira Dias, nº 90 – apto 902 – Jardim Luna – CEP: 58.033-100
Maria Mercedes Cavalcanti	8	9973-3303	Rua Sargento Nunes, 21 – Cabo Branco - CEP:58.045-460
Oswaldo Trigueiro do Valle	5	2106-9222	Av. Adolfo Loureiro Franca, 300, apt 801 - Cabo Branco – CEP: 58045-080
Otávio Sitonio Pinto	30	3225-6099	Rua. Padre Pinto, 486 - Expedicionários - CEP: 58.041-231
Paulo Gustavo Galvão	15	(31) 3221-0560	Rua. do Mosteiro, 105, apt 202 - Vila Paris – Belo Horizonte - MG - CEP: 30.380-780
Sérgio de Castro Pinto	39	3247-1787	Av. Pombal, 189, apt 401. Ed. Porto Salinas - Manaíra - CEP: 58038-240
Severino Ramalho Leite	07	3246-2887	Rua Joaquim Mesquita Filho, 390 – Aptº 103 – Jardim Oceania. CEP: 58.040-250 – João Pessoa
Wellington Hermes de Aguiar	12	3247-4078	Rua. Eutiquiano Barreto, 501, apt 101 - Manaíra - CEP: 58.032-101
Wills Leal	32	3246-1166 8666-3181	Av. Cabo Branco, 4586 – B/ Cabo Branco - Hotel Blue